

MÁRCIA SCHOLZ DE ANDRADE KERSTEN

OS RITUAIS DO TOMBAMENTO E A ESCRITA DA HISTÓRIA
BENS TOMBADOS NO PARANÁ ENTRE 1938-1990

**Tese apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de Doutor. Curso de
Pós-Graduação em História, Setor de
Ciências Humanas, Letras e Artes,
Universidade Federal do Paraná.**

**Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Maria de
Oliveira Burmerster**

CURITIBA

1998

TERMO DE APROVAÇÃO

OS RITUAIS DO TOMBAMENTO E A ESCRITA DA HISTÓRIA BENS TOMBADOS NO PARANÁ ENTRE 1938-1990

Tese aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de doutor nos Cursos de Pós-Graduação em História, do Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, pela Banca de Exame formada pelos professores:

Orientador:

Prof^a Dr^a Ana Maria de Oliveira Burmester

Departamento de História, SCHLA, Universidade Federal do Paraná

Prof^a Dr^a Mariza Velozo Motta Santos

Departamento de Ciências Sociais, Universidade Nacional de Brasília

Prof^a Dr^a Ana Cleide Cesário

Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina

Prof^a Dr^a Helena Müller

Departamento de História, Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Carlos Frederico Marés de Souza Filho

Departamento de Ciências Jurídicas, Pontifícia Universidade Católica do Paraná

*Aos homens da minha vida,
João, Joel, Rodrigo, Renato e Pedro*

AGRADECIMENTOS

À Ana Maria de Oliveira Burmester, minha orientadora, pela confiança, delicadeza e competência.

À Banca do Exame de Qualificação composta pelos professores doutores Cecília Maria Vieira Helm, Fernando Fontoura Bini e Ana Maria de Oliveira Burmester, pela inestimável contribuição no encaminhamento deste estudo.

Aos Departamentos de Antropologia e História e a Universidade pela possibilidade deste “retiro espiritual”, cujos frutos espero possa devolver em dobro à instituição.

Aos Técnicos da Coordenadoria da Cultura, Malu, Rosina e Aimoré; do IPHAN, La Pastina, Élina e Sara; da Casa da Memória, Roseli, Angela e Ozanan pela solicitude, presteza, boa vontade e competência com que dirigem “o nosso patrimônio”.

À Sônia e Juliana, acadêmicas de Ciências Sociais que em diferentes momentos me auxiliaram a encontrar e desvendar caminhos.

À Antônia, que por um sutil jogo de afinidades fez mais que trabalhar no texto, pelas discussões compartilhadas.

À Laura, para além da editoração, companhia sorridente de noites insones de trabalho.

Às amigas diletas, Anamaria, Angela, Eliana e Márcia companheiras na tarefa de transmitir, educar e modificar-se sempre, pelo afeto e apoio nas “horas certas”

Aos meus filhos. Rodrigo pela função de professor em meus acertos e erros com a informática. A Renato pela leitura de partes da tese. A Pedro pelo seu infantil interesse pelos meus “saberes”.

A Joel, companheiro de todas as horas, é suficiente saber que sem ele nada disso haveria.

A Maria Augusta, minha mãe, pela sua dedicação, carinho e confiança no futuro.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	vii
LISTA DE FOTOS	viii
INTRODUÇÃO	1
 CAPÍTULO 1 - VALOR E SENTIDO, OS RITUAIS DO PATRIMÔNIO	 11
1.1 PATRIMÔNIO CULTURAL, UM CAMPO DE ESTUDO?	15
1.1.1 Vários Termos, um Significado	17
1.1.2 A Invenção do Monumento	21
1.2 A SOLIDARIEDADE ENTRE O PASSADO E O PRESENTE.....	29
1.2.1 Autenticidade e Perda.....	25
1.3 O RITUAL E A DRAMATIZAÇÃO.....	39
1.3.1 A Legislação como Ritual	42
 CAPÍTULO 2 - TRAJETÓRIAS DA CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL	 50
2.1 O PATRIMÔNIO NACIONAL	51
2.2 O NOVO PRODUZINDO O NOVO	54
2.3 ARQUITETANDO O CONCEITO	61
2.4 A ORIGEM DO MITO	70
2.5 EM BUSCA DO PAI	77
2.5.1 O Decreto-Lei nº 25/37	84
2.6 AS POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO POSTERIORES AO ESTADO NOVO	87
2.7 O RETORNO AO MÍTICO <i>PAI FUNDADOR</i>.....	99
 CAPÍTULO 3 - NA TECITURA DA MEMÓRIA E NA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA.....	 107
3.1 TECENDO MEMÓRIAS	108
3.1.1 O Olhar que se Constrói	114
3.1.2 Ampliando Horizontes	119
3.2 ENSAIOS E DEFESAS.....	124
3.3 OS BENS NOS DISCURSOS E NAS LEIS	133
3.3.1 A Sacralização do Patrimônio	145

3.3.2 Natureza Tombada	158
3.4 PLANEJAMENTO E PRESERVAÇÃO	161
3.4.1 Curitiba: a Revitalização da Memória.....	163
3.4.2 Lapa: a Consciência da Preservação	173
3.4.3 Paranaguá: sob as Marcas do Passado	175
3.4.4 Antonina: a Resistência.....	178
CAPÍTULO 4 - A ETNOGRAFIA DO TOMBAMENTO	180
4.1 RECOMPONDO O PASSADO	181
4.1.1 As Marcas do Século XVII	184
4.2 TRILHAS E CAMINHOS, AMPLIANDO HORIZONTES.....	188
4.2.1 Heranças do Século XVIII	190
4.3 O PARANÁ SE IMPRIME NO BRASIL	210
4.3.1 A Supremacia do Ecletismo	216
4.4 A CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO	253
4.4.1 As Construções do Século XX.....	258
SUPERANDO A PROVÍNCIA, HISTÓRIAS RECONSTRUÍDAS, MEMÓRIAS RECONTADAS	292
ANEXO 1 - DENOMINAÇÕES DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO TOMBAMENTO E PRESERVAÇÃO NO BRASIL	299
ANEXO 2 - PARANÁ - UNIDADES INSCRITAS PELO PATRIMÔNIO ESTADUAL - 1962-1990	300
ANEXO 3 - NÚMERO DE REUNIÕES DO CONSELHO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO	301
ANEXO 4 - RELAÇÃO DAS UNIDADES TOMBADAS NO PARANÁ - 1938-1990	302
ANEXO 5 - BENS NATURAIS TOMBADOS.....	306
ANEXO 6 - PARQUES MUNICIPAIS.....	309
ANEXO 7 - COLÔNIAS DE IMIGRANTES INSTALADAS NO PARANÁ ENTRE 1869 - 1908	310
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	311

LISTA DE QUADROS

1	UNIDADES PATRIMONIAIS INSCRITAS - PARANÁ - 1962-1969	145
2	UNIDADES PATRIMONIAIS INSCRITAS - PARANÁ - 1970-1979	149
3	UNIDADES PATRIMONIAIS INSCRITAS - PARANÁ - 1980-1989	154
4	UNIDADES PATRIMONIAIS INSCRITAS - PARANÁ - 1990	156
5	UNIDADES NATURAIS INSCRITAS - PARANÁ - 1966-1990	159
6	INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA.....	169
7	UNIDADES PATRIMONIAIS REFERÊNCIAS DO SÉCULO XVII NO PARANÁ	184
8	UNIDADES PATRIMONIAIS REFERÊNCIAS DO SÉCULO XVIII NO PARANÁ	190
9	UNIDADES PATRIMONIAIS REFERÊNCIAS DO SÉCULO XIX NO PARANÁ	216
10	UNIDADES PATRIMONIAIS REFERÊNCIAS DO SÉCULO XX NO PARANÁ	259

LISTA DE FOTOS

1	FONTE VELHA	185
2	NOSSA SRª DO ROSÁRIO DOS PRETOS.....	186
3	SÃO BENEDITO	186
4	FONTE DA CARIOCA	187
5	IGREJA MATRIZ DE NOSSA SRª DO SANTÍSSIMO	191
6	CASA E SOBRADO BRÁSILIO ITIBERÊ	192
7	COLÉGIO DOS JESUÍTAS - MAEP	193
8	IGREJA DA ORDEM TERCEIRA DE S. FRANCISCO DAS CHAGAS.....	194
9	IGREJA DE SÃO BENEDITO	195
10	N. SRª DA CANDELÁRIA.....	196
11	CRUCIFIXO PROFESSIONAL	196
12	SANTA EFIGÊNIA	196
13	SETOR HISTÓRICO - RUA DA PRAIA.....	197
14	FORTE DE NOSSA SENHORA DOS PRAZERES OU DA ILHA DO MEL	198
15	SOBRADO COLONIAL	199
16	IGREJA MATRIZ DE NOSSA SRª DO BOM SUCESSO OU DE S. LUIZ DE FRANÇA.....	200
17	IGREJA DE BOM JESUS DO SAIVÁ.....	201
18	IGREJA DE SÃO SEBASTIÃO DO PORTO DE CIMA.....	202
19	CASA ROMÁRIO MARTINS.....	203
20	IGREJA DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO	204
21	BELVEDERE E RUÍNAS NA PRAÇA JOÃO CÂNDIDO	205
22	ANTIGA IGREJA MATRIZ DE SANTO ANTÔNIO	206
23	CAPELA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE TAMANDUÁ.....	208
24	MUSEU DO TROPEIRO.....	209
25	PALACETE VISCONDE DE NACAR	217
26	ESTAÇÃO DE PASSAGEIROS DA ESTRADA DE FERRO	218
27	SANTA LUZIA.....	219
28	IGREJA DE SÃO BENEDITO	220
29	CASA DE ROCHA POMBO (FOTO NÃO DISPONÍVEL NO ARQUIVO DA COORDENADORIA DE PATRIMÔNIO).....	220
30	SOLAR DO BARÃO DO SERRO AZUL	222
31	PALACETE WOLF - FUNDAÇÃO CULTURAL.....	222
32	ESTAÇÃO FERROVIÁRIA.....	223

33	VIADUTO JOÃO NEGRÃO - PONTE PRETA	224
34	PRAÇA EUFRÁSIO CORRÊA	225
35	CASA EMÍLIO ROMANI	226
36	CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA - PALÁCIO RIO BRANCO	227
37	ANTIGA SEDE DO GOVERNO - PALÁCIO DA LIBERDADE	228
38	HOTEL ROMA E HOTEL TASSI (ANTIGO HOTEL ESTRADA DE FERRO)	228
39	SOBRADO A RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 763.....	229
40	TEATRO 13 DE MAIO	230
41	CASA A RUA SOLIMÕES - CASA ONDE MOROU CRISTIANO OSTERNACK	231
42	CASA MUSEU ALFREDO ANDERSEN.....	232
43	PANTHEON DO CEMITÉRIO DE SANTA FELICIDADE	233
44	CASA DO CAVALO BAIO	234
45	CASA DE MORADIA URBANA	235
46	ENGENHO DO MATE DE RONDINHA	236
47	CONJUNTO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA	237
48	SOLAR DO CONSELHEIRO JESUÍNO MARCONDES (DETALHE)	238
49	PONTE SOBRE O RIO DOS PAPAGAIOS	239
50	CASA DE CÂMARA E CADEIA	240
51	CASA A RUA FRANCISCO ROCHA - BIBLIOTECA MUNICIPAL.....	241
52	CASA CORONEL LACERDA.....	242
53	INTERIOR DA CASA LACERDA	242
54	TEATRO SÃO JOÃO	243
55	MUSEU DE ARMAS	244
56	CASA VERMELHA - CENTRO DE ARTESANATO ALOÍSIO MAGALHÃES	245
57	FAZENDA CAPÃO ALTO	247
58	CASAS NA PRAÇA MANOEL RIBAS	248
59	IGREJA DO BOM JESUS DA PEDRA FRIA	249
60	CASA DO VISCONDE DE GUARAPUAVA	250
61	IGREJA DO ARCANJO MIGUEL.....	251
62	NAVE DA IGREJA DO ARCANJO MIGUEL.....	251
63	RESIDÊNCIA EM PORTO DE CIMA.....	260
64	ANTIGO GINÁSIO PARANAENSE - SEDE DA SECRETARIA DE CULTURA.....	261
65	SOCIEDADE GARIBALDI	262
66	SOBRADO A RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 773.....	262
67	RESERVATÓRIO DO ALTO SÃO FRANCISCO	263
68	PRIMEIRA SEDE DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ	264
69	PALACETE DO BATEL	265
70	CASTELO DO BATEL	266

71	CASA GOMM	266
72	ANTIGO PAÇO MUNICIPAL - MUSEU PARANAENSE	267
73	PORTÕES DO PASSEIO PÚBLICO	268
74	TEMPLO DAS MUSAS	269
75	PALÁCIO SÃO FRANCISCO - MUSEU DE ARTE DO PARANÁ	270
76	MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA.....	271
77	ANTIGO TESOURO DO ESTADO.....	271
78	CENTRO ACADÊMICO HUGO SIMAS	272
79	BOSQUE JOÃO PAULO II - CASA DE TRONCOS	273
80	INTERIOR DA CASA DE TRONCOS	274
81	MURAL DE AZULEJOS DA MATERNIDADE NOSSA SR ^a DE FÁTIMA	275
82	ORATÓRIO SÃO CARLOS DE BARROMEIO.....	276
83	CAPELA DE SÃO FRANCISCO XAVEIRO.....	276
84	RESIDÊNCIA RURAL DE COLOMBO.....	277
85	EDIFÍCIO DA PRAÇA MARECHAL FLORIANO	278
86	VILA HILDA.....	279
87	ANTIGO EDIFÍCIO DO FÓRUM.....	279
88	COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ	280
89	SEDE DA FAZENDA CANCELA (FOTO NÃO DISPONÍVEL NO ARQUIVO DA COORDENADORIA DE PATRIMÔNIO).....	280
90	ARQUIBANCADA DO CLUBE DE FUTEBOL - DETALHE	282
91	PINTURAS MURAIS.....	283
92	PRAÇA ROCHA POMBO E RODOVIÁRIA.....	284
93	RESIDÊNCIA DO VICE-GOVERNADOR.....	285
94	GRUPO ESCOLAR PROF. SERAPIÃO.....	286
95	IGREJA DE SÃO JOSAFÁ	287
96	CASA SEDE DA FAZENDA FLORESTAL (FOTO NÃO DISPONÍVEL NO ARQUIVO DA COORDENADORIA DO PATRIMÔNIO)	288
97	FÓRUM WILSON BALÃO.....	289

INTRODUÇÃO

Ou um propósito de (boas) intenções

De resto, como sucede com os churinga, o essencial não é que a cama de Van Gogh seja exatamente aquela em que se afirma ter ele dormido: tudo o que se espera é que lha mostrem. Lévi-Strauss, 1976, p 180.

A Antropologia tem tradicionalmente trabalhado com a íntima relação entre a palavra e os mitos de uma tribo, e os seus atos rituais, feitos morais, organização social e atividades práticas. Para ficarmos somente em alguns estudos clássicos, vale recordar Bronislau Malinowski e Claude Lévi-Strauss. Malinowski (1976) considerava que todo ritual importante seria narrado com base em relatos concretos, que seriam os mitos, definidos por ele como uma força cultural viva. Distinguiu dentre as funções das narrativas passadas de uma geração à outra, contadas em cerimônias e na educação de crianças, determinadas histórias consideradas sagradas, que se incorporam aos rituais, à moral e à organização social. Essas narrativas, acompanhadas de cerimônia ritualística ou de regra social ou moral, garantem a sacralidade do mito. Malinowski chamou de mito, histórias que são, para os povos que as contam, a afirmação da realidade primeira pela qual a reprodução social e mesmo a vida biológica são determinadas. O mito, resgatado e reafirmado através do rito, cumpriria a função de codificar crenças, regras e práticas da sociedade, garantindo sua continuidade no tempo e no espaço. Novas formulações mitológicas surgiriam com o intuito de restabelecer o equilíbrio, sempre sustentadas em relatos referentes a um tempo já passado.¹ O mundo mítico é alocado num passado para além da memória do indivíduo e de seus pais. Lá, ocorreriam toda sorte de situações que não mais acontecem, atualizadas no relato pelo “liliú”. O mito, entendido como “histórico”, que “verdadeiramente” ocorreu no passado, opõe-se à estória, de caráter imaginário. Malinowski interpreta o significado

¹A Teoria Funcionalista, orientadora do estudo de Malinowski sobre os Trobriandeses, parte do suposto de que a sociedade é um sistema que tende para o equilíbrio. Todas as partes desse sistema devem ser compreendidas em relação ao todo, cada uma delas concorre para o equilíbrio e desempenha funções necessárias.

do mito para o nativo, afirmando ser ele a reificação da tradição, do “falar antigo”, o “libogwo”, [...] *o mito é uma representação da ordem vigente, reificação da tradição em processo* (DURHAM, 1978, p.81). Mas o que interessa reter aqui é que os mitos referem-se às origens dos seres humanos, à sociologia dos subclãs e aldeias, ao estabelecimento de relações permanentes entre este mundo e o outro (MALINOWSKI, 1976, p.233).

Também Claude Lévi-Strauss buscou construir pontes de entendimento entre as culturas humanas. Propôs que o mito fosse entendido a partir de sua estrutura, percebendo sua dinâmica interna. Apesar de arbitrários na aparência, os mitos se reproduzem com os mesmos caracteres e se referem a acontecimentos passados. Esses acontecimentos, considerados vividos, formariam também uma estrutura permanente, que falaria ao passado, ao presente e ao futuro. Para clarificar a diferença na construção do mito entre as sociedades ocidentais e as demais, Lévi-Strauss distinguiu as *sociedades ocidentais* das *arcaicas*, definindo as primeiras como sociedades *quentes* e as segundas como *frias*. As *sociedades quentes* seriam históricas, pois acreditariam na eficácia do progresso e na necessidade da mudança, e veriam o passado como etapas de um processo. Estas sociedades teriam interiorizado o movimento progressivo histórico, fazendo dele o motor de seu desenvolvimento, teriam feito da *cumulatividade histórica* um de seus princípios de ordenamento (LÉVI-STRAUSS, 1976, p.268). A concepção de tempo progressivo seria própria delas e possibilitaria a percepção da mudança e da inovação como essência da História. Vale ainda salientar que essa concepção entende que a causalidade segue o fluxo do tempo para frente, estando implícito aí um princípio hierárquico, que de tão arraigado, aparece como natural (OVERING, In Mana, 1995, p.131). As chamadas *sociedades frias*, ao contrário, seriam fiéis ao passado; esforçando-se para não incorporar as mudanças, combinariam o tempo mítico com o tempo presente. Sua finalidade seria a de fazer com que [...] *a ordem de sucessão temporal influa o menos possível sobre o conteúdo de cada um. Sem dúvida, só o conseguem imperfeitamente; mas é a norma que se fixam* (LÉVI-STRAUSS, 1976, p.268). No entanto, nem toda história humana se traduz necessariamente por um processo cumulativo, apesar de em alguns momentos formar combinações favoráveis, que tenderiam à acumulação.

Entender os mitos como um modo de estabelecer relações sociais mediante relato de fatos que já aconteceram é alargar a concepção de passado, de forma a abarcar não só o tempo longínquo, mas também períodos mais recentes. Podem existir diferentes versões de um mesmo mito, até mesmo contraditórias, por meio das quais diferentes grupos sociais ou políticos buscam validar suas pretensões ou justificar seu *status quo*.

Apesar de desencontros teóricos, esses estudos clássicos da Antropologia ensinaram que o mito é constituinte de toda a vida social e que se sustenta, sobretudo pela memória: [...] *sem a lembrança dos homens, deuses, heróis, eventos, cessam de existir* (MONTERO, 1996, p.14).

Partindo da perspectiva de que o patrimônio - objeto de estudo - deve ser compreendido em sua constituição enquanto prática e narrativa, ambas subordinadas a um discurso historiográfico presentificado, as reflexões aqui propostas tentaram combinar o estudo histórico e o antropológico. Esta articulação apesar de apresentar-se ainda como um desafio, é cada vez mais uma necessidade, quando se observa que as chamadas ‘sociedades complexas’ de hoje, conquanto possuam um grau elevado de intercomunicação, *se diferenciam pelo processo histórico a que estão (ou foram) submetidas, assim como pela consciência que têm a respeito desta mesma história* (PEIRANO, 1992 p.123). A Antropologia afinou a percepção do outro, enquanto a História permitiu várias e diferentes leituras de fatos e documentos. Ao valorizar mais os contextos que as causas, que num primeiro momento aparecem como evidentes, a concepção de História como um processo causal de acontecimentos que se desenrolam no tempo foi desconsiderada. Na mesma medida procurou-se romper com o presentismo que, ao se deixar contaminar pelas concepções predominantes no presente, não permite que se escape das valorizações sobre fatos já acontecidos.

Esta perspectiva permitiu contextualizar o patrimônio nos processos sociais dos quais se nutre, apontando para a possibilidade de defini-lo como dinâmicas dramatizações da experiência coletiva, sobre a qual cada grupo social manifesta o que deseja situar como *perene e eterno*.² Pretendeu-se dessa forma romper com o senso

²DaMatta segue essa linha de discussão no livro *Carnavais, malandros e heróis*, 1979.

comum que define o patrimônio como uma coleção estática de objetos, documentos e edificações. Agregou-se assim uma nova contribuição para o entendimento dos sentidos da construção de imagens patrimoniais, condizentes com orientações historiográficas, artísticas e políticas dos períodos analisados.

No Brasil, estas interpretações, difundidas pelas Ciências Sociais, Antropologia e História também foram importantes para a reafirmação do conceito de patrimônio. Estas concepções nortearam não só as regras da política patrimonialista e o estabelecimento das diretrizes preservacionistas, como também a noção de patrimônio, influenciando a formação intelectual de arquitetos, historiadores e cientistas sociais.³

As narrativas historiográficas, definidoras do patrimônio, estão ligadas à formulação das políticas oficiais que institucionalizaram a preservação patrimonial no país. Uma vez mergulhadas numa *tradição inventada* narrativamente e associadas a símbolos nacionais, não se pôde desconsiderar o estudo do contexto mais amplo. Nesse sentido, seria inconcebível imaginar qualquer medida que reabilitasse sítios históricos, arqueológicos ou artísticos, sem a ação intervencionista e disciplinadora do Estado.

As políticas públicas voltadas à área cultural, quando existiram, além de indefinidas foram implementadas por diferentes órgãos, pouco articulados, com orçamentos extremamente pobres e aquém do necessário.

No caso específico das ações patrimonialistas, houve certa continuidade e isso talvez se deva a alguns personagens de referência nacional, que conseguiram aliar os interesses dos diferentes governos às suas concepções. Capitaneado pelo Ministro Gustavo Capanema, nasceu o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN.

³Talvez uma das mais importantes obras tenha sido a de Gilberto Freire -*Casa grande e senzala*, de 1933. "A casa grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o bangüê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao pater famílias, culto dos mortos, etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o "tigre", a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo). Foi ainda fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia amparando os velhos e as viúvas, recolhendo os órfãos". CÂNDIDO, 1965. Entre os anos de 1940 e 1950 foram publicadas muitas outras obras importantes sobre o Brasil, dentre essas: *A cultura Brasileira* de Fernando de Azevedo; *Introdução à Antropologia Brasileira*, de Arthur Ramos, o primeiro volume foi publicado em 1943, e o segundo em 1947; em 1946 Emílio Willems realizou o primeiro estudo de comunidades no Brasil - *Cunha: tradição e transição numa cultura rural*; Herbert Baldus publicou *Lendas dos índios e Florestan Fernandes, A organização social dos Tupinambá*, ambas em 1949.

Neste processo surgiram três personagens paradigmáticas: Mário de Andrade, considerado por estudiosos do tema o *mítico pai fundador* das políticas de preservação no país, o *profeta* do patrimônio nacional, redator do anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional – Span; Rodrigo de Melo Franco de Andrade, que orientou a edição do Decreto-Lei nº 25, conhecido como *Lei do tombamento*, considerado *sacerdote* do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN; e, Aloísio Magalhães, o *renovador* das políticas culturais e do serviço patrimônio entre 1979 e 1982.

Apesar das divergências, todos eles, sob uma estrutura narrativa ordenaram eventos históricos como uma realidade objetiva, inventando um todo coerente construíram o *patrimônio nacional*.

• • •

Os temas relacionados à cultura e ao patrimônio não raro convergiram para a discussão da *identidade⁴ nacional*, marcada por uma perspectiva linear que via o passado da nação, sua tradição e sua história nascerem com o *descobrimento e a colonização*.⁵

Na esteira dos padrões historiográficos,⁶ a *invenção* do conjunto patrimonial tombado no Paraná constrói narrativamente o Estado, dando contornos à nova

⁴As Ciências Sociais não chegaram a consenso quanto ao conceito de identidade. Existem tantas definições quanto empregos do conceito. Segundo Guillermo Ruben, 1986 “a definição da noção de identidade é a determinação e certa dimensão irreduzível da qual toda a sociedade ou grupo humano seria portador” p. 84.

⁵Até os anos 20, o Evolucionismo vitoriano foi marcante entre a intelectualidade brasileira. Próprio do que se convencionou chamar de “Escola antropológica inglesa”, o Evolucionismo assentava-se no pressuposto de que na evolução de toda matéria o mais simples viria primeiro no tempo, imaginando como consequência desta hipótese que em suas origens, o ser humano estaria às voltas com um espírito individual, virgem de toda a experiência.

⁶Há forte influência do Instituto Histórico e Etnográfico Paranaense -IHEP- na escrita da história do Paraná. Os historiadores da academia, com raras exceções, produziram narrativa histórica. Na maioria das vezes privilegiaram aspectos teóricos da disciplina, com visão crítica sobre a produção historiográfica. O nicho dos contadores da história, como fatos e eventos que *realmente aconteceram*, ficou sendo o IHEP. Dentre esses historiadores, alguns marcaram definitivamente o contar a história do Estado: Antônio Vieira dos Santos (1784/1854), o *Pai da História Paranaense*, com a obra *A Memória Histórica, Chronológica, Topográfica e Descritiva da Cidade de Paranaguá e seu município*, considerada a melhor história do litoral do Paraná, pelo IHGEP; Demétrio Acácio Fernandes da Cruz, *Apontamentos Históricos, Topographicos e Descriptivos da Cidade de Paranaguá*, publicada em 1863, depoimento do próprio Acácio, Inspetor de Alfândega e funcionário público, residente em Paranaguá, que pretendeu analisar o sistema agrícola empregado pelos lavradores nacionais e divulgá-lo a colonos europeus, ao mesmo tempo em que criticava a colonização promovida pelo governo; José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933), autor de obras didáticas da história regional brasileira; Alfredo Romário Martins (1874 - 1948), Wilson Martins (1921-), crítico literário; e na academia, na década de cinquenta a partir da instalação do Departamento de História da Universidade do Paraná, Brasil Pinheiro Machado, Cecília Westphalen e Altiva Pilatti Balhana.

Província, que nasceu em 1853. A perspectiva historiográfica privilegiou a dimensão cronológica do registrar, conservar e transmitir o passado, acabando por considerar a população autóctone como *povos sem história* e conseqüentemente com pouco ou nenhum patrimônio a preservar.

Os tombamentos pautaram-se em critérios semelhantes aos adotados pelo governo federal, considerando obras de *valor histórico* as relacionadas a fatos ou figuras importantes e a ciclos econômicos da história regional; obras de *valor artístico* relevantes como expressão da estética e cultura do Estado; obras de *valor documental* válidas na interpretação histórica da região; e obras que a comunidade elegeu como importantes, por possuir com elas *vínculos sentimentais*, sem que se enquadrem em quaisquer dos itens anteriores.

Esta pesquisa acompanha a construção do tema patrimônio ao mesmo tempo em que aponta para a ambigüidade que a circunda quanto a definição de um campo particular de estudo, recupera os momentos importantes para a institucionalização da política preservacionista no Brasil e no Paraná, assim como o contexto histórico, político e sociocultural do tombamento das 120 unidades⁷ sacralizadas como patrimoniais, entre 1938 e 1990, no Estado. Estão incluídas neste total as áreas *de interesse de preservação*, delimitadas pelos *centros ou setores históricos* nas cidades de Curitiba, Lapa, Paranaguá e Antonina.⁸ As unidades preservadas, na maioria bens arquitetônicos, foram construídas desde o século XVII mas, sobretudo, nos séculos XIX e XX.

⁷O termo unidade define um bem, ou um conjunto de bens: o conjunto composto pelo Centro ou Setor Histórico de uma cidade, do qual fazem parte inúmeras edificações, praças, fachadas - conjuntos arquitetônicos, históricos e paisagísticos -, assim como uma edificação isolada. Serão denominados unidades patrimoniais aqueles bens que tiveram uma única inscrição em Livro do tombo.

⁸Do total de 120 bens, 16 são compostos pelo que se definiu bens *naturais*: árvores, parques, capões, orla marítima, ilha e serra; 02 são coleções, 06 são imagens sacras; 01 pintura mural e 01 painel de azulejos; os demais 87 são edificações arquitetônicas, sendo 17, Igrejas ou Capelas; 01 arquivo documental. Além destas há três setores históricos inscritos como unidades, nas cidades da Lapa, Paranaguá e Curitiba. Dos 120 bens, 14 foram tombados também pelo IPHAN; destes, somente 02 unidades na cidade da Lapa, não foram inscritos nos Livros do tombo estadual, mas encontram-se na área delimitada pelo Setor Histórico da cidade. Portanto, o total de unidades inscritas no período nos Livros-tombo do Estado é de 118, que somadas às duas unidades inscritas somente pelo IPHAN, perfazem o total de 120.

A análise das unidades tombadas fundou-se nos padrões historiográficos que enfatizam a colonização pelo litoral, os diferentes ciclos econômicos, a ocupação do território, o movimento imigratório e o fortalecimento do Estado.

Embora tenham sido feitas entrevistas, o estudo privilegiou a análise de acervo documental. Diversos contatos – entrevistas formais e informais - foram orientados por questões suscitadas pela análise da documentação, com pessoas diretamente envolvidas na prática preservacionista.⁹ Da documentação sob a guarda da Coordenadoria do Patrimônio, da Secretaria de Estado da Cultura, e do acervo da 10^a Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, foram pesquisados: o único Livro de Ata do Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Paranaense, que teve fugaz existência entre os anos de 1936 e 1937; os processos de tombamento a partir de 1962 até 1990; o acervo fotográfico da Curadoria do Patrimônio, de onde foram copiadas as fotos utilizadas no capítulo 4,¹⁰ os três Livros de Ata do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico¹¹: o primeiro, aberto em 11 de agosto de 1949, tendo como presidente o Diretor do então Departamento de Cultura, professor Fernando Corrêa de Azevedo,¹² o segundo Livro

⁹Foram feitas entrevistas com técnicos responsáveis pelas ações de patrimônio no Paraná: José La Pastina Filho, arquiteto e Coordenador do IPHAN no Paraná; Rosina Coeli Parchen, arquiteta e Curadora do Patrimônio da Secretaria de Cultura do Estado do Paraná- SEEC; Maria Luiza Marques Dias, arquiteta e Coordenadora do Patrimônio Cultural da SEEC; Aymoré Índio do Brasil Arantes, Historiador da SEEC; Jayme Antônio Cardoso, Diretor do Museu Paranaense, Zulmara Clara Posse, Diretora do Parque do Mate; Anamaria Aymoré Bonin, Diretora do MAEP; Roseli Boschilia, historiadora da Casa da Memória - Fundação Cultural de Curitiba; arquiteta Milna M. de Oliveira Leone, responsável pela divisão de Patrimônio do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC.

¹⁰Todas as fotos são de propriedade da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná. Os bens foram fotografados na época de seu tombamento por técnicos da Coordenadoria do Patrimônio - fotógrafos, historiadores, arquitetos ou estagiários.

¹¹Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (Decreto n° 6.633/90).

¹²A partir da segunda reunião foi eleito presidente do Conselho o Tenente-coronel Albino Silva, representante da 5^a Região Militar; na sexta reunião, ocorrida em 1951 a presidência passou a ser exercida por Fernando Corrêa de Azevedo; em 1963 o diretor do Departamento de Cultura, Enio Marques Ferreira, assumiu as funções de Diretor; em 1973, assumiu a mesma função o Doutor Alberto Garcez Duarte Filho; em 1977 foi a vez de Joaquim A. de Oliveira Portes, ocupar a função da presidência. Em 1980 o próprio secretário da Cultura e Esporte, Luiz Roberto Nogueira Soares, presidiu o Conselho.

foi iniciado em julho de 1981,¹³ e o terceiro, aberto em 17 de novembro de 1986, tendo como Secretário de Cultura a professora Suzana Munhoz da Rocha Guimarães e como Curador do Patrimônio o professor e antropólogo José Guilherme Cantor Magnani.¹⁴ Além dos Livros de Ata foram analisados os quatro Livros do Tombo: I - Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; II - Livro do Tombo Histórico; III - Livro do Tombo das Belas-Artes; IV - Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

Na *leitura* e análise dos documentos, das entrevistas e dos bens tombados acompanhou-se o desenrolar das vozes oficiais. A partir desta documentação foi possível *ouvir* os personagens diretamente envolvidos no processo de tombamento. Os entrevistados e a documentação analisada foram tratados como *versões possíveis*, como dados etnográficos, o *campo de estudo*. Sob essa ótica, textos, artigos, Livro de Ata, processos de tombamento, informações e entrevistas foram organizados para que funcionassem como *informantes*. Partiu-se do suposto de que possuem caráter dialógico virtual, pois além de conter informações, *falam* de seu autor, do contexto e das condições que os produziram.

O ritual de tombamento foi enfocado como um drama social, um momento privilegiado que torna possível observar o afloramento de diferentes narrativas que justificam as formas tangíveis que expressam o patrimônio. No processo ritualístico, o bem¹⁵ sacralizado que recebe a chancela do tombamento revela características peculiares – ser singular e único. Ao passar pelo processo, ordenado por um corpo

¹³O segundo Livro de Ata foi aberto sob a presidência do professor Brasil Pinheiro Machado, em 23.06.1981; em 1984 o Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, Fernando Ghignone assumiu a presidência do Conselho. A partir de 1984 o Secretário de Estado da Cultura e do Esporte passou a presidir as reuniões do Conselho, o que fixou norma. Em 15.09.1986 a nova Secretária, professora Suzana Munhoz da Rocha Guimarães ocupou a função. Neste período, os antropólogos e professores universitários Cecília Maria Vieira Helm e José Guilherme C. Magnani assumem funções de assessoria e administração junto à Curadoria do Patrimônio estadual, passando a fazer parte do Conselho.

¹⁴Em 1987, assumiu a função de presidente do Conselho o professor, jurista e Secretário de Cultura, René Ariel Dotti, que presidiu as reuniões até a data de fechamento da pesquisa no Livro de Ata, em 21.12.1990.

¹⁵ O conceito de bem é definido no Direito como valores materiais que servem de objeto a uma relação jurídica: é um conceito mais amplo que o de coisa englobando os bens econômicos, os de ordem moral inapropriáveis como a vida, a liberdade, a honra, e os que constituem os direitos de família. In: Bevilacqua, p. 259, 1956. No caso proposto nesse estudo o conceito refere-se a objetos, documentos, edificações ou espaços que são sacralizados patrimoniais.

seleto de especialistas cujo poder é delegado pelo Estado, lhe são atribuídos novos significados. Ao se diferenciar dos demais objetos, edificações ou construções do dia-a-dia, e ser inscrito em Livro do tombo incorpora-se ao *conjunto patrimonial - mítico, sagrado, sacralizado*.

• • •

Esta tese encontra-se estruturada em quatro capítulos e um tópico que recolhe as idéias que possibilitaram a leitura do patrimônio aqui empreendida.

No Capítulo 1, procurei discutir o termo patrimônio a partir da construção de um referencial teórico e metodológico, e indaguei se o patrimônio constitui ou não um campo de estudo particular. Para tanto, visitei a obra clássica de Aloïs Riegl - *Le cult moderne des monuments, son essence et sa genèse*. Procurei também aproximar-me das discussões atuais, buscando as diferentes contribuições contemporâneas sobre o tema. Além disso, realizei um breve passeio sobre a legislação que orienta as ações de preservação e tombamento no país.

No capítulo 2, a aproximação com o tema central aconteceu via institucionalização das políticas de preservação no Brasil. Ficam nítidas aí as interferências de parte significativa da intelectualidade brasileira, engajada no propósito de *descobrimento do Brasil*.¹⁶ As ações do Estado pautaram-se pelos interesses dos grupos no poder, respondendo pontualmente às reivindicações. Vai daí a elaboração do anteprojeto do serviço do patrimônio por Mário de Andrade, e sua constituição enquanto mito, que tal qual Fênix renasce em diferentes momentos da história nacional.

No Capítulo 3, percorro o mesmo trajeto sob nova perspectiva. Apresento as ações patrimonialistas no contexto do Estado indicando sua articulação às instituições e órgãos nacionais e internacionais. *Na tecitura da memória e na construção da história* são

¹⁶ Palavras ou frases em itálico referem-se ao discurso vinculado aos padrões historiográficos tradicionais. Não necessariamente expressam a opinião da autora.

buscados os elementos formadores da gente do Paraná, cristalizados e transformados em referenciais para a compreensão de suas particularidades. Procurei apontar ainda os momentos em que as políticas preservacionistas no Paraná foram pioneiras.

No Capítulo 4, continuo a peregrinar pelos *caminhos do Paraná*, os quais, ao se transformar vão constituindo a si mesmos e a história do Estado. Fatos, situações, objetos e homens tornam-se concretos e significativos ao referenciarem uma realidade, também ela simbólica.

Finalmente, a *Etnografia do tombamento* resgata a memória histórica impregnada no bem, demonstrando como é simbolicamente manipulada e empresta reforço de realidade ao ato do tombamento

Os discursos e as práticas patrimonialistas apontam para a possibilidade de pensar a relação entre mito e história. Superando um raciocínio marcadamente dualista, que os compreende como unidades independentes, com lógica própria, mito e história surgem como partes de uma mesma totalidade. Contraditórios às vezes, complementares em outras, podem coexistir numa mesma sociedade. E permitir muitas outras leituras...

CAPÍTULO 1

VALOR E SENTIDO, OS RITUAIS DO PATRIMÔNIO

Templos sacralizados

Pêndula

*Vão demolir o casarão da esquina:
a casa antiga, ornada de volutas,
folhas de acanto na fachada, em frisos,
a sacada uma renda em ferro azul,
e a cascata de mármore da escada.
Móveis de estilo nos salões, galas de outrora,
grandes espelhos, porcelanas, alabastros.
Pêndula preguiçosa a demorar o tempo.
Gotas de luz do carrilhão cantando as horas.
No casarão vazio, os fantasmas
dos que viveram no aconchego da lareira,
dos que dançaram sob a luz dos candelabros
e usaram linhos e baixelas e cristais
e finos gestos de olvidada cortesia.*

Helena Kolody

CAPÍTULO 1

VALOR E SENTIDO, OS RITUAIS DO PATRIMÔNIO

Mal podeis adivinhar o que me deu idéia da nova doutrina; foi nada menos que a pedra da lua, essa insigne pedra tão luminosa que, posta no cabeço de uma montanha ou no píncaro de uma torre, dá claridade a uma campina inteira, ainda a mais dilatada. Uma tal pedra com tais quilates de luz, não existiu nunca, e ninguém jamais a viu; mas muita gente crê que existe e mais de um dirá que a viu com os seus próprios olhos. Considerei o caso, e entendi que, se uma coisa pode existir na opinião, sem existir na realidade, e existir na realidade, sem existir na opinião, a conclusão é que das duas existências paralelas a única necessária é a da opinião, não a da realidade, que é apenas conveniente. (grifos meus) Machado de Assis, “O segredo do Bonzo”. 1957, p.196.

Quando da delimitação teórica e metodológica do conceito **patrimônio**, inúmeras questões são suscitadas a partir da interrogação sobre se consagraria ou não um campo de estudo. No entanto, pesquisas recentes sobre a temática¹ apontam para a delimitação de conceitos até então extremamente vagos, auxiliando no aprofundamento de noções que passaram a constituir instrumentos de análises teórico-metodológicas, embasadas na Antropologia, na História, nas Belas Artes e na Arquitetura. Essa interdisciplinaridade pode vir a constituir um novo campo intelectual, reforçando identidades comuns das diferentes disciplinas que nele se integram. Antes de tudo, vale lembrar que, como todo conhecimento em constituição, a crítica aos conceitos é fundamental.

Como as Ciências Sociais têm demonstrado, o espaço e o tempo não são categorias vazias de conteúdo e nem suportes neutros de fenômenos culturais, mas se constroem historicamente e em relações sociais definidas. Sendo assim, as sociedades criam simultaneamente seu espaço e seu tempo, e as ações e objetos humanos só são compreensíveis neste espaço. A evocação do passado faz parte da construção do patrimônio, que assume tal característica por ocupar esse espaço-tempo. Desta

¹No Brasil, dentre os inúmeros trabalhos sobre a temática destacam-se os produzidos por Antônio Augusto Arantes, José Reginaldo Gonçalves, Silvana Rubino, Mariza Veloso, José Guilherme Cantor Magnani, Edgar De Deca, Ulpiano Bezerra de Menezes; e, no Paraná, os estudos e pesquisas do grupo vinculado ao IPAC de Londrina, todos elencados na relação bibliografia.

perspectiva, a noção de tempo, base e medida para a definição de patrimônio, não é, necessariamente, a de tempo cronológico. Constitui-se, isto sim, como um tempo tridimensional, em que o passado, o presente e o significado futuro do bem patrimonial não podem ser separados, a ponto de a secção comprometer a própria existência do bem. Essa tridimensionalidade espaço-temporal confere novo estatuto ao bem patrimonial, distinguindo-o de outros bens que não foram sacralizados.

A noção de patrimônio assenta-se numa versão de História que se pretende consensual pela sua capacidade de se reportar a fatos *que realmente aconteceram*, transformando-os em marcos que se impõem ao presente. Estes marcos, pinçados no tempo e no espaço, instauram uma temporalidade que organiza a história tal como contada. O acervo patrimonial selecionado materializaria um ponto de vista social particular sobre determinado fato ou tema, recuperando velhos avatares perdidos na tradição. Assim, objetos revestidos de novas significações e imortalizados parecem ganhar vida, personificando relações humanas.

A história do indivíduo é sempre uma certa especificação da história coletiva. Cada nova geração relê e refaz seu patrimônio cultural de acordo com seus referenciais socioculturais. A memória individual está articulada à grupal que, por sua vez, liga-se à memória coletiva, que poderia ser chamada de tradição, [...] *os homens não sobrevivem simplesmente. Eles sobrevivem de uma maneira específica. Eles se reproduzem como certos tipos de homens e mulheres, classes sociais e grupos, não como organismos biológicos ou agregados de organismos (populações)* (SAHLINS, M.1979, p.187).

O patrimônio, como um artefato cultural inventado, vai adquirir significados no processo de sua construção, passando por intersubjetividades e recursos ficcionais.

A Antropologia, como ciência interpretativa, teve grande influência na abordagem do que veio a ser chamado de História Cultural, ao enfatizar que a vida social é ordenada por símbolos, sem os quais a mesma não poderia existir. Seja em Lévi-Strauss, entendendo a cultura como um conjunto complexo de códigos que balizam as ações coletivas dos grupos humanos, códigos estes que interpretam a realidade e permitem que se atribua sentido ao mundo humano; seja em Geertz, que defendeu um conceito semântico de cultura ligado à interpretação dos significados da

vida social. Segundo este autor, objetos, mitos e símbolos tradicionais tornam-se culturalmente significativos enquanto partes integrantes do processo cotidiano de vida de grupos de homens, responsáveis por tecerem a *teia de significados* que os envolvem (GEERTZ, 1978, p.15). O estudo da cultura não poderia buscar leis, mas sim os significados destas teias que envolvem os homens e suas relações sociais.

Geertz define a descrição etnográfica a partir de três características que podem também auxiliar na compreensão do discurso do patrimônio. A primeira característica é de que a etnografia seria interpretativa; a segunda, que a descrição etnográfica interpretaria o fluxo do discurso social, e a terceira que a interpretação consistiria em tentar [...] *salvar o 'dito' num tal discurso da sua possibilidade de extinguir-se e fixá-lo em formas pesquisáveis; [...] O kula desapareceu ou foi alterado, mas, de qualquer forma, Os Argonautas do Pacífico Ocidental continua a existir* (GEERTZ, C. 1978, p.31).

Assim, o discurso do patrimônio teria a característica de ser interpretativo, uma vez que representaria uma dada situação ou evento, traduzindo-o. Tal interpretação teria por base o fluxo do discurso social à medida que reforçaria laços comuns e, ao mesmo tempo, tentaria salvar os atos e ações humanas da perecibilidade transfigurando-os em ícones.

Chartres é feita de pedra e vidro, mas não é apenas pedra e vidro, é uma catedral, e não somente uma catedral, mas uma catedral particular, construída num tempo particular por certos membros de uma sociedade particular. Para compreender o que isso significa, para perceber o que isso é exatamente, você precisa conhecer mais do que as propriedades genéricas da pedra e do vidro e bem mais do que é comum a todas as catedrais. Você precisa compreender também - e, em minha opinião, da forma mais crítica - os conceitos específicos das relações entre Deus, o homem e a arquitetura que ela incorpora, uma vez que foram eles que governaram a sua criação. Não é diferente com os homens; eles também, até o último deles, são artefatos culturais. (GEERTZ, C. 1978, p.63).

Nesta perspectiva, os bens patrimoniais podem ser compreendidos como inscrição que fala de um tempo pretérito, que o relata e que o torna presente e significativo, apontando para um futuro até certo ponto previsível.

1.1 PATRIMÔNIO CULTURAL, UM CAMPO DE ESTUDO?

*“E há o problema geral de S. Paulo.
Você entenderá comigo que não é possível entre nós descobrir
maravilhas espantosas,
do valor das mineiras e baianas, pernambucanas e paraibanas em principal.
A orientação paulista tem de se adaptar ao meio: primando a
preocupação histórica à estética”.*

Mário de Andrade em carta a Rodrigo de Melo Franco.

Nos eventos interpretados pela narrativa, que lhes confere sentido, os fatos não são apenas descritos *tal como realmente aconteceram*, mas vão sendo reconstruídos sob um conjunto plural de pontos-de-vista apreendidos de múltiplas maneiras. Esta reconstrução subordina-se às condições culturais vivenciadas no presente, tecendo uma rede de significados, com diferentes conotações, que se delineiam por meio de um determinado discurso histórico. Esta rede de significados não é uma simples escolha arbitrária; ela organiza o valor social do bem patrimonial e depende, fundamentalmente, dos juízos de valor que a ele serão acoplados. Estes juízos irão determinar que sua valorização não seja definida apenas a partir de características físicas e materiais, mas que sua maior ou menor importância seja considerada dentro de um complexo quadro de referências.

Sacralizados pelo ritual do tombamento, uma certa casa, uma árvore ou um conjunto de documentos tombados expressam muito mais que sua materialidade: de ser de pedra e cal, plantada por alguém, escrito num determinado momento, uma mensagem importante... Transformam-se em patrimoniais por acoplarem valores que transcendem sua materialidade e se sustentarem em referencialidades histórico-culturais, senão vivenciadas pelo menos sentidas. O bem patrimonial recriado faz com que os fatos a ele remetidos pareçam concordar com a história, tal como no presente é veiculada ou inventada.

No Brasil, a historiografia teve início no século XIX, marcada por uma forte apologia ao Poder. Durante o período colonial não foi além de uma série de relatos e crônicas de viajantes, dirigidos a poucos e poderosos senhores da Colônia, valorizando

fatos e ações individuais heróicos. Em todo esse século, a história produzida ainda estava vinculada a governos ou institutos históricos, tal como a construiu Francisco Adolfo Varnhagen (Paz, 1995). O estilo impresso por Varnhagen se repetiu em quase todas as análises historiográficas posteriores: a decantada superioridade da *raça branca*, a *inferioridade de índios e negros*, a *defesa* da elite aristocrática.

A República não alterou de forma significativa esse panorama. Os mesmos padrões historiográficos desenvolvidos sob o Império continuavam a ser repassados, acrescentando-se a eles tons patrióticos. Contava-se a história do país como a de uma nação pacífica, formada sem grandes conflitos, composta por um povo ordeiro. Na realidade, a memória dos conflitos era camuflada, desrespeitada e subjugada à visão do vencedor. Fatos e personagens heróicos ocultavam a opressão e subordinação de índios, negros e mesmo de imigrantes. Para ilustrar, vale lembrar o ato de Rui Barbosa ordenando que fossem queimados todos os documentos relativos à escravidão, para *tirar esta mácula do país*. Porém, os ressentimentos provocados pela escravidão foram também expressos em outros níveis, pelo menos pela intelectualidade jovem, como nesta estrofe do poema *Navio Negreiro* de Castro Alves,

*Ó mar, porque não apagas
Co'a esponja de tuas vagas
Do teu manto este borrão?
Astros! noites! tempestades!
Rolai das imensidades!
Varrei os mares, tufão!...*

As Ciências Sociais possibilitaram reflexões críticas ao introduzirem o confronto de princípios mediante o estabelecimento de contatos com diferentes culturas. Ao discutir a concepção da natureza humana e da unidade do homem, as Ciências Sociais estavam criando espaço para refletir sobre *obras da humanidade*. Especificamente a Antropologia, ao criar o *fascínio pelo outro*, transforma o *teórico de gabinete* em pesquisador de campo e altera significativamente as metodologias e abordagens das Ciências Sociais. Desde então, as pesquisas históricas, baseadas em fontes documentais, contrastaram com os estudos etnográficos, resultados da experiência de campo. Fortalecia-se, assim, a postura relativizadora que positivou as diferenças e considerou outras sociedades e culturas

como co-partícipes do processo histórico. Povos até então desconhecidos impuseram sua presença à historicidade do Ocidente, abalando paradigmas sustentados por essa visão etnocêntrica. Estava colocada a possibilidade de descentralização da História, deslocando-a para além do Ocidente.

Esse movimento histórico alcançaria o Brasil, no início do século XX. As reflexões antropológicas e históricas voltaram-se para os *nativos*, ainda privilegiando a fala de sujeitos *domesticados* pela colonização e pela tradição Ocidental. No entanto, críticas à elite aristocrática e *passadista* já aparecem na literatura. É exemplar o diálogo entre pai e filho neste conto.

- Isto é o diabo! Não poder adornar o estilo de quando em quando...

- Podes; podes empregar umas quantas figuras expressivas: a hidra de Lerna, por exemplo, a cabeça de Medusa, o tonel das Danides, as asas de Ícaro, e outras, que românticos, clássicos e realistas empregam sem desar quando precisam delas. Sentenças latinas, ditos históricos, versos célebres, brocardos jurídicos, máximas, é de bem aviso trazê-los contigo para os discursos de sobremesa, de felicitação, ou de agradecimento. [...] (Teoria do Medalhão. MACHADO DE ASSIS, 1957, p.106/107).

O academicismo seria alvo de crítica mais contundente na década de 1920. Neste sentido, é emblemática a Semana de Arte Moderna de 1922, cujas inquietações atingiram diversos campos do conhecimento incitando a superação do passadismo.

Em decorrência, a década de trinta abriu-se à interpretação crítica do país com obras como *Evolução Política do Brasil*, de Caio Prado Júnior, *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freire; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. Tentava-se refletir sobre a realidade nacional incluindo o olhar daqueles que estiveram, até então, à margem da história, chamando a atenção do brasileiro para sua própria realidade, sugerindo-se a importância [...] *dos fatos humildes: o cumprimento, a receita de doce, a festa de padroeiro, o bigode, o anúncio de jornal, a anedota*. (CÂNDIDO, 1993, p.83, ao comentar a importância de Gilberto Freire).

1.1.1 Vários Termos, um Significado

Os fundamentos da noção de patrimônio são encontrados no século XVI, originário da palavra grega - *mnēmosynon*. O termo *mnēmeion* refere-se à memória que advém do objeto por excelência. A partir do século XVII o termo foi difundido

paralelamente à palavra latina *monumentum*, ligada à idéia de *obra do passado* ou *edificação comemorativa*. (TSIOMIS, 1996).

Sua significação passa de um senso restrito, um monumento em comemoração a um personagem ou fato, a uma definição mais abrangente, um objeto memorável do domínio da arte, da história, da natureza, um signo digno de conservação. Segundo Tsiomis, a evolução da palavra alemã *Denkmal* revelaria essa transferência semântica. *Denk*: o ato de pensar sobre; e, *mal*: do alemão antigo *meil*, sugerindo marca. Tsiomis enfatiza que na tradição alemã *Denkmal* continua a referir-se a um objeto preciso: uma pintura, arquitetura, mas falta-lhe um grau de abstração ou de espiritualidade que remete à idéia de *Kulturgut*: herança de uma civilização. Mais precisamente, *Associés à des édifices commémoratifs à la gloire d'une Nation, ces mots iront jusqu'à prendre une connotation idéologique, ce qui traduit bien la complexité de la définition de ce que recouvre, signifie et véhicule le mot 'patrimoine'*. (TSIOMIS, 1996, p.13).

O autor revela ainda que o termo grego *Kleronomia*, apesar de pertencer à mesma família do termo patrimônio, remete a destino, posse. Assim, a concepção de monumento englobaria os sentidos dos termos latino, *patrimonium*; do grego, *Kleronomia e mnémeion*; e do alemão, *Denkmal* e *Kulturgut*.

A noção de patrimônio, incorporando a idéia de herança aliada à de patrimônio arquitetural, começou a ser formada na Europa a partir do século XVIII. O primeiro país europeu a estabelecer uma legislação específica, com base nessa concepção, foi a França após 1834 (TSIOMIS, 1996, p.44).

O termo patrimônio histórico teve por base o conceito de monumento histórico gestado na Europa a partir da segunda metade do século XIX, de onde difundiu-se progressivamente. A Revolução Industrial emprestou a esse conceito uma abrangência universal. Enquanto um processo irreversível, a industrialização, com seu constante movimento transformador, tornou necessário *guardar* o passado que se esvaia rapidamente. Daí a proteção do patrimônio histórico. (CHOAY, F. 1996, p.95).

Essa expressão faz reviver no presente aspectos do passado. Além disso, designa elementos pertencentes, em comum, à comunidade, ao Estado ou à nação. As instituições e organizações internacionais levaram o termo patrimônio a uma dimensão planetária ao criar a categoria patrimônio histórico da humanidade. Esta categoria remete à possibilidade de diálogo entre diferentes culturas e supõe que, apesar das profundas divergências, possam estabelecer parâmetros e critérios comuns. Com isso, reconhecem que elementos pertencentes a sociedades e culturas particulares são importantes para a humanidade, como herança comum. O termo patrimônio estava, assim, teoricamente ligado ao conceito antropológico de cultura. Ao incorporar o termo *cultural*, incluindo as dimensões testemunhais do cotidiano, a nova noção – Patrimônio Cultural – superou a redução que o fazia perder a abrangência de sentido. Entretanto, à primeira vista, a tentativa de precisar a noção por esta via pareceu também estar fadada ao insucesso. Como diz Magnani, a expressão *patrimônio cultural* pode dar a impressão enganosa de que *todos sabem do que se está falando* (MAGNANI, s.n.t.), dado que *cultura* aparece na visão do senso comum como um termo preciso, designando alguma coisa ou valores palpáveis. Ledo engano. Na realidade, o termo luta com restrições implícitas na concepção vulgar que, por um lado, lhe atribui caráter de coleção de objetos e artefatos e, por outro, toma-o como atributo de pessoas inteligentes ou com conhecimento enciclopédico. Efetivamente, porém, traz para o centro do debate discussões teórico-metodológicas que partem do suposto de que a capacidade de produzir cultura e ser produzido por ela é característica de toda a humanidade, definindo como patrimônio *a produção humana* em sua totalidade e estabelecendo uma relação dialógica com documentos, edificações, acervos e eventos de outras culturas até então desconsideradas pelas políticas de preservação.

[...] Se a cultura é um conjunto de códigos, o patrimônio é a série de falas que só adquirem inteligibilidade por referência àqueles códigos. A noção de patrimônio, desta forma, aponta para o aspecto da exterioridade da cultura: objetos, técnicas, espaços, edificações, crenças, rituais, instrumentos, costumes, etc., constituem os suportes físicos, as formas particulares e tangíveis de expressão dos padrões culturais. (MAGNANI, Lua Nova, snt.).

Assim, continua o mesmo autor, a ação preservacionista não incide sobre a cultura em si, mas, seletivamente, sobre seus suportes materiais e simbólicos produzidos e reproduzidos por grupos de homens.

Neste sentido, o patrimônio cultural pretende registrar as manifestações significativas presentes nas relações sociais, sejam os bens materiais ou as expressões imateriais. Recuperou-se, assim, o princípio da concepção grega que, em seu incessante conversar, viu que o mundo poderia ser considerado sob infinitos ângulos, [...] *ao cantar os feitos dos troianos não menos que os dos aqueus, e louvar a glória de Heitor não menos que a grandeza de Aquiles.* (ARENDT, 1982, p.81).

No Brasil, cada disciplina particular, em função da abrangência do termo, relaciona-o a seu campo de estudo. Dependendo dos interesses em jogo, fala-se de patrimônio histórico, patrimônio arqueológico, ambiental, ecológico ou paisagístico, criando-se uma tipologia que se adapta a cada caso particular de estudo, empiricamente delimitado.² Nas ações de política patrimonial, o termo substituiu diferentes designações, como arrolar, inventariar, registrar e, sobretudo, o ato de colocar sob a responsabilidade do Estado a conservação, a proteção e a guarda de bens móveis e imóveis que, sob sua visão, fossem dotados de *interesse público, com valor e memória histórica, artística, arqueológica, paisagística.*

Persistem ainda tentativas de enquadrar o objeto de estudo patrimônio cultural, marcado por um empiricismo arraigado, em um campo de estudo, cuja delimitação seria confundida com o próprio objeto.

²Em um pequeno artigo Magnani, J.G.C. snt., discute estas questões. Considero ter ampliado a discussão colocada por Magnani ao incorporar a ela novas esferas relativas ao conceito de cultura.

1.1.2 A Invenção do Monumento

Nunca houve um monumento de cultura que não fosse também um monumento de barbárie.

*E, assim como a cultura não é isenta de barbárie,
não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura”*

W. Benjamim, 1985, p.225.

Na tradição Ocidental a idéia de *monumento* está ligada à constituição do patrimônio nacional em paralelo à noção de espaço público e ao moderno conceito de nação, fundado em valores laicos.³

Em trabalho considerado clássico, Aloïs Riegl⁴ mobilizou toda sua experiência de historiador de arte e de diretor de museus, para empreender análise crítica da noção de monumento histórico, tratando-a como objeto social e filosófico. A finalidade de seu estudo seria a de orientar a política de conservação do Ministério Austríaco de Belas-Artes, resultado direto de suas pesquisas, sem as quais não existiria. O próprio título do trabalho *Der Moderne Denkmalkultus, O Moderno Culto ao Monumento*, convida a uma reflexão sobre a sociedade contemporânea.

Riegl faz distinção entre a noção de *monumento* e *monumento histórico*. Busca a origem da noção de *monumento* na Itália do século XVI, fundamentado no entendimento de que o movimento de recuperação e preservação da cultura da antigüidade greco-latina levou à reatualização da identidade nacional italiana (BECKHART, 1991). Fundamentalmente, estruturou sua análise incluindo duas categorias: o *valor de rememoração* com forte presença da memória, e o *valor de contemporaneidade*, ligado ao presente. A estrutura dual corresponde à distinção entre História e História da Arte,

³O termo *monumento histórico* foi consagrado na França, após ser utilizado pelo ministro do interior francês, que criou o cargo de Inspetor de Monumentos Históricos, em 1830 (Choay, 1996, p.23). Em 1903 foi dado forma definitiva ao termo, que serviu de referência à lei sobre monumentos históricos. Na Inglaterra, a intervenção do Estado sobre a gestão e conservação dos monumentos aconteceu em 1882, através da edição do Ato de Proteção aos Monumentos Antigos (Choay, 1996, p.110)

⁴Aloïs Riegl (1859-1905), jurista, filósofo e historiador de arte, escreveu em 1903 um pequeno texto, *Der Moderne Denkmalkultus*, traduzido para o francês como *Le cult moderne des monuments: son essence e sa genése*, pioneiro na discussão da problemática e dos valores em que se baseiam os vários conceitos de monumento. Em 1902, foi nomeado Presidente da Comissão Austríaca dos Monumentos Históricos, encarregado de propor nova legislação para a conservação dos monumentos históricos (Choay, 1996, p.124). Bann, 1994. Trabalha com noções semelhantes nos textos: *Clio em parte: Sobre o antiquário e Fragmento Histórico* e *Visões do Passado: Reflexões sobre o Tratamento dos Objetos Históricos e Museus de História*.

desenvolvida por ele. Riegl chama atenção para outro valor aclopado à noção de patrimônio na segunda metade do século XIX, que denominou de *valor de antigüidade*.

O autor evoca a idéia de *monumento* não somente pelo seu valor estético, mas, sobretudo, pelo seu *valor de uso*. Sua definição de monumento *au sens le plus ancien et véritablement originel du terme, on entend une oeuvre créée de la main de l'homme et édifiée dans le but précis de conserver toujours présent et vivant dans la conscience des générations futures le douvenir de telle action ou telle destinée (ou des combinaisons de l'une et de l'autre)*. (RIEGL, 1984, p.35)

Segundo o autor, embora o monumento possa referir-se à arte ou à escrita, foi através da linguagem das artes plásticas que os dois tipos associaram-se. Riegl evoca as diferenças históricas implícitas na definição de monumento. De acordo com as idéias que prevaleceram do século XVI ao XIX, quando se falava de culto e de proteção aos monumentos, estava-se referindo aos *monumentos artísticos e históricos* classificados como *não intencionais*, que se diferenciavam dos *intencionais*. Os monumentos *intencionais* seriam aquelas obras destinadas, pela vontade de seus criadores, a comemorar um momento preciso ou um acontecimento complexo do passado. Sua definição enquanto monumento estaria implícita *a priori*. Já os monumentos *não intencionais* seriam definidos como importantes pelo que representam no presente ou por estarem, como diz Riegl, *recobertos pela pátina do tempo*.

Riegl define três classes de monumentos: os intencionais, os históricos e os antigos; os dois últimos são classificados como não intencionais. Tal classificação mostraria, segundo ele, que a história da conservação dos monumentos passou por um processo de sucessiva generalização, obedecendo exatamente àquela ordem.

A partir do século XV, a Itália passou a recuperar os monumentos da Antigüidade, apreciando-os pelo seu valor artístico e histórico. O autor explica que essa época conheceu os monumentos intencionais, ligados a indivíduos, famílias ou expressando sentimento patriótico, principalmente entre os gregos e romanos. O *valor artístico*, dado pelos italianos aos fragmentos do passado, limitava-se às obras da Antigüidade que reconheciam como sua ancestral. Por outro lado, odiavam o gótico,

que consideravam expressão da própria barbárie. Ao centralizar sua crítica à concepção de arte do Renascimento italiano, Riegl mostrou que a arte produzida na Antigüidade clássica era considerada objetivamente correta e universalmente válida; as demais eram vistas como bárbaras ou degeneradas, à exceção das produzidas pelos próprios italianos. Apesar desta visão unilateral, Riegl ressalta-a como positiva, dado que foi a primeira vez em que uma sociedade reconheceu, como um estágio anterior ao seu, obras e acontecimentos que ocorreram há mais de um milênio. Foram também os italianos os primeiros a editarem medidas em favor da proteção aos monumentos.⁵ Pode-se, neste sentido, afirmar que [...] *uma verdadeira proteção dos monumentos, no sentido em que a entendemos hoje, nasceu a partir do Renascimento italiano, quando se vê serem reconhecidos e apreciados os monumentos antigos, e estabelecida uma jurisdição destinada a protegê-los.* (RIEGL, A. 1989, p.21).

O interesse histórico que fundamentou a preocupação com a preservação surgiu limitado à própria história da Itália. Neste sentido, o *valor histórico* associado pelos italianos aos monumentos antigos, distinto do *valor artístico*, ainda encontrava-se distante do que seria definido como histórico ao final do século XIX. A divisão entre monumentos *não intencionais*, de valores artísticos e históricos, seria justificável, pois o *valor artístico* das obras teria predominância sobre o *valor histórico*.

Nesta discussão, o autor apresenta os diferentes tipos de valores agregados aos monumentos a partir do que chama sua *evolução histórica*, definindo-os de forma dual enquanto: valores de rememoração e valores de contemporaneidade.

Valores de rememoração

Estes valores, relacionados ao culto a monumentos, são ligados ao passado. Riegl divide-os em a) *valor histórico*, b) *valor de rememoração intencional*, e c) *valor de antigüidade*. Considera que os dois primeiros atestam a relevância do monumento para uma determinada seqüência de eventos passados, dando-lhes uma importância atemporal.

a) Valor histórico

⁵Riegl, 1989, p.21, exemplifica com o Breve de Paulo III, de 18 de novembro de 1534.

A idéia de valor histórico encontra-se impregnada das noções de desenvolvimento e progresso e de tudo o que um dia foi e não pode mais reproduzir-se, como *um elo insubstituível e indemoável de uma corrente de desenvolvimento* (RIEGL, 1989, p.36). Está implícita nesta concepção a idéia dominante de história do final do século XIX, entendida como uma cadeia de fatos e acontecimentos articulados que levariam, numa escala linear, a um objetivo previamente determinado, no qual cada acontecimento seria único e insubstituível. Por serem inumeráveis, seria impossível considerar todo o arsenal de acontecimentos do qual restaram testemunhos. Sendo assim, caberia o estabelecimento de critérios que definissem aqueles que representariam as etapas consideradas marcantes para a evolução de determinado ramo da atividade humana.

Na classe dos monumentos históricos estariam incluídos os que remeteriam a um momento particular do passado, mas cuja escolha seria determinada pela preferência subjetiva dos sujeitos do presente. O valor histórico consideraria a situação do monumento no tempo, dado que seus produtores procuraram satisfazer suas necessidades práticas ou a de seus contemporâneos, ou suas exigências de ideal. Neste raciocínio, ele não teria sido construído visando necessariamente às gerações futuras.

O autor ressalta que todo monumento de arte é também histórico, à medida que representa um [...] *determinado estágio da evolução das artes plásticas, do qual não é possível encontrar, em sentido estrito, um equivalente* (RIEGL, 1989, p.18).

Por outro lado, um monumento histórico seria também artístico, já que comportaria uma série de elementos artísticos. Toma, como exemplo, uma folha de papel com escrita que, além das informações que podem ser lidas no texto, permite inúmeras outras *leituras*, desde o desenho dos caracteres até a própria forma e qualidade do papel utilizado. No caso deste tipo de documento, o conteúdo do texto intervém, seja pelo valor do texto em si, pelo que pode dizer de sua época, seja pela peculiaridade da língua e valores culturais que expressa. Neste sentido, conclui que os

monumentos que são conservados não seriam só os históricos, mas também os antigos, que teriam a qualidade de artísticos.

Em síntese, o valor histórico de um monumento residiria no fato de ele representar um estado particular, único, do domínio da criação humana, evocado pela seu estado original ainda que alterado pelo tempo (RIEGL, 1984, p.73). A partir da definição deste valor, o estado original do monumento é considerado intocável; ele é na verdade a sua própria essência. Não interessam as marcas do tempo nele figuradas, mas sim o propósito de seu surgimento, valendo conservá-lo o mais *autenticamente* possível para futuras pesquisas. A intervenção humana sobre ele deve frear o progresso normal ocasionado pela decomposição dos agentes naturais.

Dentre os testemunhos do passado, eleitos como representativos, Riegl diz que tanto podem ser um monumento escrito quanto um monumento de arte. Entretanto, o século XX trouxe novas questões.

O valor histórico indissociavelmente ligado ao fato individual devia transformar-se, progressivamente, em um valor de desenvolvimento para o qual o indivíduo torna-se indiferente. Este valor de desenvolvimento é precisamente o valor de antigüidade tal como foi apresentado acima. É, portanto, o produto lógico do valor histórico, que o precedeu em quatro séculos. Sem o precedente do valor histórico, o valor de antigüidade não teria podido surgir. Se o século XIX foi o século do valor histórico, o século XX parece dever ser o do valor de antigüidade (RIEGL, A. 1989, p.21-22).

b) Valor de Rememoração Intencional

O *valor de rememoração intencional* tenderia a isolar um momento do processo histórico e apresentar uma face precisa que se refere ao presente (RIEGL, 1984, p.85). Sua função liga-se a um momento passado, apontando onde, quando e com que intenção foi construído ou elaborado. Segundo Riegl, o *valor de rememoração intencional* reivindicaria para o monumento *l'immortalité, l'éternel présent, la pérennité de l'état originel*. Desta forma, não se reivindica a restauração do monumento, mas sim sua manutenção como no momento de sua criação. O valor de rememoração intencional antagoniza-se com o *valor de antigüidade*, que propõe a manutenção das marcas deixadas pelo passar do tempo.

c) Valor de Antigüidade

Diferentemente do *valor histórico*, o *valor de antigüidade* estaria ligado à passagem do tempo, que marca o objeto, o documento ou a obra arquitetônica, sendo este o motivo de sua importância. Riegl chama atenção para o fato de que não seria a destinação original que poderia conferir às obras humanas significação, dado que as sociedades do presente atribuiriam significados às obras ou documentos, tendo ou não havido a mesma intencionalidade quando de sua construção. Esta idéia implica o *valor de rememoração*, quando o monumento torna-se interessante por se apresentar em sua forma original, marcado pela passagem dos anos. Este *valor de época* incorporaria um efeito emocional que não dependeria de conhecimento acadêmico ou educação histórica para sua satisfação; seria evocado pela percepção sensorial. Para Riegl, o *valor de época* elevar-se-ia acima das diferenças de crenças religiosas, de educação e de compreensão da arte.

O *valor de época* remete a um tempo pretérito e pode ser melhor entendido quando se percebe o interesse suscitado por determinadas ruínas sobre as quais não se possui nenhuma informação plausível; assim como por documento escrito, cujo texto não tenha qualquer valor por si mesmo. Ambos espelham o passar do tempo cronológico. O interesse por eles estaria ligado aos valores da época neles visíveis. Além disso, o estranhamento que suscitam aprofunda a distância temporal, apontando para distâncias sociais e culturais. Sua importância estaria fundada sobre um valor de rememoração ligado à representação do tempo transcorrido e não à obra em seu estado original. *Le culte de la valeur d'ancienneté s'oppose ainsi directement à la conservation du monument: car, sans aucun doute, le libre jeu des forces naturelles abouti nécessairement à la destruction totale du monument. La ruine devient de plus en plus pittoresque en fonction du nombre de ses parties atteintes par la dégradation* (RIEGL, 1984, p.69).

Seriam classificados como antigos todos os monumentos que, independentemente de suas significações originais, testemunhassem agressões do tempo. Velhas construções, velhos pergaminhos, remetem a humanidade ao processo

temporal, lembrando-lhe sua perecibilidade, apontando para outros homens e sociedades responsáveis pela construção destes *monumentos antigos* que clamam serem ouvidos e lidos como testemunhos de um tempo que passou.

A pátina do tempo recobre objetos, homens e espaços, independente dos valores a eles atribuídos. Um *monumento* não existe por si mesmo, ele reconta a história e aviva a memória, constituindo uma linguagem que fala do pretérito.

O monumento não é mais que um substrato sensível, necessário para produzir sobre o espectador essa impressão difusa suscitada, no homem moderno, pela representação do ciclo necessário do devir e da morte, da emergência do singular, que escapa ao geral, e de seu progressivo e inelutável retorno ao geral. Esta impressão não implica, de modo algum, uma análise científica nem parece depender de uma cultura histórica; ela põe em jogo apenas a sensibilidade e a afetividade e pretende não se dirigir exclusivamente às pessoas cultivadas a quem necessária e unicamente a conservação histórica dos monumentos diz respeito, mas também às massas, a todos os indivíduos, sem distinção de nível cultural. Nesta pretensão a ter uma validade universal, que ela divide com os valores sentimentais da religião, reside a significação profunda - e da qual é ainda impossível medir as conseqüências - deste novo valor de rememoração, que chamaremos, daqui por diante, 'valor de antigüidade' (RIEGL, 1989, p.19-20).

Valores de Contemporaneidade

Riegl divide-os em valor de uso e valor de arte, ambos ligados ao presente.

a) Valor de Uso

O valor de uso reaviva a utilização dos monumentos para atividades neles originalmente desenvolvidas - propriedade ideal para preservá-los. Isto não implica a absoluta necessidade de que a utilização do espaço devesse ser sempre feita da mesma forma. É interessante lembrar que Riegl tinha como parâmetro os monumentos deixados pelas civilizações greco-romanas, e, principalmente, as grandes catedrais.

b) Valor de Arte

Riegl considerou que a arte interessaria à discussão sobre patrimônio e preservação sob o ponto de vista estritamente histórico:[...] *o monumento aparece-nos como um elo indispensável no desenvolvimento da história da arte* (RIEGL, 1989, p.18). Para ele, o monumento artístico seria primeiramente entendido como um monumento da história da arte.

No centro da discussão sobre o valor artístico está sua crítica à concepção de um cânone artístico inatingível, cujo objetivo seria alcançar um ideal absoluto, meta

final de todo artista. Esta concepção teria preponderado desde o Renascimento até o século XIX, quando se reconhecia a Antigüidade como o período que mais se aproximou do cânone artístico idealizado.

Riegl conclui que somente após o amadurecimento da idéia de desenvolvimento histórico, no final do século XIX e início do XX, é que se passou a considerar a criação artística do passado como concluída e desprovida de autoridade canônica. Segundo ele, de acordo com a concepção moderna (o autor está se referindo ao contexto europeu do início do século XX), não haveria um valor de arte absoluto, mas somente um valor de arte relativo, atual. Se as obras de arte antigas causam admiração é porque respondem ao querer artístico moderno. Como consequência desta concepção, a definição do *valor de arte deve variar segundo o ponto de vista que se adota* (RIEGL, 1989, p.19). Para Riegl, esta relativização da concepção do valor artístico deve ser bem compreendida, pois *os planos diretores da política de conservação dos monumentos históricos dependem integralmente disto* (RIEGL, 1989, p.19). Esta conclusão deve-se ao fato de não mais se crer na existência de valor de arte eterno, mas no seu valor relativo, moderno, *então o valor de arte de um monumento não é mais um valor de rememoração mas um valor atual* (RIEGL, 1989, p.19). Por ser considerado um valor flutuante e relativo, o *valor artístico* opõe-se ao *valor histórico*, o qual se fundamenta na rememoração de um passado determinado.

Riegl, preocupado em encontrar espaço científico para sua discussão e sustentado pelas correntes teóricas em voga, construiu interessante reflexão que ainda orienta diferentes abordagens. Para este trabalho, em particular, é importante apontar que a definição do bem patrimonial é um ato voluntário que depende do discurso narrativo histórico ao qual ele foi acoplado, sendo a estética outro argumento participante dessa escolha.

A partir dessa perspectiva, é interessante acompanhar como se comportam as idéias de tradição e de monumento presentes nos discursos do patrimônio, ressaltando que o relevante é estudar o que os bens patrimoniais, articulados a tradições, representam no imaginário das comunidades que os atualizam.

1.2 A SOLIDARIEDADE ENTRE O PASSADO E O PRESENTE

Quando se trata de tradições, a autoridade é feita, não somente do a priori social, mas ainda do a posteriori social; não somente da obscuridade de pensamentos, mas da antigüidade e da veracidade dos acordos humanos.

Inúmeras experiências se registram numa tradição, se incorporam por tudo nos menores comportamentos”

[...] Tudo isso é representado como inventado pelos ancestrais, revelado pelos deuses, mas também conhecido como fundamentado na história e verificado pela experiência, pela embriagues, pelo êxtase, pelo sucesso do alimento, pelos efeitos sensíveis da técnica. Mauss, 1979, p.198.

Por remeter à idéia de solidariedade entre o passado e o presente, o patrimônio permite que se veja a tradição como fios invisíveis que costuram um espaço-tempo. Indissolúvelmente ligada ao passado, a tradição parece impor-se ao presente como coisa dada, pois tendo assegurado como foi o princípio ousa determinar o futuro. À medida que se fundamenta em garantias que não podem ser postas em dúvida, por ter como testemunho um passado vivenciado e tido como verdadeiro, a tradição constitui quase uma lei.

A raiz da palavra pode ser encontrada no verbo latino *tradire*, com acepções mais amplas, que significa entregar, carregando a idéia de algo que é passado de geração a geração, transmitido de pai para filho, numa cadeia contínua,

[...] o ato de passar algo para outra pessoa, ou de passar de uma geração a outra geração. Em segundo lugar, os dicionaristas referem a relação do verbo tradire com o conhecimento oral escrito. Isso quer dizer que, através da tradição, algo é dito e o dito é entregue de geração a geração. De certa maneira, estamos, pois, instalados numa tradição, como que inseridos nela, a ponto de revelar-se muito difícil desembaraçar-se de suas peias. Assim, através do elemento dito ou escrito algo é entregue, passa de geração em geração, e isso constitui a tradição - e nos constitui (BORNHEIM, 1987, p.19).

Olhada sob esse prisma, a tradição pode ser compreendida como um conjunto de valores estabelecidos socialmente, nos quais os homens estão mergulhados, demarcando limites no comportamento humano. Sendo culturalmente viva, não apenas se ligaria ao passado, mas apareceria como um modelo a ser seguido. Neste sentido, a tradição estaria presente no patrimônio como resultado de uma complexa relação dialética entre duas modalidades de percepção: a primeira, como um fato da

consciência individual que diz o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido; a segunda, como uma seleção, porque implica distinções *num quadro infinito de possibilidades sociais e experiências históricas* (DA MATTA, 1983, p.129). Na realidade, passa-se de uma noção individual, de algo ou alguma coisa que é *propriedade* do indivíduo, importante para ele, para algo ou alguma coisa que é de interesse *comum*, que transcende a individualidade e aponta para o coletivo, para o interesse de um grupo ou de uma comunidade, para algo que *pertence* ao grupo ou à comunidade. Esta noção de *pertencimento* une as pessoas em torno de ideais comuns e projetos societários.

Na tentativa de compreender a recorrente busca à tradição e às *permanências*, antropólogos britânicos criaram, no século XIX, o conceito de *sobrevivência cultural*, trabalhado por Edward Tylor. Esta concepção considerava os elementos conservados de um tempo pretérito como *sobrevivências*, que teriam perdido seu sentido original dado que as condições que lhes deram origem desapareceram; teriam, também, modificado suas funções, alterando significativamente seu sentido primeiro. Utilizando-se deste conceito, os estudos folclóricos interessaram-se pelo *popular*, produzindo pesquisas empíricas sobre rituais, medicina, festas e artesanato. O interesse dos folcloristas estava direcionado aos bens culturais remanescentes de um tempo pretérito, esquecendo-se dos agentes que os produziam.

Modernamente, a Antropologia reelaborou o conceito de sobrevivência cultural entendendo que: *Padrões culturais sobrevivem na medida em que persistem situações que lhes deram origem, ou alteraram seu significado para expressar novos problemas* (DURHAM, 1977, p.33).

Sob outra perspectiva, M. Mauss no início do século XX, estabeleceu um paralelo entre a nação moderna e o clã primitivo. Através deste paralelo, tentou entender a diversidade das culturas humanas. Para ele, a nação seria composta por cidadãos iguais, teria como símbolo a bandeira e o culto à pátria. Já o clã primitivo teria o totem e como símbolo de seus ancestrais, animais-deuses. Distinguiu também

a tradição em duas espécies, a oral, que se faz através da linguagem; e a que é passada às novas gerações através da ciência dos gestos, de seus atos manuais, dos sentimentos (MAUSS, 1979, p.199).

Os “talhes” para as visitas fixas a certas horas e em certos lugares; para medir as distâncias, em número de dias de marcha, os bastões entalhados que servem para repetir sem erro as genealogias, as cordas para nós, a multiplicação de nós em cordas ajuntadas (forma primitiva do quipu), conhecida em toda a polinésia; as maneiras de inscrever (pueblos) os comprimentos das sombras das espécies de gnômon, tudo isso são arquivos inscritos, quando não escritos. Mal sabemos o esforço que fez a humanidade, medrando, gravando e esculpindo, para transmitir seus conhecimentos (MAUSS, 1979, p.204).

Com a mesma preocupação, Emile Durkheim estudou a vida religiosa postulando que o totemismo seria um modo de o clã cultuar-se a si mesmo, representando o caráter sagrado de sua sociedade por meio do emblema e do símbolo. O totem seria hipostasiado como o símbolo do clã, tornando-se representativo de sua continuidade, segurança e bem-estar. Seria, segundo ele, [...] *a marca visível de sua personalidade, marca conferida a tudo que faz parte do clã: homens, animais e coisas* (DURKHEIM, 1968, p.218).

Não se está propondo a aproximação da idéia de nação moderna da noção de clã, pois isto poderia produzir o que Peirano chamou de *etnocentrismo às avessas*, que consistiria em considerar as *sociedades complexas* como sociedades simples *complexificadas* (PEIRANO, 1983, p.110). Na realidade, as *sociedades complexas* têm uma historicidade própria, são nações-Estado e se constituíram enquanto tal num processo histórico diferente dos clãs. No entanto, o que se pretende ressaltar aqui é que a idéia moderna de Estado-Nação, apesar de suas particularidades, baseia-se, também, na ficção da existência de um patrimônio cultural coletivo como unificador; patrimônio este que cria a ilusão de uma cultura comum, que constitui o sustentáculo da nacionalidade.

Como um fenômeno cultural recente, que se estabeleceu ao final do século XVIII na Europa, a nação constitui um processo que invocou antigas tradições, demarcando fronteiras culturais e geopolíticas, criando uma imagem para a comunidade que abrange. Sob esta ótica, o conceito de memória nacional apresenta-se como unificador, escamoteando as diferenças. Esta memória é amparada pelo conceito de nação entendido como uma comunidade política imaginada delimitada e soberana (ANDERSON, 1989).

Embora em regra geral o território ocupado por uma tribo semicivilizada seja definido apenas por acidentes naturais, seus habitantes e vizinhos sabem muito bem em que limites territoriais prevalecem seus direitos e prerrogativas. Acontece, porém, que o marco natural seja um rochedo ou uma árvore, um rio ou um lago sagrado, que é proibido atravessar sob pena de sanções sobrenaturais. Este caso parece no entanto raro. Frequentemente **o limite é marcado por um objeto, poste, pórtico, uma pedra em pé (marco, termo, etc.), que foi colocado nesse lugar com acompanhamento de ritos de consagração. [...] Pela colocação ou fixação cerimoniais dos marcos ou dos limites (charrua, pele de animal cortada em correias, fosso, etc.), um espaço determinado do solo é apropriado por determinado grupo**, de tal maneira que, sendo estrangeiro, penetrar nesse espaço reservado é cometer um sacrilégio, do mesmo modo que sendo profano, penetrar em um bosque sagrado, em um templo, etc.(VAN GENNEP, 1977, p.34-35) (Grifos meus).

A memória nacional⁶ não é simplesmente o somatório das diferentes memórias coletivas de uma nação, mas apresenta-se como unificada e integradora, procurando a harmonia, escamoteando e sublimando o conflito. Como afirma ANDERSON (1989), a nação é pensada como comunidade imaginada porque, mesmo nas menores nações, jamais seus membros serão todos conhecidos, embora na mente de cada um deles esteja presente a imagem da comunhão; imaginada delimitada porque possui fronteiras além das quais existem outras nações; imaginada também como soberana por ter nascido sob o Iluminismo, que erigiu como símbolo o Estado soberano e lutou contra o poder divinamente instituído; e, por fim, imaginada como comunidade porque, apesar das desigualdades e diferenças, é concebida como um companheirismo profundo e horizontal. Portanto, supõe-se que, *nacionalidade [...] bem como o nacionalismo, são artefatos culturais de um tipo peculiar. Para compreendê-los é preciso que consideremos com cuidado como se tornaram entidades históricas, de que modo seus significados se alteram no correr do tempo, e porque, hoje em dia, inspiram uma legitimidade emocional tão profunda.* (ANDERSON, 1989, p.12).

Anderson evidenciou que o nacionalismo é uma ficção constituída historicamente; é um artefato cultural e não um objeto natural. No entanto, seu caráter de fato imaginário não o torna falso.

Considerando que o conceito de nação tenha sido criado originalmente para encobrir diferenças e subordinar grupos diversificados culturalmente a um Estado

⁶A *questão nacional* constitui um dos mais controvertidos assuntos do pensamento social e político deste século, parecendo existir impossibilidade teórica para se conseguir consenso a seu respeito.

soberano, Hobsbawn e Ranger⁷ mostram como a tradição, base do nacionalismo, é uma coisa inventada com o objetivo de criar identidades nacionais, isto no século XVIII e XIX, quando o passado foi sendo narrativamente construído. É muito interessante a colocação de Prys Morgan, no já citado livro de Hobsbawn, quando diz que:

De acordo com a razão e o senso comum, os galeses deviam encarar o passado como encerrado e terminado e, uma vez que haviam sido “riscados da página da História”, deveriam contentar-se com o que tinham. Foi necessário um esforço sobre-humano da parte de um grupo restrito de patriotas para que seus patrícios apreciassem seu legado, valorizassem o que era deles. Sentiam que a única maneira de realizar isto seria esquadrihar o passado e transformá-lo com a imaginação, criar um novo ‘galesianismo’ que instruisse, divertisse, alegrasse e educasse o povo (HOBSBAWM, 1984, p.109).

Stephen Bann diverge dos autores acima citados afirmando que em suas abordagens estaria implícita a idéia de que a tradição incorporaria uma espécie de falsa consciência.⁸ Ela teria sido *inventada*, no sentido pejorativo do termo. Na realidade, o objetivo de reinventar o passado estaria, segundo Bann, imbricado no fortalecimento da identidade coletiva e reforçaria os liames e as teias de relações sociais no presente.

Ao associar-se a edificações e monumentos comemorativos e à glória de uma nação, o conceito de patrimônio estaria recoberto por conotação ideológica (TSIOMIS, 1996, p.13), pois o passado e a tradição seriam reescritos e reinterpretados, através deles, com base em elementos, fatos e situações que, pinçados, redesenhariam um quadro que simbolicamente remeteria à cultura comum. A eficácia de semelhante ação seria possível pela criação de uma relação metonímica entre os elementos, monumentos ou espaços capturados do passado e o presente, estabelecendo-se uma continuidade temporal. Ter-se-ia a sensação de *sentir, ver e ouvir* os ecos do passado inscritos nos bens patrimoniais. O acontecimento ressurgiria de um tempo pretérito urdido numa textura coerente e tornar-se-ia *fato histórico*, instituindo uma leitura possível do passado. Desta maneira, o patrimônio enraizar-se-ia na concretude de um espaço-tempo que adquiririam vida e significado no presente. Neste processo, objetos, monumentos ou documentos, enraizados na tradição, recolocariam limites entre

⁷Hobsbawm, & Ranger, 1984; organizaram 6 artigos que analisam a criação do folclore regional e nacional como sustentação das identidades coletivas na Escócia, Gales, Índia Britânica e África Inglesa, no século XIX, inventando tradições.

⁸Bann, 1994, p.20. Para ele, os autores não privilegiam os conflitos políticos e culturais decorrentes da exclusão de determinados grupos e suas expressões no processo de “invenção das tradições”.

verdade e ficção, ao mesmo tempo em que confeririam existência física a uma determinada história. Memória e tradição seriam produtos de um tempo determinado e de uma conjuntura social específica. Não se pode entender a memória social como redutível a meras recordações.

Ao reapropriar-se dos objetos do passado, a memória cria laços que dão substância à tradição, fazendo com que se imponha no entendimento do processo de continuidade/descontinuidade dos elementos que compõem o patrimônio (ARANTES, In: Revista de Museologia, 1989. p.13). Ao mesmo tempo em que a tradição aponta para a perenidade, para a ausência de movimento, a sucessão de momentos estáveis, abruptamente interrompidos por períodos de descontinuidade, não chega a desestabilizar os elementos que a compõem.

O objeto ou a edificação transformados em monumento, ou relíquia, ou uma atividade cultural preservada, são fragmentos que possibilitam uma identificação imaginária entre significante e significado, *transcendendo no plano imaginário a distância insuperável entre o país imaginado e sua incansável realidade social e histórica* (GONÇALVES, 1991, p.74). A busca dessa realidade feita mediante a identificação, preservação e restauração de acervos e monumentos, *autentica* a nação, permitindo percebê-la como uma realidade única, totalizadora.

No caso da seleção de objetos, documentos ou edificações como monumentos patrimoniais, a tradição, ao enaltecer certos fatos, situações ou objetos, constrói uma significativa gradação de silêncio e esquecimento. Isto não quer dizer que determinados elementos bloqueados ou reprimidos não possam aflorar: a tradição pode reinventar o patrimônio, transfigurando-o. Atualmente, uma das formas que toma esta transfiguração é a de mercadoria ou de resposta criativa à alienação, representado pela emergência de conscientização política da situação de subordinação de grupos e ou minorias sociais. Na primeira situação, a preservação de bens, objetos de memória social, descobre seu valor de mercado, vislumbrando o lucro a médio prazo.

Nesta situação, bens móveis e imóveis, documentos e objetos, que constituem o patrimônio, transformam-se em mercadorias, com valores de troca no

mercado, sujeitos às regras da economia. O desafio trazido por este novo estatuto está em encontrar medidas eficazes que enfatizem a função social do bem em detrimento de seu valor de troca. Por outro lado, o resgate da memória pode dar forma e conteúdo a reivindicações políticas, o que permite o fortalecimento de movimentos sociais ou étnicos, que objetivam *resgatar sua identidade*, preservando aquilo cujo significado político lhes seria mais interessante a exemplo do que ocorreu, mais fortemente no Brasil, a partir da década de 1980. No entanto, de maneira geral, pode-se dizer que como uma construção social, recortada e definida a partir de critérios criados *a posteriori*, os vínculos que o patrimônio estabelece entre o presente e o passado são frutos de uma empatia definida [...] *com o vencedor. Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores* (BENJAMIN, 1982, p.225).

Sob esta perspectiva, o patrimônio que se preservaria seria o referido à história dos vencedores; aliada à tradição, a história seria contada a partir deles. Os homens do presente reordenariam e dariam sentido aos fatos pretéritos, reconstruindo o passado e a memória. A lógica desta reconstrução seria sempre dada pelo presente. Portanto, a possibilidade de evocar o passado estaria associada a idéias e valores, a espaços ou objetos, como um recurso mnemônico, acionado dentro de um campo simbólico a partir dos capitais culturais disponíveis, definidos por aqueles a quem coube recuperar os *factos*, agregando-os e dando-lhes sentido.

1.2.1 Autenticidade e Perda

A orientação das ações patrimonialistas no Brasil primam pela busca do autenticamente nacional. Para discutir esta questão vale retomar alguns pontos presentes na reflexão de W. Benjamin sobre o tema. Benjamin enfoca a autenticidade sobre o prisma da estética contemporânea diante da reprodutibilidade técnica da pintura, da fotografia e do cinema (BENJAMIN, 1985-86). Para ele, a reprodutibilidade técnica quebraria a *aura* das obras artísticas, manifestação irrepetível de uma distância que a existência de uma obra única tem para aquele que ambiciona contemplá-la. Com a capacidade técnica da repetição

da obra de arte, da imagem original, a autenticidade mudou seu sentido. O avanço técnico possibilitou a transformação das artes passando-as de um mundo hierarquizado, quase imóvel, para um tempo em que as imagens são efêmeras, acessíveis ao grande público, disponíveis em amplos cenários. Isto não quer dizer que se deva desconhecer a existência de distinção entre o original e sua cópia. O sentido moderno do autêntico não existia antes da possibilidade da reproduzibilidade técnica. Atualmente, a relação com as obras únicas foram alteradas, elas podem estar próximas de um número incalculável de pessoas, via internet, vídeo, cinema, fotografia, ou mesmo na propaganda em imensos cartazes nas esquinas de cidades e estradas.

A discussão do autêntico leva a refletir sobre o constante movimento de destruição – construção das sociedades humanas e particularmente das cidades, onde são encontrados a maioria do patrimônio tombado. A possibilidade de que venha a desaparecer é efetiva, principalmente em função do acelerado processo de urbanização e acentuado descaso com os bens públicos.

No entanto, não é desta perda que se fala. O discurso patrimonialista está eivado de formulações que apontam para a possibilidade do desaparecimento de bens, que possam materializar a memória histórica e cultural, sua narrativa está *estruturalmente articulada[s] por essa oposição entre transitoriedade e permanência* (GONÇALVES, 1996. p.28). Nesta argumentação, o presente aparece corroído pela perda da situação original, distante espacial e temporalmente, definida como contínua, íntegra e coerente, cabendo, portanto, às ações patrimonialistas *resgatar, restaurar e preservar os fragmentos, que restaram*. Com base nesta retórica foi construído e definido o universo dos bens patrimoniais brasileiros. Se não houvesse *o perigo* da destruição e da perda, não haveria necessidade de preservá-los. Por isso mesmo, essas duas categorias – perda e destruição – são partes inerentes da construção discursiva dos bens patrimoniais (GONÇALVES, 1996). Destruíu-se o templo nazista de Höningsplatz de Munique, para tentar banir da memória as atrocidades do regime (FRANK, In: TSIOMIS, 1996, p.119). Proteger e destruir são formas de tratar os monumentos. No estudo referido, Gonçalves retomou a proposta que pensa os objetos e coleções das modernas culturas ocidentais *como linguagem ou símbolos, como significantes*; ressaltou a importância

do distanciamento dos objetos no tempo e no espaço, para conferir-lhes autenticidade, transformando-os em *objetos de desejo* (GONÇALVES, 1986, p.25). Estes objetos mereceriam ser resgatados como parte de um patrimônio cultural ou de uma tradição. A distância espacial, ou temporal em relação àquilo que significam, os faria *desejáveis*, alvos de práticas de apropriação, restauração e preservação e mesmo de destruição.

No Brasil, como na América Latina, as políticas patrimonialistas interessaram-se em trabalhar com um patrimônio culturalmente representativo, que tivesse *verossimilhança histórica*.

Um patrimônio reformulado que considere seus usos sociais, não a partir de uma mera atitude defensiva, de simples recolhimento, mas com uma visão mais complexa de como a sociedade se apropria de sua história, pode abranger novos setores. Não há porque reduzir-se a um assunto de especialista no passado: interessa aos funcionários e profissionais ocupados em construir o presente, aos indígenas, camponeses, migrantes e a todos os setores cuja identidade costuma ser depreciada pelos usos hegemônicos da cultura. À medida que nosso estudo e promoção do patrimônio assuma os conflitos que o acompanham, poder-se-á contribuir para a afirmação da nação, não como algo abstrato, mas sim como aquilo que une e concentra num projeto histórico solidário os grupos sociais preocupados com a forma como habitam seu espaço e conquistam sua qualidade de vida (CANCLINI, 1994, p.114).

Entretanto, ainda que a definição de um patrimônio comum sirva para unificar diferentes grupos sociais e étnicos, ele também se estrutura como espaço de luta material e simbólica reproduzindo diferenças ao demonstrar o acesso preferencial de alguns à produção, distribuição e ao consumo de bens, em detrimento de outros. Na realidade, os níveis culturais não são unidirecionais e as trocas não excluem, necessariamente, a dominação e ou a resistência cultural, havendo uma relativa circularidade entre eles.

Objetos, edifícios e costumes são tratados, pela política patrimonial e mesmo por museus, de tal modo que sua exposição torna inteligíveis as relações entre eles e propõe hipóteses sobre seu significado no presente. (CANCLINI, 1997, p.202). Assim, objetos, atores e acontecimentos são reconhecidos na urdidura do tempo histórico como construção *ficcional* de um passado, o patrimônio articula a memória ao presente, revivendo-o, sob a forma de mito, num processo ritual. Não se pode esquecer que há uma teatralização do patrimônio, um esforço em simular que há uma única origem, uma substância fundadora, que busca defini-lo como a essência nacional,

celebrando acontecimentos e heróis fundadores. Lugares e edificações tombados e preservados transformam-se em palcos para representar o grupo étnico, o Estado ou a Nação. Nada melhor para demonstrar o enraizamento histórico da contemporaneidade e para buscar a unidade na diversidade.

1.3 O RITUAL E A DRAMATIZAÇÃO

Para melhor compreender a eficácia da sacralização de bens que remetem à idéia de patrimônio é interessante abordar as etapas do processo de tombamento como um ritual. É por meio deste processo sacralizador que suportes visíveis transformam-se em bens patrimoniais, comprovando um determinado passado histórico. Ao sofrer esta transformação, o bem – um fato, personagem, documento ou arquitetura – tem sua essência modificada, agregando-se a ele qualidades até então não identificadas. É o processo ritualístico que possibilita essa transformação quase mágica, ao transfigurar o objeto, a arquitetura ou o documento em bem patrimonial. Ao recontextualizá-lo, remetendo-o simbolicamente a um espaço-tempo histórico-mítico acrescenta-lhe novos significados. Isto possibilita que transcenda sua existência comum, passando a pertencer, concomitantemente, ao passado e ao presente, com vistas à perenidade.

Retirados de sua virtualidade e transformados em patrimônio visível e significativo, estes bens propiciam que uma determinada história seja recontada a partir de seus fragmentos, reafirmando seu valor testemunhal, dado por seu caráter monumental e/ou pelo tempo que a eles se incorporou.

Como todas as instâncias da vida social estão impregnadas de rituais, o ato de tombamento também implica ações ritualizadas, que arrancam o fato do cotidiano e o reveste de significações. Este discerne os elementos constitutivos do bem patrimonial, como uma gama de atos encadeados, construindo novas cronologias (Leach, 1974). Isto leva a que se identifique o ritual como um processo que congrega atos e narrativas que dão sentido ao bem a ser preservado e o recobre de aura simbólica particular. Não importa se a situação ou o fato, *realmente*, remetem-se ao que se quer sacralizar, o que importa é que a simbolização seja eficaz e a situação ou o fato sejam vistos e percebidos como tendo *realmente* ocorrido.

Estudos recentes evidenciam a possibilidade de o mito e a história serem entendidos como presentes universalmente em qualquer sociedade mediante processos

ritualísticos; acontecimentos reconhecidos pela consciência histórica poderiam passar a operar sob a forma de mito, sendo o contrário também verdadeiro.⁹

Desta perspectiva, é possível apreender o processo de tombamento como um ritual que sacraliza o bem. Ao apresentar-se como uma narrativa atemporal e abrangente, como uma linguagem que está presente nas sociedades modernas, reforçada por práticas rituais, a *invenção* do patrimônio constitui uma forma de reforço da memória de um grupo que, detendo poder e autoridade, coloca-se no papel de guardião desta memória, que passa a ser veiculada como coletiva. Os procedimentos acionados nos processos de tombamento podem articular padrões historiográficos e narrativa mítica. Monumentos, documentos e objetos preservados passam a ser vistos como representativos, demarcando diferenças e diversidades de grupos, ao mesmo tempo em que pretendem fortalecer laços de solidariedade e coesão social. Cidades, parques, praças, casas, documentos, paisagens, coleções arqueológicas e etnográficas, ao passarem pelo processo ritualizado, são matizados com novas cores, sabores, odores e vozes, que de um passado mítico acenam para o futuro, oscilando entre o particular e o universal.

Ao trabalhar com diversidades, o patrimônio deve ser entendido como um signo polifônico, com muitos falares, baseado em diferentes interpretações de mundo que permitem várias leituras, potencializando significados relativizadores. Ao mesmo tempo em que se situa como objeto num campo visual determinado, seu posicionamento é definido e delimitado por referências espaciais, temporais e sociais. Um bem imóvel tombado, um objeto material qualquer, constitui um signo com um significado que transcende sua materialidade – a de ser uma construção de tijolos ou madeira, com portas, janelas e telhas, construída em determinado tempo e lugar. Esta edificação pode ter sido espaço do sagrado, de habitação, trabalho, ou lazer, mas quando transformada em patrimônio, é alçada a outro nível de significação, passando a outro campo do social,

⁹Montero, 1995, utilizando Jonathan Hill “Rethinking history and myth. Indigenous south american perspectives on the past”. Urbana & Chicago, University of Illinois Press; demonstra como sociedades consideradas sem história operam, em momentos de crise ou de mudança acelerada, com a consciência histórica. Montero enfoca as sociedades históricas demonstrando justamente o contrário, que elas podem operar acontecimentos reconhecidos pela consciência histórica na forma de mito. p.17.

muitas vezes extrapolando sua própria realidade material, para transformar-se em exemplo de rebeldia, patriotismo, resistência, etnicidade (RUBINO, 1994).

Considera-se que o signo sobrevive num contexto determinado, que possui valor social, cultural econômico e político. Retirado dele, passa apenas a identificar, sendo simplesmente um sinal. Como diz Bakhtin, o signo é decodificado; só o sinal é identificado (BAKHTIN, 1986, p.93). Neste entendimento, o processo de decodificação não pode ser confundido com o processo de identificação; trata-se de dois processos distintos. O sinal possui um conteúdo imutável, o signo é constituído pelo símbolo e pelo sinal, ele *significa*, remete-se a imagens sociais que ali se corporificaram: a mesma edificação, mas agora com sua estrutura material impregnada por aura simbólica. O signo representa uma orientação, uma avaliação da realidade dirigida pelos demais campos de significação social; o significado do signo está sujeito a avaliações, impregnadas de juízos de valor, que indagam sobre seu significado, se é verdadeiro ou falso, correto ou não.

A proposta de Bakhtin possibilita a utilização de uma metáfora que implica um diálogo: os edifícios do passado nos falam, eles nos fazem compreender suas vozes (CHOAY, 1996, p.104). Por isto mesmo, o trabalho do historiador precisa, em algum momento, passar pelo teste de realidade. A *veracidade* ainda continua sendo seu pressuposto. Não se trata de subverter o objeto em sua externalidade transformando-o, ele permanece sendo o que é – um edifício, um documento, um quadro, uma praça –, seu sentido é que é completado contextualmente.

Neste procedimento, é importante que se distingam as ações que tornam concreta a existência do bem patrimonial: o ato de preservação e o de tombamento. Vale ressaltar que a história é manipulada diferentemente, em diferentes momentos, visando à preservação. A referência a grupos étnicos, determinadas características específicas que ora são ressaltadas, ora obscurecidas; documentos e testemunhos encontrados que justificam ou reordenam fatos e situações e mesmo feitos heróicos; emprestam fidedignidade à narrativa, são um reforço de realidade social.

1.3.1 A legislação como ritual

Genericamente, o ato de preservar pode ser entendido como todo aquele que visa à conservação de bens tidos, consensualmente, como referenciais. No Brasil, a preservação é possível dentro de um amplo quadro, desde atos administrativos, de fomento ou planejamento, até a tutela pelo poder público. Exemplo desta possibilidade é a Lei n° 3.924, de 1961, que determina a proteção de bens históricos, artísticos ou numismáticos oriundos de descobertas fortuitas, mas não prevê seu tombamento. A mesma legislação refere-se à proteção de jazidas arqueológicas, retirando o direito de propriedade privada do que for encontrado abaixo da superfície. A Constituição Federal de 1988 trata da matéria pertinente à proteção do patrimônio histórico, cultural, paisagístico e turístico, definindo a competência da União em estabelecer normas gerais, sem excluir a competência concorrente dos Estados e Municípios. Ampliou também estas possibilidades incluindo as cavidades naturais e subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos como bens da União (PIRES, 1991, p.6). Como se pode ver, são vários os atos legislativos que criam espécies diferenciadas de proteção ao bem, restringindo o direito de propriedade, em nome da preservação.

O ato legislativo do tombamento vincula-se ao termo *tombar*, herança do direito português, usado como sinônimo de demarcação no Código de Processo Civil luso, desde 1876. Semanticamente significa inventário, arrolamento, registro. No Brasil, o termo *tombo* foi assimilado como designando o registro, o arquivo e a catalogação de documentos públicos ou históricos (PIRES, 1994, p.75). Como ato administrativo, o tombamento declara ou reconhece valor histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, bibliográfico, cultural ou científico, a bens que passam a ser preservados e reconhecidos como *patrimônio nacional*.

O Decreto-lei n° 25/37, que ainda orienta os tombamentos no Brasil, foi editado no bojo de transformações mais amplas trazidas pelos anos trinta e prevê processo administrativo pelo qual cabe ao órgão do Executivo avaliar os bens que merecem proteção

federal, os quais ficam sob tutela especial do Estado, integrando seu domínio eminente.¹⁰

A instância especialmente designada, por esse Decreto-lei, que detêm a palavra final sobre o valor e importância de determinado bem é o Conselho Consultivo do Patrimônio. Portanto, o tombamento é praticado pelo Conselho mediante deliberação coletiva e submetido à autoridade responsável para homologação. O Conselho, por não ser instância administrativa, é auxiliado por outros órgãos ou agentes administrativos que informam o processo. Estudos técnicos determinarão, segundo a legislação, as hipóteses em que bens são considerados. Para que o processo de tombamento seja legitimado é necessário que tenha este caráter probatório, garantido por um corpo de *especialistas*, investidos de poder delegado pelo Estado. Esses *sacerdotes modernos* compõem os Conselhos de Patrimônio e o corpo técnico administrativo das instituições públicas.

De maneira geral, cabe à União proteger bens considerados como de importância nacional em qualquer parte do território. Os limites dados aos Estados e Municípios obedecem à sua fronteira e à proteção de bens de interesse regional. Portanto, enquanto ato jurídico, o tombamento abrange os âmbitos político-administrativos: federal, estadual e municipal, e a legislação não coloca óbice a que essas três instâncias, possam, em princípio, agir em conjunto.

Segundo a legislação, o ato de tombamento pode ser solicitado por qualquer pessoa. O motivo acionado deve ser o interesse que o bem desperta e que o candidata a transfigurar-se em *bem nacional*. Entretanto, para que o processo seja deflagrado é necessário o desencadeamento de um conjunto de atos juridicamente preordenados: o inventário, a classificação, a inscrição, a restauração.

Para efetivar o ato de tombamento, o agente manifesta a vontade delimitada pela lei e assenta a razão do ato no interesse público, impondo nova essência ao bem, transformando sua existência jurídica e social. Sendo assim, pressupõe uma seleção, por parte do poder público, que considera o bem segundo seu valor simbólico, abrangido pela definição, determinada pelo Decreto-lei 25, que considera passíveis de

¹⁰Existe uma possibilidade de cancelamento do tombamento, fixada pelo Decreto-lei 3.866 de 1941, o qual dá competência ao Presidente da República para determinar que seja cancelado o tombamento de bens públicos ou privados, atendendo a *interesses públicos*.

tombamento [...] os bens móveis ou imóveis, privados, públicos, ou eclesiásticos, que estejam vinculados a fatos memoráveis da história, ou por seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico, ou por serem considerados monumentos naturais, tais como os sítios e paisagens particularmente dotados pela natureza (Decreto-Lei 25/37).

Após a seleção e o reconhecimento, normalmente levados a cabo por funcionários técnicos especializados, e sua sacralização em reuniões oficiais do Conselho, o bem é registrado num dos quatro Livros-tombo, que reúnem os elementos que o identificam: 1- Livro do Tombo Arqueológico; Etnográfico e Paisagístico; 2- Livro do Tombo Histórico; 3- Livro do Tombo de Belas Artes; 4- Livro do Tombo de Artes Aplicadas. Por isso mesmo, *tomb* significa *inscrever* determinado bem em livros especiais. A partir do momento da inscrição, o bem está submetido à proteção especial, de onde decorrem direitos, obrigações e restrições. Só então, o ato jurídico torna-se efetivo, elevando o bem à categoria *de bem da nação*.

Qualquer que seja o valor intrínseco de um bem ou as circunstâncias que concorram para constituir a sua importância e significação histórica ou artística, **ele não se constituirá em um monumento a não ser que haja uma expressa declaração do Estado nesse sentido. A declaração de monumento nacional implica a sua identificação e registros oficiais.** A partir desse momento o bem em questão estará submetido ao regime de exceção assinalado pela lei. (Normas de Quito, II Considerações Gerais, item 3, 1967) (grifos meus).

No ato do tombamento implica intervenção estatal na propriedade, transformando sua natureza, condicionando o seu uso. Isso significa que, em termos jurídicos, o ato de tombamento restringe, parcialmente, o direito de propriedade privada. Apesar de o bem manter-se como de propriedade de seu titular e o domínio sobre ele continuar a ser exercido da mesma maneira, sai da ótica exclusiva do proprietário, pois estará submetido ao *interesse coletivo*. Assim, o proprietário usufrui, utiliza e dispõe sobre o bem tombado desde que certas regras especiais sejam observadas; regras que visam evitar a descaracterização do valor cultural do bem protegido, o que seria considerado uma agressão ao *interesse público e social que o objeto representa*. Sendo assim, o tombamento não retira o bem de seu proprietário, mas restringe seu uso e seus encargos, afetando seu pleno desfrute.

Existem hipóteses legais para a desapropriação por interesse de preservação do patrimônio cultural tombado: uma delas refere-se ao fato de o proprietário não dispor de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que o bem requer. Diante desta impossibilidade, deve recorrer ao órgão competente, para que as obras sejam executadas às expensas da União, o que pode redundar em desapropriação.

Por outro lado, se o Estado não cumprir com o dever de preservar e conservar o bem tombado, medidas que devem ser executadas no prazo de seis meses após o tombamento, o proprietário poderá requerer o cancelamento do ato, possibilidade prevista pelo Decreto-lei n° 3.365/41.

O campo jurídico interpreta de forma polarizada a questão. Alguns juristas afirmam que só é possível acontecer o tombamento com a anuência do proprietário, caso contrário ele será entendido como desapropriação; outros consideram que não se pode assegurar ao indivíduo o direito de propriedade intangível e ilimitado, prevalecendo o cânone da função social da propriedade, o que justificaria o tombamento como limitador do exercício do direito de propriedade, sem feri-lo em seus elementos constitutivos (PIRES, 1994, p.259).

Quanto à sua eficácia, o tombamento pode ser classificado em *provisório* e *definitivo*. O *provisório* defende bens suscetíveis a serem tombados e efetiva-se no recebimento da notificação pelo proprietário. É uma medida acautelatória, que tem valor até que sejam processados os passos necessários para o *tombamento definitivo*; que segue os trâmites da lei até inscrever o bem num dos Livros do tombo.

No caso de bens pertencentes a proprietários privados, pessoa particular ou jurídica, é necessário seguir alguns passos, previamente determinados pelas normas jurídicas no plano federal: o órgão técnico responsável deve manifestar-se sobre o valor do bem, notificando seu proprietário do interesse em preservá-lo.¹¹ Esta notificação age como deflagradora do processo. Neste caso, são previstos dois tipos de tombamentos: *o compulsório e o voluntário*. No tombamento *voluntário* o proprietário ou a entidade

¹¹A lei não disciplina a forma da notificação, normalmente composta por dois mecanismos: a notificação pessoal, dirigida ao proprietário; e a notificação mediante edital, normalmente usada para o tombamento de conjuntos urbanos ou de bens cujos proprietários não possam ser identificados.

responsável, opta pela tutela estatal do bem. O *tombamento compulsório* é uma imposição do poder público, não interessando se há ou não aquiescência do proprietário, desde que seja comprovada, por estudos dos órgãos técnicos, a referencialidade do bem. O *tombamento compulsório* tem fases distintas:

- a) a notificação, ao proprietário ou possuidor do bem, que induz ao efeito cautelar do tombamento provisório;
- b) a fase instrutória, quando são abertas oportunidades para contestação;
- c) a fase deliberativa, na qual verifica-se o parecer do Conselho no sentido do tombamento e, finalmente,
- d) cumpridos os atos e as formalidades, o registro do bem no respectivo Livro do tombo e no Cartório.¹²

Quando o bem for de propriedade pública, o principal efeito do tombamento é quanto à limitação de sua transferência à demais entidades de direito público e a restrição a reparações, demolições e mesmo restaurações, que só podem ocorrer mediante autorização do órgão patrimonial responsável. Tratando-se de coisas tombadas, regidas pelo direito público, submetem-se à inalienabilidade especial e relativa, só podendo ser transferidas de uma pessoa jurídica, de direito público, para outra. Neste particular, a lei não prevê oportunidades de impugnação pela entidade pública titular do bem, prevê apenas sua notificação.

A legislação federal estabelece três tipos de tombamento: o *de ofício*, destinado a bens pertencentes à União, Estados e Municípios; o *voluntário* e o *compulsório*, dirigidos a propriedades particulares, todos de responsabilidade administrativa do Presidente da República, do Governador ou do Prefeito, de acordo com a situação político-geográfica do bem. Até o estabelecimento da Lei n° 6.292/67, o tombamento efetivava-se por ordem do Diretor do Instituto do Patrimônio. Com a Lei, a homologação passou a responsabilidade do Ministro da Educação e Cultura, que deveria basear-se em parecer do Conselho. A mesma Lei não estipulou prazos para os estudos de tombamentos e nem para o Parecer do Conselho, apesar de que, feita a

¹²A lei exige que haja a inscrição em livro de registro imobiliário do imóvel de propriedade particular, averbado ao lado da transcrição do domínio.

notificação, que tem como sequência o tombamento provisório, correm os prazos legais para impugnação e devidas respostas.

O processo de tombamento articula as etapas clássicas que acompanham o processo ritual: separação, liminaridade e reintegração.¹³ Todas estas etapas encontram-se estabelecidas na legislação vigente. A separação acontece quando o bem é identificado para transformar-se em patrimônio: neste momento, ele é separado formalmente de seu proprietário. O segundo passo do ritual caracteriza-se pela situação temporal de liminaridade, quando precede à decisão de transformar o bem em patrimonial. Neste momento, os direitos do proprietário sobre ele ficam suspensos até a avaliação dos estudos técnicos, que serão apreciados pelo Conselho, que dará o seu aval à sacralização do bem, retirando-o da *vala comum*, adicionando-lhe aura simbólica. O quarto momento, o da reintegração, inscreve o bem em um dos quatro Livro do tombo, qualifica-o como *patrimonial*, reintegrando-o a um novo campo de significação.

A dramatização do processo de tombamento, um ato formal, jurídica e cientificamente embasado, entrelaça diferentes narrativas – a técnica, a jurídica e a historiográfica – e é a responsável pela transformação quase mágica, que agrega ao bem carga simbólica. Culturalmente modelado, o patrimônio teria uma determinada objetividade, não como uma entidade preexistente ao processo de construção, mas como um artefato cultural inventado ou construído, cujo processo de construção passa por intersubjetividades e recursos ficcionais. Esta nova substância eleva-o a uma situação temporal, espacial e social que fortifica os laços culturais comunitários. Culturais, porque a cultura produz uma representação do mundo social ajustada à estrutura das relações socioeconômicas e, a partir daí, contribui para a conservação simbólica das relações de força vigentes.¹⁴

Como todo ritual, o tombamento é impregnado por relações hierárquicas, sempre destacadas. Apresenta personagens, edificações, documentos e discursos,

¹³Essas três fases fazem parte do modelo tradicional de Van Gennep.

¹⁴Bourdieu, 1992. Citado de Bourdieu, P. The thinkable and the unthinkable, in The Times Literary Supplement. 15/Out./1971, p.1255-6. Miceli, Introdução: a força do sentido, p.XII.

estabelecendo entre eles uma comunicação impossível no cotidiano. A distância temporal, social e cultural, entre o indivíduo comum e a vida do herói, o feito notável, o documento ou edificação importante é suspensa no espaço-tempo presente. O indivíduo comum passa a sentir-se depositário da herança das glórias passadas, *compartilhando significações*.

Este procedimento faz com que os bens passem a integrar uma dimensão que procura eternizar a experiência social neles concretizada. Para que a eficácia simbólica seja completa, o ritual obedece a seqüências cerimoniais que, normalmente, *terminam* em uma comemoração festiva, que *inaugura* o bem patrimonial. Ao fim desses procedimentos, o documento, a obra de arte ou a arquitetura passam a conter, quase que ontologicamente, significados expressos a partir de um referencial social comum.

Entende-se, assim, que o bem patrimonial não carrega em si mesmo, em sua essência, significados naturalmente emanados dele, mas se caracteriza por possibilitar que um conjunto de signos verbais e não-verbais, definidos historicamente, seja acionado para *significar, através dele*. Dado que os universos de representação são orientados em direção à realidade por meio de signos específicos, o mundo exterior torna-se significativo na interação social, materializando-se socialmente num processo de convenção. O bem patrimonial passa a simbolizar algo, alguma coisa, um fato, um ser. A interpretação destes signos possui também seu componente individual; cada indivíduo do grupo, classe social ou comunidade, pode avaliar e responder, emotivamente, de forma diferente ao estímulo recebido. No entanto, a simbologia acionada trabalhará, sempre, com elementos comuns; elementos que remetem ao mundo simbólico *da figura ilustre; dos espaços sagrados; sentimentos e conhecimentos compartilhados*. Esta geração de elos de interação e a promoção de situações dialógicas são definidoras para a constituição do patrimônio.

A materialidade do bem constitui-se em suporte do patrimônio, que expressa algo mais além dele: alguma coisa, um fato, um ser, um acontecimento e, mais que isso, uma ligação herdada de um tempo pretérito.

[...] através dos objetos conservados e transmitidos às gerações posteriores, se estabelece um contato físico, afetivo, sensorial e cognitivo tanto com o **passado**, enquanto lugar de acontecimentos ancestrais, como com os significados que se foram imprimindo a esses objetos ao longo do processo histórico. Desse modo, através da transmissão hereditária e das várias formas de reapropriação dos objetos antigos por parte das sucessivas gerações, criam-se laços com o passado e se dá substância concreta ao que denominamos **tradição** (ARANTES, Rev. Museo 1989, p.13).

Este diálogo resgata especificidades e peculiaridades, que permitem construir uma unidade que se sobrepõe às diferenças e identifica *a Comunidade, o Bairro, a Cidade, o Estado ou a Nação*. Assim, o discurso do patrimônio, ao apontar para os elementos que transcendem a diversidade do cotidiano de pessoas, grupos, comunidades, estados e nações, reforça os elos comuns, fragiliza as diferenças e acaba por agregar conjuntos de pessoas, transformando-os numa *comunidade imaginada*. Tal discurso age como uma prece, encadeando espaços, situações, heróis anônimos ou não, remetendo a momentos mágicos, distantes num passado longínquo.

CAPÍTULO 2
TRAJETÓRIAS DA CONSTRUÇÃO
DO PATRIMÔNIO NO BRASIL

CAPÍTULO 2

TRAJETÓRIAS DA CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL

A tribo se acabara, a família virara sombras, a maloca ruína minada pelas saúvas e Macunaíma subira pró céu, porem ficara o aruí do séquito daqueles tempos de dantes em que o herói fora o grande Macunaíma imperador. E só o papagaio no silêncio do Uraricoera preservava do esquecimento os casos e a fala desaparecida. Só o papagaio conservava no silêncio as frases e feitos do herói. Tudo ele contou pró homem e depois abriu asa rumo de Lisboa. E o Homem sou eu, minha gente, e eu fiquei pra vos contar destas folhas, catei meus carrapatos, ponteei na minha viola e em toque rasgado botei a boca no mundo cantando na fala impura as frases e os casos de Macunaíma, herói de nossa gente.

Tem mais não.

Epílogo de Macunaíma, o Herói sem nenhum caráter, de Mário de Andrade

2.1 O PATRIMÔNIO NACIONAL

A gente como que se encontra ... E se lembra de coisas que a gente nunca soube, mas que estavam lá dentro de nós; não sei - Proust devia explicar isso direito. Lúcio Costa 1.

O processo colonizador imprimiu na história do Brasil a idéia de seu povo ser formado por uma mescla de *raças inferiores*, como o índio ou o negro, e foi buscar nas diferenças biológicas explicações para a desigualdade cultural, naturalizando as diferenças sociais. Em decorrência trouxe à baila uma série de ambigüidades implícitas na compreensão da diversidade do país, influenciando as expressões culturais e as ações políticas, inclusive matizando as discussões sobre patrimônio.

Para os que tinham como medida a suntuosidade dos bens patrimoniais deixados na Europa pelas civilizações etrusca ou greco-romana, o quadro nacional apresentava-se desanimador. Sob esta ótica, o país pouco ou nada tinha a oferecer que espelhasse

¹Freire, G. 1963. p.20 citando impressões de Lúcio Costa diante das casas das cidades históricas mineiras. LÚCIO COSTA. *O Aleijadinho e a Arquitetura colonial*. O Jornal. Edição especial de Minas Gerais, Rio de Janeiro.

grandiosidade e glória; seria muito novo para contar com objetos, documentos e edificações significativos, pois os produzidos após o descobrimento eram em pequeno número, a maioria destoando dos padrões estéticos europeus. Além disso, fruto de uma visão etnocêntrica, havia o beneplácito das autoridades quanto à destruição destes bens, o que contribuiu para que diferentes culturas locais se desorganizassem.

Somente após três séculos do descobrimento, com a chegada da família real em 1808 no Rio de Janeiro, tiveram início as *preocupações* em preservar alguns bens que poderiam ser definidos como patrimoniais. Os bens reconhecidos eram os oriundos da colonização portuguesa ou gerados em seu interior: aqueles pertinentes aos povos indígenas e aos diferentes grupos étnicos que compunham a população escravizada, foram desconsiderados.

Apesar do espírito nacionalista que assolou o contexto da Proclamação da Independência, a Constituição de 1824, elaborada nesse ambiente de efervescência política, não legislou sobre a temática e não fez nenhuma referência ao patrimônio nacional. Assim, durante o período Imperial o interesse com os bens patrimoniais constou de iniciativas de colecionadores individuais, centradas na guarda de obras com valor histórico ou artístico, produzidas pelos colonizadores e que sob sua ótica possuíam valor. Isto, mesmo com o propalado interesse do Imperador D. Pedro II pela cultura.

Os fatos mais importantes do período foram a instalação, no Rio de Janeiro, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, em 1838, em seqüência à criação do Colégio Pedro II e do Arquivo Público. O IHGB tinha por finalidade *fazer a história do Brasil*, recompondo o passado da nação, a partir de uma visão oligárquica e palaciana, que o habilitasse a fazer parte das chamadas nações civilizadas. Sua ação, orientada pela idéia evolucionista de progresso, esteve baseada na urgência de congelar e armazenar o passado, sob a forma de patrimônio histórico.²

Contrapondo-se a essa idéia, o movimento romântico (1836/1881), com um balbucio discordante da visão oficial, tentou expressar a identidade nacional, idealizando e enaltecendo o indígena, tomado como elemento que distinguia o país de

²Em 1845 Karl Friedrich Von Martius propôs as bases da historiografia naturalista de orientação etnológica (Dissertação Oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil). Esse texto formulou o programa para os historiadores brasileiros.

Portugal. Os românticos, imbuídos de uma perspectiva religiosa e patriótica, contrapunham-se à idéia de que as culturas indígenas conquistadas e dominadas pelos ibéricos fossem bárbaras e inferiores.³ Apontavam as situações de escravidão e sujeição de índios e negros como atos violentos perpetrados contra aquelas culturas e objetivavam, também, estabelecer as *origens* da sociedade brasileira desvinculada da colonização, considerando seu propalado *fracasso* como o resultado dos contatos culturais e não consequência das qualidades intrínsecas do povo.

Com o findar do século XIX e a instalação da República, emergiram novos grupos sociais e novas idéias. Os movimentos abolicionistas e republicano sedimentados nas tendências filosóficas da época, como o positivismo, o evolucionismo, o determinismo e em certa medida o socialismo científico de Karl Marx, renderam novas formas de ver o país. Tais formas expressaram-se na literatura por meio do Realismo e do Naturalismo,⁴ impregnados pelas análises psicossocial, pela crítica à sociedade burguesa e pelo peso do determinismo racial e do meio ambiente. Abandonou-se de vez o Romantismo indianista, postulando-se, então, uma visão pessimista da realidade. Na passagem do século, a doutrina positivista teve grande repercussão. A cientificidade do Evolucionismo darwinista, aliada ao Positivismo, fornecia um caráter de objetividade às teorias deterministas, que enfatizavam a raça ou o meio como fatores determinantes para se compreender a sociedade brasileira. A associação entre meio, raça e caráter era comum, atribuindo-se a cada grupo étnico estereótipos comportamentais que justificavam sua situação social, econômica e cultural. Estavam preparados os bastidores e o palco para a entrada do país no século XX.

³O Romantismo na literatura surgiu na Alemanha no final do século XVIII, irradiou-se para Inglaterra e França. Nestes países as manifestações mais importantes datam do princípio do século XIX. Essa influência foi sentida em Portugal a partir de 1830; no Brasil chegou através da França. Para maiores informações consultar: Veríssimo, 1963. Dentre os representantes do movimento Romântico brasileiro ressalta-se Gonçalves Dias (1823-1864). Na segunda geração inclui-se José de Alencar (1829-1877), autor do romance "O Guarani". O trabalho de Gonçalves Dias é um retrato fiel destas preocupações. Ver também Heloísa Maria Bertol Domingues, Revista Tempo Brasileiro 87, 1986, p.43-57.

⁴O naturalismo foi predominante na crítica literária brasileira no final do século XIX. Da tradição romântica, herdou a concepção documentalista da crítica, adotada, dentre outros, por Silvio Romero, Capistrano de Abreu.

2.2 O NOVO PRODUZINDO O NOVO

Nós somos as Juvenilidades Auriverdes!
As franjas das flâmulas das bananeiras,
As esmeraldas das araras,
Os rubis dos colibris,
Os lirismos dos sabiás e das jandáias,
Os abacaxis, as mangas, os caju
Almejam localizar-se triunfantemente,
na fremente celebração universal!...
Paulicéia desvairada.
Mário de Andrade.

O início do século XX trouxe ao país mudanças aceleradas, refletidas no crescimento das grandes cidades, na rapidez das comunicações, no desenvolvimento da técnica e na progressiva racionalização das relações sociais. Além disto, importantes fatos internacionais, muitos deles questionadores da herança cultural, refletiram-se aqui adequando-se às especificidades locais. A deflagração da Primeira Guerra Mundial (1914/18) possibilitou ao Brasil empregar o capital acumulado pela economia cafeeira na produção de bens manufaturados. Tentava-se assim diminuir as importações dos produtos europeus, o que incentivou o processo de transformação social e o surgimento de novos grupos politicamente organizados que viriam a pressionar por mudanças.

Essa conjuntura de início de século deflagrou a busca da identidade da nação brasileira, nas expressões artístico-culturais, na literatura, na arquitetura. Entretanto, apesar de toda a movimentação no plano das artes e das tentativas de legislar sobre o tema patrimônio, a República Velha foi um período de descaso para com a preservação dos documentos e monumentos históricos. O primeiro anteprojeto de lei que tratou especificamente do tema foi apresentado ao Congresso Nacional em 1920, pela Sociedade Brasileira de Belas-Artes.⁵ Era bastante específico e versava sobre a defesa do *patrimônio artístico*, em especial dos *bens arqueológicos*, sugerindo sua desapropriação, desconhecendo os *bens históricos*. A discussão do projeto não teve

⁵O encarregado para a elaboração do projeto foi o professor Alberto Childe, arqueólogo e posteriormente conservador de antigüidades clássicas do Museu Nacional. Pires, 1994, p.32.

andamento, mesmo porque a propriedade privada era intocável e qualquer tema vinculado à desapropriação, simplesmente ignorado.

Na época, a medida de maior envergadura foi o reconhecimento pelo Congresso do Museu Histórico Nacional (1922). Gustavo Dodt Barroso foi definido como diretor do Museu, função que exerceu até 1959.⁶ Barroso era considerado um importante intelectual, tendo publicado quase uma centena de livros durante sua vida (ABREU, In Anais do Museu Nacional, 1995, p.11). Seu principal projeto foi a criação de um Museu Militar que guardasse a história das tradições guerreiras e documentasse a evolução dos armamentos, exaltando as glórias contadas. Este projeto de museu visava à construção de um passado histórico para o país, evidenciando o papel do Estado como ordenador da sociedade, agindo, na realidade, como *inventor de tradições*.⁷ Suas atividades tinham como diretriz política a recuperação de elementos fragmentários da história nacional, priorizando objetos e fatos ligados à classe dirigente.⁸ Durante todo o período em que esteve subordinado à direção de Barroso, o Museu visou preservar os bens já integrantes do patrimônio público ou os que viessem a ser por ele adquiridos, fazendo eco às políticas desenvolvidas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Sua fundamentação teórica era o Evolucionismo, que tinha por suposto dois conceitos básicos: progresso e civilização, com as elites *civilizadas* liderando o *progresso*. Barroso foi, mais tarde, dirigente da Ação Integralista Brasileira⁹ e líder da tendência contrária aos *modernistas*, que vieram a estabelecer as diretrizes da política patrimonial no país na década de trinta.

Os *modernistas*, contrários ao espírito *passadista* nas artes e literatura, e à proposta de construir a nação sugerida pelas instituições oficiais, organizaram em São

⁶Gustavo Dodt Barroso, cearense de nascimento, foi advogado, escritor, jornalista, teatrólogo e membro da Academia Brasileira de Letras, dirigindo o Museu Nacional até sua morte em 1959.

⁷Mário de Souza Chagas e Solange Sampaio Godoy In: Anais do Museu Histórico Nacional 1995, p.39.

⁸Durante o período de 1940 a 1975 pode-se encontrar nas publicações dos “Anais do Museu” artigos enfatizando o papel das elites e do exército no projeto de transformar o Brasil “numa moderna nação civilizada”.

⁹A Ação Integralista Brasileira foi fundada por Plínio Salgado em 1938. Plínio Salgado foi o fundador, em 1945, do Partido da Representação Popular, também de inspiração integralista.

Paulo, em fevereiro de 1922, a Semana de Arte Moderna,¹⁰ *uma contracomemoração provocadora à margem das cerimônias oficiais do Centenário da Independência*. Ao rasgarem um livro de Camões estavam declarando simbolicamente que era necessário romper com a dependência cultural do Brasil, *cujo corpo se situava na América, mas cuja alma permanecia moldada pela Europa* (LAPLANTINE, 1993, p.42). As atividades ali desenvolvidas deslocaram os parâmetros de realidade das expressões estéticas, refletindo-se mais tarde nos fundamentos da idéia de patrimônio.

Paralelamente à crítica da intelectualidade modernista à procura da identidade brasileira, os anos 20 possibilitaram a construção de uma história regional, calcada em mitos baseados em heróis povoadores do interior do Brasil. Um destes mitos foi idealizado pela elite paulista que atuava centralizada no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Dali nasceu a figura do Bandeirante, utilizada como emblema do nacionalismo e mais tarde como símbolo à oposição democrática à ditadura de Vargas. No Paraná, nesse mesmo período, foram idealizadas a figura do Ceifador e mais tarde a do Semeador, visando delinear a *identidade paranaense*.

O Modernismo, tanto na Europa quanto no Brasil, para além da mudança estética, constituiu símbolo de alteração da ordem social (DASSIN, 1978). Para efeito de análise, historiadores e críticos brasileiros dividem-no em dois períodos. O primeiro deles, conhecido como *heróico*, inicia-se em 1920, caracterizado pela inovação estética, pelo experimentalismo e a busca de nova linguagem; o segundo, chamado *ideológico*, enfatizou a identidade nacional e o papel do intelectual e do artista enquanto cidadão participante.

¹⁰A Semana de Arte Moderna foi inaugurada em 13 de fevereiro de 1922, com uma conferência de Graça Aranha: "A Emoção estética na arte moderna". A presença de G. Aranha, ligado à Academia Brasileira de Letras, pode ter sido utilizada pelos modernistas como um *salvo conduto*, como avalista do movimento aos olhos da comunidade. Existem divergências quanto a importância de Graça Aranha no movimento modernista. Alguns estudiosos enfatizam sua importância na discussão da problemática da brasilidade, pedra de toque do primitivismo modernista, ligada à tradição do pensamento brasileiro. Vide: Abílio Guerra, 1992. A Semana teve também concertos de Vila-Lobos, que nunca havia se apresentado no Brasil e de Guiomar Novais, já conhecida e com público garantido. Além deles, artistas plásticos expuseram seus trabalhos, dentre eles, Brecheret, Anita Malfatti, John Graz, Rego Monteiro e Di Cavalcanti. Poetas leram seus trabalhos no segundo dia: Oswald de Andrade, Luiz Aranha, Sérgio Milliet, Tácio de Almeida, Mário de Andrade, Ribeiro Couto, Plínio Salgado e Agenor Barbosa. Sevecenko, 1992, p.266/67/68/69/70.

Esses momentos, no entanto, encontram-se intimamente imbricados; a distinção prioriza as críticas feitas à cultura e à sociedade.¹¹

As propostas do Modernismo foram polêmicas quanto às novas leituras da influência estrangeira no país. Foram realizadas formulações críticas e emancipatórias sobre a cultura nacional e a dependência econômica e elaboradas novas interpretações do social (SCHELLING, 1990, p.74). O movimento, com a característica fundamental de refutar os aspectos alienadores e redutores da atividade artística, recebeu influências da Vanguarda histórica européia, que teve como expressão movimentos artísticos altamente radicais, como o Futurismo e o Expressionismo (1910), o Cubismo (1913), o Dadaísmo (1916) e, mais tarde, o Surrealismo (1924).¹²

O choque causado pela *Semana* na tradicional sociedade paulistana foi avassalador. *O ano de 1922 se iniciou em São Paulo com um terremoto. A terra tremeu, o pânico se difundiu pela cidade e as idéias se desarvoraram. Seria o fim do mundo? Seria um sinal dos tempos? Seria mais uma consequência imprevista das invenções modernas?* (SEVECENKO 1992, p.224).

¹¹O modernismo brasileiro apesar de ligado à Semana de Arte Moderna de 1922, não se restringiu à ela. Constituiu um movimento que extrapolou as artes (pintura, música, escultura), passou pela literatura, instalou-se nas ciências sociais então emergentes e influenciou em políticas federais, particularmente na educação e na cultura. Segundo Vivian Schelling (1990), o modernismo está relacionado com a crise da economia agro-exportadora, os emergentes projetos de modernização, democratização e desenvolvimento econômico do país, e a reorganização da estrutura produtiva e institucional que surgiu durante o período; a autora também sugere que ele constituiu a primeira problematização da situação de dependência cultural e do papel do Brasil relacionado aos demais centros de expansão capitalista; além de entender que a criatividade do Movimento Modernista e suas realizações estão ligadas ao afrouxamento dos laços de dependência durante a Primeira Guerra Mundial, ao desenvolvimento industrial e uma maior autonomia do país frente ao mercado mundial. Páginas 73/74. Conforme Rezende, 1993. p.08, o Movimento divide-se em três momentos significativos, a) a fase inicial, que pode ser marcada pela postura de negação e destruição dos cânones artísticos anteriores, iniciada com a exposição de Anita Malfatti em dezembro de 1917, até a Semana de 22; b) a *fase heróica*, de experimentação, construção de propostas e de uma nova estética, em que foram lançadas as bases da discussão sobre a dependência cultural e o nacionalismo; e, c) uma fase de mutação e estabilização, com ênfase nos conteúdos de base social, realimentando a discussão sobre o nacionalismo, a identidade nacional, a polêmica entre regionalismo e universalismo e sobre o papel social da arte e do artista, que iria de 1930 a 1945. A delimitação das datas apresentadas acima pode divergir quando se toma como parâmetro estes movimentos nas artes ou na literatura. Consideramos que a delimitação apresentada satisfaz as exigências deste texto.

¹²O termo Vanguarda designa os movimentos e conceitos artísticos e culturais que surgiram nas primeiras três décadas deste século e que procuraram mudar radicalmente a concepção de mundo e o código artístico. Para maiores esclarecimentos veja: Boaventura, 1985. Neste livro, a autora discute a chamada Vanguarda Histórica.

A partir da *Semana*, passou-se a refletir sobre a dependência cultural do país e o comprometimento das elites brasileiras com ela. Seus participantes demonstraram que a rebeldia exposta naquele evento, pela recusa radical à linguagem que consideravam *passadista*, e ao seu modo de representar a realidade, radicalizar-se-ia mais tarde no plano ideológico. O poema *Ode ao burguês*, de Mário de Andrade,¹³ é uma sátira e uma contundente crítica às elites paulistas e aos imigrantes enriquecidos,

Eu insulto o burguês-funesto!

O indigente feijão com toucinho, dono das tradições!

[...].

Em decorrência da postura extremamente crítica de Mário de Andrade, a resistência não ficou restrita à sua obra: [...] *no escândalo com que foram recebidas as críticas devastadoras de M. De Andrade aos parnasianos consagrados, os “mestres do passado”, como também no grau de ostracismo a que foi votado pelo público, parentes, alunos e sua própria família, por seus versos ‘futuristas’ sobre São Paulo, em Paulicéia desvairada. [...] Ou, quando a Semana foi considerada [...] um evento escandaloso e até imoral, a tal ponto que se evitava comentá-la na presença de mulheres e crianças* (SCHELLING, 1990, p.81 e 85).

Mas, apesar de toda a crítica, os modernistas colaboraram para que São Paulo se tornasse um centro consumidor de arte e cultura, para onde afluíam artistas de todo o país e até mesmo estrangeiros. A burguesia rural ilustrada, que vivia entre Paris, Londres e São Paulo, agia como mecenas, cercando-se de artistas e intelectuais, apoiando seus trabalhos e

¹³Seu nome completo era Mário Raul de Morais Andrade (1893/1945). A importância de Mário pode ser sentida pela forma como Telê Ancona Lopes o apresenta em “Uma “Autobiografia” de Mário de Andrade” 1992: “Sendo poeta, ficcionista, crítico e historiador das artes plásticas, da música e da literatura, pioneiro no uso literário da língua portuguesa falada no Brasil, estudioso do cinema, fotógrafo, viajante, pesquisador do folclore e da cultura popular (a quem se deve descobertas fundamentais), conselheiro dos jovens escritores, professor, correspondente assíduo, consolidando vastíssimo epistolário - novamente caso raro entre nós - Mário se faz conhecido, além disso, por seu projeto nacional, voltado para a democratização da cultura e por sua coragem de intelectual participante”. Após anos de trabalho dedicado a cultura nacional em diferentes frentes, em 1945, Mário de Morais Andrade morre de enfarte do miocárdio a 25 de fevereiro, aos 52 anos, deixando um rico legado à literatura, às ciências sociais e à política brasileira.

pesquisas.¹⁴ Pôde, então, parte da intelectualidade brasileira canalizar sua criatividade e inquietação na busca de originalidade para as expressões estéticas.¹⁵

Apropriando-se das novas funções da sociedade, São Paulo tornou-se fronteira onde era mais intensa a consciência da mudança social, onde a inovação e a novidade cultural eram mais prováveis e onde a maior complexidade e tensão da vida moderna eram vividas com maior agudeza. Aqui floresciam as instituições de atividades culturais: editoras, teatros, cinemas, revistas e um público receptivo a novas causas e experiências (SCHELLING, 1990, p.68).

O certo é que a partir de então foi criado um ambiente de experimentação, refletido nas revistas produzidas: a primeira foi *Klaxon*, depois *Estética*, *Terra Roxa e Outras Terras* e os *Manifestos Antropófago e Pau-brasil*. O movimento expandiu-se para outros estados, alguns deles com presença marcante, como Pernambuco com Gilberto Freire e seu regionalismo, que estudou as tradições populares, rivalizando com o cosmopolitismo paulista.

As palavras de Mário de Andrade, pronunciadas em conferência feita em 1942, podem ser lidas como um balanço do Movimento.

A transformação do mundo com o enfraquecimento gradativo dos grandes impérios, com a prática européia de novos ideais políticos, a rapidez dos transportes e mil e uma outras causas internacionais, bem como o desenvolvimento da consciência americana e brasileira, os progressos internos da técnica e da educação, impunham a criação de um espírito novo e exigiam a reverificação e mesmo a remodelação da Inteligência nacional. Isto foi o movimento Modernista, de que a Semana de Arte Moderna ficou sendo o brado coletivo principal. (ANDRADE, 1942, p.13)

Essa movimentação que procurou alternativas críticas para pensar o país, fez-se ouvir muito discretamente no Congresso Nacional em relação ao patrimônio. Em 1923, deputados voltados à problemática apresentaram projeto de lei para a criação da Inspetoria de Monumentos Históricos, que teria por finalidade conservar os imóveis públicos ou particulares, *de interesse nacional*. Um ano depois, foi apresentada

¹⁴Dentre as famílias tradicionais paulistas pode-se citar: D. Olívia Quedes Penteado, Paulo Prado, Tarsila do Amaral e Godofredo da Silva Teles In: Ancona Lopes. 1972. p.218.

¹⁵Como comenta Schelling, 1990. p.67 “essa categoria social não era inteiramente nova; já durante o Império, ela introduzira uma certa diferenciação na estrutura social eminentemente dicotômica, e havia lutado pela Independência do Brasil. Da mesma forma, em 1889, com a proclamação da República, seus elementos mais progressistas haviam tentado introduzir políticas econômicas nacionalistas, incentivando a industrialização do País. Derrotados e frustados na realização de seus ideais republicanos e democráticos, e como fato de que a República se tornara um mero instrumento para promover os interesses do setor exportador, eles retiraram o apoio ideológico que as classes dominantes poderiam ter usado para legitimar e estabilizar a ordem social.

complementação ao projeto procurando coibir a saída de *obra de arte tradicional* brasileira para o exterior. A preocupação vinha principalmente do Estado de Minas Gerais, que via seu patrimônio histórico e artístico ser dilapidado pelo comércio de antigüidades. Como os demais, o projeto, ao contrapor-se à legislação federal, que não previa restrições ao direito de propriedade, não foi aprovado. Em 1925, um outro projeto, que objetivava a criação de um órgão nacional de patrimônio, chegou a ter tramitação no Congresso Nacional, mas ficou esquecido. Apresentado por solicitação do governador de Minas Gerais, propunha a guarda e a conservação de bens móveis e imóveis considerados de interesse da coletividade, os quais deveriam ser catalogados, e sobre eles a União ou os Estados deveriam ter direito de preferência na compra. Tal proposta acreditava na potencialidade pedagógica do patrimônio, idéia mais tarde resgatada por Rodrigo de Melo Franco e Mário de Andrade.

Neste ínterim, os estados Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, ressentindo-se de Lei Nacional que fundamentasse legalmente ações de salvaguarda de seu patrimônio, criaram leis estaduais específicas de proteção. Mas, essas leis foram inócuas, pois esbarravam no direito de propriedade expresso na Constituição Federal e não encontravam respaldo no Código Civil. Todas essas propostas e negociações, aparentemente infrutíferas, serviram, no entanto, de subsídio às legislações posteriores, e, em especial, à criação do serviço do patrimônio.

2.3 ARQUITETANDO O CONCEITO

Adoro esta cidade,
 São Paulo combina com meu coração
 Nada aqui de tradição
 Nenhum preconceito
 Antigo ou moderno
 Só contam esse apetite furioso essa confiança
 /absoluta esse otimismo esse arrojo esse trabalho
 /essa faina essa especulação que erguem
 /dez casas por hora de todos os estilos ridículos
 /grotescos bonitos grandes pequenos
 /do norte do sul egípcios yankees cubistas
 Sem mais preocupação que a de acompanhar as
 /estatísticas prever o futuro o conforto
 /a utilidade o rendimento e a de atrair
 /muitos imigrantes
 Todos os países
 Todos os povos
 Gosto disso
 As duas ou três velhas mansões portuguesas
 / que restam têm azulejos azuis.
 São Paulo¹⁶
 Blaise Cendrars.

De todos os participantes da *Semana de 22*, Mário de Moraes Andrade foi quem mais influenciou as discussões sobre patrimônio cultural, preocupando-se em entender as especificidades do país, suas condições locais e regionais, que indicavam uma *pré-consciência de nosso subdesenvolvimento*.¹⁷ Folclore¹⁸ e Antropologia subsidiaram conceitualmente seus estudos. Além disso, *Apesar de sua filiação ao catolicismo identifica o cristianismo oficial com a 'civilização importada' da Europa, atribuindo importância aos ritos pagãos e às práticas mágicas das tradições culturais africanas e indígenas* (SCHELLING, 1990, p.157).

¹⁶Tradução de Nelson Archer.

¹⁷Como diz Ancona Lopes, 1996, p.17 “É evidente que não se pode ver, na perspectiva de um modernista de 20, ou mesmo de 22, uma conceituação de país subdesenvolvido, pois estávamos ainda muito distantes desta consciência ou dessa formulação. O que se percebe é uma desordem primeira, quase uma intuição, manifestando-se com dinamismo, às vezes, até com radicalidade (emocional). Antônio Cândido chamou este sentimento de “pré-consciência de nosso subdesenvolvimento.”

¹⁸Para muitos estudiosos o termo folclore traria implícita uma ambigüidade por nomear o objeto e o seu campo de estudo ao mesmo tempo. O termo folclore é utilizado aqui para abarcar o sentido mais amplo da definição sem comprometer-se com uma ou outra definição teórica. VILHENA, 1997.

A primeira *viagem da descoberta do Brasil* foi empreendida por Mário em 1924, acompanhando Blaise Cendrars,¹⁹ Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral, amigos modernistas. A *caravana mineira* percorreu cidadezinhas do interior de Minas Gerais, ainda sem o sentido etnográfico de outras viagens. A viagem serviu para aguçar o interesse pelas especificidades das expressões culturais do país, tornando-se fonte para a criação erudita e orientadora da visão de patrimônio nacional. O abandono das edificação coloniais mineiras e das obras de Aleijadinho²⁰ fortaleceram o interesse de Mário e de seu grupo de amigos em lutar pela preservação do que já consideravam exemplares do *patrimônio histórico brasileiro*.

Três anos depois Mário fez nova viagem ao norte do país. A Amazônia reforçou sua crença na legitimidade da preguiça enquanto ócio criador, o que, segundo ele, não deveria ser confundido com improdutividade, porque essa característica propiciava ao brasileiro *criação artística*.²¹ Tanto é que ele as utilizou em *Macunaíma, herói sem caráter*, um índio de pele negra e olhos azuis, para personificar o *brasileiro*²² que, [...] *assim como Macunaíma só poderia realizar-se encontrando o muiiraquitã, isto é, recuperando suas raízes tropicais, o brasileiro, primitivo, enquanto conotação antropológica baseada em Lévy-Brühl,*²³ *o Brasil e seu povo, só poderiam se impor como cultura uma vez que assumissem sua verdadeira personalidade* (ANCONA LOPES, 1972, p.114-115).

¹⁹Blaise Cendrars (1887-1961), escritor vanguardista francês, visitou o Brasil em 1924.

²⁰Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, nasceu em Minas Gerais em 1730 e veio a falecer em 1814. Artista famoso em Vila Rica, ficou leproso aos 40 anos. Com um cinzel amarrado ao punho construiu muitas obras-primas do barroco mineiro.

²¹Oswald de Andrade também trabalhou com o ócio enquanto dignificação do homem e não como similar à preguiça ou ao doce “far niente”. Vê o ócio como instrumento capaz de possibilitar ao homem satisfações antes restritas à classe dominante.

²²Macunaíma e sua falta de caráter como um elemento ao mesmo tempo criticado e valorizado está presente ambigualmente em Mário de Andrade e, segundo Schelling (1990), permeia também o sentido de sua própria identidade intelectual, conforme desenvolve às páginas 121/146. Um dos traços mais marcantes da personalidade intelectual de M. de Andrade era seu senso de uma multiplicidade de seres dentro de si, uma alma *arlequinal*.

²³Lucien Lévy-Brühl (1857-1939) foi um filósofo de grande reputação antes de dedicar atenção ao estudo do “homem primitivo”. A partir de 1903 com a publicação de “La Morale et la science des mœurs”, concentra seus interesses no estudo da mentalidade primitiva. Ver Goldman, 1994.

Mário acreditava que o brasileiro que se aliena de suas características sucumbe, [...] ficando relegado ao brilho inútil das estrelas [...] Macunaíma transformado em estrela guia, como já afirmei antes, indica uma situação de espera da fidelidade do brasileiro à sua ambiência, que resultaria na almejada 'civilização climática' (ANCONA LOPES, 1972, p.198). Na tentativa de sistematizar as informações empíricas reunidas em suas viagens Mário sentiu a necessidade de ampliar seu conhecimento antropológico. Seu propósito de descobrir uma imagem que desse sentido ao Brasil moderno, levou a que interrogasse o passado em busca de elementos que propiciassem visibilidade à identidade do país, não como origem, mas como projeto. Propôs-se, então, a construir a língua brasileira influenciado pelo culturalismo boasiano.²⁴ Com mais este cabedal retornou ao Nordeste em 1929. Tinha por objetivo efetuar pesquisa de campo sistemática, resgatando o imaginário local e a cultura brasileira. Para discutir o folclore e a literatura popular Mário visitou obras de Gilberto Freire, Oliveira Vianna, Euclides da Cunha.²⁵ Artur Ramos chamou sua atenção para a importância da análise psicológica do fenômeno folclórico.²⁶

Ao mesmo tempo, em que alertava que o Brasil não podia desconsiderar as influências culturais externas valorizava os temas nacionais, a consciência da mestiçagem, os valores de grupos minoritários e marginalizados. Lançava mão dos recursos da Vanguarda européia, a mesma que criticava e esperava superar para construir sua idéia de cultura nacional.²⁷

²⁴Franz Boas e a "Escola boasiana" surgiram nos Estados Unidos em fins do século XIX e princípios do século XX. Conhecida como Escola Histórico-Cultural Americana, reintroduziu o conceito de história nos estudos antropológicos e o interesse pelo indivíduo, visto em suas relações com a cultura. Diferentemente do Evolucionismo vai propor o enfoque histórico para estudar a dinâmica das mudanças percebidas pelo observador e entender os processos de mudança, não mais inferidas pela reconstrução meramente especulativa. A história é apreendida em sua exterioridade, procura-se nela a objetividade dos fatos sócio culturais. Franz Boas foi um dos mais importantes contestadores da visão etnocêntrica que privilegiava a idéia de raça e meio no entendimento da diversidade das sociedades humanas, substituiu o conceito de raça pelo de cultura.

²⁵Euclides da Cunha foi recuperado no Estado-Novo como o *estilizador de nossa história*, conferiu um lugar especial ao fenômeno da mestiçagem. Oliveira Viana demonstrou a especificidade da sociedade rural brasileira ante a metrópole portuguesa, entendida por ele como o berço da mestiçagem. Gilberto Freire é considerado como tendo produzido a melhor reflexão sobre a "questão racial".

²⁶Ramos interpretou mitos e contos africanos com o auxílio da psicanálise, aceitando Lévy-Brühl e entendendo o mito como preocupações que vêm [...] dos ancestrais do homem, sexo e morte, explicados através de sublimações e compensações, fazendo-o participar da natureza. Ancona Lopes, 1972, p.108

²⁷Outro modernista de igual quilate, Oswald de Andrade, trabalhou brilhantemente com esta ambigüidade em sua teoria da Antropofagia, entendendo que a cultura brasileira seria uma devoradora da cultura européia com vistas a transformá-la. Cândido, 1995.

Mário de Andrade buscou inte-relacionar as diversas disciplinas que estudou, e elas foram muitas. Escreveu sobre artes-plásticas, pintura, música, poesia, folclore, prosa e filosofia da arte. Toda sua produção demonstra compromisso com a realidade e uma forte ligação com a literatura popular.

Como muitos dos que haviam participado do movimento modernista e marcado pelo espírito participativo filiou-se, no final da década de 1920, ao Partido Democrático, de oposição às oligarquias agrárias. No início dos anos 30, Mário substituiu a *consciência amena do atraso*, aliada à idéia do país *novo* e potencialmente forte, pela *consciência catastrófica do atraso*, entendendo que o país era *subdesenvolvido* e não simplesmente *novo*, a esperar o desenvolvimento *em berço esplêndido* (CÂNDIDO, 1965). As interpretações de Mário de Andrade ganham esta nova visão do país, quando tenta libertar a subjetividade do artista, criando nova linguagem literária aliada à defesa do nacionalismo estético. Ele pretendeu *abrasileirar* o Brasil, aliando a política e a técnica artística²⁸. Considerava que o artista deveria servir à humanidade pela adoção do conceito de arte enquanto gesto transformador. O engajamento do artista é visto por ele como umas das realizações mais significativas do Modernismo.

Para *abrasileirar* o Brasil, segundo M. de Andrade, era necessário ‘sentir e viver o Brasil não só na sua realidade física mas na sua emotividade histórica’. Em outras palavras, era preciso não só criar o novo, mas também desenvolver uma memória histórica, apropriar-se do passado, identificar-se com sua própria história e abandonar o hábito de sentir saudades ‘do cais de serra em plena Quinta da Boa Vista’, de ‘falar numa língua e escrever em outra’. Além disso, embora o Brasil já tivesse uma história significativa, agora era fundamental ‘conquistar a consciência desse peso, sistematizá-lo e tradicionalizá-lo, isto é, referi-lo ao presente’. (SCHELLING, 1990, p.106 - As citações de Mário de Andrade feitas pela autora foram retiradas de cartas enviadas a Manuel Bandeira).

O envolvimento político de Mário aprofundou a divisão entre os modernistas, que formulavam [...] *concepções sobre uma cultura nacional utilizando-se símbolos parecidos, mas cujo ângulo revela suas diferenças*. (SCHELLING, 1990, p.92).

²⁸Na música, uma expressão destas preocupações foi Noel Rosa, que fez uso da ironia e da paródia projetando, ainda que intuitivamente, sua faceta modernista. Sua inspiração brota da vida cotidiana nas grandes cidades. Para maiores informações sobre o tema. Ribeiro, 1995.

O grupo liderado por Plínio Salgado, Menotti del Pichia e Cassiano Ricardo fundou o movimento *Verde-amarelo* e *Anta*, que mais tarde aderiram ao Integralismo.²⁹ Este grupo rejeitava o cosmopolitismo e buscava encontrar o *verdadeiro brasileiro* no indígena idealizado. Mário aproximou-se da corrente *Pau-brasil e Antropofagia*, liderada por Oswald de Andrade, cujos manifestos propunham uma *descoberta* do Brasil pela desestruturação dos elementos europeus transplantados, que fundamentariam a natureza da cultura brasileira³⁰. O Movimento Antropofágico constituiu uma redescoberta das próprias origens, mais que um primitivismo, foi além da busca do exotismo *devorando* a cultura européia.

Toda essa trajetória de participação política e produção intelectual foi decisiva para que Mário superasse o conceito de patrimônio com a inclusão de bens intangíveis, vocábulos, lendas e cantos, culinária, magia, cultos religiosos e expressões artísticas de índios e negros. O conceito pressupunha que todo monumento de arte seria ao mesmo tempo histórico, pois representaria uma fase das artes; do mesmo modo um monumento histórico poderia também ser artístico, por representar a estética de determinada época e as relações sociais que o tornaram possível.

É a partir dessa perspectiva que Mário de Andrade inseriu-se nos árduos caminhos da burocracia e assumiu a direção do Departamento de Cultura do Município de São Paulo, em 1935.³¹

²⁹O Integralismo foi um movimento político que se desenvolveu no Brasil durante a década de 30. Plínio Salgado foi seu fundador e único líder da Ação Integralista Brasileira – AIB. Considerado o primeiro partido nacional de massas teve 1123 grupos organizados em 538 municípios, abrigando 400 mil adeptos.

³⁰O movimento Antropófago foi iniciado em 1928 por Oswald de Andrade e sua companheira Tarsila do Amaral. Esse movimento propunha resgatar o que Oswald chamou de o “matriarcado de Pindorama”, a comunidade primitiva fundamentada nos elementos primitivos e pagãos das culturas indígenas e africanas, o índio constituindo um símbolo da identidade nacional. O Manifesto Pau-Brasil também considerou a situação de dependência e aponta como solução um movimento duplo de diferenciação-integração.

³¹O Departamento de Cultura foi criado em 1934, com o objetivo de *promover o desenvolvimento cultural e educacional*, com vistas a ser o germe do Instituto Brasileiro de Cultura. Instituição que objetivava independência política e tinha a pretensão de instalar-se em outros estados, desenvolvendo trabalhos em colaboração com universidades ou faculdades (Miceli, 1979). Fábio Prado era então prefeito da cidade de São Paulo. O Departamento dividia-se em cinco unidades: Divisão de Expansão Cultural (teatro, cinema, salas de concerto, discoteca e Escola de rádio); Divisão de Bibliotecas; Divisão de Educação e Recreação; Divisão de Documentação Histórica e Social e a Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos (Schelling, 1990, p.178). Seus trabalhos foram interrompidos pelo Estado Novo em 1938. Já em 1921, Paulo Duarte juntamente com Amadeu Amaral fundou a Sociedade de Estudos Paulistas com o objetivo de ativar estudos sobre história, costumes, geografia, linguagem, folclore e vida espiritual do povo paulista. A Sociedade teve também a participação de outros intelectuais, entretanto não conseguiu firmar-se. Paulo Duarte, deputado pelo Partido Constitucionalista em 1933, preparava em 1936 a organização de um departamento paulista que tratasse do patrimônio cultural do Estado, com base no anteprojeto encaminhado por Mário de Andrade a Capanema. Diante de problemas políticos que poderiam colocar dificuldades a Rodrigo de Melo Franco, adiou a apresentação do projeto por um ano. Quando percebeu a demora federal apresenta-o ao legislativo paulista em 1937. Reduto de oposição a Vargas, com o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937 foi suspensa a tramitação do projeto de Paulo Duarte, em São Paulo.

Esse trabalho na direção do Departamento, de curto mas significativo período, foi marcado pela intranquilidade política que se refletia no campo das ações culturais. Em carta a Rodrigo de Melo Franco Mário deixou entrever: *As desilusões têm sido penosas, e os sofrimentos. As modificações por enquanto não têm sido muito grandes, pelo menos não destruíram por enquanto o mesmo, organismo fundamental do Departamento. Mas cada coisinha que cortam me dói de passar noite acordado. Me sinto bastante alquebrado, quero reagir, minto a mim e depois o desânimo volta* (Carta a Rodrigo In: ANDRADE, 1981, p.130).

Mesmo desanimado com as intervenções no Departamento, que considerava indevidas, Mário de Andrade continuou com as atividades administrativas a par das literárias. Foi um dos fundadores da *Sociedade de Etnografia e Folclore*,³² em São Paulo. Nesta atividade, teve colaboração de Dina Lévi-Strauss³³. Os trabalhos e os cursos promovidos pela *Sociedade* foram desenvolvidos em estreita colaboração com o Departamento de Cultura do município e tinham por objetivo formar técnicos capacitados a desenvolver pesquisas e projetos culturais na área.³⁴

A amizade com o casal Lévi-Strauss transformou-se em admiração. Em entrevista recente, o professor Lévi-Strauss ressalta como principal contribuição de Mário de Andrade *Ter aberto os olhos de seus concidadãos, sobretudo os da elite intelectual, para um certo número de verdades que eles prefeririam ignorar: os índios, os camponeses pobres, as mestiçagens, a cultura popular, o Brasil profundo. Ele*

³²O campo de estudo do folclore está relacionado à emergência das preocupações eruditas com a chamada *cultura popular* e constantemente associado ao tema da *identidade nacional*. As obras de Renato Almeida, fundador do Conselho Nacional do Folclóre - CNF e Edison Carneiro são importantes no período. Em 1941 Luís da Câmara Cascudo fundou em Natal, capital do Rio Grande do Norte, a Sociedade Brasileira do Folclore, com pouca repercussão no restante do país.

³³Professora da Universidade de Paris, então acompanhando o marido, professor Lévi-Strauss, convidados para ministrar cursos na recém-criada Universidade de São Paulo.

³⁴Bastante ativos nacionalmente, do final do Estado Novo até meados da década de 1960, pode-se dizer que os folcloristas foram os primeiros a formular um discurso sistemático sobre a *cultura popular*, *tema circular com o plano erudito* (Vilhena, 1997, p.30). Apesar dos esforços de intelectuais paulistas os estudos sobre folclore só foram institucionalizados após a criação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, no Ministério da Educação e Cultura em 1958, transformado em 1976 em Instituto Nacional do Folclore.

colocou a questão da identidade brasileira (Lévi-Strauss. Entrevista a Antoine de Gaudemar Folha de S. Paulo, 16.02.1997).

Mário atraiu também as atividades da Sociedade de Sociologia, vinculando-a ao Departamento de Cultura e [...] *conseguiu concentrar nas duas entidades nomes nacionais da maior representatividade como os de Emilio Willems, Fernando de Azevedo e inúmeros outros* (ANDRADE, 1983).

Além desses, professores estrangeiros convidados para a instauração da Universidade de São Paulo – Dina e Claude Lévi-Strauss, Roger e Paul Arbousse Bastide, Pierre Mombeig, dentre outros, colaboraram com as atividades do Departamento e com ambas as sociedades. A *Sociedade de Etnografia e Folclore*, publicou sete Boletins entre outubro de 1937 e janeiro de 1939, além de promover sessões de Comunicação, estudos e pesquisas. Mário apresentou os estudos *Estrutura do Samba Rural Paulista*, *Dona Ausente* e *Cavalcadas*; Dina, *O que é Folclore* e *Plano de Trabalho* e Claude Lévi-Strauss, *Os Índios Kadiueu* e *Algumas Bonecas Carajá* (ANDRADE, 1983).

Obrigado a deixar a direção do Departamento em 1938, por desentendimentos políticos, transferiu-se para o Rio de Janeiro onde trabalhou no SPHAN, sendo contratado como Assistente Técnico. Sua colaboração com o Ministério de Capanema estendeu-se ao Instituto Nacional do Livro; assumiu ainda o cargo de Catedrático de Filosofia e História da Arte e de Diretor do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Apesar do envolvimento com a burocracia do Estado Novo e seu incipiente apoio à Revolução de 30, seu propósito de *construir a nação* diferenciava-se da proposta estadonovista. Sua incompatibilidade com o regime ficou evidente quando desmoralizou o discurso ufanista problematizando o caráter abstrato da identidade nacional nele inserido ou quando batalhou contra os regionalismos, que considerava um reforço à imagem exótica do país, ao enfatizar os elementos pitorescos e superficiais e o culto à pátria, que via como *a mais monstruosa forma de egolatria nacional*.

Os desdobramentos desses antagonismos radicalizaram-se quando a ditadura de Vargas passou a ver parte do movimento Modernista como uma conspiração tramada por intelectuais, detentores de um viés subjetivo que lhes prejudicaria uma visão mais *adequada* da Nação. Dentre estes intelectuais, Mário foi duramente criticado, apesar de sua colaboração com o Ministério de Capanema como responsável por propostas de leis que organizaram a política do patrimônio no país. Seus trabalhos literários foram considerados uma mistura de ficção e realidade. No entanto, mesmo estes questionamentos não alteraram sua decisão de somar-se às propostas estadonovistas para a cultura, assim como parte do grupo modernista, acreditando ocupar espaços importantes para a definição dos bens patrimoniais nacionais. Mesmo porque, o Modernismo forjou elementos comuns às propostas do Estado Novo, tais como a busca de um projeto cultural que incorporasse a brasilidade.

Como participante da burocracia estatal, Mário de Andrade retomou as propostas germinadas na caravana mineira de 1924 insistindo na importância do estudo empírico das manifestações culturais, das relações que são estabelecidas entre os homens e entre eles e o mundo que os rodeia. Buscou documentação que se referisse ao patrimônio cultural móvel, isto é, aos documentos, às peças arqueológicas e obras de arte, aliada aos levantamentos etnográficos, centrados na especificidade de cada caso. Seu reconhecimento da diversidade cultural do país está expresso no comentário que faz sobre a observação de Saint-Hilaire, a respeito da forte luminosidade das igrejas brasileiras [...] *idéia de rezador europeu. Idéia de quem não sabe rezar à brasileira, rezar conjuntamente com muitos pecados, rezar entre promessas à Senhora e chamados à benzedeira mais sórdida, rezar de barriga cheia e uma alma cheia da mais paralógica ingenuidade. Uma grande inocência. Difícil de garantir se lastimável [...]*; ou a respeito da matriz de Itu, interior de São Paulo

É possível que o teto da Carmo fuja muito aos cânones da decoração européia. Porém, menos que imaginar por isso deficiência, não seria mais lógico olhar uma obra assim por olhos que não estejam facetados à européia?...Porque antes de salientarmos a deficiência, não salientaríamos a originalidade! [...] Se o teto da Matriz de Itu nos atrai logo, familiarizados com essa tradição erudita européia a que ele mais docilmente se afaz, parece a este Assistente que o teto da Carmo terá mais valia tanto nacional como internacional. Porque apresenta formas mais representativas de nós, mais originais, mais contribuidoras (ambas as citações foram retiradas de: ANDRADE, 1981, p.126).

Em 1941, Mário retornou a São Paulo como funcionário comissionado do Sphan, pondo fim ao que considerava seu *exílio* carioca. Reassumiu no ano seguinte o cargo de Catedrático no Conservatório de Música. Em conferência pronunciada em 1942, três anos antes de sua morte, disse: *Façam ou se recusem a fazer arte, ciências, ofícios. Mas não fiquem apenas nisto, espiões da vida, camuflados em técnicos de vida, espiando a multidão passar. Marchem com as multidões.*

Seus críticos estadonovistas tinham razão ao considerar seu trabalho como ficção. Este *turista aprendiz* viajou percorrendo caminhos pisados e marcados por diversificadas maneiras de ver e sentir o Brasil, revelou mundos diferentes, construindo imagens, produzindo o *fictio*. Na verdade, pode-se dizer que Mário produziu [...] *ficções no sentido de que são “algo construído”, “algo modelado”- o sentido original de fictio- não que sejam falsas, não-factuais ou apenas experimentos de pensamento* (GEERTZ, 1978 p.26).

Foi assim também que construiu seu anteprojeto para o Serviço do Patrimônio, transformado em “estrela guia” dos movimento que defenderam mais que *pedra e cal*.

2.4 A ORIGEM DO MITO

Carlos, devote-se ao Brasil, junto comigo. Apesar de todo o ceticismo, apesar de todo o pessimismo e apesar de todo o século XIX, seja ingênuo, seja bobo, mas acredite que um sacrifício é lindo.
Carta de Mário de Andrade a Carlos Drumond de Andrade.

Instalada a Revolução de 30, o Estado tomou para si a tarefa de integrar as partes ao todo nacional, aglutinando manifestações antes dispersas com o objetivo de *unificar culturalmente a nação* (CÂNDIDO, 1994). Tal intenção pôde ser sentida em todas as áreas do governo, principalmente pela sua ingerência no plano da educação e da cultura.³⁵

Pouco antes de eclodir a Revolução já havia sido encaminhado ao Congresso Nacional um anteprojeto de lei que reconhecia o direito de desapropriação com indenização e o de preferência para compra pelo Estado dos bens definidos como patrimoniais. Esse anteprojeto propunha também mais uma vez a criação de uma inspetoria de defesa do patrimônio histórico e artístico. Trazia como novidade na história da legislação brasileira o termo *patrimônio* para designar o acervo dos bens culturais. Entretanto, o fechamento do Congresso Nacional inviabilizou sua tramitação.³⁶

A política de aproximação com setores organizados da sociedade praticada no governo de Getúlio, reforçada pela pretensão em construir um patrimônio *da nação*, possibilitou o estabelecimento de uma relação dialógica entre grupos culturalmente distintos, com horizontes semânticos diferentes. As diferenças expressas no campo cultural extrapolaram para a esfera política, estabelecendo uma luta surda para a definição dos critérios que norteariam a ação do governo neste campo.

³⁵Apesar dos avanços desenvolvidos pelo Ministério de Capanema na área do patrimônio, na educação as conquistas foram limitadas pela visão pedagógica tradicionalista que imperava entre seus dirigentes.

³⁶A Revolução de 1930, encabeçada por Getúlio Vargas, responsável pelo fechamento do Congresso, foi apoiada inicialmente por setores descontentes do Exército e camadas da classe média. Estabeleceu-se a partir dela, um governo que alterou as forças sociais, fortalecendo a burguesia urbana e incentivando a indústria nacional, apesar de o país continuar dependente da captação de recursos internacionais e de não ter descartado o apoio do forte grupo agro-exportador. Por outro lado, a política desenvolvida por Getúlio beneficiou os trabalhadores, criando uma legislação trabalhista que, embora outorgada, garantiu-lhes direitos até então inexistentes. Ver Cândido, 1984.

Ao mesmo tempo, as autoridades e a intelectualidade brasileira estavam atentas ao que se descortinava no panorama internacional. As discussões giravam em torno da regulamentação, conservação e restauração de monumentos, apontando para a necessidade de se estabelecerem critérios internacionais que atuassem como referências para as ações de preservação.³⁷ A *Carta de Atenas*, redigida pelo Escritório Internacional dos Museus da Sociedade das Nações em outubro de 1931, foi um documento que definiu estes critérios e representou a síntese dos trabalhos desenvolvidos pelo CIAM – Congrès International d'Architecture Moderne. Esses critérios estavam voltados à orientação do crescimento das cidades e ao avanço da tecnologia, considerados responsáveis por provocar [...] *imensas perturbações no comportamento dos homens, em sua distribuição sobre a terra, em seus empreendimentos, movimento desenfreado de concentração nas cidades a favor das velocidades mecânicas, evolução brutal e universal sem precedentes na História. O caos entrou na cidade* (Cartas Patrimoniais, 1995, p.31).

Nesse encontro pregou-se o fortalecimento das ações em torno de obras materiais, seus traçados e construções, vistos como patrimônio histórico das cidades por lhes conferir personalidade própria. A Carta considerava que as intervenções efetuadas para a recuperação ou preservação dos monumentos arquitetônicos ou sítios deveriam ser deixadas à mostra, perceptíveis ao grande público. Para isso propunha

³⁷A seguir são listadas em ordem cronológica as Cartas Patrimoniais que contêm as conclusões retiradas de reuniões e encontros de Organismos Nacionais e Internacionais relativos à proteção do patrimônio cultural: Carta de Atenas - Sociedade das Nações - outubro de 1931; Carta de Atenas CIAM - novembro de 1933; Recomendação de Nova Delhi - Arqueologia - dezembro de 1956; Recomendação de Paris - Paisagens e sítios - dezembro de 1962; Carta de Veneza - Monumentos e Sítios - maio de 1964; Recomendação de Paris - propriedade ilícita de bens culturais - novembro de 1964; Normas de Quito - novembro/dezembro 1967; Recomendação de Paris - obras Públicas ou Privadas - novembro de 1968; Compromisso de Brasília - abril de 1970; Compromisso de Salvador - II Encontro de Governadores - outubro de 1971; Convenção de Paris - Patrimônio Mundial - novembro de 1972; Carta do Restauo - Governo da Itália - abril 1972; Declaração de Estocolmo - Ambiente humano - junho de 1972; Resolução de São Domingos - O. E. A. - dezembro de 1974; Declaração de Amsterdã - Conselho da Europa - outubro de 1975; Manifesto de Amsterdã - Carta Européia - outubro de 1975; Recomendação de Nairobi - UNESCO - novembro de 1976; Carta de Machu Picchu - Encontro Internacional de Arquitetos - dezembro de 1977; Carta de Burra - ICOMOS- Austrália 1980; Carta de Florença -ICOMOS - maio de 1981; Declaração de Nairobi - Assembléia Mundial dos Estados - maio de 1982; Declaração de Tlaxcala/México - ICOMOS - outubro de 1982; Declaração do México - ICOMOS - Políticas Culturais - 1985; Carta de Washington -ICOMOS- 1986; Carta de Petrópolis - Centros Históricos - 1987; Carta de Cabo Frio - Encontro de Civilizações nas Américas - outubro de 1989; Carta do Rio - Conferência das Nações Unidas - junho 1992. Cartas Patrimoniais, 1995.

conservar os *vestígios do passado*, combinando-os com o desenvolvimento urbano e com a melhoria da qualidade de vida. Neste sentido, não aceitava intervenções que alterassem as características originais da arquitetura existente, nem as construções de edifícios novos com características antigas. O encontro de Atenas³⁸ propagou um movimento internacional que influenciou nas atividades de organismos como a UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* –, inclusive levando-a a criar o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração dos Bens Culturais.

No Brasil, fortaleceu o propósito de criar o primeiro monumento histórico oficial brasileiro – a cidade mineira de Ouro Preto. Em 1933, mediante o Decreto n° 22.928, a cidade foi transformada em *monumento nacional*.³⁹ Com isso, atendia-se a solicitações de intelectuais mineiros, aproximando-se grupos divergentes liderados por Mário de Andrade e Gustavo Barroso. Acorado nesse ato, Vargas recriou e *inventou* tradições, sustentadas por uma memória histórica que remetia a momentos de rebeldia e luta pela Independência, cristalizada nas edificações e espaços urbanos mineiros, que *contavam a história do país*.

Os anteprojetos legais para a criação dessa memória nacional viriam com a Constituição de 1934.⁴⁰ Especificamente, a Carta aprovou o regulamento do Museu Histórico Nacional organizando anexo a ele um serviço de proteção aos monumentos históricos e obras de arte, cuja ação ficou restrita, nesse primeiro momento, às cidades *históricas mineiras*. No plano mais amplo, a *Constituição* introduziu uma novidade jurídica, o abrandamento do direito de propriedade, quando revestida de função social. Pela primeira vez apareceu claramente definido como dever de Estado a proteção aos

³⁸A *Carta de Atenas* veiculou um dos objetivos universalistas do modernismo arquitetônico, que, a partir daí, transformou-se no credo de diversos planejadores urbanos: construir uma casa estandarizada que respondesse às *necessidades fundamentais do ser humano*.

³⁹O conjunto arquitetônico de Ouro Preto foi um dos bens inscritos pela Unesco na Lista do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, em 21 de setembro de 1980. Em 1945 Mariana foi elevada a monumento nacional; em 1948 foi a vez do Santuário de Nossa Senhora dos Prazeres; seguida de Parati em 1966 e Cachoeira (BA) em 1971.

⁴⁰A Assembléia Nacional Constituinte, instalada em 1933, promulgou a nova Constituição da República em 1934 e elegeu Getúlio Vargas presidente Constitucional do Brasil, por quatro anos.

bens culturais e naturais, e o impedimento à evasão de obras de arte do país, norma desconsiderada nas legislações posteriores. No caso específico de proteção aos bens *naturais* foram promulgados o Código de Minas e o Código de Águas, que deram base para a nacionalização das riquezas do subsolo.

Dentre as forças políticas em jogo, parte da intelectualidade brasileira, oriunda do Movimento Modernista de 1922, na maioria com visão socialista e contundente crítica às elites dominantes, conquistou espaço na área cultural. Deste espaço, circunscrito ao Ministério de Educação e Saúde Pública,⁴¹ dirigido por Gustavo Capanema⁴² germinou o serviço do patrimônio nacional, coordenado pela equipe formada por Rodrigo de Melo Franco de Andrade.

Mário de Andrade foi chamado a redigir anteprojeto para a criação de um serviço nacional que se preocupasse com o bens patrimoniais. Seu pronto acatamento ao convite para auxiliar Capanema deveu-se em grande parte à confiabilidade da equipe formada pelo Ministro, composta por nomes de expressão dentre eles, Rodrigo de Melo Franco de Andrade, Afonso Arinos, Carlos Drummond de Andrade, Augusto Meyer, Oscar Niemeyer, Cândido Portinari, Vila-Lobos, Celso Antônio, Cecília Meireles e Manuel Bandeira.⁴³ A gestão de Gustavo Capanema possibilitou a manutenção de espaço livre para pensar a cultura no regime de Vargas, valendo-se do apoio deste círculo de intelectuais.

⁴¹Em 1930 não havia um Ministério específico para a Educação, que estava junto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Em outubro de 1930, Getúlio criou o Serviço da Educação e da Saúde Pública e Assistência Social que mais tarde foi transformado em Ministério da Educação e Saúde Pública. Sua denominação foi alterada para Ministério da Educação e Cultura em julho de 1953, quando foi implantado o Ministério da Saúde. Ao longo dos anos 30 e 40 o Ministério incluía o Instituto Nacional do Livro, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Serviço Nacional de Teatro, o Serviço de Radiodifusão Educativa, a Casa de Ruy Barbosa, a Biblioteca Nacional, o Museu Histórico Nacional, o Museu de Belas-Artes, o Instituto Nacional de Cinema Educativo ao lado das Universidades, Colégios e Liceus federais.

⁴²Capanema foi o terceiro titular do Ministério, sucedendo Francisco Campos e Oliveira Pena, assumiu o cargo como parte do acordo entre a Igreja Católica e Getúlio Vargas. Apesar dos avanços desenvolvidos pelo Ministério de Capanema nas ações de patrimônio, os projetos ousados de Anísio Teixeira para a educação naufragaram. A política centralizadora de Capanema aliada a setores católicos desfigurou a proposta de Anísio que propunha uma remoção no ensino desvinculando-o do poder do Estado. Estes fatos recolocam a força da visão *passadista*, criticada pela *intelligentsia* brasileira.

⁴³Aspectos de um conservadorismo nacionalista autoritário eivado por ressentimentos gerados pela crise da cafeicultura paulista estão presentes em Afonso Arinos e Paulo Prado.

Além dessa equipe, o apoio de Capanema ao Movimento Modernista e a artistas de vanguarda, como Vila-Lobos e Cândido Portinari, facilitou a decisão de Mário em redigir o anteprojeto. Como grande amigo, admirador e incentivador de Portinari, nele Mário projetou a imagem ideal do artista brasileiro, que entendia ser necessária naquele momento da história do país. Considerava que sua arte afluía de uma visão verdadeiramente brasileira, emanada do *consciente coletivo*. Segundo Mário, o traço mais peculiar da expressão de Portinari brotaria da relação entre pesquisa plástica e encarnação profunda do *ser nacional* (FABRIS, 1995, p.29).

A figura física e social de Cândido Portinari - de pequena estatura, coxo, filho e neto de modestos imigrantes italianos recém-instalados no interior paulista, destituído de quaisquer conexões ou apoios prévios no espaço da classe dirigente - talvez tenha se prestado particularmente aos anseios doutrinários dos círculos responsáveis pela formulação e implementação das políticas culturais naquele período, inclinados a enxergar nele, conforme o registro de documentos da época uma espécie de Aleijadinho redivivo, a transfiguração de uma sofrida história de vida em matéria-prima da expressão artística em sintonia com os ideais nacionalistas da intelectualidade do regime. (MICELI, S. 1996, p.16).

O anteprojeto proposto por Mário abarcava amplo espectro de temas, no qual o bem imóvel aparecia como *uma das possibilidades* de ser inventariado, incluído junto a um vasto elenco patrimonial. Uma cuidadosa leitura do trabalho atesta a modernidade de suas colocações, reforçada pela sugestão de que os museus brasileiros deveriam expor suas coleções e objetos do acervo num contexto informativo e, sobretudo, educativo. Foi também considerada no anteprojeto a comercialização dos bens de arte nacional tombados, mesmo os pertencentes a casas de comércio e particulares, não se permitindo que saíssem do país e determinando que a prioridade para sua compra deveria ser prerrogativa do Estado.

O anteprojeto também propunha a representatividade etnográfica como um dos critérios para avaliação do bem. Ao priorizar o inventário de bens etnográficos incorporando o que definiu como *o saber e o fazer* de comunidades, antecipou as diretrizes das políticas culturais de organismos internacionais desenvolvidas nos anos setenta deste século, que contemplaram aspectos *não-materiais* da cultura.

Mário construiu uma classificação de bens que deveriam ser inscritos em Livros-tombo, denominados: I Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; II Livro do Tombo Histórico; III Livro de Tombo das Belas-Artes; IV Livro do Tombo das Artes Aplicadas. A classificação deveria obedecer a uma das oito categorias seguintes:

1. Arte arqueológica;
2. Arte ameríndia;
3. Arte popular;
4. Arte histórica;
5. Arte erudita nacional;
6. Arte erudita estrangeira;
7. Artes aplicadas nacionais;
8. Artes aplicadas estrangeiras (Andrade, M, CAVALCANTI, 1993, p.40).

Na prática, as atividades do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional - SPAN deveriam ser realizadas por um grupo de técnicos e pesquisadores compostos por especialistas em diferentes áreas, antevendo a importância do trabalho multidisciplinar. Previu um Conselho Consultivo formado por cinco membros fixos e vinte membros temporários escolhidos dentre historiadores, etnógrafos, músicos, pintores, escultores, arqueólogos, arquitetos, gravadores (artistas gráficos, medalhistas etc.); artesãos (decoradores, ceramistas etc.); escritores (de preferência críticos de arte).

Entretanto, a equipe de Rodrigo foi morosa no encaminhamento do anteprojeto ao Congresso Nacional, conforme se pode vislumbrar pelo teor das cartas de Mário encaminhadas a Rodrigo

Quando enfim sai esta Lei sobre o SPHAN⁴⁴ federal? Pelo menos se o SPHAN atual, de você, está funcionando em virtude de alguma lei já antiga ou simples decreto federal atual? É que se trata da lei daqui que vai agora pra aprovação definitiva na Câmara Federal, e, ao que ele me disse, não pode ser aprovada, ou pelo menos sancionada, sem a lei federal. Por outro lado sei, sem ter contado ao Paulo por falta de autorização de você, que você não tem pressa que a lei federal saia, porque ainda não estamos com o recenseamento feito pra cair em cima de tudo com a comunicação de tombamento (ANDRADE, 1981).

A morosidade estaria relacionada a dificuldades na implementação do programa patrimonial, dada a minúscula estrutura administrativa disponível para o

⁴⁴Por insistência direta de Gustavo Capanema, que defendia a inclusão do termo "História" na denominação da SPAN, o órgão foi criado como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN.

serviço de arrolamento dos bens, reconhecidos como importantes, atomizados por todo o território nacional.

Apesar da unanimidade em torno do valor conceitual da proposta marioandradina, o anteprojeto teve de ser adequado a padrões que o tornasse viável naquele contexto. Mário não se opôs, considerando que a criação de legislação específica sobre a temática, já vinha se arrastando desde o início da República.

Tendo-se em vista as disposições do aludido projeto, verifica-se realmente ter sido o mesmo baseado, antes de tudo num trabalho notável executado pelo professor Mário de Andrade, Diretor do Departamento Municipal de Cultura de São Paulo por solicitação do Sr. Ministro da Educação, trabalho êsse de que a imprensa divulgou a alguns meses os tópicos principais. Especialista dotado de grande cultura geral e de invulgar capacidade de organização, o professor Mário de Andrade, que é também um escritor e um artista de merecimento excepcional, elaborou um anteprojeto que não só sintetiza as realizações dos povos cultos em prol da defesa de seus valores artísticos e históricos, mas atendia igualmente às condições peculiares de nosso meio [...] Por conseguinte, a aprovação do projeto submetido ao nosso estudo constitui não só um relevante serviço prestado ao Brasil, mas ainda o cumprimento de um dever imperioso para com a comunidade das nações civilizadas. (Ministério da Educação - Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. p.45/46/47, s.d.).

De qualquer forma, o anteprojeto marioandradino tornou-se um paradigma, uma meta a ser perseguida pelas políticas de patrimônio nacional: um verdadeiro *mito de origem*, fonte do discurso renovador nos momentos de revisão crítica.⁴⁵

⁴⁵Ribeiro, 1991 p.64-65. Analisa o anteprojeto de Mário de Andrade para a criação do SPAN como o mito de origem da política cultural no Brasil, mito cultuado e preservado pelo IPHAN. Segundo a autora, o mito desenrola-se com poucas variações: 1- Mário de Andrade redige o anteprojeto a pedido de Capanema; 2- seu anteprojeto torna-se um modelo que recebe contribuições para tornar-se um texto de lei; 3- a partir da primeira versão do projeto foi criado o Sphan, pelo Decreto-Lei 25; 4- inicia-se a fase heróica da Instituição que se encerra com a aposentadoria e o posterior falecimento de Rodrigo de Melo Franco. As origens deste mito perseguem a Instituição.

2.5 EM BUSCA DO PAI

Temos então que Gusmão e Rio Branco nos instalaram e Rodrigo de Melo Franco e Mário de Andrade redescobriram, recensearam e reconstruíram em nosso território colossal as obras de arte que o tornam humano.

Antonio Callado, Folha de S. Paulo, 1994. p.8.

O Estado Novo, dominado pela alta burocracia civil e militar comprometida com a modernização conservadora, legislou de forma agressiva e centralizada sobre o patrimônio, priorizando as discussões em torno da nacionalidade.⁴⁶ Sua ação teve por objetivo erigir símbolos que identificassem a unidade da nação, dando-lhe visibilidade e, ao mesmo tempo, ocultando as diferenças e conflitos. Com estes propósitos, em muitas comemorações públicas as bandeiras dos Estados foram queimadas, como símbolos de um federalismo proscrito, transformando o ato num *ritual de unificação da nação sob a égide do Estado* (OLIVEN, 1992, p.41). A par disto, a imprensa, coordenada pela propaganda estatal, articulava a criação do mito Getúlio, divulgando sua imagem como a de um político forte e generoso que tinha como propósito alcançar a conciliação nacional.⁴⁷ O Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP -, criado em 1939, sustentou a criação desse mito, glorificando um tipo ideal de brasileiro, formado por uma *suave* mistura de raças.

O Estado interferiu diretamente na produção cultural, proibindo e censurando o que considerava impróprio à construção da imagem do país, ao mesmo tempo em que encampou manifestações espontâneas como o carnaval. Oficializou os desfiles e estimulou Escolas de Samba a desenvolverem enredos que exaltassem a grandeza

⁴⁶Getúlio Vargas instala o Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, definido por ele como a única resposta à crise criada pela iminência da guerra civil e da guerra mundial. Compele o Congresso a decretar o *estado de guerra*, cujo pretexto é a violência verbal da campanha eleitoral, a expansão do movimento integralista, o desprestígio do Congresso e o *perigo comunista*. Implanta uma ditadura que extingue o sistema representativo e anula as liberdades públicas, impondo um governo centralizado e autoritário. Nos anos seguintes, perde o pendor facista e alinha-se aos governos democráticos na guerra contra o Eixo. Getúlio governou por sete anos em estado de emergência, com poderes totais, com a promessa de compor uma estrutura corporativista regida por representações igualitárias, o que nunca ocorreu.

⁴⁷Getúlio era chamado de *Guia da Juventude Brasileira*; *O Grande Pai*; *O Apóstolo Nacional*; *O Reformador*; *O Pacifista*. Este período da história do país foi marcada por sua figura carismática.

nacional, além de discriminalizar a capoeira, uma mistura de dança e luta ritmada por berimbau e atabaque, expressão típica da ginga dos negros brasileiros.

Nesse contexto, a equipe liderada por Rodrigo de Melo Franco fez-se hegemônica nos assuntos de cultura e constituiu a principal força articuladora da política de patrimônio nacional. A Lei n° 378/37, que reformulou o Ministério da Educação e Saúde Pública possibilitou que a equipe montasse uma estrutura administrativa, enquanto era discutido o anteprojeto de Mário. *Em 1936 logram os 'modernistas' ser considerados os mais aptos a erigir os novos monumentos do Estado, assim como são considerados 'dignos' pelo Estado para tornarem 'digna', em seu nome, a produção do passado que será por ele protegida para a posteridade. Então passaram [...] a deter o poder de seleção daquilo que deve ser realizado e conservado como monumento nacional, através do tombamento* (CAVALCANTI, 1994, p.19).

A campanha vitoriosa pela institucionalização do serviço federal do patrimônio inseriu-se no processo de legalização, institucionalização e sistematização da presença do Estado na vida política e cultural do país. [...] *como parte integrante da política cultural do Estado Novo, se construiu uma 'mentalidade histórica' que atribuiu 'lugar' de destaque a essa forma de conhecimento social* (GOMES, 1996, p.208). Logo após a instalação do Estado Novo, Getúlio Vargas editou o Decreto-lei 25, conhecido como Lei do Tombamento,

A Constituição de 1937 reafirmou a sujeição do instituto da propriedade ao interesse coletivo, mantendo o disposto na Carta de 1934. A partir de então o direito de propriedade não mais se caracterizou como subjetivo e exclusivo do proprietário. Apesar de ter permanecido como um direito individual, passou a sujeitar-se à ingerência do Estado com vistas ao cumprimento de *sua função-social*. Tornou possível, assim, os processos de tombamento no país e alterou o valor de uso do bem tombado, o que repercutiu diretamente sobre seu valor de troca.

Em convergência com a proposta estadonovista, o SPHAN tombou e recuperou edificações de diferentes períodos por todo o território nacional. Foi possível, assim, inventar uma tradição histórica, que incorporasse as diferenças culturais via recomposição

de elementos standardizados da cultura nacional. Recorreu ambigualmente tanto à pluralidade cultural quanto a identidades particulares, recuperando e tombando edificações dos séculos XVI, XVII e XVIII, mas, sobretudo, o Barroco mineiro. Ao priorizar o século XVIII, o Barroco e os trabalhos de Aleijadinho, se contrapôs às propostas dos neocolonialistas, centralizados no Museu Nacional, que privilegiavam o século XIX. Enfim, o exemplar arquitetônico do século XVIII consolidou-se representativo da sociedade colonial, vinculando arquitetura e história.

Ao transformar os bens coloniais em prédios-monumentos, elegeu-os como paradigmas para definir o quê preservar. Reforçando ainda mais essa convergência de propósitos, *resgatava um momento da história* que considerava importante para a *reafirmção da cultura e identidade nacional*. A partir de então foram produzidas crônicas e pesquisas sobre a temática barroca, com ênfase nos trabalhos de Aleijadinho, considerado por Mário protótipo do artista nacional.⁴⁸ Em sua avaliação, a arte de Aleijadinho alcançou caráter universal por não ter simplesmente reproduzido cópias do Barroco europeu, mas por ele ter manifestado um expressionismo *avant la lettre* - a recuperação do imaginário indígena e africano, exposto na forma quase épica de Macunaíma, aponta também nesta mesma direção.

Os primeiros tombamentos priorizaram numericamente os lugares onde *havia o que preservar*. A cidade do Rio de Janeiro e as cidades históricas de Minas Gerais centralizaram as realizações do SPHAN, nessa primeira fase. O Rio de Janeiro, marco da consolidação do domínio português, tornou-se no século XVIII a mais importante cidade do Brasil, quando seu desenho urbano foi emoldurado pelo estilo colonial. Seriam estas as características que o SPHAN buscou preservar, em detrimento das impressas com a chegada da família Real e aquelas deixadas pela reforma urbana de 1902. O Estado de Minas, pólo dinâmico da economia no século XVIII, considerado

⁴⁸Santos, 1992, p.25. Destaca os artigos: “O Aleijadinho e a arquitetura tradicional”, de Lúcio Costa; “Aleijadinho, posição histórica”, de Mário de Andrade; “Viagem a Sabará”, de Carlos Drumond de Andrade; além da edição especial de “O Jornal”, editada no Rio de Janeiro por Rodrigo M. F. De Andrade, cujo conteúdo estava todo voltado para M. Gerais.

berço da Inconfidência mineira, foi transformado em *centro irradiador de cultura e catalisador das expressões estéticas*. As *idades históricas* de Minas Gerais foram definidas como registros da nacionalidade, encontrados nos lugares e momentos de luta pela Independência. Estas cidades passaram a ser vistas como documentos históricos, cidades-museus. Casas, prédios, ruas, praças e paisagens, justapondo critérios artísticos, arquitetônicos, etnográficos e históricos, foram recuperados para que se transformassem em museu vivo, recontando a história do país e cristalizando em sua materialidade um passado de lutas ligado a figuras de heróis nacionais. Por tudo isso os tombamentos em Minas tornaram-se emblemáticos a ponto de essa fase ter sido inscrita na história do SPHAN como *período da mineiridade*.

Em decorrência, entre os bens que deveriam ser preservados para compor o patrimônio oficial do Brasil, foram justapostos critérios artísticos, arquitetônicos, etnográficos e históricos, alinhando-se obras de arte, conjuntos ou edificações arquitetônicas de alto valor, ao lado de edificações comuns (ARANTES, Rev. de Museologia, 1989). Deixaram-se, assim, [...] *à sua própria sorte ou a critério dos Estados e Municípios, regiões, situações e bens que se distanciassem e ou contrastassem com esse núcleo de interesse principal*. (ARANTES, In: Revista do PHAN, 1987, p.52). E mais: a ênfase dada à preservação implicou priorizar os *bens de pedra e cal*. Desta forma, imagens e representações definidas como *bens patrimoniais da nação* foram consolidadas na concretude das edificações, manifestações do passado consideradas perceptíveis, em contraposição às categorias mais abstratas, tais como o folclore, a língua e os cantos. Na prática, as ações preservacionistas orientadas por Rodrigo de Melo Franco distanciaram-se da proposta original de Mário, que preconizava *as particularidades das expressões do povo brasileiro* (RIBEIRO, 1991).

Rodrigo, com firmeza de propósitos e segurança em suas convicções, alterou decisivamente as noções de patrimônio e nacionalidade, influenciando no que deveria ser preservado dali em diante. Em sua definição de patrimônio reafirmou a característica de *documentos de identidade* da nação, ressaltando que o mesmo seria representado pelo espólio dos bens materiais móveis e imóveis produzidos no país pelos

antepassados, *com valor de arte erudita e popular, ou vinculados a personagens e fatos memoráveis da história do Brasil* (ANDRADE, 1987, p.57). Afirmava também que a história do país estendia-se espacial e temporalmente para muito além de 1500, ano da chegada dos portugueses, pois considerava fundamentais as singularidades expressas pelas diferentes sociedades indígenas, originárias do Continente.

Durante todo o período à frente da Diretoria do SPHAN, Rodrigo orientou-se pela noção de perda contida no patrimônio. Um dos principais motivos era o descaso para com a preservação dos bens e o desinteresse da população. Em seus discursos, denunciava constantemente a destruição e o roubo de objetos históricos e artísticos de seus contextos originais. Segundo ele, havia a possibilidade de destruição da *tradição* e da *civilização* brasileira, com a perda dos bens nacionais (GONÇALVES, 1996), vistas como referências simbólicas fundamentais.

Efetivamente, pouco poderia ser feito pelo SPHAN. Um número reduzido de funcionários coordenava os levantamentos, classificação e estudos em vários estados ao mesmo tempo, com recursos exíguos. O espírito “missionário” pode ser sentido no conteúdo das cartas de Mário a Rodrigo: *Segunda coisa: você me fala também em mandar meus vencimentos “do mês de agosto”. Veja aí que se esqueceram de mandar os que correspondiam ao mês de julho, ou era deste mês que você queria falar?* (ANDRADE, M. 1981, p.75)

Ou por um relato de viagem de *descoberta*, pelo litoral de São Paulo:

[...] o transporte único do local são dois caminhões. Um estava escangalhado e o outro estava no Indaiá, 14 quilômetros, e lá pernoitaria esperando os lances de rede da manhã seguinte. As duas pensões não tinham mais quartos, com veranistas. Afinal fomos dormir numa casa de taipa dum tabaréu que nem iluminação de vela tinha, mordemos um presunto e uma pescada amarela de escabeche que levávamos, e passamos uma noite com sede, porque na Bertioga não havia água mineral, só perfumarias, guaraná e coisas que me embebedam (ANDRADE, 1981, p.18).

Para além do missionarismo, o trabalho do grupo do patrimônio desenvolveu-se num ambiente de intrigas e conflitos teóricos e políticos, fruto da participação de elementos de todos os matizes no processo de expansão do aparelhamento estatal (MICELI, 1979, p.162). Com tantos interesses em jogo, a história da instituição não foi tranqüila, devendo seu funcionamento à pertinácia de seus membros fundadores.

Correntes com propostas antagônicas às desenvolvidas pela equipe de Capanema organizaram-se competindo com os modernistas no estudo do passado nacional e na condução da renovação arquitetônica. A corrente *neocolonial* promovia conferências, exposições, concursos e fornecia bolsas a jovens arquitetos para o estudo das cidades mineiras.⁴⁹ As divergências acirraram-se quando da escolha do projeto modernista para a construção do edifício-sede do Ministério da Educação e Saúde. Construído segundo projeto arquitetônico de Le Corbusier e detalhado por uma equipe coordenada por Lúcio Costa⁵⁰ e Oscar Niemeyer e decorado com painéis e azulejos de Cândido Portinari, que foi tombado pelo Serviço do Patrimônio tão logo concluída a obra (1948). A *canonização antecipadora* do edifício, assumida pelo Estado Novo, tornaram os *neocolonialistas*, a maioria deles concentrada no Museu Nacional dirigido por Gustavo Barroso, os mais ferrenhos opositores da equipe de Rodrigo de Melo Franco de Andrade. Outra luta existia nos bastidores do sistema: a par de grupos intelectuais que assumiam posições críticas frente o autoritarismo do Estado Novo, havia os que o apoiavam claramente, dando sustentação à repressão e ao discurso nacionalista de cunho populista. Por tudo isso a permanência de Rodrigo frente aos trabalhos do SPHAN era fundamental, a ponto de [...] *em 1943, quando os mineiros lançaram o famoso Manifesto, primeiro choque da ditadura do Estado Novo, não o deixaram assiná-lo, porque sabiam que as represálias viriam (como vieram), e a tarefa desempenhada por ele era de tal monta, que o interesse do país não permitia arriscar a sua permanência no Patrimônio.* (CÂNDIDO, In Cavalcanti, 1993, p.221).⁵¹

⁴⁹José Marianno Filho foi o mais ardoroso defensor da corrente “neocolonial”, no Rio de Janeiro. O neocolonialismo pretendia inventar um estilo “brasileiro” a partir de elementos ornamentais da arquitetura religiosa usando-os na arquitetura civil. Esta corrente foi “perdedora” na definição das ações institucionalizadas de patrimônio.

⁵⁰Lúcio Costa, apontado como um jovem promissor, foi beneficiado por bolsa de estudo financiada pelo grupo *neocolonial*.

⁵¹O grupo Integralista, comandado por Plínio Salgado, defendeu um nacionalismo criticado pelos modernistas. O Movimento Integralista contou com simpatias do Governo, tendo nos seus quadros importantes figuras da vida intelectual brasileira, tais como Gustavo Barroso, San Thiago Dantas, Hélder Câmara, Roland Corbusier, Gerardo Mello Mourão e muitos outros, Segundo Ribeiro, 1985, “Em Minas, o fascismo encontra muitas adesões doutrinárias, ainda que reticentes à filiação, como a de Chico Campos, Gustavo Capanema e Afonso Arinos, que haviam criado seu próprio integralismo autônomo, o das camisas pardas, e investido nele”.

O espaço político conquistado

[...] ganhou força em razão das fissuras e contradições do nacionalismo autoritário vigente durante o Estado Novo, (e o Sphan) foi, desde o início de sua história, uma instituição relativamente independente do governo (seu primeiro diretor manteve-se no cargo por 30 anos), sendo controlado por uma vanguarda intelectual de cunho liberal, que se propunha à defesa dos grandes monumentos e obras de arte constitutivos da chamada cultura brasileira (ARANTES, Rev. de Museologia, 1989, p.13).

No entanto, os intelectuais que colaboraram com o Ministério de Capanema foram criticados.

Mário de Andrade constitui outro caso de postura ambivalente diante dos espaços e instituições culturais abertos após 1937. Ele queria guardar distância [...] de todos e de tudo que lhe parecia impregnado por uma sintonia excessiva com Vargas. Mário consolava-se com exorcismos e imprecações quando acabava de fato colaborando; ao mesmo tempo, se empenhava com entusiasmo em participar ativamente de diversas iniciativas deflagradas pelo Serviço do Patrimônio. (MICELI, Folha de S. Paulo, 14.02.97).

Sem dúvida, houve constrangimento por parte da intelectualidade modernista em colaborar com a burocracia estatal, particularmente depois do golpe de 1937, de cuja orientação ideológica muitos divergiram. Entretanto, a possibilidade de participar do processo de construção institucional na área da cultura superou as ambigüidades e tensões que se sucederam na relação entre eles e o Estado. Antônio Cândido, refletindo sobre a flutuação da palavra *nacionalismo* na situação brasileira, definiu-a como: [...] *uma espécie de imã atraindo limalhas diferentes conforme a hora* (CÂNDIDO, 1995).

Nessa situação de ambigüidade, os intelectuais definiram-se como porta-vozes do conjunto da sociedade, responsabilizando-se pela gestão do patrimônio da nação, assumindo os trabalhos de sua conservação e difusão. O ponto positivo desta surda luta no campo da cultura, a renovação conceitual, trazida pelo grupo liderado por Rodrigo e Capanema, garantiu que a produção do passado, construída em pleno Estado Novo, a partir dos pressupostos herdados do Modernismo, não enveredasse

[...] pelo caminho do mais tacanho nazi-fascismo, pois essa era a orientação do criador (em 1922) e diretor eterno (até sua morte em 1959) do Museu Nacional: o escritor Gustavo Barroso. O Museu já cuidava dos monumentos Nacionais, espécie de semente do Sphan, mas semente que, se dependesse da jardinagem de Gustavo Barroso, ia levar o Brasil ao Integralismo Estético (CALLADO, 1994, p.8).

Buscando construir uma *identidade nacional*, as diretrizes estabelecidas por Rodrigo assentaram-se numa narrativa centralizada nas idéias de *cultura*, *tradição* e *civilização*, (GONÇALVES, 1994, p.62), com o objetivo de colocar o Brasil no *concerto das nações civilizadas*.

2.5.1 O Decreto-Lei n° 25/37⁵²

*Quem foi que inventou o Brasil?
Foi seu Cabral
Foi seu Cabral
No dia 21 de abril
Dois meses depois do carnaval
Depois Ceci beijou Peri
Peri beijou Ceci
Ao som, ao som do Guarani.
Do Guarani ao guaraná
Surgiu a feijoada e mais tarde o Parati.
Música carnavalesca, Lamartine Babo, 1934.*

O Decreto-lei n° 25/37 normatizou a atividade de preservação delimitando os direitos individuais de propriedade sobre coisas móveis e imóveis, em função do interesse público. O Decreto define o Tombamento *como o instituto jurídico através do qual o Poder Público determina que os bens culturais serão objeto de proteção*, fixando inclusive a forma como acontecerá esta proteção.

Se comparada ao anteprojeto marioandradino, a redação do Decreto-lei n° 25 é concisa. O anteprojeto definiu de maneira ampla o patrimônio nacional, enumerando as categorias que deveriam ser preservadas. Diz o anteprojeto, *Entende-se por Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares e estrangeiros residentes no Brasil* (Anteprojeto do Span, CAVALCANTI, 1993, p.40).

Nesse texto, a noção de *obra de arte* possui um amplo significado: ela é entendida como a habilidade com que o engenho humano se utiliza das ciências, das coisas e dos fatos, sugerindo um conceito cultural extenso, que possibilitava também privilegiar saberes e tradições orais. Esta concepção abrangente foi precursora das modernas definições de patrimônio, atualmente adotadas por organizações internacionais, que tratam diretamente da temática.

⁵²Além das ações de tombamento, o Decreto-Lei n° 25 possibilitou a criação do Museu Imperial de Petrópolis, do Museu da Inconfidência de Ouro Preto e do Museu de Ouro de Sabará, ambos em Minas Gerais; do Museu das Missões de São Miguel, no Rio Grande do Sul, e o Serviço Nacional de Teatro (RIBEIRO, 1985).

Já o Decreto-Lei n° 25 define o patrimônio cultural, histórico e artístico nacional como *Art. 1. Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.* (Grifo meu). (*Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Folheto n° 52*).

O Decreto pressupõe a existência de um conjunto de bens – um patrimônio ainda não sistematizado –, que existe disperso pelo país. Esse conjunto poderia ser transformado em *patrimônio*, desde que se enquadrasse nos critérios estabelecidos: *de interesse público* e vinculados a *fatos memoráveis* da história do país, ou por seu *excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico*, fatos *memoráveis* ou a seu *excepcional valor*. Nesta definição fica clara a influência de um determinado conceito de história que permitiu que fatos memoráveis ou personalidades importantes fossem vinculados, principalmente, a exemplares arquitetônicos. Tal vinculação age como documento de autoridade transpondo esses fragmentos – bens patrimoniais – a uma teia de significação, com começo, meio e fim, enquanto parte de uma totalidade reconstruída.

O Decreto tornou-se o principal instrumento jurídico utilizado pelo serviço do patrimônio. Com ele o órgão promove o tombamento, a defesa e a restauração de bens, obras arquitetônicas e até mesmo de cidades, priorizando os *bens de pedra e cal*. Apesar disso, no discurso ainda são utilizados os argumentos etnográficos propostos pelo anteprojeto marioandradino.⁵³

Os primeiros tombamentos ocorreram nos estados do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Minas Gerais, e em menor medida na Paraíba, Paraná, Rio Grande do

⁵³A prioridade ao *monumento* arquitetônico urbano foi influenciada por arquitetos ligados diretamente à definição da política preservacionista. Cavalcanti, 1994, p.20 Além de Rodrigo de Melo Franco de Andrade, trabalhavam no Sphan: uma secretária e os arquitetos Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Carlos Leão, José de Souza Reis, Renato Soeiro, Alcides da Rocha Miranda e Paulo Thedim Barreto, dentre estes, os únicos que não pertenciam ao movimento modernista. Prudente de Moraes Neto e Afonso Arinos de Mello Franco participavam das reuniões de final de tarde no escritório de Rodrigo, ao qual prestavam assessoria jurídica. Manuel Bandeira e Joaquim Cardoso, assim como Carlos Drummond, até se incorporar definitivamente ao órgão, prestavam colaboração eventual como chefe do Setor de Arquivos.

Sul, São Paulo, Santa Catarina e Piauí, onde já havia um incipiente trabalho de definição, levantamento e catalogação de bens patrimoniais.⁵⁴ Esses tombamentos paradigmáticos, orientaram a política preservacionista até quase o final da década de setenta em todos os estados brasileiros.

O Decreto-lei n° 25 foi alterado duas vezes: em 1941, quando o governo Vargas, pressionado politicamente para interferir nas políticas regionais assinou o Decreto-lei n° 3.866, que deu poder ao Presidente da República para determinar, de ofício ou em grau de recurso interposto por qualquer interessado, o cancelamento de tombamentos; e, em 1975, pela Lei n° 6.292, que introduziu a homologação ministerial no procedimento. Apesar dessas alterações, o Decreto-lei 25 continua sendo o principal instituto jurídico para a proteção do patrimônio nacional. Os técnicos do serviço do patrimônio o vêem como necessário e um avanço, em especial por possibilitar a interferência no direito de propriedade. Embora entendam o tombamento como um passo fundamental, argumentam que por si só não é suficiente para garantir a recuperação e preservação do bem. Nesse sentido

[...] uma coisa absolutamente marcante, normalmente se confunde tombamento com preservação. Tombamento é um instituto jurídico, que tem efeitos determinados e que serve para produzir esses efeitos determinados. Até na questão histórica das duas propostas legislativas, a de Mário de Andrade, que nem foi uma proposta, foi um ensaio, e a proposta de que saiu mesmo o Decreto-Lei 25, a coisa é muito clara. Na realidade, o que Mário de Andrade propunha era uma política de preservação. Mas aquela política de preservação não tinha os instrumentos legais necessários para efetivar uma intervenção na propriedade. Como para determinados bens é preciso, do ponto de vista do sistema legal, amparo legislativo para restringir direitos individuais, foi necessário fazer o Decreto-Lei 25. Mas a política de preservação é muito mais ampla do que a mera restrição de direitos individuais à propriedade [...] (RABELO, Revista do PHAN, 1987, p.75).

⁵⁴Em 1938, o Rio de Janeiro teve 82 bens tombados; a Bahia 55; Pernambuco 37; Minas Gerais, 26; Paraíba, 11; Rio Grande do Sul, 8, Paraná, 6; Santa Catarina, 4; São Paulo, também 4; e Piauí, 2. No ano seguinte, o maior número de bens tombados foi em Minas Gerais, com 32 tombamentos; seguido da Bahia com 6, PE, RJ e PI com 2 e SC e SP com 1. (Bens Móveis e Imóveis, 1994, p.247).

2.6 AS POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO POSTERIORES AO ESTADO NOVO

*Hoje você é quem manda
 Falou, tá falado, não tem discussão
 A minha gente hoje anda falando de lado
 E olhando pro chão
 E você que inventou este estado
 E inventou de inventar toda a escuridão
 Você que inventou o pecado
 Esqueceu-se de inventar o perdão
 Apesar de você, amanhã há de ser outro dia
 E eu pergunto a você onde vai se esconder
 Da enorme euforia
 Como vai proibir
 Quando o galo insistir em cantar
 [...] }
 Apesar de você
 Chico Buarque*

Finda a Segunda Grande Guerra, os bens patrimoniais passaram a constituir tema de discussões estimuladas pela imensa perda do patrimônio edificado europeu, com o bombardeamento de inúmeras cidades. Nesse contexto, foi criado o *International Council of Monuments and sites - Icomos*, visando reunir órgãos de proteção aos monumentos. O enfoque central deste Conselho, além do acelerado crescimento das cidades, esteve voltado à conservação e ao restauro do patrimônio urbano, entendido como *conjunto arquitetônico de significação cultural e humana*. A representação do Icomos no Brasil ficou a cargo de Oswaldo Teixeira, diretor do Museu Nacional de Belas Artes e Rodrigo de Melo Franco de Andrade. Essa conquista demonstrou que o grupo de Rodrigo tinha conseguido um significativo espaço político dentro do governo, neutralizando seu mais duro oponente, Roberto Barroso, diretor do Museu Nacional, que também se candidatara à mesma representação.

No Brasil, com o fim do Estado Novo e a promulgação da Constituição de 1946, a primeira a fazer referência explícita à proteção de documentos históricos, houve reafirmação da responsabilidade do Estado para com a proteção aos bens culturais e ao patrimônio. Nesse momento, com o objetivo de agilizar as atividades relativas à administração do patrimônio, o Sphan foi transformado em Diretoria – DPHAN, à qual ficaram subordinados quatro distritos: um em Recife, compreendendo

os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas; outro em Salvador, abrangendo os Estados da Bahia e Sergipe; o terceiro em Belo-Horizonte, somente voltado ao estado de Minas Gerais, e o quarto em São Paulo, compreendendo os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Além dos Museus da Inconfidência, das Missões, do Ouro e os museus federais que viessem a ser posteriormente organizados.

O retorno de Getúlio Vargas à presidência nos anos 50 não alterou significativamente a trajetória do órgão preservacionista. No entanto, o governo Vargas apropriou-se do sentido etnográfico que Mário de Andrade que propunha *abrasileirar o Brasil*. Para isso, a mobilização popular foi fortemente estimulada pelos meios de comunicação. Esses meios, ao mesmo tempo em que passavam uma visão ufanista do governo e da situação do país, abriram espaço para a divulgação do que se convencionou chamar de expressão da *cultura popular* e da arte em geral. É o caso do carnaval carioca e da valorização de compositores da música popular brasileira como Noel Rosa e Pixinguinha, entre outros. Foram incentivadas ainda atividades artístico-culturais que promovessem internacionalmente o país, como a organização da Primeira Bienal de São Paulo, apresentando arte de vinte e um países, e a inauguração do Museu do Índio, no Rio de Janeiro. Aliás, Vargas inventou-se a si mesmo como mito por meio de sua *Carta Testamento*, “certidão de nascimento” de um herói nacional.

Ao governo seguinte coube a ruptura da imagem de um país ligado à figura de heróis fundadores. Então, a tônica do discurso recaiu sobre a pujança econômica. A campanha vitoriosa de Juscelino Kubitschek à presidência em 1955 fundamentou-se num discurso nacional-desenvolvimentista, que priorizou a industrialização. O período foi de euforia, refletida na produção cultural, que abriu espaços para novas formas de expressão, como o neoconcretismo nas artes plásticas e na poesia; na música, o fenômeno da bossa-nova e, mais tarde, as *canções de protesto*. A produção teatral e cinematográfica também refletiu sobre a realidade nacional, enfocando o meio rural e o urbano, que já apontava para a constituição das mega-metrópolis. A televisão começou a despontar como o grande veículo comunicador de massas, desbancando a supremacia do rádio.

Para além disso, Juscelino construiu Brasília, a nova Capital Federal. Desde sua idealização, a cidade assume a metáfora da nova identidade nacional que articula, por um lado, a elite intelectual e, por outro, trabalhadores de todos os quadrantes do país. A concepção de Brasília somou aspectos do Modernismo presentes na gênese do SPHAN, com Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, ao novo discurso industrial-desenvolvimentista. A capital Federal já nasce como um patrimônio dos brasileiros, o que mais tarde foi referendado pela UNESCO, ao alçá-la Patrimônio da Humanidade (1987).

O discurso nacionalista foi explorado por um grupo de intelectuais ligados ao Instituto de Estudos Brasileiros – *ISEB* criado pelo Ministério da Educação, que funcionou por nove anos – extinto pelo regime militar em 1964. No *ISEB* havia consenso sobre a necessidade de industrialização e integração, como base para a emancipação nacional. O Instituto entendia ser possível transformar o país em nação quando se superasse o subdesenvolvimento, deixando, então, de ser *periferia* das sociedades metropolitanas (SCHELLING, 1990, p.209).

No campo das ações patrimonialistas, foi instituída a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro - CDFB (1958), órgão para-estatal, que funcionou até a deflagração do golpe militar de 64.⁵⁵ A Campanha teve sua origem na Comissão Nacional de Folclore – CNFL criada em 1948 como parte da temática do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura – IBECC, organizada no Ministério das Relações Exteriores para ser a representante brasileira na Unesco (VILHENA, 1997). A luta em prol da *cultura popular*, considerada *ainda não totalmente contaminada* pela indústria cultural em expansão, orientou ações de preservação dos folcloristas, que iam da criação de museus a inquéritos nacionais sobre folguedos e artesanato, empreendidas, quase sempre, fora dos muros acadêmicos. Apesar do relativo sucesso dos trabalhos, o folclore passou a ser visto como irmão *menor ou como recorte temático inadequado, praticado fora das instituições universitárias por 'dilettantes'* (VILHENA, 1997, p.22). De resto, constitui efetivamente um recorte temático e não uma disciplina com fundamentação epistemológica peculiar.

⁵⁵Após o golpe militar de 1964, Édison Carneiro, primeiro diretor do CDFB, foi afastado do cargo, o que em parte explica o declínio das atividades do órgão.

Os anos seguintes foram de desafios políticos e de profundas rupturas no tecido sóciopolítico-cultural do país. Tudo isso enfraqueceu a legitimidade do Estado e reordenou as forças econômicas e sociais, aglutinando simpatias principalmente de camadas da classe média em torno dos militares.⁵⁶ Após o golpe de 64, a *questão nacional* continuou a fazer parte do corolário político-ideológico do Estado. Mas, para a arte e a cultura, o seu significado foi avassalador. Assim como pode ser tomado como fonte de estímulo à produção crítica e engajada politicamente, como no caso da música popular; teve sua face cruel, marcada por um processo de perseguição e repressão à *intelligentsia* nacional. Apesar da truculência política, da repressão e da censura, que se estenderam à sociedade e à cultura, nesse período foram tomadas importantes medidas no campo do patrimônio. No limiar da lei, o período foi rico na recuperação de aspectos do Modernismo e da fase antropofágica de Oswald de Andrade, principalmente na música. A corrente *tropicalista* trabalhou alegoricamente com as contradições do país desvelando aspectos que os militares procuravam encobrir. A Música Popular Brasileira foi renovada por uma geração de compositores.⁵⁷ O chamado *cinema novo* também produziu diversos filmes importantes, dentre os quais *Vidas Secas*, de Nelson Pereira dos Santos, e *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de Glauber Rocha.

A legislação em defesa do patrimônio nacional definiu a criação de leis que regulamentaram o patrimônio natural, influenciadas pelas lutas internacionais em

⁵⁶Malgrado o espírito de euforia, o governo de Kubitschek não conseguiu satisfazer os setores que o apoiavam, o que ficou expresso pelo resultado das eleições que deu vitória a seu opositor Jânio Quadros. O presidente recém-eleito teve também que enfrentar oposição no seio de seu governo, tendo como vice-presidente João Goulart, representante de um partido diferente do seu. Sem base de sustentação no Congresso, numa conjuntura extremamente difícil de crise financeira e política, Jânio não conseguiu articular forças para apoiá-lo e renunciou. Em 1961, em meio a uma turbulenta crise política, o vice-presidente Jango Goulart assumiu o governo conciliado às pressas sob a pressão da Campanha da Legalidade, forçando uma conciliação, que acabou saindo em forma de regime parlamentarista, com Tancredo Neves empossado primeiro-ministro. Após o golpe militar em 1964, à cabeça de uma Junta Militar, Castelo Branco submeteu a sociedade civil às forças armadas, impondo uma ditadura repressiva no plano social e político. Logo no início, o comando revolucionário cassou o mandato de parlamentares e líderes políticos importantes decretando, logo a seguir, a cassação de oficiais do Exército contrários ao golpe.

⁵⁷Dentre eles, os *tropicalistas* Caetano Veloso e Gilberto Gil, e Chico Buarque de Holanda, Paulinho da Viola, Edu Lobo, Milton Nascimento.

defesa do meio ambiente, que viriam a ter seu auge no Brasil nos anos 80. A aprovação da Lei dos Sambaquis, que regulamentou os achados arqueológicos e pré-históricos; o estabelecimento do Código Florestal e da Lei de Proteção à Fauna, foram propostas embutidas no discurso nacionalista de parte das forças armadas brasileiras, que detinham o poder político com mão de ferro.

O contexto internacional, que propugnava o respeito às especificidades locais, influenciou as políticas de patrimônio definidas nesse período. O *II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos*, realizado em Veneza, em 1964, sob a responsabilidade do Icomos, tematizou novamente a conservação do patrimônio arquitetônico urbano. Deste Congresso foi retirada a *Carta Internacional Sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios*, que orientaria a implantação de políticas comuns aos países participantes. A *Carta* rompeu com a noção de *monumento histórico*, que definia como *grandes e monumentais edifícios religiosos e civís*, que até 1960 tinha balizado as ações práticas e as reflexões teóricas, apontando para a importância do monumento enquanto parte de um conjunto mais amplo.

A *Carta de Veneza*, como ficou conhecida, é ainda hoje parâmetro a nortear as políticas de preservação e restauração dos monumentos, sendo importante as definições de seus dezesseis artigos, resumidos a seguir:

- 1- a noção de monumento histórico, compreende a criação arquitetônica e o sítio envoltório, representativo de um acontecimento ou significado particular; 2- a multidisciplinaridade é fundamental para a conservação e restauração dos monumentos; 3- a restauração e conservação dos monumentos, tem por finalidade preservá-los enquanto obras de arte e testemunho histórico; 4- é importante a manutenção permanente para a conservação dos monumentos; 5- é indicado o uso do monumento em funções úteis à sociedade, sem que se altere a disposição ou a decoração dos mesmos; 6- a conservação de um monumento implica na preservação da ambiência, em sua escala, proibindo-se as modificações que possam alterar as relações de volume e cor; Além das seguintes resoluções: 7- o deslocamento do monumento só poderá ser permitido quando, por alguma razão, esteja sendo posta em risco sua preservação ou interesses nacional ou internacional; 8- não podem ser feitas alterações, nem retirados os elementos de escultura, pintura ou decoração a não ser que esta medida seja a única possível de lhes assegurar a conservação; 10- para a consolidação do monumento, devem ser empregadas todas as técnicas modernas que tenham sido demonstradas eficazes; 11- as contribuições de todas as épocas devem ser respeitadas, sendo que o julgamento dos valores desses elementos não deve depender somente do autor do projeto; 12- a restauração não deve falsificar o monumento ou o documento de arte e de história; 13- os acréscimos tolerados devem respeitar a ambiência tradicional, o equilíbrio de sua composição e suas relações com o meio circundante; 14- os sítios monumentais devem ser objetos de cuidados especiais, para que sua integridade seja preservada, assegurado seu saneamento, sua manutenção e sua restauração; 15- os

trabalhos de escavação devem ser executados seguindo-se os princípios internacionais a serem aplicados às escavações arqueológicas, adotados pela Unesco em 1956; 16- os trabalhos de conservação e restauração devem ser acompanhados de documentação, relatórios analíticos e críticos, ilustrados com desenhos e fotografias. Essa documentação deverá ficar depositada em arquivos públicos à disposição dos pesquisadores, recomendando-se sua publicação. (Cadernos de Documentos, 1995)

De maneira geral, a *Carta* não inovou na definição de patrimônio, classificando as obras monumentais de cada povo como *portadoras de mensagem espiritual do passado e testemunho vivo de suas tradições seculares*. Entretanto, reapropriando-se das primeiras discussões estabelecidas pela Carta de Atenas de 1931, reconheceu minuciosamente os princípios fundamentais lá resenhados, que estabeleceram a *solidariedade e a consciência na unidade dos valores humanos* como referenciais básicos à preservação e à conservação de um *patrimônio comum*.

Nesse mesmo ano, a Unesco promoveu em Paris a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, de onde retirou a *Recomendação sobre medidas destinadas a proibir e impedir a exportação, a importação e a transferência de propriedades ilícitas de bens culturais*.

Posteriormente, tendo por orientação as indicações da *Carta de Veneza*, reforçada pela reunião de Paris, a *Organização dos Estados Americanos - OEA* - promoveu em 1967, em Quito, um Encontro de técnicos latino-americanos ligados ao trabalho de preservação. O Encontro trouxe como novidade a possibilidade de se incrementar o turismo em áreas tombadas, considerando o patrimônio como um *capital* a ser mantido para *render vantagens econômicas*. [...] *Está se aceitando implicitamente que esses bens do patrimônio cultural representam um valor econômico e são suscetíveis de constituir-se em instrumento de progresso*. (Cadernos de Documentos, 1995).

A proposta considerou que o uso adequado dos bens culturais atuaria como ação reflexa na área circundante a esses bens, repercutindo favoravelmente sobre o turismo local. Na realidade, o que estava em jogo era a tentativa de descobrir formas de angariar recursos para o financiamento de obras necessárias à preservação de monumentos, conjuntos de monumentos e ou cidades históricas. Deve-se compreender que as discussões do Encontro tinham por horizonte o *acelerado processo de empobrecimento* dos países latino americanos e a conseqüente situação de abandono e

falta de defesa de seu patrimônio. Para subsidiar a recuperação e manutenção dos bens patrimoniais recomendou que se desenvolvesse a *indústria do turismo*. Na realidade, a recomendação extremamente pragmática não considerou que ao transformar os bens em produtos capitalistas deixava-os sujeitos às oscilações das regras de mercado. [...] *essas medidas vincularam os investimentos governamentais às exigências do consumo massificado e aos interesses empresariais do turismo, o que, por sua vez, reforçou a tendência de se preservarem os suportes físicos de uma história reconstituída de maneira linear e em tom glorificante* (ARANTES, Revista do PHAN, 1987, p.52).

No Brasil, naquele momento era estabelecida a Lei que regulamentava a ação popular como um instrumento à disposição do cidadão para proteção do interesse público. Essa lei permitiu que fosse pleiteada a anulação de atos lesivos a bens e direitos de valor econômico, artístico, estético ou histórico (PIRES, 1994, p.296). Outras leis foram criadas, visando medidas de salvaguarda do patrimônio nacional, dentre elas: a que prevê sanção penal para o infrator que danificar o patrimônio público, tipificando-o como crime de dano; a lei que instituiu o Código Florestal, considerando a floresta como de interesse comum a todos os habitantes do país, fixando áreas de preservação permanente; a lei que proibiu a saída para o exterior de obras de arte produzidas até o fim do período monárquico, as obras de Portugal incorporadas às nacionais e as demais que, mesmo produzidas no estrangeiro, estivessem ligadas a personalidades e à história brasileira.

A Constituição Federal de 1967 detalhou a abrangência e a relação com os bens patrimoniais. Foram criadas novas categorias de bens preserváveis a exemplo da que constituiu a jazidas e sítios arqueológicas definidas em espécie própria, retirando-as da antiga definição que os classificava como *locais de valor histórico*. A Emenda Constitucional n° 1 à Carta de 67 garantiu a qualquer cidadão o direito de propor ação popular que anule atos lesivos ao patrimônio de entidades públicas. Essas alterações na legislação respondiam a interesses pontuais de grupos de pressão que tinham acesso e representatividade junto ao governo militar, demonstrando que no espaço das ações

patrimonialistas continuavam os rearranjos internos, sem modificação substantiva nas diretrizes principais.

A decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 1968, alterou significativamente a relação do Estado com a cultura. Os mais diversos tipos e gêneros de obras artístico-culturais sofreram mutilações afetando a vida de seus criadores. Este processo redundou no estabelecimento de monopólios modernizadores consolidando a hegemonia da indústria cultural. O Estado Militar almejava suprimir a cultura crítica politizada que caracterizou o início da década de sessenta, quando havia hegemonia da chamada *esquerda*, que agrupava comunistas, socialistas e quaisquer outro grupo contrários aos militares.

Nesse momento, Rodrigo de Melo Franco de Andrade afastou-se da direção do órgão, após quase trinta anos orientando a política de tombamento e preservação. Rodrigo veio a falecer em 1969, deixando um espaço em aberto na luta pela preservação patrimonial no país e um exemplo de dedicação e esforço, reconhecido até mesmo por seus adversários. Para substituí-lo assumiu o arquiteto Renato Soeiro, antigo funcionário do órgão, que se manteve fiel às diretrizes estabelecidas anteriormente. Nessa conjuntura, a DPHAN passou novamente por reestruturação administrativa, transformando-se no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Ligado diretamente ao Poder Executivo poderia vir a ter autonomia administrativa, financeira e técnica.

Na administração de Soeiro foi elaborado o documento *Compromisso de Brasília* (1970) retirado do I *Encontro de Governadores e Prefeitos* que tratava das ações de preservação. Suas conclusões apontaram para a inadiável necessidade de ação supletiva dos Estados e dos Municípios à atuação federal, para tanto definiram a necessidade de serem criados órgãos municipais e estaduais. As atividades deveriam compreender cursos de formação de mão-de-obra especializada e incluir matérias que versassem sobre patrimônio nacional nos currículos do ensino primário, médio e superior; o estímulo à produção literária e artística ligada aos valores regionais e nacionais; o entrosamento com o clero e demais autoridades, tendo em vista a

salvaguarda de construções religiosas e militares; a utilização de imóveis de valor histórico e artístico para abrigar repartições culturais; e a recomendação aos poderes públicos para colaborarem na efetivação do controle do comércio de *obras de arte antiga*. Estas propostas em sua maioria estavam contidas na Carta de Veneza de 1964. No ano seguinte, outro Encontro em Salvador ratificou o *Compromisso de Brasília* e dirigiu suas discussões para aspectos legais e financeiros, que relacionavam o turismo à preservação, aproximando-se das normas retiradas no Encontro de Quito.

Fruto de insatisfações e pressões da sociedade civil organizada, foram ampliados os espaços de participação em todas as áreas. O governo federal, tentando recuperar sua desgastada relação com o meio artístico e intelectual, criou o Programa de Ação Cultural - PAC. O Programa promoveu a abertura de crédito e financiamento para as ações ligadas a manifestações culturais.⁵⁸ Teve a função explícita de formular uma política cultural, acabou firmando-se com uma programação voltada para a consecução e estímulo de eventos. Por sua vez, a equipe à frente da vertente patrimonial do MEC, desligado administrativamente do PAC, criou o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas - PCH, junto à Secretaria do Planejamento da Presidência da República.⁵⁹ Para este projeto foram alocados recursos consideráveis, vindos dos setores público e privado. Foram incentivados investimentos na preservação, buscando incrementar o turismo e o comércio em regiões com *tradição histórica e cultural*,

No plano internacional, a década de setenta foi pródiga em Encontros sobre a temática. Os discursos e as práticas incorporaram a mundialização de valores culturais Ocidentais no âmbito do patrimônio, consubstanciados nas recomendações da Unesco. É sintomática a definição da categoria *patrimônio cultural da humanidade*, originada

⁵⁸No governo Médici, na gestão de Jarbas Passarinho. Para uma aprofundamento da política cultural do período, ver Miceli, 1984.

⁵⁹Esse Programa resultou do trabalho de um Grupo Interministerial, nomeado em 1973 com representantes de vários ministérios. Após a criação da nova secretaria do patrimônio, seus recursos foram transferidos para a Secretaria e o programa estendeu-se a todo o território nacional. Miceli, 1984, p.78.

na *Conferência Geral de Genebra* em 1973. Esta categoria passou a abarcar a classificação de monumentos *de excepcional valor histórico, artístico ou científico*, refletindo-se no Brasil com a transformação da cidade de Ouro Preto em *patrimônio mundial* (1980). Após Ouro Preto, foram considerados *Patrimônio da Humanidade*: a Missão Jesuítica dos Guaranis, no Rio Grande do Sul em 1983, o Santuário do Bom Jesus de Matozinhos, localizado na cidade de Congonhas, em Minas Gerais em 1985; o Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná, em 1986.

A Declaração de Amsterdã, de 1975, retirou proposta de *conservação integrada*, parte da *Carta Européia do Patrimônio Arquitetônico*. Esta proposta ampliou a definição de *conjunto arquitetônico*, recomendando a manutenção das populações em seus locais de origem e tornou o patrimônio arquitetônico o centro do planejamento urbano e da organização do território. Assimilou também os estudos sobre cultura e memória, desenvolvidos pelas Ciências Sociais, pretendendo *preservar a composição social e a diversidade sócio-cultural das populações alvo*. O Encontro de Nairobi, no ano seguinte, pregou a preservação de conjuntos históricos considerados *evidências da diversidade cultural*, perdendo o monumento sua aura de excepcionalidade (LEMOS, 1981).

De sua parte, o governo brasileiro retomou as tentativas até então infrutíferas de aproximar-se de artistas e intelectuais, para torná-los partícipes de seu projeto cultural. Na gestão do ministro Ney Braga foram expandidas as atividades do Ministério da Educação e Cultura, implantando-se a Política Nacional de Cultura - PNC, datado de 1975,⁶⁰ considerado *o primeiro plano oficial na área cultural*.

⁶⁰Ney Amintas de Barros Braga foi chefe de Polícia do Paraná, entre os anos de 1952 e 1954; prefeito de Curitiba em 1954; Deputado Federal pelo Paraná, em 1958; governador do Estado, entre 1961-65 e 1979-82; Ministro da Agricultura no Governo Castelo Branco, um dos fundadores do antigo Partido Democrata Cristão - PDC; Ministro da Educação e Cultura no governo Geisel (1974-1978). Marcou sua gestão no governo do Paraná por ter desenvolvido projetos culturais como a Fundação Educacional do Paraná, a reinauguração do Teatro Guaíra e a Companhia Oficial de Teatro.

Foi a única vez na história republicana que o governo formalizou um conjunto de diretrizes para orientar suas atividades na área cultural, prevendo ainda modalidades de colaboração entre os órgãos federais e de outros ministérios, como por exemplo o Arquivo Nacional do Ministério da Justiça e o Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores, como secretarias estaduais e municipais de cultura, universidades, fundações culturais e instituições privadas (MICELI, 1984, p.57).

O PNC, que demarcou a primeira metade da década de setenta como um período caracterizado pela elaboração sistemática de propostas abrangentes, é considerado, ainda hoje, texto de referência.

Analisando as ações de cultura na década de setenta, Miceli vê que a atuação dos ministros da Educação e Cultura era definida menos em função da importância conferida à política cultural, que dos espaços políticos que o ministro conseguia ocupar.

Desde logo, é forçoso admitir que o espaço de manobra com que contavam os ministros da Educação e Cultura nos anos 70 se definia tanto em função da importância conferida à política cultural na estratégia global de cada governo como na medida da capacidade de pressão para a extração de recursos por parte dos “anéis” a que pertenciam o próprio ministro e as figuras designadas para os cargos de cúpula do MEC. Para ilustrar este ponto, basta confrontar a situação confortável de que o chamado “neísmo” desfrutava ao tempo do governo Geisel, mantendo o nome do ministro entre os papabili à futura indicação ao cargo presidencial, com os percalços de toda ordem que o ministro Portella teve de enfrentar para preencher alguns cargos de confiança com pessoas de trânsito difícil junto ao serviço de informação (MICELI, 1984, p.64).

Com força política, o *neísmo*⁶¹ viu-se com condições de articular o apoio de intelectuais e artistas que até então mantinham-se arredios ao governo, chamando-os a colaborar com o planejamento das diretrizes políticas governamentais. Essa estratégia de aproximação, alimentada pelos sopros da abertura política e a gradativa supressão da censura, obteve parte do apoio pretendido, com figuras de reconhecido valor artístico e intelectual dando aval à chamada *abertura política*, iniciada no governo Geisel. Assim, administrou-se eficientemente a cultura.

Nessa época (1975), a criação do Centro de Referência Cultural - CNRC veio a se transformar num dos fatos mais relevantes na área da cultura. Idealizado e coordenado pelo professor Aloísio Magalhães, o Centro procurou traçar [...] *um sistema referencial básico a ser empregado na descrição e análise da dinâmica cultural brasileira* (Revista do PHAN, 1987, p.34), revisitando o ideário de Mário de

⁶¹Miceli, 1984. p.64. O “neísmo” designava o que era na década de 70 considerado um dos clãs civis mais fortes do Brasil, a imprensa dizia que o clã controlava praticamente a metade do orçamento da União.

Andrade e voltando sua atenção *para as expressões culturais das populações carentes*. Formulado fora dos muros da burocracia oficial do Estado, constituiu uma iniciativa externa aos planos e programas culturais oficiais, recebendo a colaboração de designers, físicos, antropólogos e sociólogos.

Pouco tempo depois as atividades do CNRC eram sustentadas por um amplo convênio firmado entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o Ministério da Indústria e Comércio, o Ministério da Educação e Cultura, o Ministério do Interior, o Ministério das Relações Exteriores, a Caixa Econômica Federal e a Fundação Universidade do Distrito Federal.⁶² Especificamente quanto ao patrimônio, no CNRC começaram a surgir as primeiras críticas à diretrizes da política preservacionista estabelecidas por Rodrigo de Melo Franco de Andrade e mantidas por Renato Soeiro. Então foram gestadas as modificações que seriam mais tarde aplicadas por Aloísio Magalhães, quando assumiu a direção do órgão federal patrimonialista, ao final da década de 70.

⁶²Miceli, 1984. p.67 diz que os ministros Severo Gomes e Golbery do Couto e Silva participaram diretamente do processo de mudança na vertente 'patrimonial' quer seja, no caso do primeiro, garantindo recursos e proteção institucional; ou no segundo, acolhendo com simpatias o projeto inovador de A. Magalhães, afiançando seu nome para substituir Renato Soeiro à testa do Iphan. O CNRC surgiu com o intuito de mapear e qualificar os "indicadores culturais brasileiros" em condições de imprimir feições "autênticas" aos produtos industriais brasileiros. O propósito era o de resgatar *traços e raízes* culturais a serem utilizados como matéria-prima de um desenho caracteristicamente "nacional" dos produtos industriais.

2.7 O RETORNO AO MÍTICO *PAI FUNDADOR*

Essa instituição [IPHAN] era conhecida e identificada como uma instituição que consertava, conservava prédios de pedra e cal, quando, meus senhores, a lei que criou essa instituição, o documento de Mário de Andrade, que concebeu essa instituição, diz justamente o oposto, ou seja, que os componentes culturais brasileiros, na sua diversidade, vão desde os arqueológicos até os de belas-artes, passando por etnografia, por botânica, por arquivo, por livro, enfim pelo universo de que se compõem verdadeiramente o perfil cultural de uma nação.

A. Magalhães, 1985, p.152.

Partindo de uma visão crítica da filosofia orientadora da preservação no país, que considerava reducionista, o CNRC conduziu uma proposta que pretendeu superá-la, indo além das ações direcionadas à preservação dos bens da etnia branca, da *elite vitoriosa*. A nova diretriz ampliou os programas de preservação às culturas ameríndia e negra. Desenvolveu projetos que visavam preservar o que definiu como *cultura popular*, objetivando ir além *do mimetismo estrangeiro e do desconhecimento do autenticamente nacional*. Os projetos e programas direcionaram-se para a recuperação do que considerou *autenticamente nacional*, como, por exemplo: a cerâmica de Amaro de Tracunhaém, a tecelagem popular no Triângulo mineiro e o artesanato indígena da região Centro Oeste.

As transformações promovidas pelo CNRC trouxeram

[...] não propriamente ênfase nas práticas, produtores e usuários do que se costuma incluir sob a rubrica “cultura popular”, mas antes uma postura que guardava certa distância em relação ao acervo de obras legado pelos grupos dirigentes, mormente os chamados monumentos de ‘pedra e cal, que continuavam sendo o principal alvo da política de preservação patrimonial (MICELI, 1984, p.82).

Após a alteração do Decreto-lei 25 pela lei n 6.292, de dezembro de 1975, limitou-se a competência do IPHAN na área. O tombamento ficou condicionado a pronunciamento favorável da autoridade homologante, no caso o Ministro da Cultura, que teria a possibilidade de cancelá-lo. Foi retirado do Instituto a capacidade de decidir fortalecendo assim o controle político sobre o ato.

Também em 1975 uma portaria do Ministério da Educação e Cultura - MEC aprovou o novo Regimento Interno do IPHAN, criando nove Diretorias Regionais e

sete grupos de museus e casas históricas.⁶³ Em 1979, como unidade administrativa do MEC recuperou a antiga sigla, designado a partir de então como Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. Ao mesmo tempo foi criada a Fundação Nacional Pró-memória, sob a supervisão do MEC, dirigido por Eduardo Portella, encampando outra proposta de Aloísio Magalhães. A justificativa para a mudança administrativa fundamentou-se, mais uma vez, na possibilidade de agilização de projetos e programas, captação e utilização de recursos para a cultura, sem passar pelos entraves burocráticos que ainda permeavam os meandros da administração pública. Estas modificações colaboraram para a alteração do montante de recursos destinados à preservação patrimonial, viabilizando as propostas da nova Secretaria.

Nesse momento, Aloísio Magalhães assumiu a direção do SPHAN. O novo órgão incorporou mais uma importante unidade administrativa, a Secretaria de Assuntos Culturais do MEC.⁶⁴ A função desses três órgãos federais, acrescida do prestígio técnico e político de Aloísio Magalhães, reconhecido na administração pública, na academia e fora dela, permitiu que a SPHAN renascesse fortalecida politicamente.

Na década seguinte, o órgão transformou-se em Sphan/Pró-Memória. Com o propósito de redimensionar a política do patrimônio, Aloísio propôs que fosse retomado *o projeto original de Mário de Andrade*. Centralizou suas ações na recuperação do que definiu como *heterogeneidade cultural* da nação e no seu *desenvolvimento*, embora, como Rodrigo, estivesse buscando a *identidade nacional*.

⁶³O IPHAN possuía até 1994 14 Coordenações Regionais: 1ª AM, AC, RA; 2ª PA, AM; 3ª MA, PI; 4ª CE, RN; 5ª PE, PA; 6ª RJ, ES; 7ª BA; 8ª SE, AL; 9ª SP; 10ª PR; 11ª SC; 12ª RGS; 13ª MG; 14ª DF, GO, RO. 17 Sub-regionais e 4 Escritórios Técnicos. (Bens Móveis e Imóveis, IPHAN, 1994, p.254/255).

⁶⁴Aloísio é nomeado pelo então ministro da Educação e Cultura, Eduardo Portela, em março de 1979, para o cargo de Diretor Geral do SPHAN, após ser Coordenador do Centro de Referência Cultural, durante os anos 70. O SPHAN constitui-se como órgão normativo enquanto a Pró-memória foi um órgão operacional, com Aloísio ocupando sua presidência. Em 1981, o ministro da Educação Rubem Ludwig nomeia Aloísio para o cargo de Secretário da Secretaria da Cultura do MEC, constituída com a fusão das Subsecretarias do SPHAN e a de Assuntos Culturais, com suas respectivas fundações - Pró-Memória e FUNARTE (de 1975 a 1986 no MEC e até 1991 no Minc, sendo recriada em 1994); a Casa de Rui Barbosa e a Fundação Joaquim Nabuco. No final do mesmo ano são incorporados à Fundação Pró-memória a Biblioteca Nacional, o Instituto Nacional do Livro, o Museu Imperial, o Museu Nacional de Belas Artes, o Museu Histórico Nacional, o Museu da República e o Museu Vila Lobos. Aloísio dirige o órgão até a sua morte por hemorragia cerebral, em 1982, em Veneza.

Ao responder à indagação sobre as diretrizes que estabeleceu para o órgão que dirigia, Aloísio Magalhães afirmou:

A resposta seria sem dúvida que essa consciência existe porque ela está implícita no documento original de Mário de Andrade. Ou seja, curiosamente tudo isso que a gente traz agora não é novidade. É apenas, vamos dizer, a retomada no momento histórico certo de segmentos que já estavam previstos na antecipação de Mário de Andrade. [...] Mas o importante é que o segmento conceitual já estava. É um grande documento de antecipação (MAGALHÃES, 1985, p.219).

Sua crítica incidia sobretudo na noção de patrimônio cultural, que priorizava a arquitetura colonial barroca: Não tem sentido a memória apenas para guardar o passado. [...] *A tarefa de preservação do patrimônio Cultural brasileiro, ao invés de ser uma tarefa de cuidar do passado, é essencialmente uma tarefa de refletir sobre o futuro.* (MAGALHÃES, 1985, p.17).

Ao mesmo tempo em que criticou a preservação de bens de *pedra e cal*, Aloísio demonstrou que a instituição não descuidaria dos bens já tombados. Alertou, porém, para a importância de outros bens culturais imóveis, de natureza histórica, religiosa ou leiga, dentre os quais sítios e conjuntos arquitetônicos relevantes. Para abrangê-los definiu um conceito mais amplo que abarcou o ecológico e o *saber fazer* das populações.

[...] o conceito de bem cultural no Brasil continua restrito aos bens móveis e imóveis, contendo ou não valor criativo próprio, impregnados de valor histórico (essencialmente voltados para o passado), ou aos bens da criação individual espontânea, obras que constituem o nosso acervo artístico (música, literatura, cinema, artes-plásticas, arquitetura, teatro) quase sempre de apreciação elitista. Aos primeiros deve-se garantir a proteção que merecem e a possibilidade de difusão que os torne amplamente conhecidos. Deles podem provir as referências para a compreensão de nossa trajetória com cultura e os indicadores para uma projeção para o futuro. Quanto aos segundos, basta assegurar-lhes a liberdade de expressão e os recursos necessários à sua melhor concretização. Permeando essas duas categorias, existe vasta gama de bens - procedentes sobretudo do saber popular - que por estarem inseridos na dinâmica viva do cotidiano não são considerados como bens culturais nem utilizados na formulação das políticas econômica e tecnológica. No entanto, é a partir deles que se afere o potencial, se reconhece a vocação e se descobre os valores mais autênticos de uma nacionalidade. (MAGALHÃES, 1985, p.53).

Desta forma, aproximou-se dos temas antropológicos definindo [...] *o gesto, o hábito, a maneira de ser da nossa comunidade se constituem no nosso patrimônio cultural* (MAGALHÃES, 1985 p.63).

Entendendo que a política de patrimônio deveria ir além do belo e do velho na preservação de bens arquitetônicos, Aloísio propôs uma concepção mais abrangente de patrimônio, que considerava, a diversidade cultural, étnica e religiosa do país.

A nossa realidade é riquíssima, a nossa realidade é inclusive desconhecida. É como se o Brasil fosse um espaço imenso, muito rico, e como se um tapete velho roçado, um tapete europeu cheio de bolor e poeira, tentasse cobrir e abafar este espaço. É preciso levantar este tapete, tentar entender o que se passa por baixo. É dessa realidade que devemos nos aproximar, entendendo, tendo sobre ela uma certa noção (MAGALHÃES. 1985 p.42).

Um exemplo concreto de sua concepção de patrimônio está representada na própria mudança da sede do órgão. Sai da velha Rio de Janeiro para a nova Capital, no coração do país. E para se aproximar do Brasil, sob a inspiração de Mário de Andrade, promoveu viagens e diálogos por todo o país, enfatizando que *o passado deveria ser conhecido para ser valorizado. Relembrar a importância da continuidade do processo cultural a partir de nossas raízes do passado, mas a certeza de que estão ali os elementos básicos com que contamos para a conservação de nossa identidade cultural* (MAGALHÃES, 1985 p.47).

Algumas medidas práticas mostraram-se estratégicas, dentre elas: a aquisição dos Autos da Inconfidência, no leilão da Sotheby's e partituras de música barroca mineira, no Uruguai (1981); a documentação e proteção da cerâmica utilitária nordestina de Amaro de Tracunhaém (1981); a defesa do tombamento pela Unesco das cidades de Ouro Preto em Minas (1980), Olinda em Pernambuco (1982) e Missões, no Rio Grande do Sul (1983); o início do processo de tombamento do terreiro de candomblé Casa Branca, na Bahia (1986). A maioria destas medidas apontava para o *fazer popular* como tendo um relevante papel cultural. Nessa mesma época, também a Unesco retomava algumas questões na tentativa de disciplinar, por meio do *Acordo de Florença* (1981) a importação e exportação de bens de caráter educativo, científico e cultural, dando os primeiros passos para universalizar a legislação de proteção ao patrimônio cultural. Para tanto, promoveu reuniões internacionais com o objetivo de organizar a política de patrimônio, retomando propostas colocadas décadas atrás por Mário de Andrade.

A visão de Aloísio sobre a situação dos países pobres e jovens, no qual incluía o Brasil, era a de que, estes teriam flexibilidade diante da inovação, uma vez que neles ainda não estavam sedimentados padrões culturais definitivos. *Dai a*

necessidade de se preservar manifestações culturais espontâneas e populares, eventualmente portadoras de soluções não percebidas pelos países ricos e velhos. Mesmo porque, como dizia, nos países jovens e pobres, a mudança é uma necessidade (MAGALHÃES, 1985, p.21).

Apesar da aparente divergência de propósitos e fundamentação teórica, os discursos de Rodrigo de Melo Franco de Andrade e os de Aloísio Magalhães podem ser lidos como narrativas. Como enfatiza Gonçalves (1996), em ambas as falas, o personagem principal é a nação brasileira, com sua identidade e memória definidas a partir da idéia de *perda*. No caso de Rodrigo, a perda da tradição e, no caso de Aloísio, a perda da diversidade cultural. Na perspectiva de ambos, o processo de perda ao qual se referem é interpretado como um dado histórico *objetivo*. Ao tempo em que narram uma presente e progressiva situação de perda, justificam o trabalho de *defesa, resgate, apropriação, coleção, preservação e restauração de um determinado patrimônio cultural* (GONÇALVES, 1991, p.63). Com essa argumentação reapropriam-se de objetos que comporão o chamado patrimônio nacional, reproduzindo esses valores concebidos como fragmentos que apontam para uma totalidade imaginária, elaborando suportes materiais capazes de evocar a idéia de nação.

Com a morte prematura de Aloísio Magalhães em 1982, representando o Brasil numa reunião internacional em Veneza, foram interrompidos drasticamente os trabalhos que estavam em desenvolvimento.

Dois anos após, com a movimentação trazida pelo processo de redemocratização do país e a instalação da *Nova República*, reavivaram-se as discussões em torno da cultura nacional. Toda esta movimentação estimulou a instalação do Ministério da Cultura – MINC, no governo de José Sarney (1985),⁶⁵ incorporando o sistema SPHAN – Pró-memória. Discussões sobre a validade da criação do Ministério apontavam aspectos

⁶⁵O primeiro titular do novo Ministério foi José Aparecido de Oliveira, após alguns meses substituído por Aloísio Pimenta, que restabeleceu novamente a Secretaria do PHAN. (Ver Anexo 3 as diferentes siglas do órgão patrimonialista).

importantes. Por uma lado, fundamentavam-se na relevância da presença econômica do Estado ou na necessidade de *proteger* a cultura nacional; por outro, receava-se a ingerência deste mesmo Estado na cultura, seja mediante a força econômica, seja da censura e mesmo da burocracia.

Nessa nova fase bastante peculiar, o termo-chave da concepção oficial de cultura foi *moderno*, agora ligado à idéia de desenvolvimento econômico. Vale notar que em 1986 o economista Celso Furtado foi nomeado Ministro da Cultura.⁶⁶

Produzida num ambiente democrático, a Constituição de 1988 retomou as propostas de Mário de Andrade para o patrimônio nacional, via herança deixada por Aloísio Magalhães. Deixou claro que a preservação deve acontecer independente dos tombamentos, ressaltando a referencialidade dos bens. Por outro lado, permitiu interpretar que o Decreto-lei n° 25 supunha uma *lesão de direito*, uma injusta distribuição dos prejuízos sociais decorrentes da relativa *perda* sofrida pelo proprietário do imóvel tombado. Como ato compensatório, tornou possível a desapropriação, interpretação ainda polêmica nos meios jurídicos.

A Carta desvinculou também a definição de patrimônio cultural de patrimônio ambiental, que passou a constar em capítulo específico. *Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]* (Constituição Federal, 1988).

Em seu artigo 215, reafirmou o acesso às fontes da cultura nacional, apoiando e incentivando a valorização e a difusão destas manifestações. Nos parágrafos 1 e 2 garantiu proteção às manifestações populares, indígenas e afro-brasileiras *e as de quaisquer outros grupos nacionais*, propondo a fixação de *datas comemorativas de significação* para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

⁶⁶Celso Furtado foi um dos ministros mais atuantes em buscar o desenvolvimento econômico aliado ao cultural. Em 1987, foi criada mais uma Representação Regional em Manaus, com jurisdição sobre o Amazonas, Acre e Roraima. A filosofia do Ministério ao associar a cultura à questão do desenvolvimento pôde pensá-la associada também a processos econômicos. Acreditava que seria preciso que se indagasse sobre as relações entre cultura, como sistema de valores, e o processo de desenvolvimento das forças produtivas, para que o país encontrasse o caminho do desenvolvimento.

As atividades culturais e as ações ligadas à preservação e ao tombamento, concebidas como fonte de criatividade simbólica, passaram também a ser consideradas áreas propícias ao investimento capitalista. De acordo com essa filosofia, foi criada a Lei Sarney⁶⁷ de amparo à cultura. Propôs mecanismos para incentivar investimentos privados na área de cultura tais como o descontos no Imposto de Renda. Conforme discurso do Presidente Sarney, ao sancionar o projeto, em 02.06.1986,

É necessário também, para isso, além, de boas escolas e centros de formação, muito apoio. E apoio realista. Flandres, Veneza tiveram seus banqueiros; Florença teve seus Médicis; Viena, seus príncipes; Paris, no começo deste século, teve seus financistas; os Estados Unidos tiveram suas indústrias e seus pequenos contribuintes. Cada grande momento cultural tem por trás uma acumulação econômica ou uma grande motivação social. O que nós queremos agora é que os financiadores desse novo surgimento sejam a própria sociedade, do indivíduo comum à grande empresa. Não mais o Governo, paternalmente, sozinho.
Essa é a grande mudança que a lei propõe (LEI SARNEY, 1986, p.06-07).

A concepção da Lei baseava-se no entendimento de que, como todo investimento, os da área cultural envolvem riscos calculados. Ao Governo cabe, portanto, estimular esses investimentos, tornando-os atrativos. Na verdade, essa proposta já vinha sendo apregoada desde as *Normas de Quito*.

A Lei teve eficácia em situações específicas, em projetos desenvolvidos por empresas, bancos e demais instituições privadas que apoiaram grupos com reconhecimento artístico e cultural.

Entretanto, o marcante na *Nova República* foi o ressurgimento de movimentos sociais de diferentes natureza, estimulados pela distensão democrática, que garantiu espaços de expressão às minorias e ampliou a luta em favor da cidadania. O tema patrimônio incorporou então outras discussões, tais como o direito à pluralidade cultural e à defesa do meio ambiente e da qualidade de vida, o que interferiu diretamente na delimitação dos bens patrimoniais. Dentre os movimentos que melhor se articularam, tiveram força reivindicatória os que lutaram pelo reconhecimento de suas expressões artísticas e culturais como formadoras da brasilidade. Sob esta perspectiva, novas leituras

⁶⁷Em 23 de dezembro de 1991, foi editada a Lei Rouanet, que retomou princípios estabelecidos da Lei número 7.505 e instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC.

começaram a ser feitas, os mesmos sinais sendo interpretados como signos diferentes, matizados com nova aura simbólica.

Após a primeira eleição direta para a presidência da República, o início da década de 1990 viu renascerem expectativas quanto à modernização e desburocratização do aparelho do Estado, ranços da estrutura da ditadura técnico-burocrática. Nesse momento, o SPHAN/Pró-memória foi novamente transformado, agora em autarquia, vinculado à Secretaria da Presidência da República (Decreto n° 99.492).⁶⁸ Esperava-se o revigoramento das instituições públicas, recolocando-as no novo momento político que o país vivenciava. No entanto, estas expectativas foram frustradas. Apesar do discurso participacionista, o país não encontrou vias que fortalecessem a efetiva inclusão do cidadão nas instâncias decisórias. O presidente Fernando Collor de Melo, com o aval dos votos recebidos, sustentou seu breve governo em situações e fatos dramatizados, que escondiam o velho discurso autoritário e paternalista. Instituições e órgãos públicos foram desmontados, alegando-se os benefícios da descentralização, enfraquecendo assim o aparato administrativo do Estado brasileiro.

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo 'como ele de fato foi'. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo.

W. Benjamin

⁶⁸Em 1992, o órgão voltou a subordinar-se ao MINC, e em 1994 recuperou a sigla IPHAN (Medida Provisória n° 610).

CAPÍTULO 3
NA TECITURA DA MEMÓRIA E NA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA

CAPÍTULO 3

NA TECITURA DA MEMÓRIA E NA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA

*O interventor do estado
era um pinheiro inabalável.*

*Inabaláveis pinheiros igualmente
o secretário de segurança pública
o presidente da academia de letras
o dono do jornal
o bispo o arcebispo o magnífico reitor*

*ah se naqueles tempos
a gente tivesse
(armando glauco dalton)
um bom machado.
Curitiba¹.
José Paulo Paes*

3.1 TECENDO MEMÓRIAS

Para o processo de emancipação política da 5ª Comarca, acontecimentos nacionais, tiveram significativa influência, tal como a possibilidade de a Revolta Liberal de Sorocaba, em 1842, articular-se ao movimento Farroupilha², sublevando toda a região contra o Império. Em troca da neutralidade, os *paranaenses* tiveram a promessa da criação da Província do Paraná. Após a proposta ter tramitado por dez anos na Assembléia Geral do Império, finalmente em 1853 foi criada a nova província.³

¹Citado por Martins W. Gazeta do Povo, 08.09.1997. Conforme Martins, o autor referia-se, por ordem de entrada, a Brasil Pinheiro Machado, interventor no Estado de 25.02.46 a 06.10.46; Walfrido Piloto, delegado da Ordem Política e Social, Oscar Martins Gomes, De Plácido e Silva, D. Alberto Gonçalves e Flávio Suplicy de Lacerda, o bispo teria entrado “na história apenas pela figuração”.

²A Revolução Farroupilha (1853-1845) caracterizou-se por um propósito separatista e republicano, tomou todo o território do Rio Grande do Sul, estendendo-se por Santa Catarina.

³Por ocasião do juramento das bases da Constituição em Paranaguá, liderada por Floriano Bento Viana, houve tentativa frustrada de emancipar a 5ª Comarca, com a Conjura Separatista de 1822. Cardoso & Westphalen, 1981. Em 1843 começou a tramitar na Assembléia Geral do Império projeto de Lei para a criação da Província do Paraná, com a justificativa de que poderia constituir baluarte contra *as idéias anarquizantes* que imperavam no Rio Grande e Sorocaba. Este projeto foi convertido na Lei nº 704, em 29 de agosto de 1853. A Província durou 35 anos, de 1853 a 1899, ano da proclamação da República, quando passou a ser Estado do Paraná. Neste período foram 29 Presidentes nomeados pela Imperador. Destes, somente três eram paranaenses: João José Pedrosa, Joaquim de Almeida Faria Sobrinho e Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá.

Obtida essa conquista, a disputa política interna voltou-se para a definição da sede da capital. De um lado, comerciantes e portuários de Paranaguá pleiteavam a indicação da cidade; de outro, representantes da sociedade campeira, cujos interesses giravam em torno da economia ervateira,⁴ madeireira e do gado, indicaram a pequena vila de Curitiba.⁵ Estes últimos, maioria na Assembléia Provincial, conseguiram transformá-la em capital. Tomando as rédeas da política e da economia acentuaram as relações patriarcais e os laços de lealdade com base no parentesco, no comércio da erva-mate, e na invernagem (PINHEIRO MACHADO, 1963, p.16).

Essa elite política procurou identificar o planalto curitibano e a região do litoral como centro e referência para a invenção da história da nova Província. Assim, destacaram objetos, fatos e biografias de *grandes homens* criando uma tradição representativa do imaginário que pudesse ser extrapolada para todo o Paraná.

A cidade de Curitiba foi estruturada para que traduzisse os valores simbólicos de capital e sede do Poder, amalgamados à nova unidade político-administrativa. O governo provincial mapeou a cidade edificando sedes de órgãos públicos e criou diversas instituições para a preservação de acervos e documentos. Surgiram, então, instituições voltadas às artes e à educação: o Arquivo Público, em 1855;⁶ a Biblioteca Pública, em 1857; e, em 1886, a Escola de Belas Artes e Indústrias do Paraná, segunda escola regular de arte no Brasil, mais tarde transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica.

⁴Conforme o citado por Padis, 1981. p.44. “[...]ao lado do café, o mate, apesar de pequena expressão em nível nacional, foi um dos raros produtos de exportação brasileiros que experimentaram, durante a primeira metade do século passado, uma situação favorável”.

⁵Curitiba foi elevada a capital pela Lei Provincial n° 1 de 26.07.1854.

⁶O Arquivo Público, atualmente Departamento de Arquivos Públicos - DEAP, foi criado pela Lei Estadual n° 33 de 07.04.1855.

Criado como instituição particular, o Museu Paranaense⁷ centralizou a responsabilidade por formar, organizar e expor *acervo museológico que expressasse as especificidades do território e da população paranaense*. Transformado em Museu provincial, sistematizou objetos significativos da *memória histórica*, cristalizando em suportes materiais visíveis uma determinada narrativa historiográfica.⁸ Guardou e organizou coleções marcadas pela pátina do tempo, muitas delas oriundas de povos indígenas, a maioria doada à instituição.⁹

Pretendendo dar visibilidade à nova Província, o Museu participou da *Primeira Mostra Antropológica Nacional* na Exposição Antropológica Brasileira, realizada no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, em julho de 1882. A par da mostra museológica, fez encaminhar sua primeira publicação – o catálogo dos objetos remetidos à Exposição. Anexo a ele, foram impressos os trabalhos lingüísticos e etnográficos do coronel Telêmaco Borba e do missionário Luís de Cemitille, responsáveis pelo acervo de peças indígenas¹⁰.

⁷Os fundadores do Museu Paranaense foram Agostinho Ermelino de Leão, posteriormente vice-presidente da Província, e José Cândido da Silva Muricy. Agostinho Ermelino de Leão (1887-1932) exerceu diversos cargos e funções públicas, entre os quais o de diretor do Museu Paranaense e diretor do Arquivo Público do Estado. Foi deputado estadual, jornalista, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e dos Institutos Históricos e Geográficos do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Paraíba. Pertenceu, também, à Academia Paranaense de Letras, foi pesquisador da História do Paraná deixando diversos trabalhos publicados: *O Contestado Norte*; *O Litígio perante a História*; *Secular Pendência*, *A Ouvidoria de Paranaguá*; *As Capitânias de Paranaguá e Itanhaem*; *Antonina, vultos e fatos*. Sua principal obra foi *Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná*, concluído em 1924 e publicado em seis volumes e um anexo, entre os anos de 1926 e 1950. José Cândido da Silva Muricy (1827-1879) foi deputado Provincial de 1864 a 1869, autor do Catálogo da Exposição Provincial de 1866, escreveu uma série de artigos intitulados *Notícia sobre a Província do Paraná*.

⁸O Museu foi inaugurado em 1876, como instituição particular; cinco anos depois foi transformado em instituição da Província. Para seu primeiro diretor foi nomeado Ermelino de Leão e, após Romário Martins, que o dirigiu por 26 anos, até 1928. Em 1937, o Museu Paranaense tinha como diretor o professor José Loureiro Fernandes que ampliou as atividades da instituição.

⁹Responsabilizou-se, também, pela coleta e análise de peças originárias de sítios arqueológicos do litoral – os sambaquis –, que se tornaram centro de acirradas discussões no seio dos Conselhos de Patrimônio, criados no século seguinte.

¹⁰Este catálogo constitui-se no único documento impresso que registra as peças e coleções que formavam o acervo original do Museu. Infelizmente a presente pesquisa não conseguiu encontrar exemplar do Catálogo, Loureiro Fernandes, 1956.

Até quase o início do século XX, a sobrevivência da instituição foi fruto da persistência de seu diretor, Dr. Ermelindo de Leão, personagem de força e vigor político no Estado. Quando de sua ausência.¹¹

[...] o progresso do Museu estacionou; é bem verdade que êsse período abrange os anos que imediatamente antecedem e sucedem à proclamação da República, anos nos quais, com o recrudescer dos ideais abolicionistas e republicanos e a súbita mudança de regime, criou-se no ambiente social da província um clima pouco propício para a vida de instituições como o Museu. (LOUREIRO FERNANDES, 1956, p.07).

Em 1892, após ter desempenhado função administrativa no governo federal, Ermelino reassumiu a direção do estabelecimento procurando retomar os trabalhos e recuperar as condições físicas do ambiente museológico. Com sua morte em 1901, o órgão passou a ser dirigido por Alfredo Romário Martins¹², historiador e político, uma das principais lideranças do movimento paranista e fundador de diversas instituições irradiadoras do pensamento e do ideal político que sustentaram ações governamentais. Romário Martins exerceu larga influência na vida cultural de Curitiba, o que significava, na época, influência em todo o Estado. Tendo pertencido ao grupo néo-pitagórico de Dario Veloso,¹³ seu pensamento nunca foi muito simpático à Igreja Católica, o que não inviabilizou que suas idéias fossem encampadas pelo grupo de intelectuais de formação católica reunidos no Círculo de Estudos Bandeirantes. Considerado iniciador da história regional no Paraná, Romário atuou também na literatura. Mas foi a condição de político, como a de seu antecessor, que lhe valeu na coleta de materiais etnográficos, com o objetivo

¹¹Em maio de 1886 o Dr. Ermelino de Leão exonerou-se do cargo de diretor do Museu para exercer a função de desembargador, na Bahia.

¹²Alfredo Romário Martins (1874/1948), apesar de não ter recebido educação formal de pesquisa, escreveu centenas de títulos publicados em livros ou pela imprensa, uma relação completa pode ser encontrada em Júlio Estrela Moreira 1960. Segundo Brasil Pinheiro Machado, na obra de Romário *História do Paraná*, o autor estabeleceu as bases de uma história regional cuja temática teve como núcleo teórico a afirmação de que a história do Paraná é a história de uma comunidade, de um grupo humano em sua relação com o ambiente geográfico (PINHEIRO MACHADO, 1974). Apesar de sua conhecida antipatia pela Igreja, Romário Martins reconheceu a obra missionária dos jesuítas em seu livro *História do Paraná*.

¹³Dario Veloso (1869-1937) envolvido no movimento anticlerical, iniciou-se no pitagorismo, fundando o Templo Maçônico em 1899. No ano de 1917 publicou o Estatuto do Instituto Neopitagórico (1909), inaugurado no ano seguinte a sua sede, "O Templo da Musas" (1918).

de enriquecer as coleções museológicas,¹⁴ o que possibilitou que a instituição fosse transformada em Museu de Etnografia e Ciências Naturais.

Romário participou da Revista *O Cenáculo*,¹⁵ surgida em 1895 em Curitiba, de efêmera duração mas responsável por agregar as expressões culturais simbolistas no Estado¹⁶. Articulado politicamente às lutas pela emancipação da Província, pelo findar do Império e o nascimento da República, suas convicções o amarravam à corrente de pensamento místico que expressava reação ao mundo industrial, que, *oprimia e massificava*.¹⁷

Sob essa inspiração, no final do século, a capital do Estado teve definido o seu primeiro *Código de Posturas* pela Constituição Municipal de 1895, sob a supervisão do prefeito Cândido de Abreu. O *Código* forneceu as diretrizes para o crescimento da cidade e reorganizou o espaço urbano já marcado pelo processo

¹⁴Nesse período, o Instituto de Terras do Paraná desenvolvia trabalho de medição e demarcação em terras devolutas, o que permitiu que fossem encontrados objetos de interesse etnográfico, embora sem pesquisa ou estudo que aprofundasse origem ou utilização dos mesmos. Romário conseguiu incorporar ao acervo a coleção etnológica cedida pelo indianista Telêmaco Borba.

¹⁵A revista *O Cenáculo* foi editada por dois anos, entre 1895 e 1897. Entre 1912-14 foi publicada a revista Fanal, considerada órgão do novo Cenáculo, que continuou com *Atheneia* (1914). Além de Romário Martins, outros intelectuais colaboraram com as revistas, Dario Veloso, Silveira Neto, Rocha Pombo, Vicente Machado e Victor Ferreira do Amaral e Silva (Pilotto, E. 1969). Manoel Silveira Neto (1872-1942) nasceu em Morretes no Paraná, participou ativamente do Movimento Simbolista paranaense e dos movimentos anticlericais, faleceu no Rio de Janeiro. Vicente Machado (1860-1907) foi um dos principais líderes políticos paranaenses do final do século passado, foi eleito Presidente da Província na primeira eleição direta após a República, em 1903. Dirigiu o Jornal a *República*, tornando-se líder dos republicanos no Paraná. José Francisco da Rocha Pombo (1857-1944) foi político filiado ao Partido Conservador e historiador - *História do Brasil*, em dez volumes (1915-1917); *História da América* (1900-1925); Vitor Ferreira do Amaral e Silva (1862-1953) nasceu na cidade da Lapa, foi Vice-governador do Estado entre 1900 e 1904 e deputado federal entre 1906 e 1909, um dos criadores da Universidade do Paraná, sendo seu primeiro reitor após restauração em 1946.

¹⁶O movimento simbolista marcou o fim do século, fez parte da corrente de pensamento místico que expressou reação ao mundo industrial, que *oprimia e massificava*. Os simbolistas paranaenses caracterizaram-se pela postura anticlerical e positivista, pregando a separação entre a Igreja e o Estado (Electra, 1890). Agregaram intelectuais e políticos que influenciaram a produção literária, as expressões artísticas, a visão de patrimônio e a de bem cultural.

¹⁷O Paraná foi um dos principais centros de difusão do simbolismo no Brasil. No Paraná, destacaram-se Emiliano Perneta (1866-1921) e Nestor Vitor (1868-1932). Emiliano foi escritor, jornalista e poeta. Republicano e abolicionista conviveu com José do Patrocínio e Saldanha Marinho. Junto com Olavo Bilac fundou *Vida Semanária* e em companhia de Edmundo Lires, Afonso de Carvalho e Carvalho Mourão a *Folha Literária*. Em 1890 iniciou a fase boêmia e heróica do movimento simbolista no Rio de Janeiro. Em 1900 assumiu a redação do Jornal do Comércio. Após ter participado das polêmicas anticlericais desencadeadas pela revista *Jerusalém*, tornou-se orador da Loja Maçônica Fraternidade Paranaense. Vitor aproximou-se do grupo liderado por Emiliano, tendo sido influenciado por ele (Carvalho, 1997, UFPR. Tese de Mestrado). Nos demais estados do Brasil o Simbolismo teve menos influência que no Paraná, alguns nomes destacaram-se nacionalmente, tais como Cruz e Souza (Missal e Broquéis, 1893), Augusto dos Anjos e Alphonsus de Guimarães.

imigratório e a instalação de colônias. No início do século XX, Curitiba pouco lembrava a pequena vila provincial. As instituições criadas na cidade vieram a reforçar a imagem do paranaense – o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná – IHGP; o Teatro Guayra,¹⁸ o Círculo de Estudos Bandeirantes e do Centro Paranista,¹⁹ e, em 1912, a Universidade do Paraná²⁰. todas essas instituições, idealizadas por um grupo de políticos e intelectuais, tinham o propósito de tornar o Estado *visível intelectualmente perante o país*.

Nesse período o ecletismo consolidou-se como marco das construções na cidade, fruto da presença do imigrante que alterou profundamente o panorama dos casarios curitibanos e das demais regiões onde se instalou. Destas edificações, vale ressaltar o Paço Municipal, o Mercado Provisório, o Belvedere no Alto São Francisco e a nova sede da Universidade do Paraná.²¹

Para além dessas edificações, que vieram a formar parte significativa do patrimônio arquitetônico preservado, a cidade era movimentada por variadas atividades

¹⁸Inaugurado em 1900 o antigo Teatro Guayra sucedeu o teatro São Teodoro fechado em 1935, quando a cidade ficou por vinte anos sem um teatro oficial. A construção do atual prédio que abriga o Teatro Guaíra iniciou-se em 1952, no governo de Bento Munhoz da Rocha Neto, projetado pelo arquiteto Rubens Meister. Em 1954 foi inaugurado o pequeno auditório que recebeu o nome de Salvador de Ferrante. Em 1979 foi inaugurado o auditório Bento Munhoz da Rocha Neto, com capacidade para 2.300 espectadores. Na época, o ex-governador Ney Braga era Ministro da Educação e Cultura e Emílio Gomes, governador do Estado.

¹⁹Romário Martins formou o Conselho Superior Paranista em 1927, do qual participavam 21 pessoas com *relevante serviços prestados ao Paraná*. O Círculo de Estudos Bandeirantes foi idealizado pelo padre Luiz Gonzaga Miele, em 1929. Dele fizeram parte representantes do meio intelectual paranaense, desde que fossem católicos. Seus sócios fundadores foram: o padre Miele, Antônio Rodrigues de Paula, Maestro Benedicto Nicoláu dos Santos, Bento Munhoz da Rocha Neto, José Loureiro Fernandes, José F. Mansur Guérios, Pedro Ribeiro de Macedo, Waldomiro Teixeira de Freitas Ligarú do Espírito Santo. Baseado nos princípios da filosofia tomista adotada pela Igreja Católica, visava conciliar o aristotelismo com o cristianismo. O Círculo oferecia cursos e seminários a seus membros (Círculo de Estudos Bandeirantes, 1944).

²⁰A Universidade do Paraná é a mais antiga do Brasil. Quando em 1911 foi liberado e desoficializado o ensino superior no Brasil, pela Lei Rivadavia, nasceram três Universidades, uma em Manaus, outra em São Paulo, que funcionaram por um curto período, e a terceira em Curitiba. Em 1912, Nilo Cairo, Fernando Moreira, Pamphilio de Assumpção e Vitor Ferreira do Amaral elegeram a primeira Diretoria da Universidade do Paraná, em cuja presidência ficou Vitor Ferreira do Amaral. O Congresso legislativo do Estado reconheceu a Universidade do Paraná, o que possibilitou o lançamento da pedra fundamental do edifício, chamado por Romário Martins de *Palácio da Luz*. Os primeiros cursos que funcionaram foram os de: Ciências Jurídicas e Sociais, Engenharia, Odontologia, Farmácia e Comércio, além do preparatório. A Universidade foi federalizada em 1950. Westphalen, 1987.

²¹Nessa época era Prefeito de Curitiba Cândido de Abreu, que respondia pelo seu segundo mandato (1912-16).

artístico-culturais, estimuladas pelas colônias de imigrantes. O teatro, a ópera, a música eram levados por companhias nacionais e internacionais que apresentavam artistas de grande expressão à época (COSTA, 1990. p.25).

Sob essa orientação Romário atuou na direção do Museu por vinte e seis anos, até sua renúncia ao cargo, em 1928, quando foi designado Diretor de Agricultura do Governo do Estado (LOUREIRO FERNANDES, 1956, p.8). Sua renúncia e, posteriormente, a deflagração do movimento revolucionário de 30, afetaram o funcionamento da instituição. Foi extinta a função de Diretor, restaurada somente em 1936. Um duro golpe para a administração do Museu que, apesar dos contratempos políticos e administrativos, viria a ter seu acervo aumentado por doações particulares.²²

Ao sacralizar espaços e objetos e definir o que poderia ou não ser exposto e o que seria representativo da sociedade paranaense, o Museu impôs uma ordem de compreensão à história do Paraná.

3.1.1 O Olhar que se Constrói

O movimento pela Emancipação Política esboçou a gênese do paranismo com base em um discurso ufanista e regionalista. Fatos, elementos, situações e personalidades, passaram a presentificar um patrimônio comum, que emprestasse sustentação à nova Província.

Conta a história, porém, que o responsável pela disseminação do termo *paranista* foi Romário Martins, ao identificar sua introdução no norte do Estado, em 1906. Romário afirmou que a maioria da população daquela região, composta por paulistas, havia designado os habitantes mais antigos de *paranistas*, por aproximação ao termo *paulistas*. Para as pretensões de Romário, essa designação facilitou a definição de uma identidade paranaense, ao agregar o grande número de *estrangeiros* que compunham a população do Estado. De maneira geral, considerou-se *paranista*

²²Dentre elas, a coleção etnográfica composta por objetos de tribos da Amazônia, de propriedade do coronel Temístocles Pais de Souza Brasil (Loureiro Fernandes, 1956, p.13). Estima-se que atualmente o acervo do Museu seja composto por 197.100 peças referentes à arqueologia, etnologia e história do Paraná.

aquele que amasse e tivesse adotado o Paraná como seu lugar de vida e trabalho, uma terra paradisíaca, na visão do viajante Saint-Hilaire.

Romário também construiu as bases do discurso simbólico do Paraná. As riquezas naturais apareciam fornecendo energia à *civilização* que acreditava viria a ser forjada. Encontrou na altivez e resistência do pinheiro o símbolo do homem e da terra paranaense: alto, forte e de braços abertos para o futuro. A erva-mate – a *bebida de índio, congonha, chá dos jesuítas ou chá paraguaio* –, segundo ele de propriedades alimentícias, higiênicas e terapêuticas, saboreada em roda de amigos com a cuia do chimarrão passando de mão em mão, reforçaria a solidariedade, costurando as diferenças no espaço e no tempo. Como um inventor de tradições Romário concebeu ainda os principais símbolos do Estado, a bandeira e o brasão (somente alterados em 1990).

Dando sustentação ao paranismo, perfilaram ao lado de Romário políticos, intelectuais e artistas que reproduziram e extrapolaram essa visão idílica do território paranaense.²³ O discurso paranista retomou a visão paradisíaca da terra e da gente do Paraná, enfatizando as riquezas naturais, o clima ameno e a disposição para o trabalho, bebendo nas fontes de um nativismo que buscou inventar um patrimônio cultural comum para o Estado multifacetado etnicamente.

Talvez por isso mesmo as repercussões da Semana de Arte Moderna de 1922 com sua ousadia e busca de renovação não se fizeram ouvir com ressonância no Paraná, pois os Modernistas trabalhavam com outros referenciais. Ainda assim, algumas manifestações salpicaram o pensamento local.²⁴ Para alguns críticos, o que retardou a renovação modernista era o clima de nostalgia que imperava no Estado,

²³Dentre intelectuais e artistas podem ser citados Euclides Bandeira, Dario Vellozo, Rodrigo Júnior, Theodoro De Bona, João Turin, João Zaco Paraná, João Ghelfi, Lange de Morretes, João Goff.

²⁴O evento que culminou com a leitura do manifesto *Renovação ou Morte*, em 1926, em um clube social da elite curitibana. A apresentação, sem muito impacto, foi acompanhada de espetáculos e atividades culturais imbuídas do *espírito moderno*. O manifesto foi nada mais que saudação a jornalista gaúcho, que viera a Curitiba participar do Congresso Literário e Artístico do Sul do Brasil e proferir conferência no Teatro Guaíra. Costa Revista Letras n° 39, 1990, p.25.

pautado pela lembrança da produção literária de Emiliano Pernetá,²⁵ alimentando alguns intelectuais com [...] *uma visão sentimentalóide do Paraná, denominada de paranismo e simbolizada pelo pinheiro, lugar-comum obsessivo da sublitteratura* (MARTINS, Gazeta do Povo, 08.09.1997).

O *paranismo* teve Curitiba como epicentro e suas propostas foram veiculadas através da revista *Ilustração Paranaense*, que circulou de 1927 a 1930. Espalhou-se pelas artes plásticas e a política, aproximadamente na mesma época em que o Movimento *Pau-brasil* (1924-25) fazia-se ouvir em São Paulo. Entretanto, diferentemente do Modernismo paulista, não chegou a ter a consistência de um manifesto. Construiu um patrimônio visível na pintura, na escultura e nas artes gráficas, delineando uma determinada fisionomia do Paraná, a partir do planalto curitibano. Sem representantes na arquitetura, não recuperou, porém, a beleza estética das construções em madeira, característica da imigração, nem as casas coloniais. E quando enaltece os povos indígenas, assume uma postura reducionista ao ressaltar sua dependência e íntima relação com o meio ambiente.

A busca de uma identidade paranista foi sutilmente apropriada pelo governo que financiou a complementação de estudos, projetos, pesquisas e publicações de muitos artistas locais dentro e fora do país.

As comemorações do Centenário da Independência, em 1922, viram surgir obras artísticas que materializaram o discurso paranista. As *colônias de imigrantes*, objetivando tornarem-se *culturalmente visíveis*, mandaram edificar em Curitiba referenciais, que, anos mais tarde, foram transformados em símbolos do Paraná: a escultura elaborada por João Zaco Paraná,²⁶ simbolizando o sementeiro, doada pelos

²⁵Emiliano foi coroado em 1906 *Príncipe dos Poetas Paranaenses*, após ter publicado as obras: *Florianópolis; Oração da Estátua do Mal. Florianópolis; Prólogo de Ilusão; Quando Jesus nasceu; Setembro*. Em 1912 participou da criação do Centro de Letras do Paraná. Após sua morte a obra *Setembro* foi publicada em 1934, pelo grupo *Festa*. Em 1945, Andrade Muricy publicou *Poesias Completas*, e no ano seguinte a editora Gerpa iniciou a publicação das *Obras completas*, organizada por Erasmo Piloto. Sua principal obra foi *Ilusão*, publicada em 1911.

²⁶João Zaco Paraná (1884-1961) cujo nome original era Jan Zak, nasceu na Silésia polonesa. Filho de imigrantes, com apoio do governador do Estado, Santos Andrade, ingressou no curso da Escola de Belas Artes e Indústrias do Paraná e foi posteriormente encaminhado à Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, em 1903. Após, estudou em Bruxelas, na Academia Real de Belas Artes, até 1909. Neste período conviveu com João Turin, também bolsista do governo paranaense. Retornou ao Brasil em 1910 e logo após vencer um concurso foi residir em Paris, estudando na Escola de Belas Artes. Quando retornou definitivamente lecionou na Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, aposentando-se em 1953.

poloneses,²⁷ a estátua de Tiradentes, esculpida por João Turin²⁸ e doada pelos italianos; a contribuição pela colônia alemã para a construção da sede do novo prédio da Universidade do Paraná.

A expressão artística encontrava-se ainda ligada à tradição da Escola de Belas Artes e Indústrias do Paraná, fundada por Mariano de Lima, no final do século XIX. Nela iniciaram-se nomes importantes, como Zaco Paraná e João Turin. Seguindo a mesma tradição, Alfredo Andersen,²⁹ personagem cultural marcante nas artes do Estado, também, fundou sua escola, produzindo retratos, quadros e paisagens para deleite de abastadas famílias paranaenses. Seus discípulos, Lange de Morretes³⁰ e Ghelfi,³¹ exercitavam-se no expressionismo³² e ao lado de Turin, impulsionaram nas artes o *paranismo* de Romário, buscando interpretar simbolicamente as especificidades do Paraná. Seus trabalhos reforçaram a visão de Romário sobre a natureza – o pinheiro, a erva-mate, as populações autóctones, as lendas indígenas –, material que reinterpretaram artisticamente.

O velho atelier da rua Marechal Deodoro, em Curitiba, que fora do fotógrafo Volk, depois do pintor Andersen e mais tarde do pintor João Ghelfi, era ponto central das reuniões dos intelectuais da cidade e dos que a visitavam. Lá, certa vez, em visita íntima, três artistas discutiam arte: Ghelfi, Turin e Lange de Morretes. Discutíamos sobre o pinheiro, nas qualidades e nas boas possibilidades para o campo da arte.

²⁷A obra somente foi concluída em 1924.

²⁸João Turin (1878-1949) nasceu em Porto de Cima, no Paraná, trabalhou arduamente na estilização de elementos considerados paranistas, produzindo inclusive uma coluna que simbolizava o pinheiro, ornando seu capitel com ramos da árvore, pinhas e pinhões. Em 1905 recebeu apoio do governo para estudar em Bruxelas onde conheceu Zaco Paraná, estabelecendo-se grande amizade entre eles. Em 1913, foi a Paris onde morou por dez anos; em 1923, voltou ao Brasil, fixando residência em Curitiba.

²⁹Alfredo Andersen, nasceu na Noruega (1860-1935). Foi considerado *pai da pintura paranaense*. Responsável pela formação de inúmeros artistas exerceu grande influência sobre as expressões das artes plásticas no Paraná.

³⁰Lange de Morretes (1892-1954), de personalidade carismática, foi discípulo de Andersen, conhecido como paisagista foi um dos criadores do estilo paranista. Destacam-se os criativos desenhos sobre as calçadas de Curitiba, transformados em símbolos do Estado. Desenhou a caruma (folha de pinheiro) geometrizada.

³¹João Ghelfi (?-1925), além de pintor, foi escultor e crítico de arte, morreu prematuramente devido a acidente.

³²O expressionismo surgiu na Europa, nas primeiras décadas do século XX, acreditando que a deformação de uma imagem expressaria mais verdades que sua reprodução naturalista. Na Alemanha e na Áustria, nomes como Nolde, Beckmen, Egon Schiele e Kokoschka expressam em suas obras conotações dramáticas. O nazismo a considerou arte degenerada. Münch, Gauguin e Van Gogh influenciaram grandemente os expressionistas. Boletim Informativo da Casa Romário Martins. 1995. p.56.

Ghelfi, sonhador e entusiasta, tomou de um pedaço de carvão e na parede de seu atelier traçou, no tronco do pinheiro, um fragmento de fuste, sobre o qual compôs um grupo de pinhas como capitel. Turin e eu ficamos com uma semente no peito a germinar. O semeador Ghelfi contentou-se com a semeadura. Turin matutou muito, e eu não menos. No começo nossos trabalhos tinham sido empíricos. Turin, como escultor, dedicou-se à fatura de capitéis. Eu, como pintor e desenhista, conhecendo as artes gráficas, encaminhei-me para o problema pictórico e lado ilustrativo. (Depoimento de Lange de Morretes. Referência em Planejamento - Arte no Paraná I, p.33).

João Turin construiu seu atelier integrado aos elementos arquitetônicos que considerava paranistas: o pinheiro e seus derivados, a gralha azul e aspectos da cultura indígena. O índio que esculpia era idealizado como um deus grego imponente. Ladeando a porta principal de sua casa-ateliê esculpiu duas composições em baixo relevo: à direita – *Dança de Fogo* e a esquerda – *Volta da Caça*. Seu ateliê, apesar de constituir-se em marco expressivo de um período criativo da arte paranaense, foi demolido logo após sua morte, em 1949. As obras inacabadas que se encontravam em sua residência foram recolhidas a um barracão e ali deixadas expostas às intempéries até 1989, quando foi instalada a Casa João Turin, pelo Governo do Estado.

Dentre a simbologia que construíram, destacam-se a tríade pinheiro, pinha, pinhão e, também, a gralha-azul, que foram e ainda são utilizados como elementos decorativos, marcando a simbologia, principalmente, da região urbana de Curitiba. Pode-se também dizer que os artistas locais reinventaram a natureza e utilizaram-na como expressão artística inconfundível.

Talvez o tema paranista tivesse auxiliado a manter o espírito academicista na arte, dificultando a assimilação do impacto de teorias que a revolucionaram. Foge a regra o *paranista* Napoleon Poty (guara) Lazzarotto,³³ cuja obra é considerada, atualmente, uma das expressões modernas das artes plásticas no Brasil. Construindo painéis comemorativos, presentes em diferentes espaços públicos, principalmente em Curitiba, Poty disseminou durante meio século, símbolos vinculados à historiografia paranaense, fortalecendo determinada imagem do Estado e de sua população. Seus trabalhos reforçaram padrões históricos tradicionais, ao mesmo tempo em que apresentam vigor estético contemporâneo.

³³Napoleon Potyguara Lazzarotto (1924-1998) trabalhou com ilustração, desenho e mural, é considerado um dos mais criativos artistas plásticos do Estado. Seu primeiro trabalho foi publicado em 1943, no livro *Lenda da Herva Mate Sapecada*, de Hermínio César. Em 1940, fez a ilustração para o livro *Paiquerê*, de Romário Martins, que não foi incluída na publicação.

O movimento paranista continuou com relativo fôlego até quase o início da década de quarenta. Trabalhando o imaginário da população, recuperou e reconstruiu uma tradição e uma história calcadas em fatos e situações, monumentos e documentos. Retirados da virtualidade, o Paranismo encadeou-os em uma série temporal com lógica própria, agregando diferenças culturais sob símbolos comuns, que serviram de instrumentos para a veiculação de seus ideais. Adormecido nas décadas seguintes, foi – e ainda é – reavivado nos discursos oficiais, em campanhas políticas e cívico-promocionais e na produção artística.

Como toda expressão artística, o paranismo manteve uma relação arbitrária e distorcida com a realidade, pois a arte é um sistema simbólico de comunicação entre os homens e pressupõe um jogo permanente de relações entre o artista, a realidade e a liberdade de manifestação (CÂNDIDO, 1964).

3.1.2 Ampliando Horizontes

Nos anos trinta, projetos como o de Guido Viaro³⁴ tropeçaram no provincianismo das elites paranaenses e na falta de um mercado artístico independente. Logo que chegou a Curitiba, Viaro trabalhou como pintor de paredes, pois a Curitiba da década de trinta [...] *era uma aldeia com pretensão a cidade grande. Mas não tinha nem favela. Nem assalto a mão armada. Como sensibilizar os artistas e o povo com a temática nova?* (Documentação Paranaense 1, 1966). No final dos anos trinta, o governo paranaense promoveu exposição do velho mestre Theodoro De Bona³⁵ com o

³⁴Guido Pellegrino Viaro, nasceu em Badia Polesine, cidade do Vêneto, na Itália, a 9 de setembro de 1897 e faleceu em Curitiba a 4 de novembro de 1971. Chegou em 1927, no Rio de Janeiro, em seguida seguiu para São Paulo onde trabalhou como caricaturista e ilustrador. Em 1930, mudou-se para Curitiba onde trabalhou no magistério público e particular. Em 1941, abriu seu ateliê de desenho e pintura, criando uma expressão artística assentada no antropocentrismo e num figurativismo dramático. Entre 1946 e 1948 colaborou com ilustrações e textos com a revista O Joaquim. Em 1948, participou da fundação da Escola de Música e Belas Artes do Paraná, onde atuou como professor, pretendendo formar as novas gerações. Fundou, nos anos trinta, a primeira escola de arte para crianças, no Brasil. Criou, ainda, o Centro Juvenil de Artes Plásticas, o Curso de Artes Plásticas na Educação e inúmeras escolinhas de artes em Curitiba.

³⁵Theodoro De Bona (1904-1988) nasceu em Morretes, de origem italiana, estudou pintura em Curitiba. Frequentou a escola de Alfredo Andersen, junto com Traple e Freysleben, apesar de serem mais velhos que ele. Estudou na Itália com subvenção do Governo do Estado do Paraná.

objetivo de incentivar a linguagem artística local e subsidiou viagens de estudo de vários artistas a Europa.

Competindo com os ranços coloniais e o regionalismo ingênuo, a arte de Viaro teve dificuldades para ser aceita pela comunidade curitibana, que preferia os retratos de familiares e as paisagens, à temática social que levou para as telas.

As pinturas de Viaro registravam o cotidiano de vida, as pacatas cidades interioranas e a movimentação dos arredores de Curitiba (Documentação Paranaense-1, 1966), trazendo para as artes plásticas paranaense preocupações presentes no movimento Modernista. Com suas pinceladas expressionistas, revolucionou a pintura, deixando como legado às novas gerações o Centro Juvenil de Artes Plásticas, e sua atuação como professor da Escola de Belas Artes, onde lecionou de 1948 a 1970. As artes plásticas e, posteriormente, a literatura foram responsáveis, então, por um movimento renovador no Paraná, agindo, até certo ponto, *de fora* das ações e instituições governamentais. Alguns discípulos manifestavam suas críticas ao estilo do velho mestre Alfredo Andersen³⁶ e à literatura de Emiliano Pernetá, o *príncipe dos poetas* – expressões reconhecidas como *verdadeiramente paranaense*.

No contexto dos anos quarenta, também a produção literária ainda estava impregnada pelos ideais paranistas. Obras de Romário Martins, como *Paiquerê* (1940), *Quanto Somos e Quem Somos*, e *Guairacá*, ambas de 1941, tinham seu espaço garantido. No entanto, essa década teve seu momento de rebeldia. O *Paranismo* foi contundentemente criticado por alguns jovens intelectuais³⁷, que identificaram nos dirigentes do Estado um *Paranismo ossificado e provinciano*.

É nesse período que ressaltou a figura de um jovem intelectual, Dalton Trevisan, renovador da literatura, através do conto. Personagem polemizadora,

³⁶Alfredo Andersen, nascido na Noruega voltou para lá quase setuagenário, tendo muitas de suas obras adquiridas por este país, após sua morte

³⁷Em 1943, foi fundada a revista *A Idéia*, coordenada por Glauco Flores de Sá Brito, com a colaboração de artistas como Scliar. Samuel Guimarães da Costa editou *A Ilustração*, dois anos depois. Em 1942, apareceu no cenário nacional a poetisa Helena Kolody, premiada no concurso realizado pela Sociedade de Homens de Letras, do Rio de Janeiro, ainda atuante nos anos 90, no cenário da poesia paranaense.

caracterizou-se por criticar o provincianismo de Curitiba e os que chamava de *modernistas de fachada*. Fundou em 1940 a revista *Tingüi* e alguns anos mais tarde editou a revista *O Joaquim* (1946-48),³⁸ com repercussões favoráveis em todo o país. *O Joaquim* esteve sob a direção de Erasmo Piloto³⁹ nos quatro primeiros números e depois foi totalmente assumida por Dalton, que já custeava a revista desde o início.

O movimento capitaneado por *O Joaquim* tentou romper com o provincianismo das expressões artístico-culturais, tornando-se espaço de manifestações críticas, tanto para a literatura quanto para as artes plásticas. Como não podia deixar de ser, esbarrou em velhos avatares, considerados *patrimônio do Estado*, encontrando dificuldades para superar o *academicismo e o passadismo* vigentes nos meios intelectuais paranaenses, ainda cimentados pelos ideais paranistas.

Os mais velhos eram chamados de paranistas porque eles se chamavam a si mesmos de paranistas por tomarem como temática o Paraná, o pinheiro e todas as paisagens locais e os pontos de história do Paraná. E como paranistas não admitiam nenhuma reserva em relação a esta temática. Ao passo que Joaquim era representada por uma geração de visão crítica do Paraná. (Entrevista com Wilson Martins Gazeta do Povo, Caderno G, 03 de junho de 1996, p.4).

Com artigos desafiadores e polêmicos, a revista abriu espaços para a participação de jovens intelectuais de diversos Estados e mesmo da Europa.⁴⁰ Nas artes plásticas, publicou textos e ilustrações que romperam a complacência que havia em torno da arte tradicional,⁴¹ tendo em Poty um fiel colaborador. O manifesto *Viario, hélas... e abaixo*

³⁸A revista recebeu colaboração de grandes poetas e literatos da época, entre eles Mário, Drumond e Oswald de Andrade, Garcia Lorca e mesmo traduções de Rilke e Elliot. Foi a primeira revista a traduzir Kafka para o português. Teve seu primeiro número lançado em abril de 1946, sendo publicados vinte e um números até dezembro de 1948.

³⁹Erasmo Piloto (1910-1992) nasceu em Rebouças, Paraná, foi crítico literário e ensaísta. Fundou e dirigiu o Instituto Pestalozzi e criou no interior do Estado os Cursos Normais Regionais. Foi Secretário de Estado da Educação e Cultura de 1942-49. Publicou uma série Estudos Paranaenses (1945) sobre Emiliano Pernetta, Dario Velozo, João Turin e De Bona. Foi ligado a revista *O Joaquim* nos quatro primeiros números, a partir da publicação da crítica de Dalton a Emiliano, afastou-se da revista por considerar o artigo irreverente.

⁴⁰Colaboraram com *O Joaquim* Poty Lazaroto, Renina Katz, Bonfanti, Portinari, dentre outros.

⁴¹Um exemplo foi o manifesto intitulado *Emiliano, poeta medíocre*, derrubando o mito de Emiliano Pernetta, considerado *príncipe dos poetas paranaense*, Danton Trevisan publicou o poema criticando a literatura que se afastou do homem comum. Em *Viario, hélas e abaixo Andersen*, defendeu a arte de Viario que retratou o homem comum; com o título de *Geração dos vinte anos na Ilha*, escreveu pequenos artigos, onde propôs a ruptura com a literatura dominante. Ver coleção da Revista *O Joaquim*, na Biblioteca Pública do Paraná.

Andersen! criticou duramente o velho mestre e pintor, exaltando o trabalho de Viaro. *Infelizmente, a sua arte não é um calmante de água com açúcar – é um sôco no peito! Não é tampouco uma saudosa lembrança de telas clássicas, Leonardo, mais Renoir e um pouco de Van Gogh; é aquilo que A. Guide queria que um livro fôsse: um saco cheio de sementes [...] (depoimento de Dalton Trevisan sobre Viaro. Documentação Paranaense 1, 1966).*

A corrente subjetiva-expressionista, desenvolvida por Viaro e seus discípulos, defendida pelo *O Joaquim*, contrapunha-se ao realismo objetivo da Escola de Alfredo Andersen, considerado o *pai da pintura paranaense*, que,

Através de lances arrebatadores, guindou o pinheiro e todos os miríficos temas do habitat araucariano a excelsos motivos de arte. Internacionalizou uma pintura regional, cuja consagração adveio da própria emoção suscitada em tôdas as nossas classes sociais. No justo título que lhe deu a inteligência de quantos puderam apreender o fenômeno, foi um genuíno Pai da Pintura Paranaense. É que, nas suas telas, a alma do Paraná se descobria retratada. (PILOTO, 1960, p.14).

Apesar de todo esse sopro de modernidade, considerando-se a situação do acesso à informação e a troca de experiências, a provinciana Curitiba do final da década de 40⁴² tinha muito a desejar quando comparada aos grandes centros urbanos do país.

Pode causar espanto, mas em 48, 49 não havia sequer em Curitiba reproduções de impressionistas,⁴³ quanto mais de cubistas, abstratos; movimentos estes em sua grande maioria já superados na Europa, mas cuja existência ignorávamos. Então, a nossa ascensão à técnica, ao conhecimento evolutivo das coisas foi lento. Quando ocasionalmente surgia uma reproduçãozinha, um livrinho, aquilo era disputado com sofreguidão. (Depoimento de Fernando Velloso. REFERÊNCIA EM PLANEJAMENTO. Arte no Paraná I, p.43).

Ainda quase ao final dos anos cinqüenta, as expressões artísticas de vanguarda continuavam a sofrer discriminação. Apesar de tentativas isoladas de superação dos padrões artísticos locais, as artes paranaenses resistiam à superação do academicismo, olhando com preocupação para a experimentação e o Modernismo, aqui incipiente mas já sedimentado nos principais centros do país. Obras como as de Viaro foram vitimadas pela

⁴²No início dos anos 40 foram publicadas diversas obras impregnadas por idéias paranistas, dentre elas pode-se citar: *Paiguerê* (1940), *Quantos somos e Quem somos* (1941) e *Guairacá* (1941), de Romário Martins; *Parada Morta*, do General Muricy e *A conquista de Guarapuava*, de Diogo Pinto, ambas de 1943.

⁴³O impressionismo foi criado na França, na segunda metade do século XIX. Rompeu com a reprodução naturalista levando a impressão ou a emoção do artista para a tela. A figura perdeu contornos e foi feita com rápidas pinceladas e pequenos borrões, a cor não mais precisou reproduzir a realidade, os temas mostraram paisagens luminosas. Nomes importantes como Renoir e Monet fazem parte deste movimento.

visão provinciana que ainda preponderava. Em meados dos anos sessenta, em uma mostra de pintura, nenhum de seus quadros conseguiu ser vendido. Pouco havia mudado desde 1929, quando Viaro se viu obrigado a expor arte figurativa, para provar que *sabia fazer trabalhos convencionais* (Gazeta do Povo, 07.09.97). Enquanto setores das artes e da literatura produzidas no Estado orientavam-se pela renovação, o discurso oficial continuava a fortalecer interpretações tradicionais.

3.2 ENSAIOS E DEFESAS

Em meio à conturbada movimentação política que antecedeu o Estado Novo e as transformações estruturais pelas quais passava o país, o governo estadual criou e instalou em outubro de 1935 o Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Cultural Paranaense - CSDPC, mediante a Lei nº 38/35, o primeiro da América Latina.

O cenário preservacionista ainda era dominado pelos mesmos atores que compartilharam da criação do Museu Paranaense, do Instituto Etnográfico, Histórico e Geográfico e do Centro de Estudos Bandeirantes. Baseado na defesa dos princípios católicos e no civismo e utilizando-se dos símbolos *Razão, Pátria, Progresso, Ciência*, o Conselho foi criado com o objetivo de *defender o patrimônio cultural*. A fragilidade desta tentativa de institucionalização das ações de preservação foi revelada no ano seguinte com a dispersão do Conselho.

Instalado em 1º de maio de 1936, o Conselho iniciou suas atividades em concomitância à movimentação em torno de Rodrigo de Melo Franco de Andrade para traçar estratégias que ampliassem o interesse pelo *patrimônio*.

Estando prevista a criação do SPHAN, órgão federal que definiria as ações preservacionistas no país, o propósito do Conselho era [...] *colaborar, como órgão consultivo do Governo, na defesa do patrimônio cultural do Paraná e no estímulo de toda atividade intelectual e artística do mesmo Estado, com o objetivo de elevar a sua cultura sob todos os pontos de vista* (Artigo 2 - Lei nº 38, de 31.10.35).

Extremamente legalista e atrelado ao executivo, o Conselho tinha seu presidente escolhido, por eleição direta, entre os seus dez membros.

- I - Um representante da Universidade do Paraná;
- II - Um representante do ensino superior estadual, escolhido pelos respectivos institutos, por eleição;
- III - Um representante do ensino secundário particular escolhido, também, pelos respectivos institutos e, igualmente, por eleição.
- IV - Um jornalista indicado pela Associação Paranaense de Imprensa, devendo a escolha ser feita em sessão de Assembléia;

Art. 5 - Será membro nato do Conselho o Diretor de Instrução Pública do Estado. (Estado do Paraná. Lei nº 7.505). O Governador de Estado era o presidente de honra. Ao Conselho já estava imposto, inclusive, o número mínimo de reuniões anuais.

A primeira reunião do Conselho Superior de Defesa ocorreu em maio, no mesmo dia de sua instalação, com a participação de Romário Martins, Caio Machado, Cyro Sans Duro, Manoel de Oliveira Franco, Pedro Ribeiro de Macedo e Júlio Estrela Moreira. Foram designados Romário Martins, como presidente, e Júlio Estrela Moreira, como secretário, para compor a Diretoria provisória, os quais, em reunião posterior; foram empossados como diretores definitivos. A primeira Ata transcreveu a legislação que criou o Conselho e o Decreto estadual n° 2.458, que nomeou os Conselheiros: Romário Martins, Francisco Ferreira Leite, Caio Machado, Cyro Sans Duro, Manoel de Oliveira Franco, Benedito Nicolau dos Santos, Pedro Ribeiro de Macedo, Osvaldo Piloto, Júlio Estrela Moreira e, como membro nato o Diretor Geral de Educação, na época Gaspar Duarte Veloso⁴⁴ (Livro de Atas 1, 03.05.1936).

A pretensão desses Conselheiros era de subordinar-se diretamente ao gabinete do governador, o que lhes proporcionaria autonomia político-administrativa para implementar um projeto patrimonialista e ainda, tal como a lei definia, responsabilizar-se pela criação, manutenção e regulamentação de diversos órgãos: *Casa de Alfredo Andersen*, Escola de Belas Artes; *Casa de Rocha Pombo*, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense; *Casa de Emiliano Pernet*, Centro ou Academia de Letras do Paraná; *Casa de Itiberê da Cunha*, Conservatório de música do Estado. Muitas delas criadas décadas mais tarde. Além disso tudo, ao Conselho cabia evitar a evasão de bens considerados *riqueza cultural e estética*, a promoção de publicação e reedição de obras poéticas, literárias, científicas e musicais, de autores paranaenses, *de reconhecido valor*. Dentre estas tarefas não havia, porém, nem mesmo a previsão de tombamento, como recurso preservacionista, mesmo porque este ato não encontraria suporte na legislação federal.

Em seu curto período de existência, o Conselho navegou conforme propostas pontuais de seus membros. Atuando de maio de 1936 a novembro de 1937, promoveu

⁴⁴O Livro encontra-se nos arquivos da Coordenadoria do Patrimônio, na Secretaria da Cultura. Após setembro de 1936, com o falecimento de Cyro Sans Duro, Mário Braga de Abreu substituiu-o na função de Conselheiro.

quinze reuniões. Nas primeiras reuniões foi proposto um ambicioso plano de trabalho envolvendo diversas iniciativas. À medida que se tentava avançar com os trabalhos sem lograr êxito, as pretensões foram ficando mais modestas. Percebe-se nas Atas a necessidade de serem estabelecidos [...] *entendimentos com o Governador do Estado afim de serem resolvidos certos assuntos que, certamente, teem impedido a ação do Conselho* (Livro de Atas 1, reunião de 22.11.1936). A busca de *entendimento*, deixa supor *desentendimentos*, apenas sugeridos nas Atas.

Romário Martins não permaneceu por muito tempo na direção do Conselho. Na sexta reunião, ocorrida em 21 de março de 1937, em carta sucinta, datada de 14 de dezembro de 1936, endereçada ao mais velho conselheiro, Benedicto Nicolau dos Santos, Romário renunciou ao cargo de presidente.⁴⁵ Nada assinala nas Atas os motivos que o levaram a demitir-se, consta apenas a informação que assumiu a presidência o professor Júlio Moreira, em convocação extraordinária (21.03.1937), distribuindo cópias do projeto do Regimento Interno para ser discutido em reunião próxima. Em sua primeira reunião, além da discussão do Regimento e da cessão fúnebre do aniversário da morte do conselheiro Cyro Sans Duro, foi proposta a organização de *conferências sobre vultos eminentes paranaenses, já desaparecidos, prestando-lhes, assim, homenagens devidas*, convidando [...] *intelectuais e artistas a realizarem conferências sobre suas especialidades, no vasto campo do saber humano, em sessões públicas, ou pelo rádio, conforme a preferência do conferencista* (Livro de Atas 1, reunião de 30.05.37). Os temas, a forma de apresentá-los e os objetivos deixam transparecer a proximidade de pensamentos com o grupo de Roberto Barroso e suas orientações no Museu Nacional.

O Conselho, mesmo após a criação do SPHAN em 1936, que viria apoiá-lo nas ações de patrimônio, nada conseguiu implementar. Comparando as atividades desenvolvidas no Paraná com as praticadas em São Paulo, onde Mário de Andrade

⁴⁵Carta de Romário Martins, datada de 14 de dezembro de 1936, encaminhada a Benedicto Nicolau dos Santos, o mais velho dos Conselheiros, sob a guarda da Coordenadoria do Patrimônio da Secretaria de Cultura do Paraná.

ainda respondia pela direção do Departamento de Cultura do Município e no Rio de Janeiro, onde a equipe de Rodrigo de Melo Franco organizava-se para implantar o serviço do patrimônio, os Conselheiros consideraram que [...] *se não nos era dado atingir tão completo aparelhamento e elevado desenvolvimento, notadamente como em São Paulo, contudo muito se poderia, entre nós, realizar* (Livro de Ata 1, reunião de 09.08.1937).

Reanimados por proposta pela perspectiva de que seus projetos seriam reencaminhados à Assembléia Legislativa do Estado, alguns conselheiros responsabilizaram-se por organizar projeto de fundação de [...] *uma escola de aperfeiçoamento de pintura e escultura, a criação dum salão permanente de artes plásticas e exposições anuais com premios para os melhores trabalhos apresentados. O professor Benedito Nicolau dos Santos, propõe, nos mesmos moldes, a criação dum instituto de música* (Livro de Ata 1, reunião de 09.08.1937).

Com a deflagração do autogolpe de Getúlio Vargas, em 10.11.1937, instalando o Estado Novo, a centralização autoritária marcou todo o período. Restringiu tentativas de ampliação das discussões em torno das ações de patrimônio nos Estados. Isto foi o “golpe de misericórdia” para o Conselho Superior de Defesa, que se extinguiu nesse mesmo novembro.

Se não foi considerado pelo SPHAN como interlocutor válido para as ações de preservação no Paraná, não deixou porém de acatar contribuições conceituais do órgão federal. Por exemplo, a visão etnográfica marioandradina influenciou as atividades desenvolvidas pelo Museu Paranaense quando José Loureiro Fernandes assumiu a Direção, após o restabelecimento do cargo.⁴⁶ O professor Loureiro Fernandes possuía vínculos com Rodrigo de Melo Franco de Andrade, e estreitas ligações com institutos históricos, universidades e a política partidária. Como Romário Martins,

⁴⁶Maria Regina Mendonça, museóloga e professora do Departamento de Antropologia - DEAN, da Universidade Federal do Paraná, realiza pesquisa junto à documentação do DEAN e ao Círculo de Estudos Bandeirantes, onde se encontram arquivada correspondências entre Rodrigo de Melo Franco de Andrade e José Loureiro Fernandes.

Loureiro fazia parte de um grupo de intelectuais e profissionais liberais que podem ser identificados como *intelectuais de província*,⁴⁷ preocupados em construir a história do Estado e as bases de seu patrimônio. Era membro ativo do movimento *folclorista*, do qual participavam advogados, médicos, professores, políticos e jornalistas impregnados por um *sentimento de missão*. Apoiavam-se numa liga de solidariedade e confraternização dedicando-se à pesquisa de maneira irregular.

Desde o Museu Paranaense, professor José Loureiro e parte da *intelligentsia* local buscaram construir uma imagem da nação,⁴⁸ com vistas a [...] *realizar a obra de defesa do nosso patrimônio histórico e artístico e científico que o Museu representava* (LOUREIRO FERNANDES. Edição Comemorativa do 80 aniversário..., 1956, p.12).

Ao analisar a situação do órgão Loureiro Fernandes afirmou criticamente que,

Numa visão retrospectiva podemos sentir, perfeitamente que, nessa primeira fase, a mór parte da evolução do Museu processou-se sob a égide das iniciativas pessoais de dois ilustres paranaenses, sem que vislumbrar se possa qualquer tendência para trabalhos em equipe. Quando muito houve um certo espírito de compreensão das diretorias em aceitar a colaboração espontânea e transitória de especialistas pertencentes a instituições congêneres nacionais e estrangeiras (LOUREIRO FERNANDES, Edição Comemorativa dos 80 anos... p.10, 1956.)

Outra iniciativa do SPHAN no Estado se deu antes mesmo da aprovação do Decreto-lei n° 25, quando Rodrigo solicitou aos diretores dos museus David Carneiro e Paranaense, que efetuassem levantamento e catalogação de passíveis de ser considerados patrimoniais.⁴⁹

Uma das solicitação chegou ao Paraná em abril de 1937, através de ofício do SPHAN dirigido a David Carneiro: *Desde já peço-lhe permissão para consulta-lo*

⁴⁷Esse termo recebe, algumas vezes, conotação pejorativa, derivada de que, quando se fala em *província*, geralmente, se está contrapondo à idéia de um padrão regional em que a capital se apresenta como centro dinâmico em relação às outras regiões.

⁴⁸Nesta época o Museu Paranaense esteve subordinado à Prefeitura de Curitiba, *aguardando a organização do seu Departamento de Cultura o qual só ocorreu a 14 de outubro de 1937, quando foi sancionada a lei municipal número 65 que o criou* (Loureiro Fernandes, 1956, p.5). Em 1938, o Museu ficou, novamente, subordinado administrativamente ao Estado do Paraná, sob a jurisdição da Secretaria do Interior e Justiça.

⁴⁹O único documento encontrado é o ofício encaminhado por Rodrigo de Melo Franco a David Carneiro e sua resposta. O outro ofício não foi localizado. As hipóteses são inúmeras e não cabe aqui elencá-las.

sobre a possibilidade de tomar a si o encargo de relacionar as obras de architectura civil, religiosa e militar existentes no Paraná e que possam ser consideradas de excepcional valor artístico ou histórico (Carta de Rodrigo de Melo Franco, 05.04.1937, a David Carneiro).⁵⁰

David Carneiro,⁵¹ então delegado representante da sétima Região do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,⁵² respondeu, rapidamente, à solicitação de Rodrigo, alencando os bens representativos do Paraná, que, sob sua ótica, poderiam vir a ser tombados pelo patrimônio nacional.

Com infinito prazer tomaria a mim organizar a lista e a justificação de proposta das obras notáveis de arquitetura civil, religiosa e militar de meu Estado, mas como elas são pouquíssimas, da-las-hei aqui, desde logo:

- 1- Litoral a)- Fortaleza de Paranaguá. Construída no reinado de D. Pedro I, com material da Cotinga. Histórica pelo caso do cruzador Cormorant - 29. VI. 1850.
- b) Convento dos Jesuítas . Tem aspectos arquitetônicos curiozos, e possui a boca de um subterrâneo entupido por ordem superior pelos soldados do 2º Batalhão de engenharia. Esse tunel, sabe-se por tradição, que passava por baixo da cidade ligando o convento ao 'porto dos padres'.
- 2- 1 Planalto de Curitiba: Cidade da Lapa. (Histórica desde 1894).⁵³
 - a) Igreja - construída em 1784.
 - b) Casa em que morreram o Cel Dulcídio Pereira, Joaquim Lacerda, e onde se firmou o documento de capitulação da praça a 11 . II. 1894.
 - c) Casa em que morreu o General Antonio Ernesto Gomes Carneiro.
(Assim como Ouro Preto foi declarado monumento nacional, parece-me que a Lapa, que barrou o avanço federalista por 26 dias, salvando a República, devia também ser contemplada com glória semelhante.)
- 3- (2 Planalto da Serrinha) - Fazenda da Fortaleza, perto de Tibagi.
- 4- Planalto de Guarapuava - Nenhum monumento subziste. (Carta de David Carneiro encaminhada em resposta a Rodrigo de Melo Franco, em 8.4.1937).⁵⁴

⁵⁰O original encontra-se em arquivo do IPHAN, no Rio de Janeiro. Cópia da carta foi, gentilmente, cedida pelo arquiteto José La Pastina Filho, representante do órgão no Paraná.

⁵¹David Carneiro (1904-1990), intelectual atuante no Estado e descendente de tradicional família lapiana, teve participação importante nas discussões relacionadas ao patrimônio.

⁵²David Carneiro representava no Ministério o Brasil Meridional (Livro de Ata 1, p.17, verso), cargo que ocupou de 1934 a 1943,

⁵³David Carneiro refere-se a resistência oferecida pela cidade da Lapa às tropas de Gumerindo e Aparício Saraiva, Laurentino Pinto, Jaques Ouriques, Torquato Severo e Juca Tigre, que cercaram a cidade. A resistência foi chefiada pelo Coronel Gomes Carneiro, entre 17 de janeiro a 10 de fevereiro de 1894, barrando a subida dos maragatos, que se opunham a Floriano Peixoto e seu projeto de República. A resistência da cidade permitiu que tropas leais a Floriano se organizassem para vencer os revoltosos. Nesse sentido, Carneiro considera que a cidade, *importante cenário à consolidação da República, deveria ser reconhecida como monumento nacional*.

⁵⁴O original encontra-se em arquivo do IPHAN, no Rio de Janeiro. Cópia da carta foi-me gentilmente cedida por José La Pastina Filho, representante do IPHAN, no Paraná.

Esses bens, com exceção da Fazenda Fortaleza, foram tombados logo após a promulgação do Decreto-lei nº 25. Todas essas edificações coloniais remetem à história do que se convencionou chamar de *Paraná português*. Relembram um passado fundado na colonização portuguesa e na defesa e povoamento do território, enfatizando a importância da religião católica. Tanto na preservação da casa da família pioneira, do herói da resistência e da Fortaleza, protetora da baía de Paranaguá; quanto na preservação da memória dos ensinamentos, na crença e na ordem: caso dos missionários e da evangelização, representados pelo Colégio dos Jesuítas e pela Igreja de Santo Antônio, transparece a opção pela história de heróis fundadores.

Aparentemente, a lista encaminhada satisfaz as orientações do SPHAN. No entanto, Rodrigo preteriu David Carneiro quando nomeou Luís Saia, de São Paulo, para representar a 4ª Região do órgão federal, que era formada pelos estados do Sul. Tendo manifestado explicitamente seu interesse pelo cargo, Carneiro tomou a atitude de Rodrigo como ofensa pessoal.

O Paraná e, particularmente sua capital, passavam por períodos conturbados. Em 1942, havia ocorrido manifestação de milhares de pessoas, reunidas no centro de Curitiba, demonstrando posição contrária ao Nazismo. A partir desta manifestação [...] *saíram pelas ruas invadindo e depredando estabelecimentos comerciais, bancos, indústrias e clubes pertencentes a imigrantes alemães, italianos e japoneses. [...] Vizinhos de diferentes etnias, que antes travavam relações cordiais, agora mal se cumprimentavam [...]* (BOSCHILIA, 1995, p.6-7).

O fato de a população curitibana ser composta por diferentes grupos étnicos envolvidos em ambos os lados do conflito, na Segunda Guerra, fez com que eclodissem atritos, também resultado das desiguais relações sociais, culturais e econômicas, dissimuladas no seio da pacata cidade provinciana. Falar em qualquer língua estrangeira expunha o cidadão a ter de explicar-se ao Exército, já que a maioria da população nativa não conseguia distinguir o alemão do polonês, *amiúde confundido[s] com alemães*, [os poloneses] *muitas vezes só conseguiam explicar sua identidade quando já estavam depondo*

no Quartel General, instalado no Solar do Barão, e isso com a ajuda de algum conhecido (BOSCHILIA, 1995, p.10).

Essa xenofobia encontrou respaldo no governo federal, que passou a exigir estreita fiscalização de estabelecimentos comerciais e industriais de propriedade dos *estrangeiros*. Sociedades e instituições culturais e beneficentes sofreram intervenções, ficando sob a guarda e ocupação do Exército. Os *estrangeiros* tiveram que fazer registro especial de seus veículos, foram proibidos de ouvir rádio e só podiam ausentar-se das cidades onde moravam com salvo-conduto, alegando a possibilidade de resistência nazi-facista. Muitos foram presos, os considerados mais perigosos foram enviados para o presídio de Ilha Grande, onde permaneceram até o final da Guerra (BOSCHILIA, 1995, p.9).

As comemorações dos 250 anos de fundação da cidade de Curitiba, em 1943, foram organizadas por entidades culturais e pelo poder público, rememorando a história do povoamento do Estado e homenageando seus heróis fundadores. Se no início do século os imigrantes apareceram como impulsionadores do sonhado desenvolvimento, nesse momento, definidos como *estrangeiros*, foram considerados perigosos.⁵⁵

Nesse ambiente, desenvolveram-se no Estado ações de preservação capitaneadas pelo governo federal, gerenciando os monumentos patrimoniais tombados. Destas ações, para as quais o apoio do Estado acabou parecendo essencial, a primeira obra realizada pelo Patrimônio Nacional em parceria com o governo estadual e municipal foi a recuperação da Igreja Matriz de Santo Antônio da Lapa, em 1944. A restauração exterior da antiga *Matriz da legendária cidade* foi priorizada devido à aproximação das comemorações do cinquentenário do *Cerco da Lapa*.

O SPHAN promoveu, ainda entre os anos de 1940 e 1941, o tombamento de mais quatro bens: dois imóveis e duas coleções. No município da Lapa foi tombada a Casa de Câmara e Cadeia, em 1940, que a partir de 1944 passou a sediar o Museu da

⁵⁵Neste contexto, foi reforçado o discurso de Romário Martins que considerava os imigrantes pregadores de ideologias sedutoras que esconderiam *designios de mando absoluto e de escravidão* (Costa, Revista Paranaense de Letras, 1996, p.65).

Revolução Federalista – alguns anos mais tarde fechado por falta de recursos, sendo o acervo incorporado à coleção David Carneiro. Em 1941, a cidade de Guaratuba teve tombada sua Igreja Matriz de São Luiz ou Nossa Senhora do Bom Sucesso; e Curitiba, as Coleções do Museu Paranaense e a do Museu Coronel David Carneiro,⁵⁶ ambas denominadas *Coleção Etnográfica, Arqueológica, Histórica e Artística*.

No Museu Paranaense, o professor Loureiro Fernandes procurava estimular e organizar pesquisas etnográficas e arqueológicas, reinstalando os serviços de taxidermia com a colaboração de jovens pesquisadores, e começava a formar biblioteca técnica com o auxílio de trabalhos voluntários.

Em sua visão, os governantes continuaram a ignorar o trabalho do órgão. Até 1948, este pequeno grupo de homens de ciência que constituía o Conselho do Museu Paranaense, *conseguiu, transformar, conjugando as cátedras especializadas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em dez anos, em eficiente instituição científica, ‘um museu velho e sem viço, simples arquivo de objetos diversos que não eram o resultado de pesquisa científica nem a provocavam’* (LOUREIRO FERNANDES, Edição Comemorativa dos 80 anos...1956, p.16).

Embora não se possa negar o sucesso desses intelectuais no fortalecimento das atividades acadêmicas e de pesquisa, o grupo não conseguiu aglutinar-se em torno de ações preservacionistas.

⁵⁶A Coleção foi dispersada após a morte de seu fundador em 1990. Em 1997 a Regional Paranaense do IPHAN adquiriu 184 volumes da Biblioteca do historiador, o que permitiu preservar parte importante do acervo de obras raras sobre a história do Paraná. Neste mesmo ano foi embargado judicialmente o leilão das peças integrantes da Coleção de David Carneiro, na cidade de São Paulo, por caracterizar desmembramento de coleção tombada.

3.3 OS BENS NOS DISCURSOS E NA LEI

Como o fim do Estado Novo, as eleições diretas para presidente e governadores e a aprovação da nova Constituição Federal de 1946,⁵⁷ o Brasil começou a vivenciar um período de relativa democracia. No Paraná, o governo estadual encaminhou a nova Carta Constitucional para aprovação da Assembléia em julho de 1947.⁵⁸ Neste contexto, foi modificada a estrutura do Estado com vistas a *modernizar* a administração pública.

Na Secretaria de Educação e Cultura, dirigida por Loureiro Fernandes,⁵⁹ foi criada a Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná - DPHAC, pela Lei n° 112, de outubro de 1948, com prerrogativas de Secretaria de Estado, promovendo [...] *a defesa e restauração dos monumentos e objetos artísticos e históricos regionais e a conservação das paisagens e formações naturais características do Estado*. (D. O. n° 194, de 19.10.1948).

A Divisão, pioneira no país, surgira também com o objetivo de cooperar com os trabalhos desenvolvidos pela então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - DPHAN. Até mesmo para adequar-se à legislação, recriou um Conselho assessor na área de patrimônio. Este fórum fortaleceria as decisões colegiadas e as discussões democráticas, difundindo responsabilidades. Criado o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná (11.08.49), foi composto por representantes de órgãos e instituições ligadas à cultura no Estado. [...] *pelo Diretor do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura; do Diretor da Secção*

⁵⁷Bento Munhoz da Rocha Neto foi eleito, pelo Paraná, para o Congresso Constituinte que elaborou a Constituição de 1946. Bento liderou a luta pela reintegração da região do Território Federal do Iguaçu ao Paraná, do qual foi um crítico contumaz.

⁵⁸Moysés Lupion venceu as eleições e assumiu o governo do Paraná em 12.03.47. Nessas eleições Lupion recebeu 59% dos votos derrotando Bento Munhoz da Rocha Neto que ficou com 29% da votação total. O general Eurico Gaspar Dutra, candidato do Partido Social Democrata, apoiado por Getúlio Vargas, venceu as eleições gerais para Presidente. O próprio Getúlio foi eleito senador pelo Rio Grande do Sul e São Paulo e deputado federal pelo Distrito Federal (R.J.), Minas Gerais, Bahia e Paraná.

⁵⁹Loureiro Fernandes foi eleito Vereador pela cidade de Curitiba para exercer o mandato entre 1948 e 1951. Nesse período foi designado pelo governador Moysés Lupion para responder pela Secretaria de Educação e Cultura.

de História do Museu Paranaense; de um representante do Comandante da Região Militar; de um representante do Arcebispo; de um professor de História da Arte; e de um jurista de reconhecida cultura artística (Lei n° 112, de 15.10.1949, parágrafo único). Estava referendada a tríade que regeria as ações patrimonialistas: Estado, Igreja e Militares, assessorada por representantes da *intelligentsia* paranaense.

O Conselho começou a funcionar a partir da data de sua instalação e, segundo a primeira Ata, as instituições nomeadas no parágrafo único da Lei foram representadas pelos seguintes personagens: Dr. Júlio Estrela Moreira, Diretor da Secção de História do Museu Paranaense; Dr. José Loureiro Fernandes, representante do IHGEP; Tenente Coronel Albino Silva, representante do Gal. Comandante da 5ª Região Militar; Padre Vicente Vítola,⁶⁰ representante do Sr. Arcebispo Metropolitano de Curitiba; professor Fernando Corrêa Azevedo, Diretor do Departamento de Cultura; Dr. David Carneiro, professor de História da Arte e Dr. Oscar Martins Gomes, advogado. Com esses nomes se definiu e se (re)criou o patrimônio paranaense.

No ano de sua instalação, o Conselho promoveu duas reuniões. Nelas foram discutidas a criação de um Museu em Paranaguá, no antigo Colégio dos Jesuítas, a conclusão das obras de recuperação da Cadeia Velha de Guaratuba, posteriormente demolida, e a conservação da Igreja de Santo Antônio, na Lapa, bens tombados pelo patrimônio nacional em 1938. Entretanto, a polêmica recaiu sobre a *conservação das paisagens e formações naturais características do Estado* – a preservação dos sambaquis do litoral já ameaçados de demolição –, para o que considerava-se essencial a presença no Conselho de representantes do Departamento de Terras e Colonização. A exploração dos sambaquis era feita sem nenhum cuidado, tanto por empresas privadas quanto por órgãos do Governo. A Secretaria de Viação e Obras Públicas utilizava material proveniente desses sítios no revestimento de estradas de rodagem, no litoral. Dado o excesso de tais explorações, os Conselheiros propuseram que a fiscalização dos sambaquis ficasse à cargo da Chefatura de Polícia (Livros de Ata 1, p.23). Também foi sugerida a organização de

⁶⁰O padre Vicente Vítola continuou fez parte do Conselho até os anos oitenta, quando veio a falecer; outros integrantes também participaram por décadas do Conselho, como o tenente coronel Albino Silva.

campanhas para sensibilizar a população sobre a importância histórica e cultural dos estudos desses sítios arqueológicos. No entanto, [...] *No ano de 1950 e no primeiro semestre do corrente, tornou-se bem patente a inutilidade de um conselho consultivo de defesa do patrimônio histórico, artístico e natural. Particularmente no que diz respeito às previstas reservas naturais, cometeu-se, tendo em mira puros interesses econômicos, danos irre recuperáveis, antes do Conselho ter conhecido ou poder tomar qualquer medida protetora* (Ata de Ata 1, p.19).

Ao defrontar-se com interesses de relevância econômica, como a exploração indiscriminada dos sambaquis, o *Conselho* canalizou para si uma série de descontentamentos, mesmo em instâncias do próprio governo. A preservação desse sítios tornou-se difícil porque envolvia políticos e órgãos públicos. O desassossego à efetividade das decisões tomadas e a pouca ou nenhuma autoridade do Conselho tiveram como conseqüência a renúncia de seu primeiro presidente, Dr. Fernando Corrêa de Azevedo. Para tal decisão contribuiu igualmente o fato de o Secretário da Educação ter autorizado reforma em edificação tombada pelo patrimônio federal à revelia do *Conselho*. Traduzia-se, assim, uma crise de autoridade expressa no descompasso entre as decisões do Conselho e a possibilidade de colocá-las em prática. Esta crise é subliminarmente percebida nas Atas; nelas ficam patentes as dúvidas quanto ao Governador estar a par do que consideraram *um desprestígio do Conselho*; [...] *é necessário que se defina junto ao Governador a situação do Conselho pois, não posso acreditar que seja um inimigo da cultura* (professor David Carneiro, Livro de Ata 1, p.5).

O desânimo dos conselheiros quanto à *diminuição (de seu) espaço político de atuação* foi combatida com a tentativa de recuperar a antiga sigla que enfatizava a ação de *Defesa do Conselho Superior do Patrimônio*, e voltar a vinculá-lo, diretamente, ao gabinete do Governador, o que, em tese, lhe traria força política. Apesar das diversas tratativas, o *Conselho* não conseguiu efetivar nenhuma dessas aspirações.

Os trabalhos continuaram propondo estudos sobre a viabilidade do tombamento da *Capela de Tamanduá*, construída por padres carmelitas, em 1709, considerada *reliquia de valor histórico*, bem como a guarda e microfilmagem de

documentos. Tudo ficou apenas na *boa intenção*, não foram alocados recursos necessários à implementação das propostas.

Nesse meio tempo, o professor Loureiro Fernandes continuou lutando pela instalação de museu no prédio do antigo Colégio dos Jesuítas em Paranaguá, agora apoiado pelo SPHAN e pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná. Demonstrando avanços em suas concepções, Loureiro também argumentava da necessidade de se incluir o termo *natural* à sigla do Conselho, porque [...] *o domínio da natureza é extremamente vasto, é um patrimônio em relação ao qual a cultura se manifesta interpretando seus princípios facies peculiares, preservando-se de mutação ou da própria destruição em função de meros interesses econômicos* (Livro de Ata 1, p.16).

Prosseguiram os levantamentos e inventários dos *bens patrimoniais do Estado*, conforme as orientações do órgão federal, dando seqüência ao trabalho iniciado por David Carneiro em 1938. Foram efetuados

[...] levantamentos fotográficos dos monumentos de arquitetura civil, religiosa, mobiliário, vestuário, pratarias, painéis e coleção de interesse histórica ou artístico. (Livro de ata 1, 1951).

[...] Foram inventariados para fins de tombamento em Guaratuba, mais de cinquenta prédios particulares, com o objetivo de conservar, sobretudo na praça da Matriz, o aspecto característico da época em que foi a mesma construída. Cumpre notar que o conjunto colonial de Guaratuba é um dos maiores existentes no Paraná. (Livro de Ata 1, p.19, 1951).

Esse inventário e o alerta do Conselho foram insuficientes para impedir a demolição da maioria das edificações coloniais de Guaratuba, que não resistiram à especulação imobiliária. A situação de descaso e desinteresse reforçou o propósito do Conselho em defender lei estadual específica que estabelecesse regras para a preservação e o tombamento. Dessa forma, estaria garantida a agilidade dos processos, que não mais teriam a necessidade de aguardar decisões da lei federal.

Neste particular, a construção do discurso do Conselho era similar à do Serviço do Patrimônio Federal evidenciando o *desaparecimento do patrimônio*. Mesmo priorizando a preservação de edificações arquitetônicas *em vias de desaparecimento*, não se conseguiu manter a arquitetura colonial no Paraná. *Apesar do apelo do Museu Paranaense não foi possível salvar da destruição a casa dos capitães*

Mores de Paranaguá, nem a Colonial Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Curitiba (Livro de Ata 1, p.18).

Não se pode perder de vista acontecimentos externos ao Estado, que estancaram ações preservacionistas: o impacto da Segunda Guerra, a candidatura de Getúlio à Presidência. Com a vitória de Getúlio, sua política nacional desenvolvimentista priorizou a criação de empresas nacionais fortes como a Petrobrás, o fortalecimento do ensino e da pesquisa com a Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior - CAPES, e o reconhecimento das causas indígenas via proposta de criação do Parque Nacional do Xingu.

No Paraná, o novo governo (Bento Munhoz da Rocha⁶¹ - 1951-1955) pretendeu consolidar a unidade política do Estado, retirando-o de seu *confinamento provinciano*. Lançou um programa sintetizado no *slogan O Brasil marcou encontro no Paraná*. Professor de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná, federalizada em 1950,⁶² Bento era entusiasta dos trabalhos de Gilberto Freire, atraído que fora pelos seus estudos sociológicos. Governou com o apoio de um grupo de intelectuais,⁶³ retomando em certa medida o discurso *paranista* revestido por outra terminologia: *paranidade*. Em certa medida, este discurso foi recriado com base na concepção determinista e evolutiva da idéia de nação, aliada à visão católica e patriótica que norteava os institutos históricos e as discussões

⁶¹Bento Munhoz da Rocha Neto (1905-1973), filho de Caetano Munhoz da Rocha que fora Presidente do Estado entre 1920 e 1928, sucedeu Moysés Lupion governando o Estado do Paraná entre 31.01.1951 a 03.04 de 1955. Após este período o Estado foi governado por Antônio Anibelli, de 03.04.1955 a 01.05.1955; Adolpho de Oliveira Franco de 1.05.1955 a 31.01.1956. Foi nomeado Ministro da Agricultura no Governo de Café Filho, entre 1954-55. Bento disputou novamente a eleição para governador perdendo a disputa para Lupion. Pelos investimentos feitos em Curitiba na época em que foi governador, Bento foi alcunhado de *Governador Prefeito*.

⁶²No início dos anos cinqüenta, forças políticas, intelectuais e profissionais liberais organizaram movimento pela federalização da Universidade do Paraná, criada em 1912 no âmago das transformações da estrutura econômica e social do Estado. A Universidade foi finalmente federalizada em dezembro de 1950.

⁶³O grupo de intelectuais que prestava assessoria ao governador era composto por: Milton Carneiro e Joaquim de Mattos Barreto, professores de medicina da UFPR; Fausto Castilho e Brasil Pinheiro Machado, professores de Filosofia; Wilson Martins, crítico literário; Temístocles Linhares, professor de Literatura na Faculdade de Filosofia. (Kunhavalik, 1995).

capitaneadas pelo Círculo de Estudos Bandeirantes, das quais o governador participava. Propunha-se aglutinar a multiplicidade dos grupos étnicos que povoavam o Estado. Sob a égide da história da ocupação pioneira – da economia extrativista e da invernagem –, foram enfatizados os estudos regionais, visando fortalecer e reequilibrar o *capital cultural* da elite.⁶⁴ O grupo também foi responsável pelo encaminhamento e institucionalização de propostas para a educação, a cultura e as artes, que influenciaram, decisivamente, a política preservacionista.

Essa conjuntura tornaria possível a edição da lei estadual sobre patrimônio histórico, artístico e natural. Finalmente, o Conselho Consultivo do Patrimônio Estadual encaminhou Projeto de Lei para aprovação da Assembléia Legislativa, contando com o apoio do serviço do patrimônio federal (reunião de 25.09.51). A par da legislação, os conselheiros elaboraram exposição de motivos encaminhada ao governador, na qual foram solicitadas *mais amplas possibilidades de ação* ao Conselho (Livro de Ata 1, 29.03.51).

Entretanto, esse projeto de Lei permaneceu em trâmites por mais de dois anos. O momento oportuno para sua aprovação surgiria com as comemorações do Centenário da Emancipação Política.

As comemorações do Centenário de Emancipação Política, em 1953, formaram o cenário apropriado para que as novas versões do Paraná e do homem paranaense fossem veiculadas. Organizada por uma comissão nomeada pelo governador, dois anos antes do evento, as comemorações fortaleceram Curitiba como centro político do Estado.⁶⁵ As festividades aconteceram no centro da cidade com espetáculos públicos, de fundo político, em que foi reinventada e recontada a história da formação do Estado, procurando reafirmar o triunfo de uma determinada visão de mundo.

Ao definir alguns espaços e ocupá-los com edificações, o governo estadual materializou sua aspiração de tornar visível a unidade político-cultural paranaense. A

⁶⁴Está sendo utilizado aqui o conceito de capital cultural emprestado de P. Bourdieu.

⁶⁵O presidente da Comissão foi o professor José Loureiro Fernandes.

construção do Centro Cívico catalisou a expressão máxima dessa unidade, organizando as atividades administrativas e reforçando o poder do Estado recriado simbolicamente nas edificações construídas.⁶⁶

Para marcar espaços, principalmente em Curitiba, o governo estadual, demonstrando aguçada sensibilidade política, tentou capturar alguns símbolos paranistas. Ainda que dispersas, as imagens paranistas já estavam delineadas em trabalhos de artistas paranaenses que tentaram construir uma imagem particular do Estado, não sem prescindir da teoria e técnica européias.

Uma das obras encomendadas foi instalada na Praça 19 de Dezembro, no centro de Curitiba, de responsabilidade dos artistas Erbo Stenzel e Poty Lazaroto em conjunto com Humberto Cozzo, escultor carioca. Poty foi o responsável pelo mural de azulejos executado em granito e esculpido em baixo-relevo, representando o processo de ocupação do território paranaense. O mural retrata os momentos paradigmáticos da história do Estado: a procura pelo ouro no litoral, a ocupação do primeiro planalto, a economia ervateira, o processo imigratório, a emancipação da Província, a riqueza gerada pela economia cafeeira. Os outros dois elementos que compõem o conjunto são as obras de Stenzel e Cozzo: um obelisco revestido em pedra e um nu masculino, em granito, de oito metros de altura. A estátua representa o paranaense olhando em direção à região oeste, que o Estado começava a colonizar⁶⁷. A obra pretendeu exprimir *o homem paranaense* aliando-o à imagem de um passado de grandeza e laboriosidade. Ao lado do nu masculino foi colocado um nu feminino, produzido na mesma época e pelos mesmos artistas. Este monumento simbolizando a Justiça deveria ter sido instalado em frente ao Tribunal do Júri, mas devido a polêmica causada pela nudez da figura ficou por anos depositado no pátio do Palácio do Governo. Ao formar um par com o Homem Nu interferiu no valor alegórico original de ambos os monumentos. A obra escultória *O Semeador*, de Zaco Paraná, construída em

⁶⁶O conjunto compreende o Palácio do Governo, Residência do Governador, Palácio da Justiça, Tribunal de Júri, Tribunal Eleitoral, Edifício das Secretarias; Secretaria, Plenária e Comissões da Assembléia.

⁶⁷Conta-se em Curitiba que a grande estátua do homem nu, com os punhos cerrados, simboliza o paranaense jogando palitos, esperando a próxima “mão”.

1922-24 foi colocada na praça Eufrásio Corrêa,⁶⁸ porta de entrada dos imigrantes no século XIX. Mas, nas comemorações do centenário, os imigrantes não apareceram como participantes ativos e sim como coadjuvantes. Continuavam *estrangeiros*.

A tentativa de *inventar tradições* remontavam às *origens do homem paranaense*. O Museu Paranaense, com tradição na área, desenvolveu pesquisas, documentação fotográfica, produção de filmes, textos e livros. Loureiro Fernandes, acompanhado por Wladimir Kozak (1897-1979), fotógrafo, cinegrafista e artista plástico, empreendeu pesquisa junto aos remanescentes do grupo indígena Xetá, na Serra dos Dourados próxima à cidade de Maringá, norte do Estado.⁶⁹ Num curto período de tempo, a equipe produziu um filme sobre esse grupo indígena, várias fotos, entrevistas e quadros pintados por Kozak. Além desta empreitada, investigaram expressões de música, dança e festas populares em cidades do interior, gravando em película cinematográfica a Cavallhada de Palmas e Guarapuava e a Congada da Lapa.⁷⁰

Como Loureiro Fernandes era professor da Universidade e, ao mesmo tempo, diretor do Museu Paranaense, os trabalhos das duas instituições foram desenvolvidos em parceria.⁷¹ A Universidade Federal e o Museu Paranaense contaram, mais tarde, com a colaboração de pesquisadores do Museu do Homem de Paris em pesquisas que

⁶⁸Em 1990, *O Semeador* passou a compor o brasão do Estado no lugar da imagem de *O Ceifador*, de Alfredo Andersen.

⁶⁹Os Xetás pertenciam ao grupo étnico da família Tupi-Guarani, tendo entrado em contato com o “mundo dos brancos” na década de cinquenta. As primeiras notícias de sua presença datam do final da década de quarenta quando intensificaram-se as frentes de colonização na região denominada Norte Novo. Enquanto sociedade, os Xetás foram totalmente dizimados. Atualmente somam um grupo de oito pessoas, três do sexo feminino e cinco do masculino. Afastados uns dos outros, os remanescentes vivem em diferentes município do Paraná, alguns em área Kaingang, outros em zonas urbanas. Somado aos seus descendentes, entre adultos e crianças, chegam a quarenta pessoas. Silva, 1997 (Mimeo)

⁷⁰Ver, Loureiro Fernandes. J. Congadas Paranaenses, Cadernos de Folclore número 19. Rio de Janeiro: MEC- FUNARTE Campanha de Defesa do Folclore. 1977. Informações sobre Wladimir Kozák, verificar: Trevisan, Edilberto Wladimir Kozák (1897-1979) o Braide Pernegaré dos Borôro. In: Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense Vol. XXVI, ano 79. Curitiba. p.7-45. Os filmes Super Oito são de propriedade do Departamento de Antropologia da UFPR, MAEP e o Museu Paranaense possuem cópias.

⁷¹Em 1953 Loureiro extinguiu a seção de folclore do Instituto de Pesquisas da antiga Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná, da qual era Diretor, este fato levou à polêmica com Fernando Corrêa de Azevedo, diretor daquela Seção.

possibilitaram descobertas de pinturas pré-históricas, à margem esquerda do rio Tibagi, em 1958.⁷² A equipe franco-brasileira estudou, entre os anos de 1958/59, formações areníticas no município de Pirai do Sul, trazendo novos elementos para a compreensão da *origem* do homem americano. Na mesma época, estudiosos norte-americanos participaram de pesquisas em sambaquis do litoral.⁷³

Pensando a especificidade cultural de sua região e integrando-se a um novo campo disciplinar, a Antropologia, o professor Loureiro lutava pela preservação em várias frentes: das edificações coloniais das cidades litorâneas, da *Fonte da Carioca*, em Paranaguá; da *Igreja de Bom Jesus do Saivá*, em Antonina, berço do que se convencionou chamar de *Paraná Português*; ao *Caminho das Tropas*, encontrado perto de Tamanduá, *dado que há poucos vestígios do registro das tropas*. (Livro de Ata 1, 03.06.63, p.39). Pregava também a necessidade de estabelecer um parque internacional ao longo das Cataratas do Iguaçu para preservar o ecossistema da região.⁷⁴

O Estado ainda não havia definido sua política preservacionista, deixando-se conduzir pelas diretrizes emanadas do governo federal. Nesse momento de *reinvenções* foi aprovada a Lei n° 1.211/53,⁷⁵ com a expectativa de deixar para trás as dificuldades que dominaram este cenário até o final da década de 1940. A Lei, ainda em vigor, vinha dispor sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Paraná, delegando

⁷²Contribuem com estudos no Paraná Joseph Emperaire e Mme. Annette Laming-Emperaire, que revolucionou o estudo da pré-história universal, introduzindo o método estatístico. Em 1958, Loureiro Fernandes foi eleito Presidente da Associação Brasileira de Antropologia - ABA, fundada no início da década de 1950.

⁷³É o caso do pesquisador Wesley Hurt, que em 1959 explorou o Sambaqui Macedo em colaboração com pesquisadores do Museu Paranaense e da Universidade Federal do Paraná.

⁷⁴O Parque Nacional do Iguaçu faz fronteira com a Argentina, abraçando 1.700km², com área de 170 mil ha. Ficou conhecido como Parque Nacional do Iguaçu depois de um longo processo, que começou com o decreto número 653, de 28 de julho de 1916, depois após as investidas de Santos Dumont para que o lote número 9 da ex-colônia militar de Foz do Iguaçu passasse das mãos do argentino Dom Jesus Val para o domínio público. A conformação atual do Paraná só foi definida em 1944, depois de em 1939 o governo federal ter colocado a área paranaense sob sua proteção, através de decreto que amparava legalmente a região. O lado brasileiro da mata foi tombado pela UNESCO em 1986. Somado ao seu similar argentino o Parque Nacional de Iguazu, também foi tombado pela UNESCO, formando uma reserva de 240 mil hectares. (Secretaria do Meio Ambiente/ IPPUC).

⁷⁵Apesar de aprovada em 1953, a Lei n° 1.211 só foi regulamentada em 1977.

responsabilidades à Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, à época subordinada à Diretoria de Assuntos Culturais da Secretaria de Estado da Educação e Cultura⁷⁶ Seu objetivo é *a melhor coordenação e desenvolvimento das atividades à proteção do Patrimônio, Histórico, Artístico e Natural*, estipulando sanções e procedimentos quanto à preservação e ao tombamento de bens. Retomando antigas propostas do Conselho Superior de Defesa do Patrimônio, define que o Estado deve manter, além do Museu Paranaense, a casa João Turin (apenas inaugurada em 1988), uma Pinacoteca Oficial, *e tantos outros museus estaduais quantos forem necessários, sobretudo fora da capital* (Lei n° 1.211, artigo 21).

No entanto, a expectativa dos conselheiros de que a Lei lhes permitisse atuar de forma efetiva com relação aos tombamentos não se efetivou.⁷⁷ Durante toda a década de 1950 não houve processo de tombamento no Estado. Foram parcialmente restauradas a Igreja Matriz da cidade da Lapa e o antigo Colégio dos Jesuítas, em Paranaguá, com o apoio do serviço do patrimônio federal e das prefeituras locais, e retomadas antigas discussões acerca da preservação dos sambaquis. O Professor Loureiro Fernandes, delegado do DPHAN para representar sua diretoria no Paraná, sugeriu a urgente necessidade de o governo fazer cumprir a legislação específica, que já tinha definido os sambaquis como sítios de pesquisa de proto-história, conforme o Decreto Estadual 1.346/51.⁷⁸

Os primeiros tombamentos ocorreram apenas na década de 1960, seguindo os parâmetros adotados pelo Serviço do Patrimônio federal. Foram tombados os dois primeiros bens patrimoniais sacralizados pelo Estado, as Igrejas de São Francisco das

⁷⁶Caberia também à Diretoria vigiar os bens tombados, com poderes para inspecioná-los, sempre que julgasse conveniente.

⁷⁷No ano da aprovação da Lei compunham o corpo de Conselheiros: Tenente Coronel Albino Silva, presidente; Fernando C. de Azevedo, secretário; Padre Vicente Vítola; Oscar Martins Gomes, Aloísio França, Ana Kaminski e Guido Arzua.

⁷⁸Somente três décadas mais tarde, em 1982, é que foram tombadas as reservas do Sambaqui de Guaraguaçu A e B.

Chagas e a de São Benedito, ambas em Paranaguá, por solicitação da Diocese, proprietária dos bens.⁷⁹ A partir daí o Conselho Consultivo passou a atuar como um corpo seletivo de especialistas a quem cabia determinar se um bem merece ou não ser inscrito como patrimonial.

Ao Conselho coube apreciar o plano de trabalho da Diretoria do Patrimônio Artístico, do Departamento de Cultura. A Diretoria propôs-se a elaborar um inventário de bens arquitetônicos que poderiam vir a ser tombados; estudos que viabilizassem a recuperação destas edificações, particularmente as que passassem a ser de responsabilidade do Estado; a preservação de mobiliário com vistas a criar um Museu Municipal em Paranaguá,⁸⁰ e o levantamento de obras de artistas paranaenses, nacionais e estrangeiros existentes no Paraná.

Nesse momento, com o apoio de diversas instituições estaduais, finalmente o antigo Colégio dos Jesuítas de Paranaguá, tombado pelo Serviço do Patrimônio em 1938, recebeu as instalações de um museu universitário. O Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá - Maap,⁸¹ concebido pelo professor José Loureiro Fernandes,⁸² ficou subordinado ao Departamento de Antropologia da UFPR. Transformou-se num

⁷⁹Na época era governador do Estado Ney Amintas de Barros Braga, cujo primeiro mandato foi cumprido entre 1961 e 1965, e o segundo de 1979 a 1982. A reunião para encaminhamento dos tombamentos ocorreu em 03.06.1963, sob a presidência de Ênio M. Ferreira, diretor do Departamento de Cultura; os demais conselheiros eram Fernando de Azevedo, José Loureiro Fernandes, Oldemar Blasi, Oscar Martins Gomes, Júlio P. Bittencourt; Major José Arnaldo Teixeira Bollina; Dalena Guimarães Alves, Chefe da DPHA do Departamento de Cultura.

⁸⁰Havia na época a possibilidade de serem doadas peças de mobiliário *de grande valor e em ótimo estado de conservação* pertencentes a *famílias tradicionais, a exemplo da família Lobo, residente à rua Conselheiro Sinimbu*. (Reunião do Conselho em 03.06.1963 - Livros de Atas n° 1)

⁸¹Após convênio entre a Universidade Federal do Paraná e, o SPHAN, em 1962 o monumento passou à responsabilidade da Universidade Federal do Paraná. Em 1990, o MAAP foi ampliado, passando por reforma Regimental museográfica e museológica, transformando-se em Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá - MAEP, subordinado a Pro-Reitoria de Extensão e Cultura.

⁸²O professor José Loureiro Fernandes, português de nascimento, foi fundador do Departamento de Antropologia da UFPR, na época subordinado a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da qual foi Diretor. De formação em medicina, Loureiro Fernandes interessou-se pela Antropologia. Foi deputado, membro de diversas sociedades científicas e membro fundador do CSDPP. Na época da criação do MAAP trabalhavam junto com Loureiro a professora Eny Maranhão; Cecília Maria Vieira Helm, como instrutora voluntária de ensino; e os técnicos Igor Chmyz, Maria José Menezes, Wilson Haupt e a museóloga Marília Duarte Nunes.

centro aglutinador para o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas e antropológicas. Sua concepção museológica obedeceu à idéia de que objetos e costumes, considerados *populares e restos de culturas em vias de extinção*, deveriam ser *resgatados e preservados*, pois representariam a *autêntica expressão da brasilidade*.

Ao final do ano de 1963 o Conselho passou a ser designado Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, retirando-se da sigla o termo Consultivo, reivindicação antiga dos conselheiros. A mudança não trouxe resultados práticos, o poder do Conselho continuou restrito ao recebimento de denúncias, tais como o estado *deplorável em que se encontravam* alguns imóveis, como a casa de Brasília Itiberê em Paranaguá, e a Redução Jesuítica de Guaíra, parcialmente *destruída pela construção de olaria e abertura de estradas entre as ruínas*. As decisões retiradas do Conselho e encaminhadas às unidades administrativas foram ineficazes para barrar esses procedimentos.

A partir de então, as Atas do Conselho passaram a registrar relatórios da Divisão do Patrimônio, demonstrando uma explícita transferência de competência. Esses relatos destacam o início de restauração das Igrejas tombadas em Paranaguá, com o aporte de verba federal e estadual⁸³; a promessa do Serviço do Patrimônio de restaurar 4 imagens e 2 missais pertencentes à Igreja de São Benedito também naquela cidade; o levantamento de material sobre o Estado depositado na Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional; a proposta de tombamento da Ponte sobre o Rio dos Papagaios, da Paisagem de Vila Velha e da Praça no Alto São Francisco e Ruínas. Além disso, foi levantada hipótese de serem restaurados os altares de *algumas igrejas* depositados sob a guarda do Museu Paranaense, sendo possível *que um deles fosse colocado na Igreja da Ordem Terceira de São Francisco em Paranaguá*, cujo altar fora queimado em 1961.

⁸³Em 1969 foi criado o Serviço de Restauração de Objetos de Arte e foram ministrados cursos especializados a técnicos da Secretaria da Cultura.

3.3.1 A sacralização do Patrimônio

Na década de 1960 foram inscritas 21 unidades, edificações consideradas *representativas da história do Estado*. Dentre estes bens, o patrimônio federal tombou o Teatro São João, na Lapa (1965); a Igreja de São Francisco das Chagas e a de São Benedito, em Paranaguá (1968), (quadro 1).

QUADRO 1 - UNIDADES PATRIMONIAIS INSCRITAS - PARANÁ - 1962-1969

LOCAL	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969
Paranaguá	Igreja de S. Francisco das Chagas, Igreja de S. Benedito		Fonte Velha		Palácio Visconde de Nácar; 5 Imagens Sacras e 1 Crucifixo	Igreja Matriz N. Sr ^a do Santíssimo		
Morretes		Igreja de S. Sebastião						
Antonina								Fonte da Carioca
Curitiba				Igreja da Ordem de S. Francisco Teatro S. João	Praça João Cândido, Paço Municipal		Instituto Neopitagórico	
Lapa					Sobrado Vila Velha, Furnas e Lagoa Dourada			
Guaratuba								
Ponta Grossa								
Campo Largo							Museu do Mate	
TOTAL	2	1	1	2	11	1	2	1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Arquivos da Coordenadoria do Patrimônio da Secretaria de Estado da Cultura

Essas inscrições delinearam um mapa do Estado que ressalta a região do litoral e do planalto Curitibano como detentoras de bens históricos referenciais. Analisando as unidades pode-se inferir que a Fonte Velha e a da Carioca, marcadas pela *pátina do tempo*, são exemplares que remontam ao início da ocupação portuguesa e à memória das populações indígenas. Os 11 bens tombados da Igreja Católica, reforçam e sedimentam a história da catequização. As edificações religiosas, de maneira geral, encontram-se mais preservadas, pois além dos cuidados que recebem da Diocese são consideradas propriedades das comunidades, que colaboram para sua construção. Ao lado disso, pela suntuosidade de seus espaços, as edificações religiosas são mais facilmente identificadas com a idéia de monumentalidade que acompanha a definição tradicional de patrimônio.

Para além desses tombamentos mais tradicionais mereceu cuidado o conjunto paisagístico de Vila, ações dos elementos da natureza que conformaram um território peculiar, ao qual a cultura empresta significados especiais.

A década de 1970 caracterizou-se por tratar os temas nacionais sob a perspectiva da eficiência e competência técnica, inclusive fortalecendo a articulação entre as distintas instâncias que compõem o Estado Brasileiro. Bom exemplo de ação articulada foram as diretrizes retiradas de *O Compromisso de Brasília (1971)*, um documento que passou a nortear os trabalhos preservacionistas em nível nacional.

Dessa reunião participaram governadores e prefeitos aliados ao governo federal, que definiram dois programas integrados para a proteção de bens culturais: a criação de órgãos municipais e estaduais e a formação de mão-de-obra especializada em patrimônio. O *Compromisso de Brasília* determinou também que a melhor forma para garantir a preservação dos imóveis de *valor histórico e artístico* seria ocupá-los com *repartições culturais*. De uma definição restrita à unidade edificada passou-se a privilegiar o contexto circundante ao bem patrimonial.

No plano internacional, a Unesco, em Conferência organizada em Paris em 1972, aprovou recomendação para que os Países Partes protegessem os bens nacionais imóveis, de *relevância cultural ou natural*. Inspirada nestas diretrizes, a política preservacionista no Paraná começou a estimular a implantação de [...] *ações municipais importantes, com o estabelecimento, em Curitiba e na Lapa, de áreas urbanas de interesse histórico e paisagístico, protegidas por legislação municipal específica* (LYRA, 1994).

Para a implementação dessa política preservacionista não se pode desmerecer ainda a influência da Declaração de Amsterdã (1975), que ampliou a definição de patrimônio incorporando a noção de *conjunto arquitetônico* e incluiu a permanência do homem em seus espaços de vida e trabalho. Além do mais, reservou ao patrimônio arquitetônico o papel central no planejamento urbano, orientação que, até certo ponto, guiou o planejamento de Curitiba⁸⁴. Outro Encontro internacional, realizado em

⁸⁴Esta idéia estará detalhada no item Curitiba: a revitalização da memória.

Nairobi (1976), reiterou a definição de *conjuntos históricos* e contribuiu para que o monumento isolado acabasse por perder sua *aura de excepcionalidade*, reforçando a tese da importância dos *conjuntos arquitetônicos*.

No cenário nacional foram relevantes a implantação do primeiro plano oficial na área da cultura, o Plano Nacional de Cultura - PNC, e a criação do Centro Nacional de Referência Cultural - CNRC, germe das transformações das diretrizes políticas das ações preservacionistas na década seguinte. No Paraná, o resultado efetivo destas institucionalizações foi a instalação em Curitiba de um arquiteto residente, lotado no 4º Distrito do DPHAN, sediado em São Paulo. Também o Conselho do Patrimônio procurou reorganizar-se, rompendo com a cômoda situação que confundia seus espaços de atuação com os da Divisão do Patrimônio. O objetivo era marcar *nova fase na sistemática dos tombamentos, cujos processos, a partir de agora seriam submetidos previamente ao Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico* (Livro de Atas 1, 09.07.1973).⁸⁵

Procurando adequar-se às diretrizes nacionais e internacionais e enfatizando a eficiência do conhecimento técnico, o Conselho do Patrimônio apontou para a necessidade de promover cursos de especialização dirigidos ao pessoal administrativo envolvido com a temática patrimonialista.

Mesmo que o Estado tenha inscrito o maior número de unidades durante a década, a principal questão do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico referia-se à definição de seus espaços decisórios, pois até o advento da Lei 6.292/75, a sistemática dos processos não exigia a aprovação do tombamento pelo Conselho. O processo para inscrição de um bem como patrimonial poderia transitar do proponente ao Secretário e deste ao Governador, que o homologava.

No final da década de 1970, as atividades culturais ganharam um novo estatuto. Foi criada a Secretaria da Cultura, e nela, em substituição à antiga Diretoria de Assuntos Culturais, a Coordenadoria do Patrimônio Cultural, responsável pela

⁸⁵Eram membros do Conselho o arquiteto Fernando Correia, professor de História da Arte; Oldemar Blasi, Diretor do Museu Paranaense; Oscar Martins Gomes, jurista; Monsenhor Vítola, representante do Arcebispo; Cyro Correia Lyra, Diretor do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná e seu presidente Alberto Garcez Duarte filho, Diretor de Assuntos Culturais.

elaboração dos suportes técnicos dos processos de tombamento e preservação, assessoria técnica e fiscalização dos bens tombados.

As orientações emanadas de organismos nacionais e internacionais, quanto à abordagem conceitual e à definição dos bens inscritos, deram contorno aos 48 tombamentos da década (quadro 2).

As novidades no âmbito das ações de preservação ficaram a cargo do tombamento de árvores, paisagens e orla marítima, os chamados *bens naturais*, e a definição da primeira área preservada no centro de uma cidade. Em Curitiba, foi tombada a *Paisagem urbana do trecho da Praça Ozório, Avenida Luís Xavier, Rua XV de novembro e Praça Santos Andrade*. O *design* da cidade reforçou a necessidade de narrar, guardar e preservar a memória histórica, apontando para a *etnificação da cultura* (ARANTES, 1984). Este ato influenciou os rumos da preservação no Estado. A partir dele começaram a ser delimitados novos espaços urbanos, definidos como centro ou setor histórico.

Ressalta-se também a inclusão de bens referenciais para diferentes grupos étnicos, tais como o Oratório de São Carlos Barromeo e a Capela de São Francisco Xaveiro (polonês), o Panteão do Cemitério de Santa Felicidade (italiano), a Igreja de São Josafá (ucraniano).

O *slogan Paraná de todas as gentes*, fartamente veiculado pelo governo estadual, alterou os discursos e a ação preservacionista. As etnias foram reconhecidas como trazendo uma colaboração particular e positiva ao Estado, parceiras na construção do Paraná. Reconstruiu-se a diferença a partir de suas positivities e no fato de todas, em conjunto, darem forma e sentido ao *Paraná de todas as gentes*. A imagem do *Estado multiétnico* apontava para características consideradas *modernas e democráticas*, acionando padrões historiográficos, já discursivamente construídos, tais como: a colonização em pequenas propriedades agrícolas, a predominância da população branca e a prioridade à urbanização. A diversidade, alicerçada no passado distante, ampliou-se, no tempo e no espaço, numa viagem de retorno histórico-mítico ao *novo mundo*.

QUADRO 2 - UNIDADES PATRIMONIAIS INSCRITAS - PARANÁ - 1970-1979

MUNICÍPIOS	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Antonina	Igreja de Bom Jesus de Saivá Capela de N. Sra. da Conceição. Orla Marítima Solar do Cel. Jesuino Marcondes									
Balsa Nova										
Matinhos										
Palmeira				Ponte Rio dos Papagaios						
Curitiba		Museu Escola Alfredo Andersen Casa Romário Martins	Coleção Museu Paranaense, Coleção David Carneiro		Portão do Passeio Público, Paisagem Urbana, Árvores: Corticeira, Angico, Paineira, Tipuana	Primeira sede da UFPR, Palacete, Castelo do Batel	Estação e Viaduto João Negrão	Panteão do Cem. Sta. Felicidade, Antigo Palácio do Governo, 4 árvores, Ginásio paranaense	Câmara Municipal, Tesouro do Estado, Museu de Arte, Casa Barão do Cerro Azul, Casa Emílio Romani.	Casa à rua Mateus Leme
Lapa		Imóvel a Rua Barão do Rio Branco – Museu de Armas	Casa Cel. Lacerda, Igreja de Sto. Antônio							
Guaratuba			Igreja Matriz							
Paranaguá			Casa Itiberê, Maep, Forlaleza		Casa Monsenhor Celso	Ilha do Mel				
Morretes				Casa Rocha Pombo						
Guarapuava					Casa Visconde Guarapuava					
.Londrina					Estação, Praça Rocha Pombo					
Araucária									Casa do Cavalo Baio	
Castro									Museu do Tropeiro	
Alm.Tamandaré										Oratório São Carlos Barromeo, Capela S. Francisco Xaveiro
Piraguara									-	Casa colonial
Prudentópolis									-	Igreja de S. Josafat
TOTAL	4	3	8	2	10	4	1	4	7	5

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Coordenadoria do Patrimônio da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná

Essas decisões inovadoras quanto ao patrimônio ocorreram em concomitância com as diretrizes gestadas no Centro de Referência Cultural. Após Aloísio Magalhães assumir a direção do SPHAN/Pró-Memória foi definida uma nova política no Ministério da Educação e Cultura, estabelecendo-se duas vertentes distintas, a do bem patrimonial e a da produção e circulação da cultura (1979). O processo de distensão democrática tomou conta desta nova orientação. Grupos e setores interessados ou sobre os quais pudessem recair os resultados de ações patrimonialistas indicaram a necessidade de *resgatar e preservar* ao lado de *edificações monumentais* relacionados ao passado, espaços cerimoniais e bens imateriais – costumes, música, dança, crenças e espaços socializados da cidade e do campo. A nova proposta não postulava *transformar parques, bairros, edifícios, ou mesmo cidades, em espaços cristalizados, apropriados apenas por uma elite*, muitas vezes com interesses especulativos; pelo contrário, pretendia *favorecer o entendimento destes espaços como recheados de vida social e cultural*. Todas estas transformações possibilitaram a emergência de organizações mediadoras da sociedade civil, representando diferentes movimentos sociais⁸⁶, abrindo na administração pública espaços para a efetivação da proposta de Aloísio Magalhães

Os anos 80 deveriam enfrentar a forma que tomou o desenvolvimento econômico no país que, ao diversificar sua economia via industrialização e tecnificação da agricultura, provocou um desordenado crescimento urbano. Em dez anos, a maioria da população que habitava o campo, dirigiu-se às cidades.

No Paraná, parte significativa desse crescimento aconteceu na Região Metropolitana de Curitiba, cuja população sofreu incremento de 5,8%, em média, na década de 1970 (Censo 1991).⁸⁷ A capital e mais dez das maiores cidades do Estado absorveram cerca de 50% do crescimento total da população urbana. Este crescimento populacional acelerado não foi acompanhado dos benefícios que as cidades poderiam

⁸⁶Os governos do início da década de 1980 foram o resultado da vitória esmagadora do Partido Movimento Democrático Brasileiro - PMDB- nas eleições municipais, estaduais e Senado. O Paraná foi marcado pelas vitórias de José Richa (1983-86) e posteriormente Álvaro Dias (1987-90).

⁸⁷A população urbana do Estado passou de 4,5 milhões em 1980, para 6,2 milhões em 1991. Censo, 1991.

oferecer ao cidadão. Modos de vida e trabalho gerados no campo tiveram de ser alterados para adequar-se aos padrões de sociabilidade urbanos. Por todo o Estado, ruas, praças, bosques, avenidas e estradas foram abertas ou ampliadas e edificações demolidas sem grandes cuidados com a preservação da paisagem, ou com as relações sociais e culturais ali estabelecidas. Ao lado disso, a tão propalada eficiência técnica viu-se compelida a responder rapidamente aos problemas trazidos pelo *desenvolvimento* econômico, o que repercutiu diretamente nas políticas preservacionistas.

A comunidade internacional também estava atenta a estas questões, tanto é assim que o Seminário Internacional do Comitê Brasileiro do ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – reunido em Salvador em 1981, referendou as diretrizes políticas implementadas por Magalhães e retirou documento ressaltando a importância da preservação de Sítios Históricos Urbanos, sete anos após o tombamento do Setor Histórico de Curitiba.

Essa conjuntura refletiu-se na prática e nas ações do Conselho do Patrimônio Paranaense⁸⁸ que optou por trabalhar *em torno de linhas culturais, seguindo os ciclos históricos da economia* (Ata 38 de 30.09.80). A Coordenadoria do Patrimônio passou a desenvolver então projetos de pesquisa que procuravam [...] *resgatar a memória histórica* com base não só em edificações, mas também nos caminhos, passagens e espaços *recheados de significações*.

Para estabelecer essas linhas de pesquisa foram efetivados projetos integrados cujos resultados alcançaram a década de 1990. Dentre estes projetos: *A História do Tropeirismo no Sul do Brasil* envolveu instituições de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O projeto, iniciado em 1985, gerou três publicação da série *Cadernos do Patrimônio*, editado pela Secretaria de Estado da Cultura: a primeira delas, publicada em 1983, *Fazenda Capão Alto*, abordou a economia campeira na região de Castro; *A Represa e os Colonos*, editada em 1986, tratou do alagamento de parte da região da centenária colônia polonesa de Tomás

⁸⁸Nessa época, o Secretaria da Cultura e Esporte era o Sr. Luiz Roberto Nogueira Soares e o corpo de conselheiros composto por: Lubomir I. Denin, Igor Chmyz, Brasil P. Machado, Ricardo Salamuni, Gal. Luiz C. P. Tourinho, Oldemar Blasi, Cyro C. O. Lyra, Rajenda K. Luigh, Fernando Velloso - Chefe da Coordenadoria do Patrimônio Cultural, Albano Cavalin, Francisca M. Leichbieter, Jussara Valentin e Rosina Parchen.

Coelho, no município de Araucária; e o último Caderno, *Lapa: um passeio pela memória*, editado em 1993, registrou o processo de tombamento do Setor Histórico da cidade, efetivado em 1990.

As reformas conceituais e administrativas ocorridas no SPHAN/Pró-Memória possibilitaram, por um lado, a instalação de Escritório Técnico em Curitiba (1984), facilitando parceria mais estreita entre o órgão federal e a Coordenadoria do Patrimônio; e, por outro, ao ampliar o conceito de bem patrimonial para abarcar o ecológico e o *saber fazer* das populações, respondeu às demandas sociais pela preservação. Nesta mesma linha, o governo do Paraná editou a Lei n° 8455/87 criando na Coordenadoria do Patrimônio Cultural as Curadorias do Patrimônio Natural e a do Patrimônio Cultural, antecipando reformas que entrariam na Constituição de 1988. As duas atividades foram administrativamente desmembradas numa demonstração do reconhecimento da eficiência da movimentação em torno dos chamados *bens naturais*. À primeira coube à pesquisa, o cadastramento e as ações de preservação de sítios e paisagens naturais; e à segunda, as mesmas ações, direcionadas aos bens patrimoniais *históricos, artísticos e culturais*.⁸⁹

Durante essa década, as atividades de preservação no Paraná abarcaram mais que bens arquitetônicos *visando resgatar e salvaguardar aspectos até então relegados pelo regime militar*.

Dentre os projetos desenvolvidos, financiados pela Lei Sarney, pode ser citado *Memória – Resistência Democrática* (1987 e 1990). Este projeto estimulou a elaboração de leis municipais de preservação e pesquisas regional e local, resgatando a *memória de segmentos marginalizados da população, privilegiando os perseguidos pelo regime militar*.

O projeto *Barracões da Cultura* atuou na *produção artística nos municípios, buscando ir além da interiorização* que tradicionalmente fazia com que o Estado levasse grupos artísticos da capital para apresentações no interior. Estas propostas entendiam as ações culturais como *investimento e produto* que podem e devem ser

⁸⁹Ao mesmo tempo os procedimentos relativos ao encaminhamento dos processos de tombamento foram reorganizados respeitando a legislação vigente. Os processos foram organizados em pastas individuais e passaram a conter o histórico, as fotos e todos os encaminhamentos burocráticos até a decisão final do Conselho.

ofertados pela iniciativa privada, cabendo ao Estado normatizar a esfera cultural, providenciando a infra-estrutura necessária (ORTIZ, 1985). Foi estimulada a solicitação de recursos, oriundos da iniciativa privada, para o desenvolvimento de atividades culturais e de preservação por todo o Estado.

A Secretaria de Cultura incentivou pesquisas e ações em diferentes áreas, num trabalho multidisciplinar, com apoio técnico de outras secretarias. Alguns municípios, como Antonina, Palmeira, Castro, São Mateus do Sul, Morretes e Jacarezinho, *criaram Associações de Preservação do Patrimônio*, respondendo à solicitação da Secretaria (PARCHEN, 1995). Em Londrina foi criado o IPAC - Ld. - Inventário do Acervo Cultural de Londrina, ligado à Universidade Estadual. O IPAC tinha por objetivo definir novas estratégias de política cultural para o município, *colaborando para que a memória de seus cidadãos, impressa nas edificações e nos espaços da cidade, fosse compreendida como um patrimônio digno de ser preservado* (IPAC, s.d.). Ao buscar novas estratégias de política cultural, o IPAC colocou-se frente a um desafio que [...] *consistia em descobrir e interpretar os diferentes significados atribuídos pela população londrinense ao seu cotidiano, à memória, à preservação e à cidade* (IPAC - Onde o bairro é a casa, s.d., p.5).

O trabalho de pesquisa privilegiou o patrimônio entendido como *registro das manifestações culturais, materiais e simbólicas*, para determinados segmentos da sociedade, normalmente, desconsiderados pelas políticas culturais. A casa de madeira foi eleita como ponto de partida para seus estudos efetuados na Vila Cassoni, bairro de Londrina. Apesar desse privilegiamento, as duas unidades tombadas – a Estação Rodoviária e a Praça Rocha Pombo – são representativas de projeto arquitetônico e paisagístico do reconhecido arquiteto paranaense Vila Nova Artigas.

O anseio pela participação e o estímulo gerado por órgãos governamentais levaram a que inúmeros municípios paranaenses se interessassem em identificar suportes materiais visíveis que pudessem vir a se transformar em referências simbólicas às comunidades (quadro 3). O germe desta tendência já se fazia presente nos anos setenta e concretizou-se na década de 1980.

QUADRO 3 - UNIDADES PATRIMONIAIS INSCRITAS - PARANÁ - 1980-1989

MUNICÍPIO	1981	1982	1983	1985	1986	1987	1988	1989
Castro	Casa R. Jorge Xavier da Silva; Casa Praça Manoel Ribas, 112	2 casas na Praça Getúlio Vargas, 6 e 10 e Praça Manoel Ribas, 150	Fazenda Capão Alto					
Colombo								Casa urbana
Curitiba	Palácio Wolf		Capão da Imbuia	4 Sobrados - Rua Barão do R. Branco, 763, 773, 805, 823 Ilha de Superagüi	Praça Eufrásio Corrêa	Palácio São Francisco	Palácio Garibaldi; Teatro 13 de maio	Casa Família Gomm
Guaraqueçaba								
Jaguariaíva							Igreja Bom Jesus da Pedra Fria	
Lapa	Casa Vermelha							Setor Histórico
Laranjeiras do Sul								Residência do Vice-Governador
Marechal Mallet		Igreja do Arcanjo Miguel						
Morretes				Igreja São Benedito				
10.Palmeira								Casa Faz. Cancela
Paranaguá		Sambaqui A e B						
Rio Branco do Sul								
Toledo								
União da Vitória								
Litoral					Serra do Mar		Gruta da Lancinha Ed. do Fórum Escola prof. Serapião	
TOTAL	4	5	2	6	2	1	6	5

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Coordenadoria do Patrimônio da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná

Ações desenvolvidas no período demonstram a ampliação da noção de patrimônio, sobretudo quanto aos bens considerados *naturais* e ao tombamento de *setores históricos*, além de recuperar propostas dos *pioneiros dos anos trinta*, tal como a *Casa João Turin* inaugurada em 1988.⁹⁰

A nova Carta Constitucional de 1988 sintetizou as aspirações democratizantes da década ao reforçar a importância do patrimônio cultural, consagrando *direitos culturais* ao cidadão e estabelecendo que *a proteção de documentos e obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural deveriam ser de competência comum da União, Estados e Municípios*. As Constituições estaduais, assim como as Leis Orgânicas dos Municípios redigidas e aprovadas logo após, contemplaram estas questões. A Constituição do Estado do Paraná, imbuída deste espírito, reforçou a Cultura, *como direito de todos e manifestação da espiritualidade humana*, definindo em seu artigo 191 que [...] *Os bens materiais e imateriais referentes às características da cultura no Paraná constituem patrimônio comum que deverá ser preservado através do Estado com a cooperação da comunidade*. (Constituição Estadual, 1989, Seção II, Artigo 191, p.101).

Dentre as deliberações da nova Carta foi importante para a preservação do patrimônio arquitetônico urbano a definição de que os municípios, com população superior a vinte mil habitantes, deveriam desenvolver Planos Diretores.⁹¹ O simples fato de se repensar a cidade dentro de um planejamento global levou a avaliação de suas edificações e de seu tecido urbano, colocando em discussão a validade da preservação de algumas unidades.

⁹⁰O acervo da Casa foi cedido ao Estado pelo herdeiro de Turin, em regime de comodato, sendo composto por 300 esculturas e 250 outras obras de arte.

⁹¹Os Planos diretores delimitam conjuntos urbanos e ambientais que pretendem referir-se à *memória histórica, social ou cultural, em especial*, aqueles que contribuem para a *formação da paisagem urbana característica de uma cidade*.

Reforçando uma das tendências das décadas anteriores – a motivação municipal em definir patrimônios locais – foram tombadas 19 unidades durante o ano de 1990.⁹²

QUADRO 4 - UNIDADES PATRIMONIAIS INSCRITAS - PARANÁ - 1990

MUNICÍPIOS	TIPO DE BEM
Antonina	Arquivo Municipal.
Curitiba	Painel Mural de Azulejos da Maternidade Nossa Senhora de Fátima; Parque Estadual João Paulo II; Reservatório de Água do Alto São Francisco; Sede do Centro Acadêmico Hugo Simas; Árvore Ceboleira.
Jacarezinho	Pinturas Murais de D. Eugênio de Proença Sigaud.
Morretes	Residência em Porto de Cima.
Palmeira	Arquibancada em Madeira do Estádio do Ipiranga Futebol Clube
Paranaguá	Setor Histórico da cidade; Estação Ferroviária.
Ponta Grossa	Edifício Praça Marechal Floriano Peixoto; Estação de Passageiros; Edifício do Fórum; Vila Hilda; Colégio Estadual Regente Feijó.
São Mateus do Sul	Árvore Carvalho.
Fernandes Pinheiro ¹	Casa sede da Fazenda Florestal
Litoral ²	Serra do Mar

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Coordenadoria do Patrimônio da Secretaria de Estado da Cultura

(1)Até 1993 Fernandes Pinheiro foi distrito do município de Teixeira Soares.

(2)Litoral - parte dos municípios de Guaratuba, Matinhos, Paranaguá, Guaraqueçaba.

Para além das quantidades dos bens inscritos, é importante ressaltar que seis novos municípios passaram a integrar a comunidade de cidades paranaenses detentoras de “certidão de memória”. Por outro lado, esta década reforçou discursivamente as especificidades culturais dos grupos étnicos, – o Parque Estadual João Paulo II, em Curitiba; a Arquibancada em madeira, em Morretes; a Vila Hilda e o Edifício na Praça Marechal Floriano, em Ponta-Grossa; a árvore Carvalho, em São Mateus.

Ações culturais também veicularam a imagem do Estado como receptivo às diferenças culturais. Ao apontar para a importância da diversidade étnica na formação do tecido social paranaense, as ações preservacionistas voltaram sua atenção para a produção

⁹²Em 1990, estimulando as funções administrativas das Secretarias de Estado, o governo reforçou a necessidade de manter a autonomia funcional e administrativa da Secretaria da Cultura, e a importância do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, a quem *competete colaborar na formulação, no acompanhamento e na execução dos projetos desenvolvidos pela Secretaria nesta área (Regulamento da Secretaria de Estado da Cultura - Decreto n° 6.528/90).*

imaterial, identificando-a como decisiva para a formação dos significados dos espaços, a configuração do imaginário social e, portanto, para a definição dos bens patrimoniais.

Tentou-se ainda romper com a rígida articulação entre arquitetura e história nas ações patrimonialistas. Novas práticas foram incorporadas a novos contextos, adquirindo diferentes significados – a preservação de espaços, objetos ou elementos da natureza, a manutenção de formas de sociabilidade. A riqueza da diversidade cultural aliou-se à produção material e simbólica e à noção de bem. Espaços sociais agregados de valores simbólicos passaram a ser reconhecidos como patrimônio e preservados à revelia do tombamento.

A diversidade foi enfocada sob a perspectiva do mito da harmonia pluralista, buscando, mais uma vez, disfarçar tensões sociais e camuflar preconceitos. A *multiculturalidade étnica* foi inventada e construída num trabalho que apontou para a continuidade social, em que fragmentos das diferentes culturas - objetos materiais, valores e práticas sociais – foram reunidos para distinguir e diferenciar cada grupo étnico, *reinventando* tradições e patrimônios culturais. Os *Portais étnicos*, que começaram a ser construídos em Curitiba no início dos anos 90, transformaram-se numa mensagem *folclorizada* e regionalista. Parte de um projeto que pretendeu demarcar fronteiras espaciais e culturais da ocupação dos imigrantes nas antigas colônias ao redor da cidade, os *Portais* pretenderam recuperar a memória dos espaços coloniais ocupados tradicionalmente por diferentes grupos étnicos.

[...] apropriação e o resgate das diferenças e das identidades étnicas dos grupos no contexto de outros discursos e de outras realizações, materializadas sobretudo durante as comemorações dos 300 anos de Curitiba. E se efetivam com a construção, em diferentes áreas da cidade, de monumentos e portais, com a recuperação ou inauguração de praças e parques que abrigam **Memórias da Imigração**. (COSTA, 1996, p.68).⁹³

Em síntese, pode-se dizer que o discurso que exalta a *multiculturalidade* paranaense expressou por meio da valorização de seus aspectos exóticos, a soma colorida das diferentes manifestações étnicas de origem européia, apresentando-as de forma museológica. Recapturou assim o que cada grupo de imigrantes teria de específico e particular, que lhes forneceria características *intrínsecas específicas* –

⁹³Costa, 1996, estudou as comemorações dos 300 anos da cidade de Curitiba (29 de março de 1993).

culturais –, além é claro, do biótipo estereotipado veiculado pela comunicação visual. Nestas condições trabalhou com ambigüidades potenciais e articulou particularidades da população ameríndia e portuguesa do início da colonização à imigrantes europeus do final do século dezenove. Fatos, eventos, documentos e arquitetura comuns firmaram o cenário urbano como espaço privilegiado para a identificação social.⁹⁴

3.3.2 Natureza tombada

A noção de bem patrimonial foi ampliada para abarcar os elementos *da natureza* entendendo-se que o que é protegido nestes casos por meio do tombamento são as condições básicas que permitem a continuidade das características daqueles bens, conservando-os para que possam cumprir seu ciclo vital completo (CASTRO, 1991, p.77).

A adequabilidade do instrumento jurídico do tombamento para a proteção de elementos da natureza, vivos e dinâmicos, é discutível. Alguns juristas entendem que a noção de tombamento remete à permanência ou inalterabilidade, não se coaduna com os chamados *bens naturais*.

Polêmicas à parte, estava demonstrada a importância da preservação dos elementos da natureza – bens patrimoniais – evitando que atos propositais viessem a destruí-los ou descaracterizá-los. O discurso oficial em defesa da preservação de ecossistemas sensibilizou a Unesco a tomar o Parque Nacional do Iguaçu, em 1986, transformando-o em área de preservação de interesse mundial.

Influenciado por estas diretrizes, o Conselho vinculou ao patrimônio cultural as práticas e os discursos em defesa do meio ambiente e às particularidades étnicas. O eixo dos tombamentos fundamentou-se no *moderno* discurso preservacionista, abrangendo paisagens urbanas, rurais e marítimas: grutas, serras, sambaquis, ilhas, capão, sítios arqueológicos, estações ecológicas e áreas de proteção ambiental. Ao todo foram tombadas no Estado, 16 unidades *naturais*, oito delas em Curitiba, como se pode ver no quadro 5.

⁹⁴Entre 1991-1994 a Secretaria de Cultura desenvolveu o projeto *Paraná da Gente: Terra História Memória*, envolvendo 120 municípios do Estado.

QUADRO 5 - UNIDADES NATURAIS INSCRITAS - PARANÁ - 1966-1990

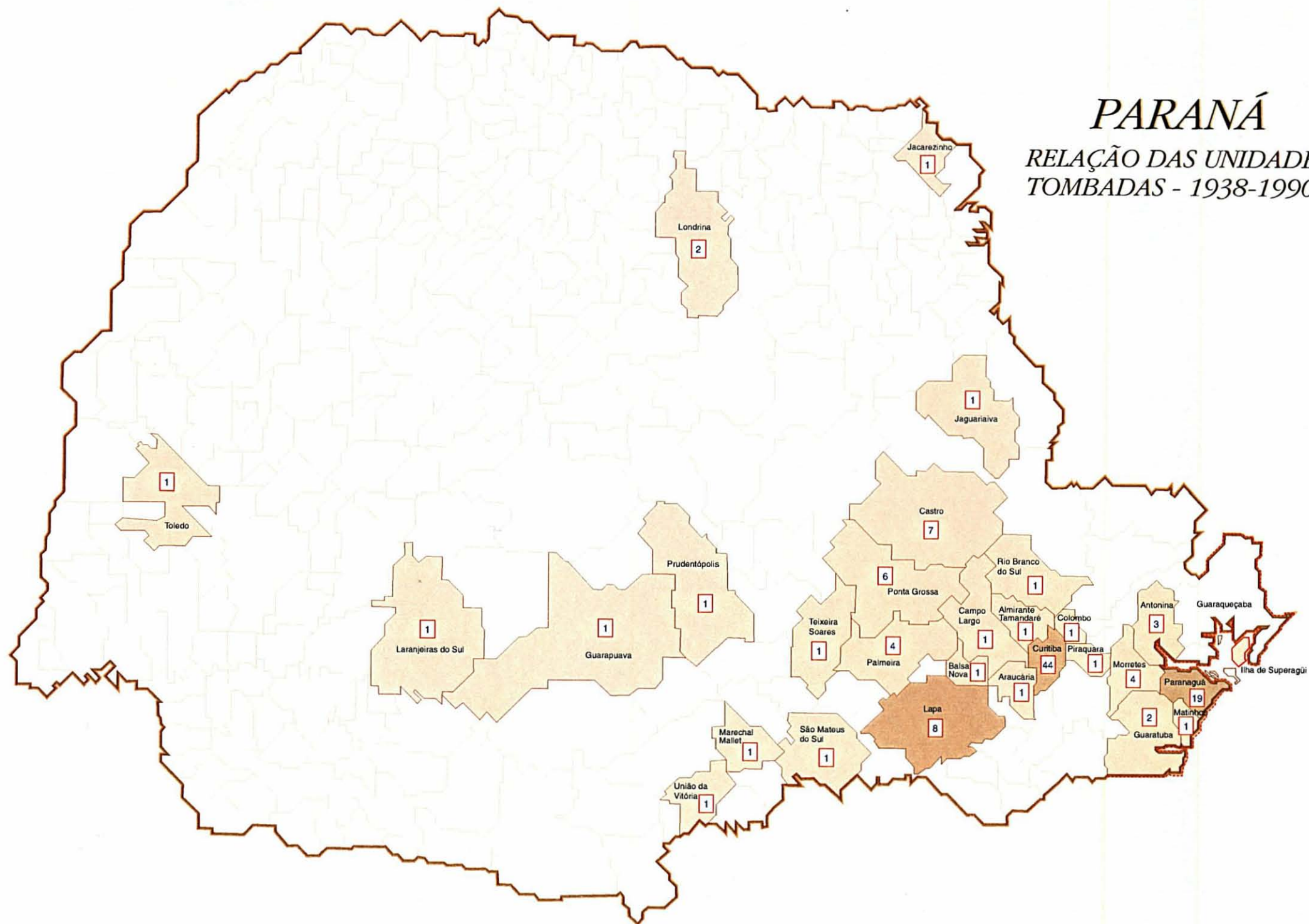
LOCAL	1966	1970	1974	1975	1977	1982	1983	1985	1986	1988	1990
Ponta Grossa Matinhos Guaraqueçaba Curitiba Paranaguá Litoral* Rio Branco do Sul São Mateus do Sul	Vila Velha	Orla marítima	Angico Corticeira Tipuana Paineira	Ilha do Mel	4 árvores	Sambaqui A e B	Capão da Imbuia	Ilha de Superagüi	Serra do Mar	Gruta de Lancinha Carvalho	Ceboleira; Parque João Paulo II

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Coordenadoria do Patrimônio da Secretaria de Estado da Cultura

(*)Litoral - parte dos municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes e Paranaguá

PARANÁ

RELAÇÃO DAS UNIDADES
TOMBADAS - 1938-1990



3.4 PLANEJAMENTO E PRESERVAÇÃO

A intervenção humana sobre os espaços que ocupa é uma constante, nas cidades não poderia ser diferente. Os centros urbanos encontram-se em intermitente transformação. Neste espaço, ruínas e construções são confundidas, reforçando a visão da transitoriedade da humanidade e de suas obras, apontando para a inexorabilidade do tempo e da morte.

A prática do tombamento, também uma intervenção humana, direciona as paisagens e o seu entorno alterando, substantivamente, seu significado, *inventando* uma tradição e uma história distinta às unidades tombadas. Desta perspectiva, pode ser definida como um instrumento de planejamento e de gestão urbanística e ambiental.

Consciente do poder do ato do tombamento sobre a feição das cidades, a UNESCO promoveu a partir dos anos setenta conferências internacionais que propuseram a descentralização dos imóveis como centros focais⁹⁵. Ao relevar a noção de conjunto e enfatizar o poder da paisagem urbana como *preservadora da memória*, pretendeu que ela *contasse a história e marcasse o tempo* das comunidades que a habitam, interferindo diretamente sobre o modo de pensar as cidades.

Ao perceber a cidade *como cenário de cultura* e priorizar *o princípio espacial*, estas diretrizes vão ao encontro das hipóteses de Levi-Strauss quando prenuncia que o espaço urbano revela as estruturas lógicas, latentes de um povo. Para ele, tais estruturas demonstrariam uma razão no modo de dispor as casas em uma cidade, assim como as haveria em uma aldeia, razão que deveria ser descoberta pelo cientista social, dado não ser *conscientizada* por seus habitantes (LEVI-STRAUSS, 1976). O espaço urbano cristalizaria, assim, a especificidade da cultura do povo que o institui.

Considerando válida esta argumentação, infere-se que, além de *expressar uma razão que seus autores desconhecem*, o espaço urbano expressa formas de disfarçar uma dimensão mais profunda – desigualdades alimentadas por relações autoritárias e

⁹⁵Paris, em 1972; Amsterdã, em 1975; e no Brasil a criação do CNRC, em 1979 influíram decisivamente na política preservacionista.

patriarcais presentes na sociedade. Considerando o modelo espacial subordinado à intervenção racional do homem, tanto a cidade em sua totalidade quanto os bens definidos como patrimoniais estão marcadas por estas diferenças sociais.

Tal possibilidade sensibilizou movimentos sociais, principalmente os urbanos que até então tinham relegado a temática patrimonialista a um espaço despolitizado ou tinham-na definido como *reminiscência evocativa de um tempo passado que não lhes dizia respeito*. Vislumbrando por meio delas formas de ampliar suas lutas políticas, as ações reivindicatórias impuseram a postura *participacionista* às ações de preservação e tombamento. A partir de então, o tema foi relacionado à noção de cidadania, ao *direito do cidadão à sua cidade, de acesso ao urbano como espaço estético, histórico e de oferecimento de bens e serviços democratizados*.

Foi nas cidades, principalmente Paranaguá, Curitiba e Lapa, que a história do Paraná encontrou número significativo de suportes materiais visíveis. Fragmentos resgatados pelas políticas patrimonialistas nas edificações e construções de *pedra e cal*, estilos construtivos presentes nos cenários urbanos e rurais, unidades que remetem à história luso-brasileiro e aos imigrantes. Além da história do Paraná luso-brasileiro, as especificidades dos grupos étnicos também ficaram impressas na construção civil, expressando sua interação social, nas diversas camadas sociais. O patrimônio edificado ficou para sempre marcado, refletindo-se na tessitura urbana.

3.4.1. Curitiba: a Revitalização da Memória

*Em vão percorro a cidade
com meus olhos claros de antes,
As ruas não são as mesmas...
E são outros os passantes.
Por toda a parte, a marca dos meus passos,
o fantasma dos meus sonhos
Curitiba, cidade menina*

Helena Kolody

A história do planejamento urbano em Curitiba neste século tem início com a edição do *Código de Posturas*, amparado pela Lei Municipal n° 527, de janeiro de 1919.⁹⁶ O propósito central deste *Código* era o de continuar fortalecendo a cidade como centro político, econômico e cultural do Paraná, definindo um perfil urbano *moderno* para a capital.

O novo *Código* dividiu o município em três zonas: *a urbana*, delimitada pelas ruas e praças principais da cidade, onde se permitia a construção de *casas cujas paredes externas fossem de alvenaria*; *a suburbana*, [...] *casas com paredes externas de madeira*, contanto que [...] 1- *haja alinhamento da rua ou praça, gradil de ferro sobre alicerce de alvenaria*; 2- *haja entre o alinhamento da rua e a casa uma área de 10 metros pelo menos de largura, e entre a casa e as cercas laterais, uma faixa de 2 metros de largura pelo menos*; 3 - [...], *meça o pé direito, pelo lado de dentro, 4 metros do assoalho ao fôrro* [...](Lei n° 527).

Na terceira zona delimitada, a do *Rocio*, poderiam ser construídas casas em madeira, desde que obedecessem às condições anteriores, podendo *a pintura das paredes e do forro ser feita de cal*. Mas os *pequenos cortiços* deveriam ser deslocados *para longe do centro*.

Além dessas delimitações, a preocupação com *a estética urbana* levou a que

⁹⁶Em 1857, o engenheiro francês Pierre Taulois contratado como inspetor geral de medição de terras públicas, *sugeriu mudanças* no desenho da pequena cidade. Para tanto, pediu a desapropriação gradual por utilidade pública, para modificar o traçado das ruas, que perdeu seu caráter circular. A cidade passou a ter *desenho regular, quadrilátero, com certa preocupação com a circulação no interior da malha urbana*. Em 1895 o Código de Posturas Municipais *previu padrões de higiene e aperfeiçoamento da estrutura da cidade*. O prefeito da cidade, principal responsável pelo projeto foi Cândido de Abreu. Prefeitura Municipal de Curitiba. 1995. p.38-39.

o espaço da cidade fosse dividido de acordo com diferentes funções e serviços. Essa demarcação acabou por elitizar algumas regiões. Com a proibição para se construir casas de madeira na região central, denominada *Zona 1*, concentraram-se ali habitações e casas comerciais em alvenaria, de segmentos sociais com maior poder aquisitivo. Na *Zona 2* localizaram-se as fábricas, habitações de operários qualificados, de imigrantes e a instalação dos serviços públicos. A *Zona 3* destinou-se aos demais operários e pequenos sitiantes.

A intenção do *Plano* foi a de reforçar o perfil de regiões específicas, hierarquizando as funções da cidade. Bairros, como Alto da Glória ou Batel, foram reservados às residências dos barões da economia, que construíram verdadeiras réplicas de castelos europeus. Outras regiões, como Rebouças ou Portão, acolheram fábricas e operários; a rua Barão do Rio Branco e seu entorno concentrou órgãos da administração governamental, além da Estação dos Bondes, Estação Ferroviária e hotéis.

Em 1940, o arquiteto de origem francesa Alfred Agache voltou a inspirar reformas na cidade de Curitiba. Também com formação em urbanismo Agache foi contratado para estabelecer um plano para o desenvolvimento da cidade visando reafirmar seu perfil cosmopolita. Elaborado entre 1941 e 1943, o Plano Agache foi desenvolvido tendo por base as propostas da Escola Francesa de Urbanismo, que ensinava que o espaço das cidades deveria ser cortado por grandes e largas avenidas arborizadas, impondo-lhe forma arredondada, circundada por avenidas concêntricas, chamadas perimetrais. Já em 1948 o Paço da Liberdade, sede do governo até 1938, foi considerado parte integrante do patrimônio histórico do município de Curitiba (Lei n° 81/48). Em parte, o Plano Agache reforçou a hierarquização das funções urbanas e disciplinou a expansão da capital até 1954. Nesse ano, as diretrizes orientadoras da cidade ficaram delegadas ao Departamento de Urbanismo da Prefeitura Municipal e à Comissão de Planejamento de Curitiba - Coplac, criadas com esta finalidade.

Em seu desenho urbano, a Curitiba dos anos cinquenta pouco deixava

perceber da pacata cidade do início do século. Novas ruas foram traçadas e bairros surgiram, desfigurando sua antiga imagem. A *modernização* da cidade e a industrialização de alguns de seus bairros destruíram edificações, espaços e tradições, trazendo à reboque a implementação de políticas de conservação.

No contexto da metade da década de sessenta, tendo por diretriz a eficiência econômica e técnica, surgiu a proposta de se elaborar um plano que pensasse a cidade como uma totalidade, composta por unidades interdependentes. Foi então elaborado o *Plano Preliminar de Urbanismo* em 1965, que definiu legislação específica, delimitando zonas especiais de preservação e leis de incentivos fiscais em torno do patrimônio arquitetônico urbano edificado, baseado no suposto de que *permitiriam uma leitura da história da cidade e de seus cidadãos*.⁹⁷ O Plano foi elaborado por solicitação do Prefeito Municipal com subsídios da Companhia de Desenvolvimento do Paraná - Codepar. Para coordenar os trabalhos foi criada a Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - APPUC, transformada em 1965 no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC. O Plano previu a elaboração de diagnóstico, procurando estabelecer premissas socioeconômicas que possibilitassem o desenvolvimento da cidade. Finalmente, aprovado pela Lei n° 2.828/66, o Plano Diretor apresentou as diretrizes de preservação que determinaram e definiram o *Setor Especial Histórico da cidade*.⁹⁸ Apesar de aprovado, o Plano só começou a ser implementado na década seguinte.

No ano de aprovação do Plano, a cidade foi beneficiada com medidas

⁹⁷Em 31 de janeiro de 1961, assumiu o governo Ney A. de Barros Braga, que viria a ocupar o cargo de ministro do Ministério da Educação e Cultura entre os anos de 1974 a 1978. Respondia pelo cargo o Prefeito Ivo Arzua Pereira. A firma vencedora da licitação foi a Serete. O arquiteto Jorge Wilhelm foi contratado para elaborar o plano em conjunto com equipe multidisciplinar.

⁹⁸O Plano Diretor foi desenvolvido na gestão do prefeito Ivo Arzua, pela Companhia de Desenvolvimento do Paraná - Codepar, já extinta, incentivado pelo governador Ney Amintas de Barros Braga, que já tinha passado pela experiência de dirigir Curitiba. O Plano Urbanístico definitivo foi elaborado pelo arquiteto Jorge Wilhelm, através da empresa Serete, assessorado por equipe formada por técnicos locais, Jaime Lerner, Francisca M. Rischbieter, Dúlcia Auríquo e Tabajara da Costa. A agregação de técnicos paranaenses ao projeto visou aplainar aristas quanto a resistência a que uma empresa paulista construísse o projeto para Curitiba. O Plano, implementado a partir de 1971, quando da nomeação de Jayme Lerner para prefeito da capital, deu as bases para o Decreto que definiu o Setor Histórico da cidade. O Decreto incorporou-se à Lei n° 5.324, Lei de Uso do Solo, aprovada pela Câmara Municipal em 1975.

efetivas de proteção sobre edificações – os tombamentos dos prédios do Museu Paranaense, da Igreja do Ordem Terceira de São Francisco das Chagas e o conjunto composto pelo Belvedere e ruínas de São Francisco, na Praça João Cândido.

Mesmo contando com o Plano Diretor, foi difícil efetivar a preservação no setor histórico. Algumas edificações definidas pelo Conselho do Patrimônio como *de interesse de preservação* foram demolidas da noite para o dia, mal seus proprietários tiveram notícias da possibilidade do tombamento. Em outros casos, houve influência política determinando a impugnação ou interrupção do processo com a emissão de alvará pela Prefeitura para a construção de edifício no local onde havia um bem em avançada fase de tombamento.⁹⁹ Nesta situação, o órgão competente da municipalidade justificou a concessão do alvará argumentando que *não sabia do processo de tombamento* (Livro de Ata 22, de 18.11.1971). A partir deste fato, o Conselho decidiu encaminhar, sistematicamente, a relação dos imóveis em processo de tombamento ou já tombados no município à Prefeitura.

Efetivamente, foi a partir do início da década de setenta, com os trabalhos de pesquisa coordenada pelo arquiteto Cyro de Oliveira Lyra, que foi elaborado o *Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba*, disposto pelo Decreto n° 1.160/72. Já em 1971, uma casa em estilo colonial tinha sido tombada no Largo da Ordem, recebendo o nome de *Casa Romário Martins*, abrigando documentação da memória histórica curitibana, seguindo orientações discutidas em nível nacional.

O Plano de Revitalização da cidade, além de tombar imóveis, visou ordenar seu crescimento e *humanizar os espaços urbanos*. A proposta mais polêmica foi a transformação do trecho da Rua XV de Novembro, em área exclusiva para pedestres, espaço de sociabilidade, que desde os anos trinta sediava o tradicional *footing*

⁹⁹O caso do imóvel situado à rua Mateus Leme 365 e 369 demolido. Outro exemplo foi o tombamento da Igreja Matriz de Palmas, interrompido pelo Arcebispo da cidade e tornado sem efeito; mais ou menos a mesma situação foi enfrentada quando da tramitação do processo de tombamento do Hotel Paraná, em União da Vitória. O processo de tombamento da Mansão das Rosas em Curitiba fez com que fosse acelerada a demolição do imóvel, tendo o processo tornado sem efeito “ad referendum” do Conselho, pelo Governador Jayme Canet Júnior. O tombamento da mansão transformou-se num *apelo*, aos proprietários, para que mantivessem, pelo menos, o portão artístico da mansão e as árvores do jardim.

*curitibano*¹⁰⁰ e, até início dos anos setenta, centralizou as principais instalações comerciais, financeiras e hoteleiras, além de cafés, bares e o maior clube social local. A rua recebeu novos personagens e novos signos. O Plano incluiu também a colocação de mobiliário urbano e a alteração da comunicação visual, retirando placas, letreiros e demais intervenções consideradas *poluidoras* da visualidade. O trecho revitalizado foi chamado de Rua das Flores, servindo de cartão postal, para a cidade que se tornou referência de planejamento urbano no país.

Alguns anos mais tarde, a Prefeitura apresentou ao Conselho do Patrimônio o Plano de Revitalização solicitando que a área fosse tombada. Em 1974 o trecho da rua XV de Novembro, desde a praça General Osório até a Praça Santos Andrade, assim como as fachadas, o *calçadão* e os equipamentos urbanos ficaram subordinados à lei estadual de preservação. Apesar de definida como uma unidade, a *Paisagem Urbana* englobou mais de 500 edificações atingidas, direta ou indiretamente, pela classificação recebida em sua delimitação.

A delimitação deste setor abrangeu também as imediações da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, da Igreja do Rosário e da Catedral Metropolitana, a época Igreja Matriz. No processo de tombamento, a área foi denominada de *Paisagem Urbana da Praça Ozório, Avenida Luiz Xavier, Rua XV de Novembro e Praça Santos Andrade*.¹⁰¹

Os imóveis desta área passaram a merecer cuidado especial da municipalidade, devendo obedecer normas para sua ocupação. Deveriam ser utilizados, preferencialmente, por entidades culturais, escritórios, consultórios, *ateliers* e galerias de artes, oficinas de artesanato, bares, restaurantes, residências, cinemas e teatros, edifício de culto religioso, comércio varejista, hotéis, pensões e estacionamentos.

O processo de tombamento influenciou o planejamento urbano definindo

¹⁰⁰O *footing* é um fenômeno com tendências a se localizar nas cidades, ocorrendo em ruas centrais, onde se concentra o comércio. Azevedo VELHO & FIGUEIRA, 1981.

¹⁰¹Em 1975, a Lei n° 5.234 modificou a lei n° 4.199/72 mantendo a classificação do *Setor Especial Histórico*.

unidades diferenciadas, segundo *o valor histórico, arquitetônico ou estético*, a elas estabelecidos: a) *unidades monumento*, que deveriam ser preservadas integralmente; b) *unidades de acompanhamento*, que deveriam ser preservadas em relação à volumetria, fachadas e telhados; c) *área de influência*, preservadas apenas as volumetrias, gabaritos e recuos do setor.

Apesar dessas atividades pioneiras, a administração pública municipal não respeitou em sua integridade o propósito filosófico da preservação quando da construção da estrutural Norte-Sul em 1972, destruindo parte do edifício sede do Colégio Divina Providência, da rua Nestor de Castro.

A abertura das estruturais visava resolver a circulação de veículos particulares e do transporte público, da ocupação do solo e do zoneamento, na área central da cidade. As ações foram criticadas, até mesmo por membros da equipe responsável pelo Plano,

Houve uma porção de coisas boas e uma porção de ruins, porque nós, Prefeitura, estragamos todo centro histórico da cidade, com a passagem daquela ligação com a Augusto Stelfeld. Foi meio criminoso aquilo, feito ali, mas também ocorreu da falta de vivência. Poderia até ter havido outro jeito, mas o entusiasmo era tanto em fazer alguma coisa de verdade [...] (IPPUC, maio 1990, depoimento de Francisca M. G. Richbieter)

Reforçando a hipótese de que o planejamento urbano pode exercer função de preservação, a partir de 1974 foram tombadas diversas árvores, transformadas em símbolos da luta pela preservação da natureza, e da delimitação de áreas de fundos de vale, transformadas em parques municipais: o Parque Barreirinha, Parque São Lourenço, Parque Iguaçu e Parque Barigüi (Ver Anexo 5), além da criação de áreas verdes. A restauração de dois conjuntos edificados espacialmente equidistantes, o Paiol de Pólvora e as construções da antiga fábrica de cola e curtume no Bairro de São Lourenço, também são exemplos de preservação sem tombamentos. O paiol foi transformado no *Teatro Paiol* e o *Centro de Criatividade*, instalado em meio a um parque arborizado, ocupou as edificações da fábrica e do curtume. Neste mesmo ano, o palacete Wolf, tombado somente em 1981, foi desapropriado passando a sediar a Fundação Cultural de Curitiba. A instalação da Fundação no antigo casarão colonial, em pleno *Centro Histórico da cidade*, é importante marco do *registro da história e da*

memória da Curitiba urbana.

A pressão exercida pelo crescimento populacional impôs novo redimensionamento ao planejamento urbano. Assim como as unidades isoladas deixaram de ser o foco privilegiado das diretrizes preservacionistas, a capital também reconsiderou seu papel: o planejamento e ações de preservação passaram a fazer parte de um conjunto mais amplo, definido como Região Metropolitana.

É nesse contexto que foi elaborado o *Plano do Acervo da Região Metropolitana de Curitiba*, sob a responsabilidade da Comec - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, e Iparde - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, em 1977. Este Plano identificou, somente no município de Curitiba, mais de 500 edificações consideradas *de importância cultural*, dentre aquelas delimitadas pela *Paisagem Urbana*, que deveriam receber cuidados especiais da municipalidade (EAGU, 1996). Ao incluir bens distribuídos por 14 municípios da Região Metropolitana, catalogou 1.143 unidades. Deste total, foram inventariadas 760 unidades, definidas como *de interesse para a preservação*. O Inventário previa, para cada unidade, além da pesquisa preliminar identificatória, a elaboração de estudos de seus aspectos arquitetônicos e históricos. Entretanto, este propósito não se efetivou, restringindo-se no estudo arquitetônico a 159 unidades e a 158, no histórico (quadro 6).

QUADRO 6 - INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA

MUNICÍPIO	UNIDADES PESQUISADAS	UNIDADES INVENTARIADAS	LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO	FICHAS HISTÓRICAS
Almirante Tamandaré	103	59	13	7
Araucária	83	56	23	23
Balsa Nova	33	23	04	5
Bocaiúva do Sul	6	03	02	1
Campina Grande do Sul	17	11	02	3
Campo Largo	158	118	30	25
Colombo	20	18	07	5
Curitiba	577	363	42	66
Mandirituba	08	8	1	--
Contenda	26	23	9	1
Piraquara	14	12	7	3
Quatro Barras	16	9	2	1
Rio Branco do Sul	14	11	5	3
São José dos Pinhais	68	46	12	15
TOTAL	1.143	760	159	158

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Plano de Preservação do Acervo Cultural da RMC - COMEC, 1977

Mesmo chamando a atenção para o fato de que em fase posterior abrangeria

outras modalidades de bens preserváveis, o projeto priorizou o patrimônio edificado. A segunda etapa prevista não chegou a concretizar-se. Apenas o município de Curitiba deu, em parte, prosseguimento ao *Plano do Acervo*. Apesar da restrição do universo pesquisado, a documentação é significativa para o conhecimento ao menos inicial *do Acervo da Região Metropolitana*.

Em 1979, através da *Casa Romário Martins* e do Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC, foi realizado novo inventário da arquitetura, dando origem ao Decreto Municipal n° 1.547/79. Assim, foi criado o *Setor Especial das Unidades de Interesse de Preservação* - UIPs, baseado na Lei de Uso do Solo, de 1975¹⁰², abrangendo o *Setor Histórico* tradicional e bairros da cidade.

A criação do Setor Especial, ao incentivar a preservação e a revitalização de edificações, pretendeu recuperar o que considerou os verdadeiros testemunhos da memória de Curitiba. Fica criado o Setor Especial das Unidades de Interesse de *Preservação [...] constituído por edificações que, de alguma forma, passam a concorrer, significativamente, para marcar as tradições e a memória da cidade* (Decreto n° 1547/79, Artigo 10).

Além de possibilitar a elaboração do levantamento qualitativo das construções, o Decreto dispôs sobre as modificações que poderiam ser introduzidas nesses imóveis. Qualquer alteração ficou sujeita a parecer de Comissão Especial, criada pela municipalidade para gerenciar o programa, excluindo estas unidades das normas de uso e ocupação da zona a que pertenciam¹⁰³.

A partir dessas determinações, os proprietários das edificações definidas como UIPs tiveram a possibilidade de receber incentivos fiscais, tais como a suspensão do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, desde que recuperassem e preservassem seus imóveis.¹⁰⁴

Ao substituir o Decreto n° 1.547/79, o Decreto n° 414/82 restringiu a

¹⁰²O IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - foi criado em dezembro de 1965, como autarquia municipal, possui em sua estrutura organizativa um Serviço de Patrimônio Histórico, responsável por coordenar as ações pertinentes a temática. Conforme Anexo I do Decreto n° 1.547/79 que dispõe sobre os Setores Especiais das Unidades de Interesse de Preservação.

¹⁰³O Decreto n° 14, de 08 de Janeiro de 1980, criou a Comissão de que trata o Decreto n° 1.547.

¹⁰⁴De acordo com o Decreto n° 161/81, que detalhou e tornou aplicável a Lei n° 6.202 de dezembro de 1980.

classificação dos imóveis em unidades monumento e unidades acompanhamento, revogando a listagem anterior e diminuindo o número de imóveis de interesse de preservação que passou de 586 unidades, para 308.

A Lei n° 6.337/82 criou o *incentivo construtivo para a preservação de imóveis de valor cultural, histórico ou arquitetônico*.¹⁰⁵ Com isso visou sensibilizar os proprietários ou mesmo a comunidade organizada em associações de bairros ou entidades similares sob supervisão da municipalidade, a assumirem a preservação dos *imóveis históricos*. O incentivo construtivo consiste na autorização [...] *para ser erigida construção acima dos limites previstos pela legislação em vigor, mediante o compromisso formal do proprietário do imóvel de valor cultural, histórico ou arquitetônico de preservá-lo segundo orientação da Prefeitura Municipal*. (Lei n° 6.337 de 28.09.1982). Essa lei causou controvérsias no âmbito jurídico e técnico. Seus críticos argumentaram que a lei quebraria qualquer possibilidade de garantir o planejamento urbano, ao mesmo tempo em que ofenderia os princípios epistemológicos que sustentam a noção de propriedade privada – que mais que um direito, implica dever a todo o cidadão.¹⁰⁶

As novas construções deveriam obedecer a normas definidas pela legislação, não afetando o entorno quando fossem erguidas no próprio terreno do imóvel tombado. Quando não fosse possível a construção no mesmo terreno, o *incentivo* poderia, a critério da *Comissão de Avaliação do Patrimônio Cultural* – CAPC, ser transferido total ou parcialmente para outro imóvel (EAGU, 1996, p.11).

Devido a essas inovações, Curitiba manteve a liderança da política preservacionista no Estado, recuperando algumas edificações referenciais à memória do cotidiano da cidade. Sofreram intervenções o prédio da antiga Confeitaria Schaffer (1981), a Casa Romário Martins, extensão do acervo histórico da Região Metropolitana de Curitiba subordinada à Fundação Cultural, transformada em Casa da Memória (1981) o conjunto da

¹⁰⁵Em 1992, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico, ligado ao IPPUC, que passou a trabalhar em conjunto com a Comissão de Avaliação do Patrimônio Cultural - CAPC. Tanto a CAPC quanto a Comissão Municipal de Urbanismo (CMU) controlam o processo que analisa os imóveis que receberão incentivos construtivos.

¹⁰⁶Faltam análises críticas criteriosas que avaliem essa legislação, tema que foge aos objetivos desta pesquisa.

Estação Ferroviária (1982), e o Solar do Barão (1983). Em avaliação feita pelo IPPUC, alguns anos mais tarde, considerou-se que os *incentivos construtivos*, concedidos pela municipalidade, proporcionaram *a restauração de edificações com valor cultural, histórico e arquitetônico, adaptando-as a novos usos, trazendo benefícios à cidade* (EAGU, 1996).

Tendo por eixo a recuperação do centro da cidade, o IPPUC desenvolveu o projeto *Cuore da Cidade*, no *Setor Histórico*, em 1984. O projeto englobou a Rua XV de Novembro e a Rua Barão do Rio Branco, propondo soluções para essas regiões, com o intuito de *reforçar seu caráter histórico-cultural*. Efetivamente, recuperou fachadas de imóveis, praças e equipamentos urbanos. Algumas instituições particulares, utilizando-se das leis de incentivo fiscal, restauraram e readequaram seus imóveis, colaborando para harmonizar o desenho urbano do centro da cidade.¹⁰⁷

Na recuperação da memória do imigrante, a Casa Memorial da Imigração Italiana – Casa Pulpi – foi inaugurada em abril de 1990. Instalada em edificação de 1897, serviu de residência e comércio para uma das famílias pioneiras no bairro de Santa Felicidade, da qual leva o nome. O imóvel não foi tombado, mas adquirido pelo município de Curitiba em 1986, tendo sua utilização definida e gerenciada pela Fundação Cultural em conjunto com o *Circolo Vicentini nel Mondo di Curitiba*.¹⁰⁸

Ainda que Curitiba ainda não possua lei específica de tombamento,¹⁰⁹ sua experiência coloca-a como referencial para as ações patrimonialistas no Paraná, mesmo porque a cidade possui 44, das 120 unidades inscritas nos Livros do Tombo do Estado até 1990.

¹⁰⁷Um exemplo é a recuperação da fachada do Palácio Avenida, construído em 1929, na Avenida Luiz Xavier, recuperado pelo Banco Bamerindus do Brasil na década de 1980.

¹⁰⁸ Essa parceria estendeu-se até 1995, quando a casa memorial passou inteiramente à responsabilidade do Circolo.

¹⁰⁹Em 1997 a Câmara de Vereadores e o IPPUC iniciaram um série de seminários e estudos visando propor legislação específica que preserva o *patrimônio edificado* na cidade de Curitiba.

3.4.2 Lapa: a Consciência da Preservação¹¹⁰

A Lapa é o único município paranaense a preservar sua Carta de Sesmaria, certidão de nascimento da cidade. A margem de um caminho, seu espaço urbano foi definido pela passagem de homens e animais, do Rio Grande do Sul a Sorocaba. Mais que marcar o traçado da cidade o Caminho das Tropas marcou as construções e alguns hábitos dos lapianos. Até meados deste século seu perfil urbano foi pouco alterado, principalmente na região central e no entorno dos bens tombados pelo patrimônio nacional.

No final da década de 1970, órgão municipais perceberam tendência em alterar as edificações coloniais. Na tentativa de barrar possível descaracterização, a Prefeitura propôs o estabelecimento de zoneamento urbano.

Preservar as edificações, o traçado das ruas que acompanham o antigo Caminho das Tropas, os perfis de alguns casarões coloniais, alguns deles coloridos pela imigração, foi o objetivo do zoneamento. A proposta dividiu a cidade. Havia os que o apoiavam ostensivamente e os que duvidavam de sua eficácia.

Tomando por base o uso preponderante de cada área: comercial, residencial, de trabalho e *especiais*, a proposta foi transformada no *Plano Diretor Urbano* (1979-1980). Elaborado por equipe que incluiu funcionários da Prefeitura do Município, professores da Universidade Federal do Paraná e técnicos da Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná - Famepar, o Plano delimitou o Setor Histórico da cidade – edificações coloniais e ruas estreitas, características do final do século XIX e início do XX.¹¹¹ Foi inovador ao fixar diferentes graus de preservação e ao permitir que edificações fossem modificadas, desde que obedecessem à normas preestabelecidas.

Os imóveis inclusos na área foram classificados de acordo com critérios arquitetônicos, estéticos e históricos: 1. arquitetura luso-brasileira – sistema construtivo de origem portuguesa –, edificada nos séculos XIX e XX; 2. arquitetura do imigrante, *telhados de inclinações acentuadas, telhas planas ou alemãs e uso de*

¹¹⁰Em 1995 o tombamento do Centro Histórico da cidade da Lapa foi homologado pelo Conselho Consultivo do IPHAN que finalmente em 1996 o inscreveu em Livro do Tombo da União.

¹¹¹O Plano Diretor foi coordenado pelo arquiteto Cyro Correa Lyra.

beirais de lambrequins; 3. arquitetura eclética, construída do final do século XIX até a década de quarenta; 4. arquitetura contemporânea, edifícios construídos a partir da década de quarenta (Cadernos do Patrimônios, 1993).

Entretanto, o histórico deste processo não foi tranquilo. Alguns anos depois, a Câmara de Vereadores modificou a lei de criação do *Centro Histórico*. Reduziu a área preservada e permitiu reformas no perfil das edificações (1987). Em 1989, o novo prefeito resolveu apresentar solicitação de tombamento do perímetro do Centro Histórico, ao Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. O objetivo, segundo documento encaminhado pela municipalidade, seria preservar *o conjunto arquitetônico considerado o mais representativo da época colonial* no Estado (Cadernos do Patrimônio, 1993), coibindo demolições e alteração nos parâmetros das edificações já autorizados pela Câmara Municipal de legislatura anterior.

O discurso da perda, presente na recriação do patrimônio nacional, encontra-se fortemente presentificado na justificativa à solicitação de tombamento encaminhada pelo Prefeito do Município da Lapa ao Conselho – [...] *salvou o setor histórico da destruição. (Depoimento do Prefeito da cidade da Lapa In Caderno do Patrimônio 1993, p.57).*

Pedi o tombamento com um sentido de emergência, para evitar que outros prédios históricos fossem demolidos e para evitar que, através de mandados judiciais, construíssem prédios de modo totalmente contrário ao que preceituam os técnicos da área de preservação, porque a legislação decorrente do Plano Diretor foi totalmente modificada pela Câmara de Vereadores (Cadernos do Patrimônio, 1993, p.44. Depoimento do Prefeito Sérgio Leone).

Nesse mesmo ano, o Conselho aprovou o tombamento acompanhado de um conjunto de normas para uso e ocupação do espaço definido como *Setor Histórico*, após analisar inúmeros projetos de impugnação e ter enfrentado *ameaças veladas*. Os contrários ao tombamento arguíram que seria *medida aleatória e arbitrária*, pois muitas das edificações *não possuíam nada de significativo*, além de ter gerado insegurança aos proprietários particulares, *surpreendidos com decisões irrecorríveis* (Ata da 77ª, Reunião do Conselho PHA, em 04.05.1989, p.102).

No entanto, o Conselho não considerou essas argumentações, entendendo que deveria assegurar *às futuras gerações, o mesmo direito de aprender as lições da*

História na paisagem das cidades. (Cadernos do Patrimônio, 1993, p.36). Mesmo porque, [...] tombou-se a Lapa porque era o momento para fazê-lo, e, se isso não ocorresse, parte de nossa memória ficaria perdida. (Cadernos do Patrimônio, 1993, p.48). Garantia-se a preservação, fortalecendo [...] a cidade como histórica, por ter servido de palco à resistência Federalista.¹¹²

A área abrangida pelo tombamento é composta por 235 lotes, incluídos em 14 quarteirões. Destes, 222 lotes encontravam-se ocupados por 258 edificações urbanas, e os demais estavam vagos. A Prefeitura criou então a Lei de Incentivo a Preservação, e adquiriu imóvel na área adequando-o a atividades culturais. Na Casa Vermelha instalou o Centro de Artesanato Aloísio Magalhães.

A para disso, a Secretaria de Cultura desenvolveu uma série de eventos educativos discutindo a ação de preservação e a importância história da cidade.¹¹³

3.4.3 Paranaguá: sob as Marcas do Passado

A cidade de Paranaguá possui atualmente população de 124.420¹¹⁴ pessoas que convivem com a modernidade do complexo portuário – o primeiro porto do país em exportação de grãos – e com as memórias e histórias do início da colonização. Suas vielas tortuosas, ao lado das quais enfileiram-se algumas igrejas, casas e sobrados em estilo colonial, estão povoadas de significado e falam da história das pessoas da cidade.

A Rua da Praia, que margeia o rio Itiberê, permite que se faça uma viagem no tempo: paisagem formada por antigos casarões, o Colégio dos Jesuítas, a Ilha dos Valadares e as pequenas embarcações que cortam o rio.

Bem antes da fundação da Vila de Paranaguá, muitos europeus, além de espanhóis e portugueses, haviam estado na região. Um deles foi o náufrago Hans Staden. O navio em que viajava foi lançado à costa brasileira aportando na ilha de

¹¹²Sobre a temática ver Carneiro, D. 1995.

¹¹³O Conselho Estadual do Patrimônio entendeu que seria importante a criação de Escritório Técnico local, dado o grande número de bens tombados pelo Estado e pela União, o que não se concretizou até o momento.

¹¹⁴Dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, sendo 16.888 na zona rural e 108.032 na zona urbana.

Superagüi (1548). Staden escreveu os primeiros documentos e desenhou mapas descritivos do litoral e de seus habitantes. Publicou na Europa um livro com xilogravuras sobre a temática.¹¹⁵

Como uma das primeiras regiões onde foi encontrado ouro no Brasil, o litoral paranaense despertou o interesse do português, acolheu faiscadores e inaugurou *o ciclo econômico do ouro*. Essa movimentação transformou a povoação no posto mais avançado das conquistas portuguesas ao sul de Cananéia. A Aldeia então foi elevada à categoria de Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, em 1648.

Historicamente Paranaguá desenvolveu-se acompanhando a movimentação ditada pelo mar: os primeiros colonizadores; os jesuítas; os navios negreiros; o comércio costeiro; as exportações. Diferente das demais cidades do Paraná, que possuem conformação linear definida pelo Caminho das Tropas, a velha Paranaguá cresceu em torno de seu antigo porto, cuja movimentação marcou seu desenho urbano. Após a construção do novo complexo portuário (1935), seu desenvolvimento continuou acompanhando as funções próprias do comércio exportador.

Nas décadas seguintes, Paranaguá começou a crescer mais rapidamente. Havia o risco de perder totalmente as antigas edificações coloniais e as tortuosas ruas e vielas da cidade velha. Foi criado então o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (Lei n° 773/69), que salientava a importância da preservação do Centro Histórico colonial, composto por numerosos sobrados e igrejas. Para elaborar o Plano, o Estado firmou um convênio com o Município de Paranaguá, envolvendo, além da Prefeitura, a Superintendência do Porto e a Universidade Federal do Paraná¹¹⁶. No bojo de um projeto mais amplo, que incluía o planejamento urbano, pretendeu preservar *a memória histórica impressa nas edificações*, tendo por centro a tessitura urbana e não mais as unidades isoladas.

¹¹⁵Staden, Hans. 1974.

¹¹⁶O Plano foi desenvolvido na Companhia de Desenvolvimento do Paraná - Codepar - em 1968, pela Comissão de Desenvolvimento Municipal - Codem, juntamente com a Prefeitura de Paranaguá e aprovado pela Lei Municipal n° 773, de 12 de setembro de 1969.

Esse Plano, aprovado em 1969, foi ousado ao somar ao patrimônio já tombado na cidade outros bens *de interesse para preservação*, dentre eles: o edifício do Instituto Histórico, o conjunto de sobrados fronteiros ao rio Itiberê, o Mercado Velho e o Porto, a residência conhecida como Chácara do Caju, uma residência à esquina das ruas Farias Sobrinho e Professor Cleto; e a Igreja de Nossa Senhora do Rocio. Evidenciava também o potencial turístico do *centro histórico*, no conjunto edificado nos séculos XVIII e XIX, e a importância da preservação *da paisagem urbana colonial*, composta por numerosos sobrados, testemunhos visíveis do poder econômico dos antigos moradores da cidade.

Quando da elaboração a Lei Orgânica do Município (1989), a Câmara Municipal acolheu projeto de lei que propunha alterar o plano. A maioria dos legisladores posicionou-se favoravelmente a proposta. Interesses de empresários parnanguaras somaram-se à Câmara Municipal propondo a extinção da demarcação do Centro Histórico e alterando para maior o gabarito de altura das construções na zona comercial. A Câmara aprovou a Lei Municipal n° 1.592/90, restringindo o número de imóveis protegidos.

Para garantir a preservação das características do espaço histórico, aliaram-se diferentes órgãos e instituições. A Secretaria da Cultura, o Serviço do Patrimônio Federal e entidades ambientalistas estaduais e municipais, encaminharam proposta para o tombamento estadual. Em dezembro de 1990 o Conselho referendou definitivamente o tombamento do Centro Histórico, garantindo a proposta do Plano.

A demarcação do espaço enfatizou a relevância da recuperação das unidades e conjuntos integrantes da paisagem urbana, elaborando normas para a sua ocupação. Diversos problemas surgiram quando da aplicabilidade destas normas. Os proprietários das áreas teimaram em alterar as edificações, sendo necessária postura enérgica da Coordenadoria do Patrimônio e do próprio Serviço do Patrimônio Federal, para impedir o desaparecimento ou mutilações de unidades e conjuntos arquitetônicos.

Apesar do tombamento, a paisagem do Centro Histórico espelha a falta de cuidados da comunidade com os ricos exemplares arquitetônicos, edificados num tempo em que a cidade centralizava as principais expressões políticas, culturais e econômicas do Estado. Os antigos casarões que margeiam o rio Itiberê encontram-se

em estado deplorável, apenas suas fachadas mantêm-se em pé. Gradativamente a cidade perde as características que a tornaram única no cenário nacional.

3.4.4 Antonina: a Resistência

O município de Antonina aos pés da Serra do Mar e de frente à baía do mesmo nome floresceu ao redor da capela de Nossa Senhora do Pilar construída entre 1714 e 1722. A região ficou conhecida por Capela e seus habitantes denominados capelistas.

A cidade desenvolveu-se com a movimentação de seu porto, que por muitos anos rivalizou com Paranaguá. No início do século XX, as indústrias Matarazzo, de capital industrial sediado em São Paulo, investiram em um complexo industrial e portuário na cidade, marcado por significativos projetos arquitetônicos. Em 1972, a indústria encerrou suas atividades abandonando por completo as construções. Acelerando ainda mais o processo de degradação econômica do município, a Rede Ferroviária Federal deixou de utilizar o ramal na cidade. De sede do quarto porto nacional, em termos de movimentação de carga e descarga, o município viu esvaziarem-se suas atividades econômicas mais significativas. Como consequência deste processo, a cidade sofreu verdadeiro êxodo populacional. Ao mesmo tempo, a maioria das edificações no centro da pequena cidade, assim como a Vila Operária e o complexo das indústrias Matarazzo transformaram-se em ruínas. Segundo levantamento da Curadoria do Patrimônio Estadual, em dez quarteirões foram identificadas cinquenta edificações em estado deplorável.¹¹⁷

Objetivando trazer novo fôlego à economia do município por meio turismo, a Prefeitura delimitou o Setor Histórico da Sede Urbana do Município de Antonina e criou a Zona de Proteção, através do Decreto de nº 32/85, que regulamentou a Lei nº 007/85. Tombado apenas por Lei Municipal, não chegou a ser apreciado pelo Conselho Estadual do Patrimônio.

Na década de noventa, o Governo Estadual iniciou projeto de recuperação do Porto tentando trazer novas atividades econômicas para município. Ao mesmo tempo,

¹¹⁷Em 1997 o governo do Estado, por meio da Secretaria da Cultura, elaborou projeto de recuperação do centro de Antonina para pleitear financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Apesar de bastante elogiado, o projeto não foi agraciado com recursos. O BID considerou que devido às condições socioeconômicas do município e sua pequena população, não caberia financiar o projeto, já que prioriza situações emergenciais.

a Prefeitura instituiu a criação do Fundo Municipal de Defesa e Preservação do Patrimônio Arquitetônico e Cultural de Antonina (Lei n° 04/90). O Fundo tem por objetivo financiar projetos, planos, programas e compra de imóveis para serem recuperados e utilizados pela administração municipal.¹¹⁸ Apesar dos incentivos, o município ainda não conseguiu viabilizar projetos de médio e longo prazo para a recuperação de seu Centro Histórico.

¹¹⁸ Em 1991, a Universidade Federal do Paraná elegeu o município como sede de seu Festival de Inverno, atividade que se desenvolve no mês de julho, trazendo para a cidade pessoas de diferentes regiões do país.

CAPÍTULO 4
A ETNOGRAFIA DO TOMBAMENTO

CAPÍTULO 4

A ETNOGRAFIA DO TOMBAMENTO

Assim é o Paraná. Território que, do ponto de vista sociológico acrescentou ao Brasil uma nova dimensão, a de uma civilização original construída com pedaços de tôdas as outras. Sem escravidão, sem negro, sem português e sem índio, dir-se-ia que a sua definição humana não é brasileira. Inimigo dos gestos espetaculares e das expansões temperamentais, despojado de adornos, sua história é a de uma construção modesta e sólida e tão profundamente brasileira que pôde, sem alardes, impor o predomínio de uma idéia nacional a tantas culturas antagônicas. E que pôde, sobretudo, numa experiência magnífica, harmonizá-las entre si, num exemplo de fraternidade humana a que não ascendeu a própria Europa, de onde elas provieram. Assim é o Paraná. Terra que substituiu o sempre estéril heroísmo dos guerreiros pelo humilde e produtivo heroísmo do trabalho quotidiano e que agora, entre perturbada e feliz se descobre a si mesma e começa, enfim, a se compreender. (MARTINS, 1955, p.468).

4.1 RECOMPONDO O PASSADO

Vagar assim, pêlos mil caminhos de São Paulo, em busca de grandezas passadas, é trabalho de fome e de muita, muita amargura. Procura-se demais e encontra-se quase nada. Vai subindo no ser uma ambição de achar, uma esperança de descobrimentos admiráveis, quem sabe se em tal capela denunciada vai-se topar com algum S. Francisco? Já não digo tão inédita como a de São João d' El Rei, mas pelo menos tão linda como a de João Pessoa... E encontramos ruínas, tosquidões. Vem a amargura. Uma desilusão zangada que, de novo, a gente precisa tomar cuidado para que não crie, como a fome criara, nova e oposta miragem. (Mário de Andrade, In: CAVALCANTI 1994, p.25/26).

Conta a história do Brasil que, entre os séculos XVI e XVII, as reduções jesuíticas e a luta dos Bandeirantes paulistas contra o estabelecimento de vilas militares espanholas foram os principais responsáveis por manter integrada à Coroa Portuguesa a parte sul do território brasileiro, que até 1640 havia permanecido quase inexplorada.¹

Nessa região ralmente povoada surgiram sítios, fazendas, pequenas vilas e aldeias acompanhando o movimento da economia extrativista, fruto dos trabalhos de

¹Cabe lembrar que entre 1580 e 1640 estiveram unificados os reinos espanhol e português. Entre 1610 e 1630, bandeirantes paulistas desestruturaram o sistema de articulação entre as cidades militares espanholas e os aldeamentos jesuíticos.

reconhecimento e ampliação das fronteiras territoriais como resultado das manobras de captura de mão-de-obra indígena. Nesses espaços, os luso-brasileiros tentaram reproduzir seu modo de vida e de sociabilidade.

O processo de povoamento começou a internalizar-se a partir da metade do século XVIII e desestruturou os povos indígenas que habitavam há milênios a região. Esse povos eram vistos como fragmentos de um passado remoto, reforçando a idéia de um Brasil *primitivo e selvagem*. Os espaços que ocupavam foram considerados *despovoados* pelo colonizador. No entanto, no cotidiano de vida e trabalho sua presença era forte, como constatou Romário Martins, ao se referir à língua Tupi

Todos falavam ou compreendiam essa língua que até quasi o fim do século XVIII foi realmente a língua geral como os jesuítas a denominaram, não somente para os tupís como para a generalidade das populações sertanejas.

As saudações eram feitas em tupi: - Enecôma, Bom Dia. As próprias orações eram comumente feitas nessa língua: Santa Curuçã rangana rece - Pelo sinal da Santa Cruz, dizia o cristão curitibano, como aliás o de toda a América, perseguinando-se ao tóque da Ave-maria (MARTINS, 1939, p. 157).

A história da gênese da 5ª Comarca de São Paulo começa informando que a região pertencia à Capitania de Santo Amaro, de propriedade de Pero Lopes de Souza, e era conhecida como *Terra de Santana* ou *Terra dos Carijós*. A narrativa deixa a nebulosidade quando inicia o relato da procura pelo ouro, primeiro no litoral e depois no planalto.² Buscando as origens no movimento bandeirante seiscentista, definido como *acontecimento gerador da nacionalidade*, enfatiza a presença do colonizador português, *primeiro povoador do litoral e do planalto curitibano*.

Motivada pela economia aurífera, que inaugurou o que foi chamado de *primeiro ciclo econômico paranaense*,³ a gente do Paraná subiu em direção ao *planalto*, povoou o território, deixando suas marcas nas paisagens e nos homens.

No litoral, já havia sinais de fixação da população em algumas áreas (Guaraqueçaba, Antonina, Morretes, Guaratuba). O principal núcleo urbano era a Vila

²Martins, 1939, p.82. “[...] em 1648 Ébano Pereira remetia ao governador do Rio de Janeiro, para ser enviado à Sua Majestade, amostras de ouro e pedras gravadas nele”.

³De meados do século XVII ao início do século XVIII, existiu a Capitania de Paranaguá (1660-1710), subordinada à do Rio de Janeiro. Em 1710, foi criada a Capitania de São Paulo, a qual foi incorporada à de Paranaguá, que a partir de 1724 foi elevada à categoria de Ouvidoria, estendendo-se até o Rio da Prata, com limites imprecisos. O primeiro contingente populacional do planalto curitibano era diminuto e composto por faiscadores e mineradores de ouro. Segundo Westphalen, s.n.t., a partir das últimas décadas do século XVIII foi elaborado o primeiro censo completo, relativo à Capitania de São Paulo, incluindo a região, que mais tarde, transformou-se no Estado do Paraná.

de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá (1648), assentada sobre a margem esquerda do rio Itiberê, um dos oitenta rios que deságuam no mar por sobre as quatro baías que compõem o município: Paranaguá, Laranjeiras, Pinheiros e Guapirocaba. Marco inicial da colonização e primeira sede da governadoria, a pequena povoação ligava-se ao planalto curitibano por um sistema de caminhos inter cruzados via Serra do Mar. A pequena Paranaguá manteve-se como um centro político e cultural importante, por longos anos.

De um movimento de expansão paulista nos meados do século XVII, nasceu Paranaguá, um núcleo de população, que aí se organizou, tendo como base de suas atividades econômicas a lavra de ouro dos rios. Com igual motivação, a população se distendeu até o planalto, onde logo depois **se constitui numa sociedade politicamente organizada, ao redor da vila que afinal se criou, de Curitiba.** (PINHEIRO MACHADO, 1963, p.70). (grifos meus).

No Primeiro Planalto existia um pequeno núcleo habitacional português, a Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, ao redor de uma capela de palha (MARTINS, 1939). Referências são feitas à presença de povos indígenas Tupi-Guarani (Guarani e Xetá) e Jê-Meridional (Kaingang e Xokleng) na região. Inclusive teria sido um cacique de nome Tindigüera quem apontou o local de construção da primeira capela, na atual Praça Tiradentes, aos povoadores *brancos fundadores* da Vila de Curitiba, Coré-etuba ou Curytiba. O dia 29 de março de 1693 foi definido por Lei municipal como a data de nascimento da cidade.

Romário Martins conta ainda que parte dos habitantes pioneiros, decepcionados com os resultados da mineração aurífera, saíram da região; os que ficaram dedicaram-se à lavoura de subsistência até o final do século XVIII. *Essa região foi o berço de Curitiba, berço embalado pela ilusão do ouro durante mais de um século, – região onde a primeira autoridade régia, coordenadora do trabalho, e, por conseguinte, fundadora da sociedade, [...]* (MARTINS, 1939. p.194). (Grifos meus).

Nesse primeiro momento, Curitiba era uma pequena vila sem importância econômica. [...] *uma vila ao pé de hum ribeiro, com cazas todas de pao a pique cubertas de telhas, e a Igreja só hé de pedra e barro, que os freguezes radicarão aos poucos anos.* (MARCONDES, 1923, p.19. Citando impressões do Ouvidor Raphael Pardinho, sobre a região em 1720).

Frágeis *casas de morada* que confundiam espaços de trabalho, lazer e moradia reforçam a tese de que não foi desprezível o número de habitações que se assemelhavam às indígenas, fruto também das condições impostas pela economia extrativista⁴.

As casas de nossos antepassados, até a elevação do Pelourinho e mesmo durante o século XVIII, eram de pau a pique, cobertas de palmas de Butiá, progredindo, dali em diante, a sua arquitetura com a introdução de taipa (pau a pique estucado de barro), das telhas portuguesas e das dobradiças mouriscas (MARTINS, 1922, p. 112). [...] a casa térrea era a mais comum de norte a sul do Brasil, e o domicílio rural não raro se assemelhava à maloca indígena, espaços indivisos, ausência de portas, o fogo a arder e cozinhar no interior da habitação. (Vainfas, In MELO E SOUZA, org. 1997, p.225-226).

A história narrada cristalizou-se nos bens materiais preservados, construídos nesse período – símbolos que emergiram de fragmentos encontrados num tempo remoto. Mesmo a data da criação da cidade de Curitiba e a narrativa da escolha do local para a construção da capela de Nossa Senhora da Luz foram *invenções* de Romário Martins.

4.1.1 As Marcas do Século XVII

Tendo como referência a *pobreza* do conjunto edificado na região Sul e considerando que as ações de preservação elegeram *a pedra e o cal* como suportes do patrimônio nacional, o critério histórico foi considerado o melhor para definir um trabalho proveitoso de defesa e tombamento dos *bens do passado*, remanescentes do século XVII, inscritos como patrimônio paranaense (quadro 7).

QUADRO 7 - UNIDADES PATRIMONIAIS REFERÊNCIAS DO SÉCULO XVII NO PARANÁ

LOCAL	QUANT.	TIPO DE BEM
Paranaguá	3	Fonte Velha; Imagens de São Benedito e de Nossa Sr ^a do Rosário
Antonina	1	Fonte da Carioca

FONTE dos dados brutos: Coordenaria do Patrimônio da Secretaria de Estado da Cultura

A Fonte Velha, tombada em 1964, conhecida como Fonte da Gamboa, é apontada como marco importante da primeira fase de ocupação do Paraná. Registros da Câmara de Paranaguá, de 1655, identificam-na como o único manancial de água potável da região, uma corrente de água localizada junto ao rio Itiberê.

⁴Veja-se Melo e Souza, 1997.



Foto 1 - Fonte Velha

Primeira fonte de água para consumo, a importância em reformá-la e preservá-la advém do fato de ser [...] *o monumento mais antigo [...] principal das fontes da cidade, tendo o povo alcunhado rua da fonte antiga, a antiga rua da Gambia, hoje rua Conselheiro Sinimbú* (Livro do tombo Histórico, inscrição nº 4).

Pavimentada com lajes irregulares de pedra, as quais, segundo crônicas, vieram de ultramar, como lastros de nau, [...] *Compõe-se de duas plataformas - a superior de forma aparentemente elíptica -, construídas em alvenaria de pedra, e com escada em cantaria ligando-as* (LYRA, 1994, p.152).

O conjunto edificado inclui a construção em alvenaria e pedras, e a galeria executada em forma de caixa para proteger o manancial nativo. Atualmente, a Fonte Velha encontra-se quase invisível a olhos deseducados, absorvida pelas ruas e avenidas que cortam a cidade. Sacralizada pelo tombamento, é símbolo que amarra a história do colonizador português e a reconstrói sedimentada na tradição de seu uso pelos indígenas, para além da data de ocupação do território.

Referenciais da fé Católica, também artífice do descobrir, colonizar e catequizar, são representados pelas Imagens de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, em barro e madeira, e a de São Benedito, em barro com esplendor em prata, ambas tombadas em 1966.



Foto 2 - Nossa Srª do Rosário dos Pretos



Foto 3 - São Benedito

As imagens pertencem à Irmandade de São Benedito e foram restaurados pela Biblioteca do Museu Nacional, em 1966. Possivelmente compunham a iconografia da capela de Nossa Senhora das Mercês na Ilha da Cotinga, demolida no século XVIII.

A Fonte da Carioca, em Antonina,⁵ tombada em 1969, foi construída em estilo barroco, [...] *arrematado por curvas e contracurvas*, ornada por *quatro corunchéus de inspiração oriental* (LYRA, 1994, p.02).⁶

Muito tempo depois – em data não identificada –, a fonte recebeu três torneiras que desembocam num tanque quadrangular ornado com as armas do Império.

⁵Em 1797, em homenagem ao Príncipe da Beira Dom Antônio de Portugal, a povoação recebeu o nome de Antonina.

⁶Lyra, 1994, p.2, afirma que o acervo do Museu Nacional de Belas-Artes possui tela datada de 1973 reproduzindo a “Fonte da Carioca”, obra da artista plástica Djanira Motta e Silva.



Foto 4 - Fonte da Carioca

A história da Fonte da Carioca tem sua origem à época da concessão da primeira sesmaria, em 1646, quando a região vivia da garimpagem do ouro. Desde então, serviu para abastecer a população com água potável até 1930.

Esses bens sacralizados como patrimoniais representam as formas de sociabilidade dos colonizadores e legitimam a história da ocupação da região. Sem mármore ou pedras nobres para edificação, construção de imagens e ornamentação de interiores, foram utilizadas a madeira entalhada e pedras oriundas de lastro de navio, tentando capturar nuances das imagens do colonizador. Presentificam, assim, a história de uma sociedade fundada pelo português.

4.2 TRILHAS E CAMINHOS, AMPLIANDO AS FRONTEIRAS

No século XVIII, o *Paraná Tradicional*, o *litoral* e os *Campos de Curitiba* formavam uma única base geográfica para *uma mesma comunidade regional*. Essa comunidade fixou-se em torno das Vilas de Paranaguá e Curitiba, expandindo-se pelos Campos Gerais, região que se caracterizou como *um espaço de passagem e caminhos* entre a rica economia mineira e os extensos campos de criação do Rio Grande do Sul, intermediado pelo mercado sorocabano (PINHEIRO MACHADO, 1963, p.7-8). A população, vista como um prolongamento da comunidade *paulista*, deixava antever aspectos que começavam a delinear a *comunidade paranaense*.

Se o ciclo econômico do ouro possibilitou o nascimento de Paranaguá, Antonina, Morretes e Curitiba, o comércio de muares, movimentando tropas entre o Rio-Grande do Sul e o mercado de Sorocaba em São Paulo, transformou os *Campos Gerais* em caminho marcado por fazendas e, também, por cidades, povoados, moradias das famílias fazendeiras.

O Caminho das Tropas deixou rastros na paisagem, nos pousios e invernadas, estabelecendo relações sociais, construindo fazendas, capelas, igrejas, casas e praças, semeando e destruindo árvores e homens.⁷ Acompanhando o Caminho, em pontos distantes uns dos outros de aproximadamente 6 léguas (40 quilômetros) foram sendo criados inúmeros núcleos urbanos.⁸

Relatam os historiadores que o primeiro caminho utilizado para transportar as tropas do Rio Grande do Sul para o mercado sorocabano, vinha até Laguna, em Santa Catarina, onde os animais eram embarcados. Outra alternativa seria levá-los pelo Caminho da Praia até o Rio São Francisco, seguindo em direção ao Campo dos Ambrósios. Esta trajetória era penosa para homens e animais, pois passava pela beira

⁷Em 1776 registravam-se 116 fazendas e 262 sítios. Em 1818, levantamento ordenado por Aviso Régio, mostra que havia na região 2.073 propriedades rústicas. Em 1864, em pesquisa já ordenadas pela Presidência da Província, verificou-se a existência de 233 fazendas de criação no Paraná. Westphalen, Histórico. In : Lyra, 1994.

⁸A ocupação de terras para invernação atingiu os territórios tribais. Fazendeiros da região atraíam grupos arredios e os lançavam uns contra os outros. A ocupação do Paraná Tradicional expulsou grande parte dos indígenas, para o interior do Estado, mais tarde atingidos pelas novas frentes de expansão.

mar. A oeste, existia uma trilha que se dirigia aos Campos Gerais, atravessando o rio Grande de Curitiba, como era conhecido o rio Iguaçu. Saindo de Viamão, passava por Vacaria, no Rio Grande do Sul; seguindo por Lages, Curitiba e Rio Negro, em Santa Catarina; adentrava no Paraná na altura da Lapa, passando por Palmeira, Ponta Grossa, Castro e Jaguariaíva, de onde chegava a Sorocaba, via Itararé. Além desses, havia o entroncamento de outra passagem que saía de Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, subia por Cruz Alta, entrava em Santa Catarina por Chapecó e no Paraná passava por Palmas, Guarapuava, Imbituva e Tibagi; seguindo a partir daí o mesmo traçado do Caminho do Viamão (PINHEIRO MACHADO, 1963). Por qualquer desses caminhos chegava-se à região dos Campos Gerais, que vivia o fervilhar de homens e tropas.

A hegemonia econômica *do tropeirismo* ampliou a ocupação dos *Campos Gerais* abrindo novas possibilidades à região de Curitiba. Desligada do *ciclo litorâneo*, a capital da Comarca (1812) potencializou, assim, sua função centralizadora.

No entanto, os caminhos que passaram pela região não chegaram a modificar substantivamente o panorama da pequena vila. Mesmo porque a parte mais significativa do capital era reinvestida fora da Comarca, nos centros mais dinâmicos (Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais).

Eu vi o interior das principais casas da cidade, e posso afirmar que nas outras cabeças de comarca ou mesmo de termos não havia nenhuma casa pertencente às pessoas importantes do lugar que fossem tão modestas assim. As paredes eram simplesmente caiadas e o mobiliário das pequenas salas onde eram recebidas as visitas se compunha apenas de uma mesa e alguns bancos (SAINT-HILAIRE, 1978, p.71).

Paranaguá, nesse período, havia perdido o poder político, mas não as feições de uma vila mais urbanizada.⁹ Neste mesma época, chamou a atenção de Saint-Hilaire por suas casas e prédios públicos serem construídos em pedra, diferentemente das vilas e arraiais do interior, *onde a maioria das casas são feitas de barro* (SAINT-HILAIRE, 1978).

⁹Em 1723 foi criada a ouvidoria de Paranaguá. Entretanto a divisão com a ouvidoria de São Paulo efetivou-se em 1725. Paranaguá passou então a ser sede da 2ª Comarca da Capitania de São Paulo, com o nome de Comarca de Paranaguá.

4.2.1 Heranças do Século XVIII

Vinte e três unidades tombadas rescrevem no tempo e no espaço a história da formação da cultura e da sociedade do Paraná Tradicional. Mais da metade delas são igrejas, influenciadas pelo estilo arquitetônico do barroco português.¹⁰

QUADRO 8 - UNIDADES PATRIMONIAIS REFERÊNCIAS DO SÉCULO XVIII NO PARANÁ

LOCAL	QUANT.	TIPO DE BEM
Paranaguá	11	Igreja Matriz de Nossa Senhora do Santíssimo; antigo Colégio dos Jesuítas; Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco da Chagas; Igreja de S. Benedito; (Imagem de N. Senhora da Candelária, Imagem de Santa Efigênia); * Crucifixo em prata; Casa de Brásilio Itiberê; Sobrado colonial; Fortaleza de N. Sra. dos Prazeres; Setor Histórico da Cidade.
Guaratuba	2	Sobrado colonial; Igreja Matriz de São Luiz de França ou N. Sra. do Bom Sucesso.
Antonina	2	Igreja de Bom Jesus do Saivá; Arquivo Municipal.
Morretes	1	Igreja de São Sebastião do Porto de Cima.
Curitiba	3	Casa Romário Martins; Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas; Praça Dr. João Cândido e Ruínas da Convento da Ordem Franciscana.
Lapa	2	Igreja Matriz de Santo Antônio; Setor Histórico
Balsa Nova	1	Capela de Nossa Senhora da Conceição de Tamanduá.
Castro	1	Museu do Tropeiro.

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Coordenadoria do Patrimônio da Secretaria de Estado da Cultura

(*)Furtadas em 1984.

***P**aranaguá*

A Igreja Matriz de Nossa Senhora do Santíssimo, tombada em 1967, poderia ser considerada a mais antiga edificação do Estado, se houvesse consenso quanto à data de sua construção. Em trabalho recente, arquitetos e historiadores, vinculados a instituições federais e estaduais de patrimônio, reafirmaram a dificuldade nessa datação. Inúmeras reformas foram introduzidas no edifício, à par disto, sua estética, os materiais e o desenho arquitetônico apontam para o século XVIII. Isto mesmo com a inscrição ao lado da torre – *Templum hoc aedificatum 1578*, o reconhecimento desta data pelo historiador paranaense Vieira dos Santos e de ter sido inscrita no Livro do Tombo Histórico, como sendo *Erigida em 1560 [...]*. (Livro do tomo Histórico, inscrição n° 18).

¹⁰O barroco português pode ser definido, grosso modo, abrangendo os anos de 1700 a 1800, englobando o período nacional português (1700-1730), o período joanino (1730-1760) e o período rococó (1760-1800). No Brasil, o findar do estilo barroco aconteceu após a vinda da Missão Francesa (1816) que trouxe o estilo neo-clássico, em voga na Europa.



Foto 5 - Igreja Matriz de Nossa Srª do Santíssimo

[...] Comparando-se o desenho dos frontões das três igrejas ainda existentes em Paranaguá - a da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, a de São Benedito e a da Matriz - chega-se a conclusão de haverem todas obedecido ao mesmo risco originalmente adotado pela primeira delas, e inequivocamente do padrão colonial seguido em todo o século XVIII naquelas paragens: Nossa Senhora do Bonsucesso em Guaratuba, e Santo Antônio, na Lapa (LYRA, 1994, p.158).

Nas imediações da Igreja Matriz, na Praça Monsenhor Celso, encontram-se duas edificações que compõem um harmonioso conjunto. Uma delas é a Casa de Brasília Itiberê, tombada em 1974, exemplar arquitetônico do período colonial, atualmente sede do Conselho Municipal de Cultura.

Casa de residência e comércio, edificada em alvenaria de pedra no fim do século XVIII, sendo dotada exteriormente de requadros de cantaria. Pertenceu a família Itiberê, tendo nela nascido os dois nomes ilustres da História Paranaense: Brasília Itiberê da Cunha e Monsenhor Celso Itiberê da Cunha. (Livro do tombo Histórico, inscrição n° 39).

Ao lado da Casa Itiberê, o Sobrado Colonial, tombado em 1972, é considerado [...] *o melhor exemplar de arquitetura residencial do período colonial em Paranaguá*. (Livro do tombo Histórico, inscrição n° 39).



Foto 6 - Casa e Sobrado Brasília Itiberê

Ambas as edificações referem-se à memória de seus moradores, os irmãos Itiberê da Cunha, o músico Brasília e Monsenhor Celso, figura eminente da Igreja Católica Brasília Itiberê da Cunha,¹¹ um dos mais prestigiados compositores paranaense, considerado precursor da música erudita no país, teria se inspirado no cancioneiro popular da região costeira do Paraná e Santa Catarina para compor *A Sertaneja*, que o consagrou frente à elite européia. O tema de *A Sertaneja*, vindo da boca do povo, deixou impressões profundas na memória da população paranaense.¹²

Dos bens arquitetônicos tombados no município de Paranaguá, o antigo Colégio dos Jesuítas,¹³ tombado em 1972, é o de maior volume. Construído entre os anos de 1740 e 1759, é remanescente das atividades educacionais jesuítas, [...] *edificada na primeira metade do século XVIII em alvenaria de pedra, para abrigar o*

¹¹Da mesma família e irmão de Brasília, João Itiberê da Cunha participou em Paris do movimento “La Jeune Belgique” com a publicação de versos, “Prélude”. Itiberê era considerado poeta belga, tendo ido estudar naquele país ainda muito jovem. Millarch, Referência em Planejamento. Arte no Paraná II, p.125.

¹²Segundo Cameu (1970), estudiosa da Academia Brasileira de Música, *A Sertaneja* seria uma sequência de variações alternadamente repetidas da canção *Balaio, Meu Bem Balaio*, dos pescadores de Santa Catarina e Paraná. Um disco com a obra de Brasília Itiberê, interpretado pelo pianista Arthur Moreira Lima, foi lançado pela Prefeitura de Curitiba nas comemorações dos 300 anos da cidade.

¹³A Lei Pombalina expulsou os jesuítas do Brasil obrigando-os a deixar Paranaguá em 1759, logo após a construção do Colégio.

Colégio da Companhia de Jesus. A expulsão dos jesuítas suspendeu a obra não concluída. Da parte edificada, existem apenas os aposentos que se destinariam ao Colégio.(Livro do tombo Histórico, inscrição n° 37).



Foto 7 - Colégio dos Jesuítas - MAEP

Com paredes de mais de um metro de espessura, o Colégio foi erguido em três pavimentos, marcando a paisagem que margeia o rio Itiberê. Possui extensos corredores que se abrem em arcos para um pátio interno recoberto por pedras da região e janelas direcionadas para a paisagem da ilha de Valadares.

No Colégio está instalado o Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá - MAEP, sob a responsabilidade da Universidade Federal do Paraná. Sua concepção museológica original fundamentou-se nos estudos de folclore, procurando elementos da *cultura popular*, definidos como inalteráveis.¹⁴

O universo doutrinário folclorista influenciou as orientações da política de preservação ao propor o *salvamento* do artesanato e dos folguedos mediante a criação de museus, a realização de festivais, inventários e inquéritos. No seu conjunto essas ações levariam a que se redesenhasse o *mapa folclórico* do país, tentando *salvar da perecibilidade atos e ações humanas*. O folclore constituiria a essência da identidade e

¹⁴Atualmente o acervo do MAEP é composto por 25.000 peças de arqueologia, etnologia indígena e arte popular.

do patrimônio, alterações em seus elementos eram vistas como perniciosas e produzidas pelo *meio externo*, capaz de acelerar, portanto, *seu processo de desaparecimento e desintegração*.

Coerente com essa perspectiva, a exposição da temática central procurou recuperar o *mundo do caiçara*¹⁵, habitante do litoral, buscando para ele lugar na *cultural nacional*, por meio da exposição de instrumentos e objetos, conhecimento técnico, lendas e música. Tentava-se fixar uma consciência regional no terreno da nacionalidade, que supunha a sociedade brasileira como resultante da integração cultural sincrética de três troncos étnicos, o branco e o índio (ORTIZ, 1985).

A Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, tombada em 1962, foi construída alguns anos depois do Colégio dos Jesuítas (entre os anos de 1770 e 1784). Com datação reconhecida, é considerada a edificação religiosa mais antiga do município. Durante a Colônia e o Império foi ponto de encontro para as famílias abastadas da cidade. Abriga, atualmente, um centro de atividades culturais, administrado pela Prefeitura.¹⁶



Foto 8 - Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco das Chagas

¹⁵Por caiçara são designados os habitantes do litoral do Paraná, descendentes de índios, portugueses e, em alguns casos, imigrantes europeus e negros.

¹⁶A Ordem Terceira de São Francisco das Chagas não mais existe, hoje a Igreja é de propriedade do Arcebispado.

[...] É construção em estilo barroco de linhas simples, poucos ornamentos. Na fachada (rua XV de novembro), há uma porta principal, acima delas duas janelas, entre estas a moldura com as armas da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas.[...] Retalhamento do capela-mor em 1791, pintura dos altares laterais em 1813, reparos no campanário em 1815. Em 1961 um incêndio destruiu a sacristia e a capela-mor, sem contudo destruir as paredes, mas atingiu o telhado e o madeiramento. O sino não é original, data do Segundo Império. A data acima da tarja (1741), não condiz com a construção da Igreja. (Livro do tombo Histórico, inscrição n° 1).

A Igreja de São Benedito, tombada em 1962, foi concluída em 1793 na Ilha da Cotinga, em local onde existiu a Capela de Nossa Senhora das Mercês, com material possivelmente oriundo da mesma capela (LA PASTINA, s.d.). A responsabilidade pela edificação é da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que cultuava a santa e estabelecia um calendário de festividades durante o ano todo em sua devoção. Composta por escravos que seguiam as mesmas tradições de outras irmandades instaladas em diferentes regiões do Brasil, a igreja foi construída para seu uso exclusivo. É interessante notar que num Estado onde pouco se reconhece a presença de escravos negros, houve uma Irmandade agregando este grupo.

Na região litorânea, particularmente Paranaguá, Antonina e Guaratuba, *pretos e pardos* eram quantitativamente significativos, chegando a 53,9% da população total, em 1772 (WESTPHALEN, 1997, p.31). Essa presença marcante na sociedade parnaguara foi, sem dúvida, a responsável pela construção do templo.



Foto 9 - Igreja de São Benedito

Considerada das melhores e mais autênticas edificações populares do colonial brasileiro, integra o Centro Histórico de Paranaguá. Construída em alvenaria de pedra, divide-se em quatro corpos, sendo o primeiro deles constituído pela nave e coro, o segundo pela capela-mor, o terceiro pela sacristia e o quarto, pela torre.(LYRA, 1994, p.57). A torre construída posteriormente apresenta as mesmas linhas da fachada, embora suas aberturas obedeçam a um desenho de um arco pleno.(Livro do tombo Histórico, Inscrição n° 02)

O interior da igreja é simples. O forro da capela-mor era originalmente pintado com gravuras e flores e nos cantos figuras de quatro anjos, perdidos com o passar dos anos. (LYRA, 1994, p.157)

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos possuía objetos sacros de reconhecida qualidade artística e valor histórico, como a imagem de Nossa Senhora da Candelária ou Candeias, em barro, com 0,48 centímetros; a de Santa Efigênia, com 0,65 centímetros, em madeira; e um Crucifixo Profissional, em prata lavrada, de 0,82 centímetros, tombados em 1966.



Foto 10 - N. Sr^a da Candelária



Foto 11 - Crucifixo Profissional



Foto 12 - Santa Efigênia

Tanto os objetos sacros quanto a arquitetura da Igreja, bastante arruinadas, sofreram restauração iniciada em 1965.¹⁷

Esses bens tombados encontram-se no espaço delimitado pelo Setor Histórico da cidade de Paranaguá, tombado em 1990. Com um desenho urbano peculiar, Paranaguá não

¹⁷Lyra, 1994, p.157, as imagens de Santa Efigênia, Nossa Senhora das Candeias e o Crucifixo em prata foram furtados em 1984.

fugiu à regra que caracteriza as cidades ocidentais ao sintetizar, desde o século XVI, as dimensões econômica, cultural e política, sendo sede de produção, comércio, consumo, governo e defesa.



Foto 13 - Setor Histórico - Rua da Praia

Diferentemente dos demais centros urbanos do Estado com conformação linear, Paranaguá desenvolveu-se em torno de seu porto.

[...] Com o progressivo aumento do calado das embarcações e também pelo assoreamento do rio Itiberê nas proximidades do antigo atracadouro, hoje na região da Fonte Velha, foi providenciada a obra de construção do novo cais de pedra defronte a Casa de Câmara e Cadeira, demolida em 1758. O deslocamento do porto provocou a expansão urbana para aquela região, dando início a estruturação da atual rua General Carneiro e seu magnífico casario, balizado de um lado pelo Colégio dos Jesuítas e, de outro, pela Igreja de S. Francisco e o antigo Largo do Estaleiro. (Livro do tombo Histórico, inscrição n° 109).

A estrutura original da cidade permaneceu quase inalterada até o final do século XIX. Após a construção do novo porto, o curso de seu crescimento foi modificado, acompanhando as funções do comércio exportador. Entretanto, o antigo centro comercial permaneceu quase sem alterações significativas, apesar de muitas unidades edificadas terem sido demolidas ou sofrido descaracterizações irreparáveis, como a Igreja Matriz, que passou por sucessivas reformas, ou a Capela do Senhor Bom Jesus dos Perdões, construída em 1710 e demolida no início do século XX (LYRA, 1994, p.166).

Outro bem de importância histórica que comprova o interesse português no povoamento da região é a Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres ou da Barra, tombada em 1972. A Fortaleza localiza-se na Ilha do Mel, na baía de Paranaguá, foi construída entre os anos de 1767 e 1769, e entregue à comunidade em novembro de 1797.

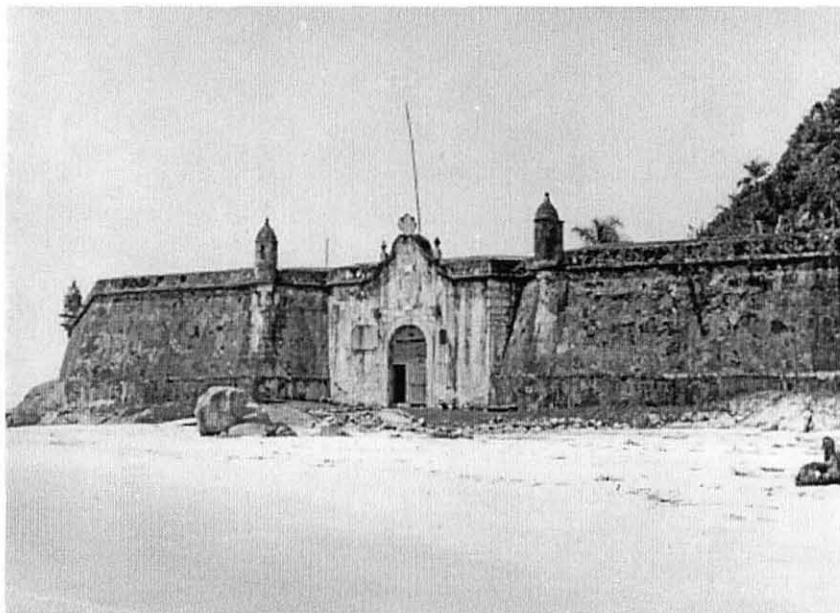


Foto 14 - Forte de Nossa Senhora dos Prazeres ou da Ilha do Mel

Forte à beira mar, construído na segunda metade do século XVIII em alvenaria de pedra. Compõe-se de uma muralha de forma poligonal irregular fechada na parte posterior pela colina. Essa muralha cria uma pequena praça onde primitivamente existiram diversas edificações. Do forte oitocentista restaram apenas muralhas e os compartimentos construídos em seu interior (Livro do tombo Histórico, Inscrição n° 38).

A construção de fortalezas, ao longo da costa brasileira, foi prática militar comum dos portugueses, visando à defesa do país de invasão estrangeira. No caso de Paranaguá, essa proteção ocorreu cem anos após sua fundação e depois de a população ter passado por inúmeros sobressaltos, devido ao acirramento das disputas entre portugueses e espanhóis. Além da defesa do território, a *Fortaleza* protegia embarcações de transporte do governo Imperial e, até meados do século XIX, toda a navegação comercial entre São Paulo e os estados sulinos (SCHERER, 1988).

Sem utilização definida desde 1820 e quase transformada em ruínas, a edificação passou por reformas. Em 1982, o serviço do patrimônio federal e o Estado iniciaram projeto de restauração, adaptando a *Fortaleza* para sediar *centro de estudos ambientais*.¹⁸

¹⁸O trabalho de restauração, coordenado pela Regional do IPHAN, terminou em 1996, quando a Fortaleza foi aberta à visitação.

Guaratuba

A cidade de Guaratuba foi elevada a vila em 1771, por militares e sacerdotes que tomaram posse do espaço geográfico.

Guaratuba, desde a época seiscentista, era habitada, podendo ser, talvez, atribuído a Gabriel de Lara o início da colonização. Contudo, somente no século seguinte, em virtude de ter sido tomada pelos espanhóis a Ilha de Santa Catarina, a povoação foi elevada a vila (1.771) sendo, na mesma ocasião, benta a Igreja Matriz, contando a festividade com a presença do Coronel Afonso Botelho de San Paio de Souza. (Livro do tombo Histórico II).

Em 1951, o Conselho Consultivo do Patrimônio identificou *o conjunto edificado de Guaratuba* como um dos maiores registros da arquitetura colonial existentes no Paraná. Nesse período, foram inventariados, para fins de tombamento, mais de cinquenta prédios particulares, sobretudo na praça da Matriz. No entanto, somente foram preservados os dois exemplares tombados pelo Estado, únicos bens sacralizados que relembram aquele rico conjunto de edificações coloniais.

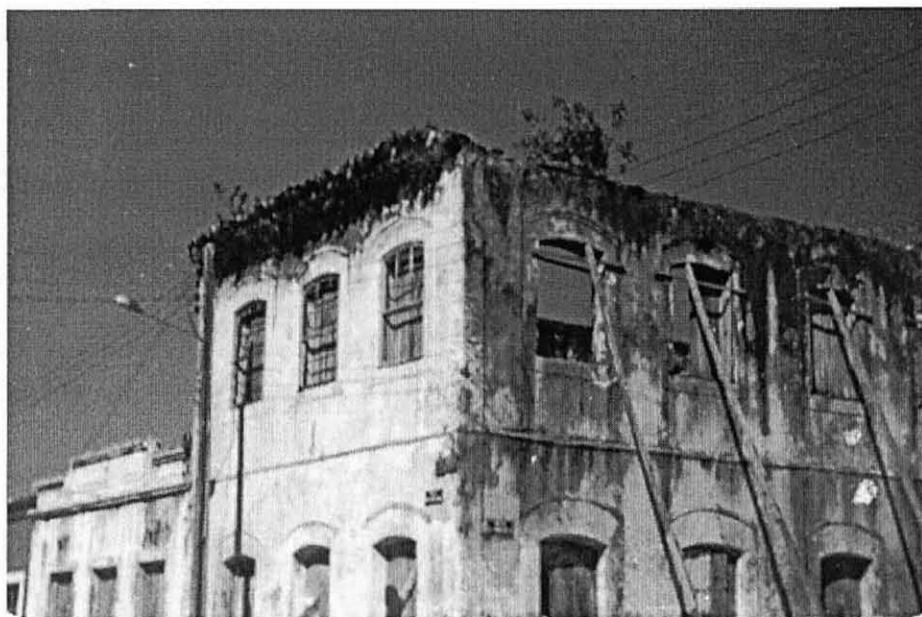


Foto 15 - Sobrado Colonial

O Sobrado Colonial, tombado em 1996, é um *significativo exemplar da linhagem de sobrados edificados consoante o partido colonial espalhado pelo país* (LYRA, 1994, p.83). Até recentemente considerava-se que teria sido retratado em aquarela de Debret de 1827, equívoco elucidado por José La Pastina Filho, coordenador regional do IPHAN que, em 1984, demonstrou ser a gravura a primeira

imagem conhecida da cidade de Paranaguá.¹⁹ De qualquer forma, a aquarela permite que se identifique no tempo e no espaço cidades imaginárias, como um grande quebra-cabeças montado a partir de parte de edificações e ruínas.

A Igreja Matriz de Nossa Senhora de Bonsucesso ou de São Luiz de França, como era originalmente conhecida, tombada em 1972, tem sua origem nos projetos de fortalezas que objetivaram proteger a entrada do porto de Paranaguá. *A obra foi realizada em alvenaria de pedra, apresenta características barrocas no seu frontão, é singela e harmoniosa, tendo merecido o tombamento federal pela conservação de suas linhas originais até o presente. (Livro do tombo Histórico II).*



Foto 16 - Igreja Matriz de Nossa Srª do Bom Sucesso ou de S. Luiz de França

Como as demais edificações religiosas do litoral, sofreu alterações. Contudo, Diferentemente do partido quase sempre adotado na região, a torre sineira, obra do século XIX, se fixa recuada, diante da sacristia, à qual dá acesso através de *porta emoldurada por requadro em cantaria, com verga e sobreverga arqueadas* (LYRA, 1994, p.83).

¹⁹José La Pastina Filho apresentou o resultado de suas investigações no Seminário “Tradição Contradição”, realizado pela Secretaria de Cultura do Paraná, em 1984. Segundo La Pastina, a aquarela destaca o Largo do Pelourinho, a Casa de Câmara e Cadeia, demolida em 1912, a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, o antigo Largo do Estaleiro e um casario na Atual Rua General Caneiro, além do perfil da Serra do Mar.

Antonina

Segundo relatos orais, a origem da Igreja de Bom Jesus do Saivá, tombada em 1970, confunde-se com a construção de uma capela na Fazenda da Graciosa, em 1714.



Foto 17 - Igreja de Bom Jesus do Saivá

Historiadores afirmam que a Igreja do Bom Jesus foi edificada pela Irmandade do mesmo nome (LEÃO, 1926-1929), em alvenaria de pedra. Restaurada em 1974, recuperou danos causados pelo desmoronamento parcial sofrido em 1913.

O conjunto tombado é formado pela Igreja, nave, capela-mor, sacristia e torre. A torre é posterior. Há sinais claros de ter havido campanário, que teria ruído, provavelmente. É o único exemplar antigo de arquitetura religiosa de Antonina que não sofreu modificações irreparáveis. (Livro do tombo Histórico, inscrição n° 25)

O Arquivo Municipal de Antonina, único exemplar de acervo documental tombado (em 1990) no Estado, é composto por documentação pública produzida pela Câmara Municipal e pela Prefeitura a partir do século XVIII.²⁰

²⁰Atualmente a documentação encontra-se seriamente prejudicada, devido às constantes inundações da edificação que a abriga. Sua conservação e manutenção estão sob a responsabilidade da Prefeitura do município.

Morretes

A garimpagem de ouro às margens do rio Nhundiaquara e o trabalho dos engenhos hidráulicos de beneficiamento de erva-mate sustentaram o crescimento da cidade de Morretes, originária da Freguesia de Nossa Senhora do Porto dos Morretes, desmembrada do município de Antonina (1841). A construção da Capela de Nossa Senhora da Guia ou de São Sebastião foi iniciada em 1779. Ampliada na metade do século seguinte em resposta ao crescimento populacional da região, recebeu novo estilo arquitetônico.

A Igreja de São Sebastião do Porto de Cima, tombada em 1963, registra esses ciclos econômicos em suas duas fachadas. A original correspondendo

[...] à fase áurea de Porto de Cima, é mais rica: o partido tradicional, de frontão triangular é ornado por um par de volutas, de desenho típico do século XVIII, sobrepostas ao seu ápice [...] A fachada atual, extremamente simples, compõe-se de um retângulo, vazado por uma porta de verga reta e um par de janelas de arco pleno, e coroado por um frontão triangular (LYRA, 1994, p.133).

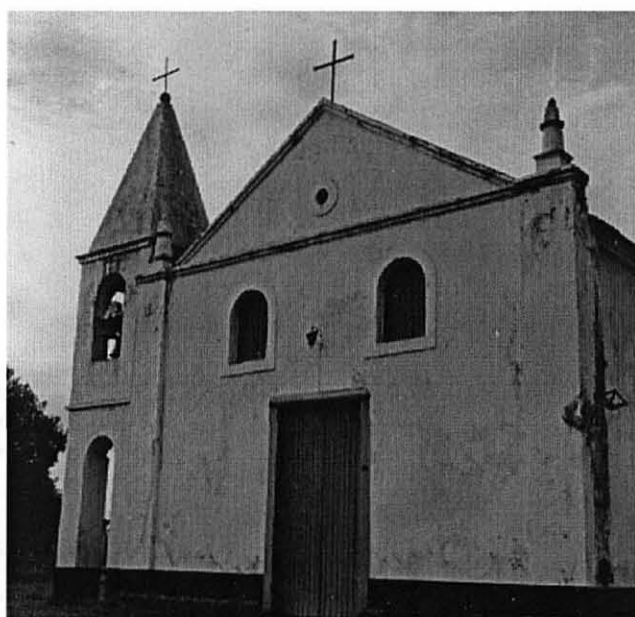


Foto 18 - Igreja de São Sebastião do Porto de Cima

Construída como uma pequena capela, foi posteriormente ampliada; trabalho que se estendeu por longo tempo, como consequência da transferência dos engenhos ervateiros para o planalto.

Curitiba

O Largo Coronel Enéas, conhecido como Largo da Ordem, foi um dos elementos definidores do traçado urbano de Curitiba. Nele iniciaram-se alguns dos principais eixos da cidade, tais como o Largo da Matriz, o espaço da Igreja do Rosário e o Alto do São Francisco. Destes locais, a cidade espreadiu-se, orientando a instalação de fazendas e ligando diferentes caminhos que atravessavam o planalto alcançando a passagem das tropas.

No Largo da Ordem está instalada a Casa Romário Martins, tombada em 1971. Seu tombamento fora previsto pelo Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba (1970). Único exemplar arquitetônico seguramente datado no século XVIII, passou por restaurações após ter sido desapropriada pela Prefeitura. A restauração, com base em documentação fotográfica anterior às reformas, devolveu-lhe o estilo colonial português.



Foto 19 - Casa Romário Martins

Inscrita no Livro do tomo como Imóvel situado no Largo Coronel Enéas n° 29/71, recebeu o nome de Casa Romário Martins, em homenagem ao historiador e homem público. Extensão do Arquivo Histórico da Região Metropolitana de Curitiba

para sediar o primeiro núcleo voltado à *preservação da memória urbana*, passou a abrigar em 1972, o Centro Cultural e o Arquivo Histórico. Em 1982 foi transformada em unidade da Fundação Cultural de Curitiba, ligada a diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural.

O Plano de Revitalização do Setor Histórico também eliminou o tráfego de veículos no *Largo da Ordem* recuperando a ambientação do final do século passado. Neste sentido, o conjunto preservado incorporou a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, construída em 1737, como Capela Nossa Senhora do Terço e tombada em 1965. Após a expulsão dos Jesuítas, foi doada aos religiosos da Ordem Terceira de São Francisco, que designaram o pátio como de São Francisco das Chagas (1752).

Historiadores consideram que do pátio que abrigou a Capela da Ordem surgiram as primeiras ruas da cidade, agregando casas de morada que, anteriormente, *erguiam-se cá e lá*, sem obedecer a nenhum traçado (HOLNER Jr., V. 1984).



Foto 20 - Igreja da Ordem Terceira de São Francisco

A Igreja da Ordem definiu os contornos do Centro Histórico de Curitiba. No final do século XIX, passou por reformas que alteraram sua estética original luso-brasileira, obedecendo ao gosto dos imigrantes europeus. Considerada a construção mais remota existente na cidade, a igreja foi dotada do [...] *partido arquitetônico dominante na época*,

através da preocupação formalista e do romantismo neomedievalista de que, no Brasil, os alemães foram os principais porta-vozes, sobretudo no que se refere à arte religiosa (LYRA, 1994, p.43). Atualmente, a Igreja abriga também o Museu de Arte Sacra da Diocese.

O conjunto tombado em 1966, no Alto São Francisco incorpora a praça Doutor João Cândido,²¹ as ruínas e um belvedere. Encontra-se localizado num dos pontos mais altos da região central da cidade. As ruínas testemunham da presença de frades franciscanos que escolheram o local para construir seu convento. Da proposta original, somente a capela foi erguida.

No início do século XX, a Prefeitura construiu junto as ruínas da capela um belvedere em estilo *art-nouveau*, com o objetivo *de aproveitar a vista da cidade*,²² a edificação é utilizada como sede da União Cívica Feminina.



Foto 21 - Belvedere e Ruínas na Praça João Cândido

O plano de recuperação da região do Centro Histórico incluiu um anfiteatro em alvenaria ao lado do belvedere, aproveitando o cenário das ruínas. Apesar das transformações, o conjunto continua a simbolizar um dos marcos iniciais do “nascimento” da cidade.

²¹João Cândido Ferreira (1064-1948), nascido na cidade da Lapa, foi presidente da Província do Paraná.

²²O estilo art-nouveau segue desenho influenciado pelo movimento de origem francesa.

Lapa

Logo após a fundação da Vila (1806), foi erguida a capela de Santo Antônio. Em torno dela e margeando a *rua das Tropas* começaram a surgir casas de comércio e de moradia. *A primeira casa de pedra e cal, aí feita, há mais de 20 anos, foi a de meu pai e, atualmente, existem casas construídas com tais elementos. Se o gosto delas ainda não é perfeito, são bem sólidas e próprias a serem transmitidas de pai a filho, como uma herança tradicional.* (relato de viagem de Salvador José Correia Coelho, em 1844, In *Cadernos do Patrimônio*, 1993).

Ainda que passando pelos principais ciclos econômicos que definiram o perfil do Estado (a invernagem, o mate e a exploração madeireira), o cenário central da cidade, expressão da economia tropeira, quase não foi alterado, mantendo-se razoavelmente preservados o conjunto arquitetônico colonial e o traçado urbano.



Foto 22 - Antiga Igreja Matriz de Santo Antônio

A antiga Igreja de Santo Antônio, tombada em 1972, *construída em alvenaria de pedra, dotada de nave, capela-mor, sacristia, consistório e torre* (Livro do Tombo Histórico, inscrição n° 35, 01.03.1.972), foi a primeira matriz da cidade. Mereceu de Debret uma aquarela (1827) que retrata a então Vila Nova do Príncipe. Edificada entre os anos de 1769 e 1784, viveu em permanente reformas e ampliações,

apesar disso [...] constitui um bom exemplo da arquitetura luso-brasileira da segunda metade do século XVIII, pelo emprego da técnica em pedra, pela torre sineira e pelo desenho barroco do frontão (LYRA, 1994, p.104).

O Setor Histórico da Lapa, tombado em 1989, abarca 235 imóveis em 14 quarteirões, formando a *significativa paisagem urbana da cidade*.²³ É o mais importante conjunto arquitetônico com características coloniais e um dos mais representativos do país.

A delimitação do *Setor* procurou preservar ainda a história de resistência dos lapianos, na Revolução Federalista de 1876. David Carneiro já defendia, desde a década de 1930, o tombamento da cidade por considerá-la *legendária e berço de heróis*, símbolo da luta pela República.

Balsa Nova²⁴

Conhecida originalmente como Conceição de Tamanduá, lugar de moradia de muitos comerciantes de tropas do Sul do Brasil, Balsa-Nova está ligada ao tropeirismo e à pecuária (MARTINS, 1939).

A Capela de Nossa Senhora da Conceição de Tamanduá, tombada em 1970, data de 1730 e está erguida em alvenaria de pedra argamassada sobre restos da capela pioneira construída em madeira, por padres da ordem Carmelita, no século XVII. A imagem da padroeira veio de Portugal, no início do século XVIII, para compor a capela pioneira – atualmente, encontra-se entronizada na Igreja Matriz de Palmeira (LYRA, 1994, p.12).

²³Ao todo são 235 lotes de formato e dimensão diversificados; em 222 destes lotes foram identificadas 258 edificações, os 13 restantes estavam vagos. A área tombada é de 23,41 hectares, 20% destinados à circulação de veículos e pessoas, 2% a espaços públicos abertos e 78% com edificações (Cadernos do Patrimônio, 1993).

²⁴Além da Capela, especialistas destacam no município a Fazenda dos Carlos como merecedora de ser tombada, por guardar um valioso conjunto de edificações, exemplares típicos do ciclo econômico do tropeirismo (EAGU, 1996). A fazenda já era mencionada por viajantes e tropeiros, aparecendo em mapa datado de 1.728.



Foto 23 - Capela de Nossa Senhora da Conceição de Tamanduá

A construção passou por várias restaurações (1820 e 1906), a última aconteceu em 1978, recuperando a singela construção de dois corpos, composta por nave e sacristia lateral, coberta por telhas de duas águas.

Castro

Os Campos Gerais começaram a ser explorados no início do século XVIII, por colonizadores portugueses e seus descendentes, representantes da elite paulista e parnaguara. Nesses campos, contornando habilmente resistências oficiais, algumas propriedades ultrapassaram os limites estabelecidos pela Corte. Foi o que ocorreu com o clã de Pedro Taques que conseguiu delimitar [...] *o imenso latifúndio familiar dos Taques de Almeida, abrangendo a área correspondente, hoje, aos municípios de Jaguariaíva, Pirai do Sul, Castro e parte de Ponta Grossa* (Cadernos do Patrimônio, 1985, p.23).

Baseada na grande propriedade, a economia da região expandiu-se aliando o tropeirismo à exploração dos ervais nativos e dos engenhos de soque de mate. Para estabelecer parte da população que transitava pela região, os sesmeros autorizaram a formação de uma pequena vila, surgindo, então, a par dos pousios e invernadas, um pequeno povoado que se transformou na cidade de Castro.

Como registro da memória do período áureo da erva-mate e da vida campeira foi organizado o Museu do Tropeiro, tombado em 1978 composto por rico acervo doado por famílias abastadas do município.



Foto 24 - Museu do Tropeiro

Instalado em casa de paredes de taipa, que [...] *pertenceu a Carneiro Lobo, construída sobre uma base de pedras com colunas de madeira que sustentam toda a estrutura da cobertura (Livro do tombo Histórico, inscrição n.º 63)* foi restaurada com o auxílio do patrimônio histórico nacional.

A peculiaridade da ocupação da região do Paraná, uma das últimas Províncias a tornar-se independente, influenciou as características definidoras dos bens sacralizados como patrimoniais. Esses conjuntos arquitetônicos ou sítios relevantes de tradição luso-brasileira transformaram-se em expressão e testemunho da *história tal como verdadeiramente ocorreu*. Firmaram-se assim como referências para a história, a cultura e a política. Como os demais bens que definiram o século XVII, as unidades inscritas nos Livros do tombo reforçam a importância da Igreja Católica e seus ícones, ao mesmo tempo em que enfatizam e demarcam os ciclos econômicos do Estado.

4.3 O PARANÁ SE IMPRIME NO BRASIL

No início do século XIX, as cidades mais importantes no Paraná ainda continuavam sendo Curitiba e Paranaguá. Ao lado delas vinham sete vilas: Guaratuba, Antonina, Morretes, S. José dos Pinhais, Vila Nova do Príncipe (Lapa), Castro e Guarapuava; seis freguesias: Campo Largo, Palmeira, Ponta Grossa, Jaguariaíva, Tibagi e Rio Negro; e, quatro capelas: Guaraqueçaba, Iguassú (Araucária), Votuverava e Palmas (MARTINS, 1939, p.469).

Após a transferência dos engenhos de soque do mate do litoral para o planalto, parte importante do capital proveniente da economia ervateira foi deslocada para a região de Curitiba e dos Campos Gerais. As antigas construções de engenhos, assim como as relações de trabalho, não resistiram ao abandono, sendo descaracterizadas ou demolidas, perdendo-se enquanto memória de um período de intensa atividade da população litorânea.

Até meados do século a maioria da população da 5ª Comarca era composta por portugueses e seus descendentes, concentrando-se na faixa do litoral e na região do Planalto Curitibano. Sua economia era baseada, nas fazendas de invernagem e na exploração da erva-mate. As demais regiões formavam *um imenso e desabitado território*, com pequenos vilarejos, sítios e fazendas, empurrando os remanescentes dos grupos indígenas cada vez mais para o interior. Nas frêgias das grandes fazendas e das usinas de soque de mate, sobrevivia o caboclo, vendendo sua mão-de-obra e produzindo para subsistência. O cenário socioeconômico e cultural da Comarca não tinha sofrido alteração significativa.

Após o declínio do comércio sorocabano de muares, os fazendeiros tentaram retomar a criação do gado bovino já desvalorizado, preterido que fora pela invernagem. A decadência das fazendas de criação provocou um surto de empobrecimento das famílias fazendeiras, desagregam a economia patriarcal, o que afetou os rumos do Paraná no século seguinte. Como consequência, houve êxodo para as cidades e liberação de mão-de-obra escrava. A partir de então, os cativos foram arrendados ou vendidos a paulistas, o que levou a um rápido declínio na quantidade de escravos.²⁵

²⁵Principalmente a partir de 1860, Santos, 1974.

A invernagem quase nada deixou de *pedra e cal* nos espaços rurais que ocupou,²⁶ mesmo porque exigia uma população flutuante, em constante deslocamento, acomodada em acampamentos. Os fazendeiros, por seu lado, construíam suas casas de morada nas cidades – Curitiba, Castro, Ponta Grossa, São Paulo e até mesmo na Capital Federal. Os negócios da fazenda ficavam a cargo de administradores e o descaso para com as edificações era constante. Poucas foram as casas de fazenda com estilo construtivo próprio que conseguiram impor-se enquanto bem edificado importante. *Dentro de alguns anos, se a igreja resistir às injúrias do tempo, o nome de D. Magdalena passará, talvez, à memória dos novos habitantes da localidade, como uma legenda confusa. Os herdeiros de seu domínio, sem dúvida, o fragmentaram, e como tantos outros, foram se refugiar nas cidades* (PINHEIRO MACHADO, 1963, p. 25).

Nesse período, a erva-mate²⁷ surgia como alternativa para enfrentar a desaceleração da economia tropeira. Por isso mesmo a elite campeira não perdeu espaço político e pôde negociar a emancipação da 5ª Comarca de São Paulo. Em 1853 nascia a Província do Paraná. Curitiba, que até então vinha se firmando como centro político, assumiu a condição de capital da Província, outra conquista da elite campeira.

A construção da estrada da Graciosa (1873) e, posteriormente, a da ferrovia para o litoral (1885),²⁸ capitaneada por esta elite, foram decisivas para o fortalecimento da cidade. A estrada da Graciosa permitiu o tráfego de carroças e veículos motorizados, agilizando a ligação entre o planalto e o Porto de Antonina, o que tornou viável a economia agro-exportadora local.²⁹ Até então, a comunicação com o litoral era feita por antigas trilhas indígenas em plena Serra do Mar: Itupava, Graciosa, Arraial Grande e Ambrósios, que se confundiam em muitos momentos com picadas abertas na floresta Atlântica. Os Caminhos da Graciosa e o de Itupava já haviam sido utilizados

²⁶O fazendeiro arrendava toda a organização da fazenda, que continuava sob a sua administração e geralmente por meio de um capataz. Pinheiro Machado, 1963, p.19.

²⁷Conta-se que foram os jesuítas os primeiros divulgadores do chá de erva-mate e de seus benefícios, já conhecidos dos indígenas. O comércio da erva-mate começou a expandir-se na Comarca no início do século XIX. Em 1826 o produto era exportado para os mercados do Prata - Uruguai, Chile e Argentina.

²⁸A Estrada de Ferro e da Graciosa, além de importantes para o desenvolvimento econômico do Estado, constituíram desafio para a engenharia nacional por terem vencido a Serra do Mar.

²⁹O traçado da *Graciosa* transformou-se em disputa entre Paranaguá e Antonina. Paranaguá defendendo o traçado da estrada via Serra do Mar, pelo antigo *Caminho de Itupava*, que vinha do litoral para Curitiba.

por faiscadores de ouro que abriram diferentes trilhas seguindo em direção ao planalto. Após a fundação de Curitiba, essas trilhas, adaptadas para receber trânsito de animais, tornaram-se as principais rotas de transporte de mercadorias. No início do século XIX, o Caminho de Itupava foi calçado em pedra entre Borda do Campo e Porto de Cima. Além deste, havia o Caminho do Arraial Grande que ligava a região de Morretes a Curitiba, pelo sul, onde atualmente fica o município de São José dos Pinhais. Mais ao sul, vinha o Caminho dos Ambrósios, que fazia a ligação da região de Joinville, Santa Catarina, ao planalto paranaense. Por ele transitavam as tropas vindas do Rio Grande do Sul, passando por Lapa, São José dos Pinhais e Campo Largo, nos perímetros do município de Curitiba. Havia ainda o Caminho de São Luiz, ligando a capital aos Campos Gerais, que atravessava as grandes fazendas de gado e as invernadas, saindo em direção a Ponta Grossa.

A construção da estrada de ferro também facilitou o comércio de animais, madeira e mate via litoral e dinamizou a construção de indústrias manufatureiras, depósitos, áreas de carga e descarga. Acompanhando o traçado das estradas e devastando os pinheirais, surgiram inúmeras serrarias, muitas delas pertencentes aos recém-chegados imigrantes europeus, que iriam transformar o perfil arquitetônico das cidades paranaenses.

A visita do Imperador D. Pedro II à Província (1880) agilizou reformas urbanas que modificaram o desenho das cidades que visitou. A acanhada Curitiba preparou-se para ser vista como uma cidade cosmopolita. A Igreja Matriz, quase totalmente demolida, recebeu a tendência neogótica.³⁰ A antiga Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas foi reformada bem ao gosto dominante na arte européia. Além dessas reformas, foram construídos diversos sobrados seguindo o modelo *neoclássico*,³¹ apresentando vãos de arcos plenos, platibandas e elementos decorativos greco-romanos (Plano de Revitalização, 1970).

³⁰A Igreja foi terminada de construir em 1.893. O estilo neogótico, oriundo do Romantismo europeu, foi utilizado no Brasil paralelamente ao neoclássico e, preferencialmente, em construções religiosas. É considerado uma variante do ecletismo.

³¹Segundo Plano de Preservação do Acervo..., 1977,: a edificação neoclássica caracteriza-se pelo arcabouço em alvenaria de tijolo, cobertura em quatro ou duas águas: telha tipo capa-e-canal, francesa e alemã; beirais de cimalha ou platibanda, vãos em verga reta em arco plano; pilastras, capitéis greco-romanos, jarras, pinhas e estatuetas sobre a fachada principal.

A entrada de imigrantes europeus, após mais de 200 anos do início da construção *da comunidade paranaense*, modificou as estruturas econômica, política e cultural da Província. O processo imigratório trazia em sua gênese os propósitos de *branquear* a população e preencher os *espaços vazios*, [...] *na maior parte do território o vazio era absoluto: eram os “campos gerais”, era a floresta, era a Serra do Mar* (MARTINS, 1955, p.71).

O imigrante *morigerado e laborioso*, segundo discurso de Presidente da Província, chegou ao país com o objetivo de utilizar as riquezas que, em sua visão, *jaziam à espera do desenvolvimento*.³²

Apesar de ter respondido afirmativamente aos apelos do Brasil, a imigração européia não recebeu incentivos necessários para sua fixação. A maioria dos *colonos*³³ que aportou em terras paranaenses não teve apoio logístico ou econômico. Muitas vezes foram deixados sobreviver à própria sorte, enfrentando situação difícil para instalar-se.³⁴ Quando chegavam, começavam

[...] por erguer apressadamente uma casa provisória, onde vive os primeiros tempos, e ao lado da qual constrói, mais tarde a definitiva, ficando a primeira como depósito ou galpão. Aquela, como é fácil supor, é tudo o que há de mais rústico, e assim não nos surpreende o espanto de Antônio Pospissil, quando foi acolhido, na viagem de Antonina para Curitiba, numa casa de alemães - “mas em que casa morava aquele homem! Pensamos que tivéssemos entrado num cercado de porcos. As paredes decaídas, a casa toda descoberta, de maneira que de dia entrava o sol e de noite a lua (MARTINS, 1955, p.64).

A entrada maciça de imigrantes modificou profundamente o perfil populacional do Estado. Seu tipo físico e sua dedicação ao trabalho, forjaram o mito do paranaense europeizado, *Bem diferente dos mestiços que povoam os arredores de Itapéva, os habitantes dos Campos Gerais de Curitiba são geralmente grandes e bem feitos. Têm cabelos castanhos e são corados. Sua fisionomia traz impresso a bondade e a inteligência*.(SAINT-HILAIRE, 1978).

³²Entre os anos de 1.868 e 1.878, foram instalados na Província 60 núcleos coloniais, oficiais e particulares (Martins, 1955, p.74). Mais 41 núcleos foram instalados entre 1.878 e 1.896, perfazendo um total de 101, nesta que foi considerada o primeiro período de colonização, Martins, 1955, p.75.

³³O termo *colono* é uma designação nativa utilizada para definir, em sua totalidade, os imigrantes e seus descendentes.

³⁴Somente após a emancipação da Província o processo ganhou amplo apoio oficial. As primeiras experiências com a vinda de imigrantes datam de 1829 com a entrada de alemães, na região de Rio Negro.

Os imigrantes contribuíram também de forma peculiar no sistema de construção civil, na arquitetura de casas, edifícios públicos, igrejas e casas de fazendas, assim como no ensino formal e na expressão artística impressa na pintura, na escultura, na literatura e na música.

Os alemães foram os primeiros a aportar em terras paranaenses por volta de 1829. Instalaram-se nas cidades influenciando a arquitetura de edifícios e casas e introduziram novos métodos construtivos, com estrutura independente de madeira, caracterizada por enxameis e linhas curvas. Suas edificações, algumas preservadas, cobrem o período entre as duas últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do XX. Os italianos marcaram também as construções nos bairros onde se instalaram, além de diversos edifícios públicos³⁵. Diferentemente da arquitetura alemã os desenhos das residências italianas, em grande parte de alvenaria com dois pavimentos e sótão, tendiam para a forma retangular e simétrica. Por sua vez, os poloneses dedicaram-se a produzir e comercializar produtos agrícolas. Construíram suas habitações em madeira, com troncos de pinheiro encaixados que dispensavam o uso de pregos. Após a instalação de serrarias passaram a utilizar tábuas cerradas. Suas casas, com amplas varandas e altas cumeeiras ornadas por lambreguins, difundiram-se por toda a região do planalto curitibano (Plano de Preservação..., 1977).

No entanto, foram os provenientes do desenvolvimento do comércio ervateiro, os responsáveis pelo surto construtivo da segunda metade do século XIX. Em algumas cidades, ricas e suntuosas moradias, sede de órgãos públicos, igrejas e capelas foram erguidas, tendo nos imigrantes os projetistas e a mão-de-obra. É desse período a maior parte do patrimônio arquitetônico tombado no Estado.

As elites paranaenses, com os olhos voltados para a Europa, consideraram o estilo eclético dos imigrantes como opção *mais refinada frente ao colonial*, que

³⁵Segundo Sutil, 1997, a firma *Bortolo Bergonse & Cia, engenheiros, arquitetos, construtores e empreiteiros*, fundada em 1912 por Bortolo e Pedro Bergonse tornou-se a maior e mais bem conceituada construtora da capital.

imperava até então³⁶. Desta forma, o ecletismo espalhou-se dos palacetes, das mansões e edificações públicas para as residências populares. Estas passaram a empregar adereços que personificavam fachadas e interiores, afastando-se da simplicidade das casas de estilo luso-brasileira.

Antigas construções coloniais, casas térreas e de pau-a-pique, foram demolidas e substituídas pelas de alvenaria. Materiais importados como o ferro, para as estruturas internas e gradis, peças de louça e novos tipos de telhas, conhecidas como *alemãs* entraram no mercado. Além disso, o partido arquitetônico foi alterado com a elevação das cumeeiras para utilização do sótão, especialmente sofrendo influência da arquitetura alemã e italiana (Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba, 1970).

As cidades viram surgir sobrados e igrejas com torres em formato de agulha, lembrando construções européias.³⁷ O cenário urbano agregou novos projetos arquitetônicos, desenhos de fachadas, praças, jardins e igrejas e, principalmente, inovou nos trabalhos em madeira, considerados colaboração específica da imigração. Assim como as edificações ecléticas os lambrequins, ornamentos recortados em madeira ou chapa metálica pendentes do beiral dos telhados, e a *casa de troncos* são exemplos típicos da estética da imigração.

Na virada do século, sob a influência da indústria madeireira, as casas em madeira tornaram-se comuns na paisagem curitibana, embora expulsas da região central. Famílias que não pertenciam à elite paranaense construíam suas residências com apenas as fachadas em alvenaria, obedecendo à legislação vigente, tornando-se expressão peculiar das casas curitibanas.

³⁶O eclético foi o estilo arquitetônico predominante em várias cidades do Brasil na virada do século XIX. Sua característica principal foi reconsiderar as regras de composição da arquitetura à luz de uma intenção decorativa, sem muito rigor. Incorporou elementos do gótico, do renascentista, do barroco, do neoclássico, do romântico e de outras tendências, formando uma síntese única. São considerados pioneiros do estilo eclético em Curitiba Christian Strobel e seu filho Gustav, Gotlieb Wieland, Henrique Warneck e Augusto Huebel, Sutil, 1997, p.4.

³⁷O estilo eclético consiste na expressão plástico-arquitetônica típica da segunda década do século XIX e primeiros trinta anos do XX. Utiliza vocabulário ornamental exterior de origens diversas. Não possui expressão própria como volume ou implantação, expressa-se pelo tratamento decorativo das fachadas externas. Caracteriza o estilo da maioria das unidades de preservação do Paraná.

A constituição da Província, a multiplicação de estradas, a modernização dos transportes, a definição de novos espaços de trabalho e comércio impulsionaram a construção e o desenvolvimento de vilas e cidades e estabeleceram novos atores sociais.³⁸

4.3.1 A Supremacia do Ecletismo

Casas, igrejas, edifícios públicos ligados a personalidades e a fatos importantes, exemplares da arquitetura eclética característica da imigração, constituem o patrimônio edificado no século XIX. São 41 unidades tombadas que representam os ciclos econômicos, as lutas políticas e a nova conformação da população paranaense.

QUADRO 9 - UNIDADES PATRIMONIAIS REFERÊNCIAS DO SÉCULO XIX NO PARANÁ

LOCAL	QUANT.	TIPO DE BEM
Paranaguá	3	Palacete Visconde de Nácar; Estação Ferroviária; Imagem de Santa Luzia*.
Morretes	2	Igreja de São Benedito; Casa de Rocha Pombo.
Curitiba	15	Solar do Barão do Serro Azul; Casa da R. Solimões; Palacete Wolf; Teatro 13 de Maio; Panteão do Cemitério de Santa Felicidade; Estação da Estrada de Ferro de Curitiba e Viaduto João Negrão; Praça Eufrásio Correia; Sobrado - Hotel Roma; Sobrado - Hotel Tassi; sobrado à Rua Barão do Rio Branco 763; Antigo Palácio do Governo; Casa Emílio Romani; Palácio Rio Branco - sede da Câmara; Casa - Museu Alfredo Andersen; Paisagem urbana
Araucária	1	Casa do Cavalo Baio
Piraguara	1	Casa colonial
Campo Largo	1	Museu - Engenho de Mate de Rondinha
Ponta Grossa	1	Estação de Passageiro da Estrada de Ferro
Palmeira	2	Solar do Conselheiro Jesuíno Marcondes; Ponte sobre o Rio dos Papagaios
Lapa	6	Casa de Câmara e Cadeia; Casa da R. Francisco Cunha; Casa Cel. Lacerda; Teatro São João; Museu de Armas; Casa Vermelha
Castro	6	Fazenda do Capão Alto; Casa na R. Jorge X. da Silva; 2 casas, ambas na Praça Manoel Ribas; 2 casas, na Praça Getúlio Vargas
Jaguariaíva	1	Igreja Bom Jesus da Pedra Fria
Guarapuava	1	Casa do Visconde de Guarapuava
Mal. Mallet	1	Igreja do Arcanjo Miguel

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Coordenadoria do Patrimônio da Secretaria de Estado da Cultural

(*)Roubada em 1.993.

³⁸As décadas finais deste século foram marcadas pelo ambiente pós-proclamação da República (1889), com o Paraná recebendo a notícia da proclamação via telégrafo, pois o partido Republicano ainda não estava organizado na Província, apesar de o movimento possuir alguns defensores em Curitiba e Paranaguá. Em 1886 tinha sido fundado o jornal “A República” e futuros líderes republicanos, como Vicente Machado e Generoso Marques, começavam a despontar. Como em todo o país, a Proclamação aconteceu sem a participação efetiva da população e não trouxe mudanças significativas para o Estado, os primeiros dois anos foram uma sucessão de governadores, em número de sete, nenhum deles paranaenses, frustrando assim a pretensão dos *da terra* de colocar no cargo alguém ligado aos interesses do novo Estado.

Paranaguá

Por quase todo o século XIX, a cidade de Paranaguá, principalmente em função de seu porto, continuou importante centro cultural, político e econômico, apesar da transferência dos poderes políticos (Ouvidoria, 1812 e capital da Província, 1853). Porta de entrada das importações e centro exportador do comércio de erva-mate, parte de suas construções arquitetônicas traduziu a riqueza desse período.

Um desses exemplares é o Palacete Visconde de Nácar, tombado em 1966 construído em 1856. O palacete serviu de moradia à família de Manoel Antônio Guimarães,³⁹ grande comerciante, importador e exportador da erva-mate. Nele hospedou-se D. Pedro II quando de sua visita à região.

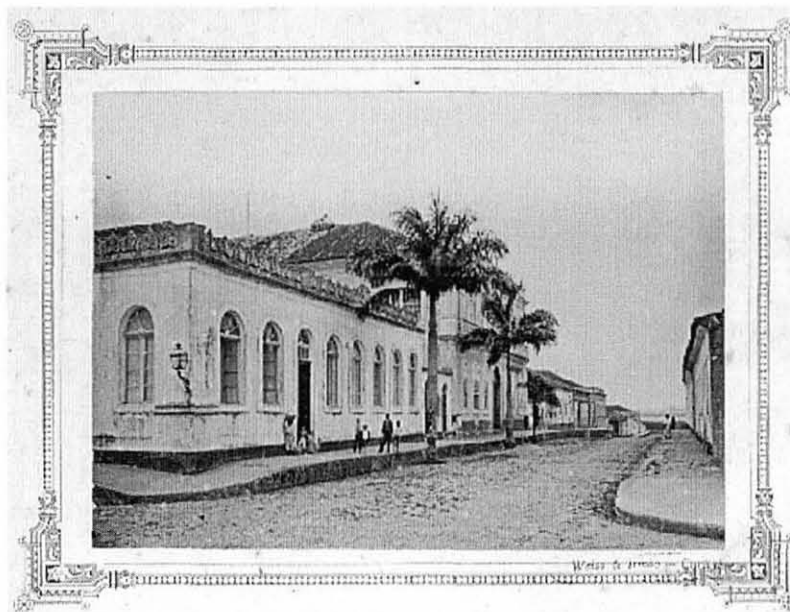


Foto 25 - Palacete Visconde de Nácar

O edifício demonstra influência da arquitetura neoclássica, em voga no Brasil após a vinda da Missão Artística Francesa em 1816, a convite da família real.

Sobrado em alvenaria de pedras, soleiras e requadros das janelas da fachada em granito. As esquadrias são de madeira. A cobertura, originalmente em telhas de barro capa e canal foi substituída por telhas francesas. Ainda conserva no jardim lateral os desenhos e os bancos com as iniciais do Visconde de Nácar (Livro do tombo Histórico, inscrição n° 16).

³⁹Manuel Antônio Guimarães (1813-1893) foi um dos mais expressivos homem público e exportador de erva-mate em Paranaguá, durante todo o século XIX.

Alguns historiadores supõem que o Visconde tenha construído o palacete visando à sua ocupação pela sede do governo Provincial, após a emancipação, cuja capital seria Paranaguá. Em 1910, o imóvel foi vendido para a Prefeitura, que ali se instalou juntamente com a Câmara municipal. Restaurado em 1985, é ocupado pela Câmara.

O fausto da economia ervateira também possibilitou a construção do conjunto que compõe a Estação Ferroviária D. Pedro II, (tombada em 1990), cuja pedra fundamental foi lançada na presença do Imperador. Concluído três anos após sua visita, o *monumento representativo* é memória do avanço técnico da engenharia nacional e da modernização dos transportes.



Foto 26 - Estação de Passageiros da Estrada de Ferro

Com linguagem arquitetônica do ecletismo, o prédio é marcante na paisagem urbana da cidade. Possui pórtico frontal como colunas e diversos elementos decorativos sobre as portas, janelas, cimais e cunhais internos. [...] É ladeado por muros de alvenaria e jardins internos (Livro do tombamento Histórico, inscrição nº 108).

Desse período, um objeto sacro foi tombado, a Imagem de Santa Luzia, (tombada em 1966) toda em madeira com 0,65m. de altura.⁴⁰ Entalhada por artista desconhecido, a imagem, sob a guarda da Igreja de São Benedito, possui reconhecida qualidade artística.

⁴⁰Lyra (1994) cita como tombado um crucifixo em madeira, também datado do século XIX, pesquisas na documentação sob a guarda da Coordenadoria do Patrimônio da Secretaria da Cultura não localizaram registro deste objeto sacro.



Foto 27 – Santa Luzia

Logo após sua inscrição no Livro do Tombo das Belas Artes, a imagem foi restaurada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

***M**orretes*

Até o início do século XIX, o município de Morretes era o mais importante entreposto comercial entre o litoral e o planalto. Passagem para as embarcações que vinham de Paranaguá, congregava engenhos de beneficiamento de erva-mate. Após a construção da Estrada de Ferro ligando Curitiba ao litoral e a transferência dos engenhos de soque para o planalto, a região sofreu declínio econômico.

A perda de poder político e financeiro refletiu-se na construção da Igreja de São Benedito, (tombada em 1963) no Largo Marechal Floriano. Edificada pelos sócios da Irmandade de São Benedito formada *por escravos e pessoas livres*.

Compõe-se sua arquitetura do esquema edificado mais simples da tradição religiosa: nave, torre-sineira e capela-mor. Os beirais diferentes da nave permitem supor que as duas partes da igreja foram construídas em épocas diversas. O maior interesse pelo tombamento deve-se ao altar-mor e ao grupo de imagens de diferentes épocas que o compõem (POLINARI, 1991).



Foto 28 - Igreja de São Benedito

[...] Internamente o maior interesse está no altar-mor, com um grupo de imagens de diferentes épocas, sobressaindo-se entre todas a do padroeiro, o glorioso São Benedito (LYRA, 1994, p.133).

Outra edificação tombada no município é Casa de Rocha Pombo (tombada em 1993). De um pavimento em pedra e tijolos, sem qualquer relevância arquitetônica foi construída próxima ao rio Nhundiaquara, em data não definida.

Foto 29 - Casa de Rocha Pombo (foto não disponível no arquivo da Coordenadoria de Patrimônio)

A justificativa para seu tombamento considerou a figura de *um dos mais importantes historiadores do Estado*, quando da comemoração do centenário de nascimento de José Francisco da Rocha Pombo, em 1957.⁴³ Desde a recuperação do imóvel, nele está instalada a Biblioteca Municipal. (Livro do tombo Histórico, inscrição 40).

Curitiba

Quando de sua elevação à capital, Curitiba foi assim descrita por Romário Martins [...] *uma insignificância que de cidade só tinha o predicamento oficial* (MARTINS, 1994, p.228). Já no final do século, a cidade recebeu inúmeras construções que transformaram seu perfil urbano.

Muitas dessas edificações foram sacralizadas patrimônio do Estado, símbolos referenciais do fortalecimento da Província e de sua capital.

A casa do Barão do Serro Azul (1855), (tombada em 1978) concebido por engenheiros italianos, serviu por dez anos de habitação à família de Idelfonso Correia, rico comerciante de madeira e erva-mate.⁴⁴ Fatos históricos fizeram da figura do Barão do Serro Azul referencial para o imaginário paranaense. Acusado de colaborar com os vencidos na Revolução Federalista, o barão foi sumariamente fuzilado. Seu enterro em Curitiba constituiu um grande evento, agregando os descontentes com os rumos políticos do governo federal e acirrando rivalidades locais.

Depois da morte do Barão, o Solar sediou o 5º Distrito Militar, que adquiriu o imóvel em 1912 e o ocupou até 1975.

⁴³José Francisco da Rocha Pombo foi historiador, jornalista, professor, poeta, político e filólogo, é considerado um dos principais nomes da literatura paranaense do final do Século XIX e início do XX. Nasceu em Morretes em 1857 e faleceu no Rio de Janeiro em 1933. Foi um dos iniciadores do Movimento Simbolista participando do Club Curitibano, do qual faziam parte Dario Vellozo e Júlio Perneta. Dentre seus trabalhos destacam-se *O Paraná no Centenário, 1500-1900* e *História do Brasil*, em dez volumes.

⁴⁴Foram os engenheiros italianos Angelo Vendramin e Batista Casagrande os responsáveis pela construção do Solar.



Foto 30 - Solar do Barão do Serro Azul

O município de Curitiba, através de permuta, restaurou o Solar com base em documentação iconográfica. Após o tombamento, *o mais imponente sobrado construído na capital* recebeu as instalações da Casa da Gravura e outras atividades da Fundação Cultural.



Foto 31 - Palacete Wolf - Fundação Cultural

Outra edificação construída no mesmo período é o Palacete Wolf (tombado em 1981) que, além de ser um significativo exemplar dos sobrados coloniais espalhados pelo país, espelha a técnica construtiva regionalizada com contribuições do imigrante alemão. Localizado na esquina da Rua do Rosário com a Praça Garibaldi, no

centro histórico da cidade, próximo ao Largo da Ordem, além de moradia, sediou as instalações da Prefeitura e da Câmara da cidade. Foi desapropriado em 1974, para abrigar a Fundação Cultural de Curitiba.

O ecletismo de sua arquitetura é expresso pela convivência de influências do neoclássico, urbano por excelência, *com elementos culturais de origem germânica típicos de suas edificações rurais* (LYRA, 1994, p.48).

O conjunto de edificações que compõem o antigo complexo da Estação da Estrada de Ferro (tombada em 1976) está localizado em região importante no processo de *invenção* da história da cidade e do Estado. A partir da Estação foram definidos espaços e contornos da expansão urbana e das redes de sociabilidade de Curitiba no final do século XIX e início do XX. Era o ponto de chegada e de encontro de imigrantes, viajantes e comerciantes que vinham ou deixavam a capital rumo ao litoral.⁴⁵ A inscrição no Livro do tombo assegura o valor histórico do conjunto *por ter sido palco de importantes acontecimentos da história do Paraná* (Livro do tombo Histórico, inscrição n° 56).



Foto 32 - Estação Ferroviária

⁴⁵No final da década de 1920 o pai do artista Poty Lazzarotto adaptou parte de sua residência para abrir um restaurante. Antigo funcionário da Rede Ferroviária, Isaac Lazzarotto e sua esposa serviram refeições por mais de três décadas. A partir do final dos anos de 1940 e até seu fechamento em 1957, o restaurante, com o nome de Vagão do Armistício, acolheu políticos, artistas e intelectuais, que o transformaram em espaço de sociabilidade obrigatório na cidade (Rolim, 1997).

Após a consolidação do transporte ferroviário em 1894, a antiga edificação foi ampliada, erguendo-se sobre a planta original mais um andar. O projeto de engenheiro italiano⁴⁶ incluiu a Estação da Estrada de Ferro e a plataforma de embarque. Do conjunto tombado, também faz parte o Viaduto João Negrão. O viaduto tem sua origem na antiga ponte sobre a rua Schmidlin, inaugurada em 1885 para passagem da linha do trem. Quando foi necessário aumentá-lo, a nova construção em estrutura metálica, importada dos Estados Unidos (1944), ficou conhecida como *Ponte Preta*, devido a cor com que foi pintada.



Foto 33 - Viaduto João Negrão - Ponte Preta

A velha Estação e a *Ponte Preta* (tombada em 1976) permaneceram ativas até a década de setenta. Após a construção da Rodoferroviária, foi instalado um museu no edifício tombado da Estação, sob a responsabilidade da Rede Ferroviária Federal.⁴⁷

⁴⁶Engenheiro Michelângelo Cuniberti.

⁴⁷O conjunto tombado da Estação passou a sediar, a partir de 1997, um grande Centro de lazer e compras. O projeto arquitetônico, gerou controvérsias entre instituições responsáveis pelo tombamento no Estado. O conjunto abriga ainda o Museu do Transporte Ferroviário, cláusula obrigatória no contrato para utilização do imóvel tombado.

De frente à Estação da Estrada de Ferro, alguns anos antes, a região ao redor da Praça⁴⁸ era [...] com solo ainda pouco firme, semipantanoso, tinha apenas três ou quatro casas, ligadas por cercas de ripas ou tábuas. A praça fronteira à estação era um matagal de vegetação baixa, que era utilizado para toscas vassouras (FERREIRA DO AMARAL, Imóveis tombados pelo patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, s.n.t.).



Foto 34 - Praça Eufrásio Corrêa

Pela movimentação que acolheu, o espaço “naturalmente” transformou-se na atual Praça Eufrásio Corrêa (tombada em 1982). O conjunto tombado inclui:

[...] um chafariz, com uma ninfa de bronze de procedência francesa. No quadrante situado entre a Rua Barão do Rio Branco e Avenida 7 de Setembro, encontra-se uma luminária da mesma época da instalação do chafariz e uma estátua de bronze ‘O Semeador’ de autoria do artista paranaense Zaco Paraná, presente da colônia polonesa à cidade de Curitiba, por ocasião do Centenário da Independência do Brasil, em 1922 (Livro do tombo Arqueológico, Etnográfico e Histórico, inscrição n° 16).

Também compõe a paisagem da Praça Eufrásio Corrêa a Casa Emílio Romani (tombada em 1978) edificada na segunda metade do século XIX.

⁴⁸O espaço da Praça Eufrásio Correa há havia recebido diferentes denominações: Potreiro Bittencourt, Campo Schmidlin, Praça da Estação e Praça da Estação de Bondes (Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, inscrição n° 16).



Foto 35 - Casa Emílio Romani

Seu estilo arquitetônico, influenciado pela estética italiana, constitui um rico exemplar da arquitetura eclética, expressado na beleza de sua *galeria porticada de seis arcos, encimada por terraço* (LYRA, 1994 p.38). A Casa, na verdade um imponente casarão, sediava a firma de Emílio Romani.⁴⁹ Quando do tombamento, por solicitação dos proprietários, recebeu o nome de seu antigo morador imigrante italiano bem-sucedido.

Do lado oposto à plataforma de embarque da Estação Ferroviária localiza-se a atual sede da Câmara Municipal de Curitiba, também conhecida como Palácio Rio Branco (tombada em 1977). *Um dos mais significativos edifícios históricos de Curitiba* (LYRA, 1994, p.49), demonstra o gosto pela monumentalidade e simetria.

Em alvenaria de tijolos, com dois pavimentos e um portão em estilo néo-clássico, foi construída segundo projeto do arquiteto Ernesto Guaita.⁵⁰

⁴⁹Sediou também o quartel do 39º Regimento de Infantaria.

⁵⁰Ernesto Guaita (1843-1914/15), italiano de nascimento, veio residir em Curitiba por volta de 1850, onde abriu escritório de engenharia em sociedade com seu conterrâneo Ludovico Taddei. Foi responsável por projetos arquitetônicos de edificações públicas e particulares. Contratado como engenheiro nos trabalhos de construção da Estrada de Ferro, recebeu também a incumbência de elaborar o primeiro cadastro urbano de Curitiba. Convidado pelo Presidente da Província Generoso Marques dos Santos para elaborar o projeto do Palácio do Legislativo, tornou-se um dos arquitetos mais requisitados da cidade.

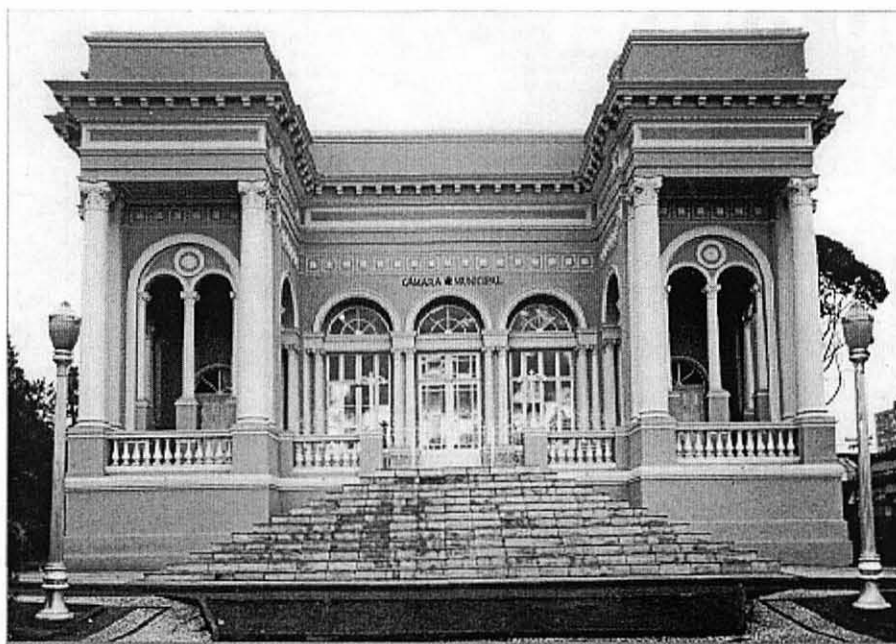


Foto 36 - Câmara Municipal de Curitiba - Palácio Rio Branco

O Palácio teve sua construção iniciada em 1891 (Livro do tombo Histórico, inscrição nº 66) e sediou a Assembléia até 1957. Quando da transferência para o Centro Cívico, o Estado doou o edifício para nele ser instalada a Câmara Municipal. Restaurado em 1977, teve anexada, aos fundos, uma construção em concreto e vidro, para receber o setor administrativo e os gabinetes de trabalho do presidente da Câmara e Vereadores.⁵¹ Como a maioria das edificações do período, é um exemplo do ecletismo na arquitetura oficial.

No conjunto tombado ao longo da Rua da Liberdade (Rua Barão do Rio Branco, 399) destaca-se a *sede do primeiro governo* eleito na República. Construído 20 anos antes, para residência de descendentes de imigrantes alemães, a casa com seu porte monumental reafirma a inserção deste grupo étnico na elite da sociedade curitibana. Adquirido pela Fazenda Federal para nele instalar sua sede em 1890, recebeu posteriormente o governo estadual até 1938.

Em estilo neoclássico, o antigo Palácio do Governo, (tombado em 1977) conhecido por Palácio da Liberdade, é uma das mais significativas obras de arquitetos de origem européia.⁵²

⁵¹O projeto arquitetônico do anexo é de responsabilidade do arquiteto Cyro de Oliveira Lyra.

⁵²No caso específico, foram responsáveis pelo projeto os arquitetos Ernesto Guaita e o engenheiro Ignácio Weiss, proprietário do imóvel até vendê-lo para o Estado em 1901.



Foto 37 - Palácio da Liberdade, Antiga Sede do Governo

Após a mudança da sede do governo estadual para o Palácio São Francisco em 1938, o sobrado sediou a Secretaria do Interior e Justiça que ali permaneceu por 30 anos. A partir de então abrigou o Museu da Imagem e do Som - MIS.

Nessa mesma Rua da Liberdade (Barão do Rio Branco, 805 e 823), foi construído um conjunto de sobrados ecléticos, para acolher lojas, hotéis, residências e prédios públicos.

Dois desses sobrados abrigaram hotéis, o *Hotel Roma* e o *Hotel da Estrada de Ferro*, posteriormente *Hotel Tassi* (ambos tombados em 1985).

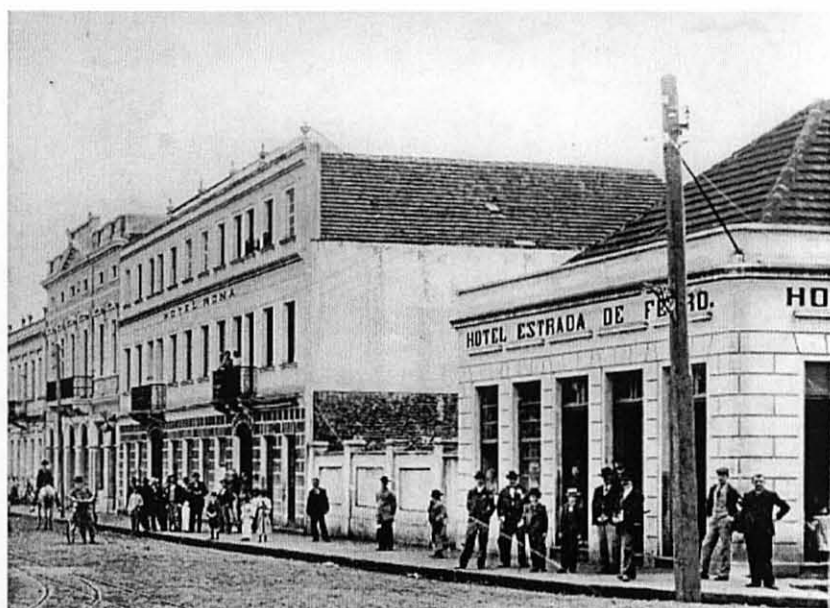


Foto 38 - Hotel Roma e Hotel Tassi (antigo Hotel Estrada de Ferro)

O Hotel Roma, localizado na face leste da Praça Eufrásio Correia,⁵³ é um sobrado de três pavimentos [...] *em alvenaria de tijolos e cobertura em madeira e telhas francesas, construído no final do século passado. Sofreu uma reforma perdendo a fachada eclética* (Livro do tombo Histórico, inscrição n° 84).

O antigo Hotel Tassi, de esquina, é o mais extenso dos sobrados que compõem o conjunto tombado na Praça. Arquitetura eclética, construído por imigrantes italianos, foi um dos mais antigos hotéis que surgiram na rua da Liberdade.[...] *Conforme fotografia da época, em 1904 o Hotel era térreo, ampliado em 1910 para dois pavimentos* (Livro do tombo Histórico, inscrição n° 85).

Outro sobrado localizado na rua Barão do Rio Branco é o de n° 763 (tombado em 1985). Destinava-se ao comércio no térreo e moradia na parte superior.

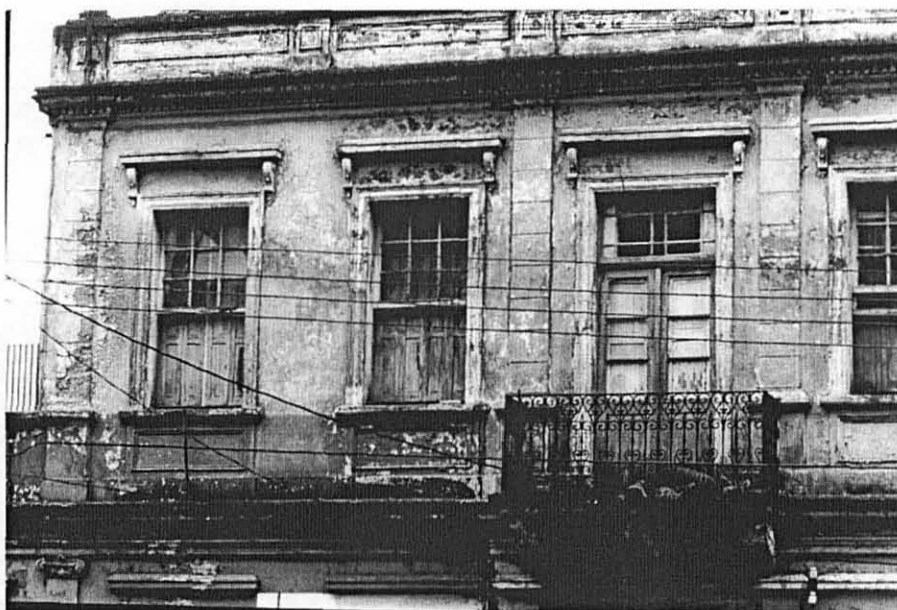


Foto 39 - Sobrado a Rua Barão do Rio Branco, 763

Seu estilo arquitetônico, como dos demais, é eclético, [...] *com uma platibanda de alvenaria, guarnecida por jarros de massa na prumada das pilastras, coroa a fachada, ocultando a cobertura de duas águas em telhas francesas* (LYRA, 1994, p.55).

⁵³Manoel Eufrásio Corrêa nasceu em Paranaguá e formou-se em Direito, foi promotor público e presidente da Província de Pernambuco.

Em outro extremo da cidade encontra-se a edificação que atualmente abriga o Teatro 13 de Maio (tombado em 1981), exemplar da arquitetura industrial paranaense. A antiga fábrica de malhas e confecção, construída no final do século XIX na então Rua dos Alemães, foi pioneira no processo de industrialização no Estado, funcionando no local até 1956.

Na década de 1970, suas instalações foram alugadas pela Prefeitura para abrigar atividades culturais. Passou então a sediar ensaios de Escolas de Samba, ficando conhecido como *Fábrica do Samba*. Em 1982, a classe teatral de Curitiba assumiu a administração do espaço, alterando seu nome para Teatro da Classe. Alguns anos depois, o local passou a ser denominado Teatro 13 de Maio. Representantes de empresas produtoras de artes cênicas solicitaram o tombamento do imóvel, preocupados com sua demolição. O tombamento foi aprovado, com base em parecer técnico do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico e a edificação totalmente restaurada em 1977.



Foto 40 - Teatro 13 de Maio

Prédio construído entre os anos de 1885 e 1890 para sediar a fábrica de tecidos da família Hoffmann. A construção se identifica como um exemplo de transição. Por trás de um aspecto de residência eclética, um dos elementos mais marcantes das construções industriais, o shed. Estes sheds, em número de cinco são sustentados por esbeltas colunas de ferro fundido. A elevação principal apresenta falsa escada à maneira bizantina, com arcos abatidos o que lhe dá sobriedade (Livro do Tombo Histórico, inscrição n° 90).

Nessa parte da cidade, há muitas residências com características da arquitetura alemã. Dentre estas, a da Rua Solimões número 344 (tombada em 1979). A edificação é também conhecida como *casa onde morou Cristiano Osternack*, imigrante alemão, proprietário da primeira olaria da região. Em estilo arquitetônico colonial normando, foi erguida para residência de sua família em 1870.



Foto 41 - Casa a Rua Solimões - casa onde morou Cristiano Osternack

A casa em alvenaria de pedras, com um pavimetno e sótão. Mantém muitas características interessantes das construções realizadas naquela época (Livro do tombo das Belas Artes, inscrição n° 72) [...] *cobertura em quatro águas com chanfros nos extremos da cumeeira – paralela à fachada –, à semelhança dos telhados populares de origem germânica* (LYRA, 1994, p.37).

Outra residência preservada situa-se à Rua Mateus Leme, 336 (tombada em 1971). A referencialidade da edificação remete à memória do pintor Alfredo Andersen.⁵⁴ Durante muitos anos, foi moradia e ateliê do artista.

⁵⁴ A casa-museu Alfredo Andersen foi fundada em 1959, abrigando a Escola de Belas Artes Alfredo Andersen, atualmente funcionam no lugar cursos esporádicos de arte, ministrados por professores do próprio Museu.

A partir do tombamento, a casa, inscrita no Livro do Tombo Histórico com a denominação de Museu Escola de Alfredo Andersen, passou a abrigar expressiva coleção de obras e documentos do artista norueguês que se estabeleceu em Curitiba.



Foto 42 - Casa Museu Alfredo Andersen

Sobrado de arquitetura eclética com fachada néo-clássica em alvenaria de tijolos maciços. [...] *A armação do telhado é em quatro águas coberto de telhas francesas. As esquadrias são todas em madeira com bandeira nas portas e janelas. Na composição decorativa da fachada foram utilizados elementos néo-clássicos como: frontão, grades de ferro na sacada, medalhão, bandeira nas portas e janelas* (Livro do Tombo Histórico, inscrição n° 30).

Distante sete quilômetros do centro da cidade na antiga colônia Italiana, atualmente um bairro, está localizado o Pantheon do Cemitério de Santa Felicidade, (tombado em 1977) próximo à Igreja principal. Com galeria de 50 metros, composta por 24 capelas em estilo neoclássico, reflete a tendência estética dos imigrantes italianos.

[...] a capela principal, abrangendo três ramos encimados por frontão triangular e guarnecida por quatro colunas de fuste canelado e capitel toscano. Cada vão do porticado pertence a uma família, que ali tem sua capela mortuária. Construído em alvenaria de tijolo, pintado na cor ocre, o panteão com frontão triangular central e arquitrave com triglifos na prumada das colunas manifesta a ancestralidade mediterrânea dos seus mortos, registrando, ao mesmo tempo, no vocabulário clássico, a corrente estilística em voga no final do século (LYRA, 1994, p. 50).



Foto 43 - Pantheon do Cemitério de Santa Felicidade

À época do tombamento o conjunto havia sofrido alterações. Para se aproximar do projeto original, o Conselho do Patrimônio sugeriu a retirada dos [...] *revestimentos (pastilhas e azulejos) que não contribuem para a unidade da obra e [que fosse] posteriormente pintado de branco (Livro do tombamento Histórico, inscrição nº 60/77).*

A região central de Curitiba abriga o maior e mais importante conjunto edificado no século XIX. A *Paisagem urbana do trecho da Praça Ozório, Avenida Luís Xavier, Rua XV de novembro e Praça Santos Andrade (tombada em 1974)* abrange significativo número de edificações, algumas delas construídas no século XX, como o Palácio Avenida e o edifício Moreira Garcez, além do calçadão em *petit-pavê*, quiosques, bancos e floreiras móveis, agregados à paisagem urbana na década de 1970.

Até quase as duas últimas décadas do século XIX, mal alinhada com habitações térreas e jardins floridos, a Rua XV de Novembro era chamada Rua das Flores. Quando da visita do Imperador, foi calçada, recebeu iluminação à gás e passou a ser denominada Rua da Imperatriz.

Ao longo do tempo, as pequenas casas térreas em estilo colonial foram cedendo lugar a sobrados, misto de residência e comércio, incorporando o ecletismo dominante. Após a proclamação da República, a rua recebeu o nome de XV de novembro. A partir do início deste século, consolidando funções de comércio, lazer e

habitação e um animado *footing* que a caracterizou até os anos setenta,⁵⁵ adquiriu identidade própria transformando-se no *centro da cidade*.

Araucária

O início do povoamento do município está ligado a histórias e memórias dos luso-brasileiros, envolvendo rixas familiares e a presença marcante do colono polonês.

Após a doação de Sesmaria da área conhecida como Rio Grande de Curitiba (1668), estabeleceu-se no local a família Maia, que, segundo consta, teve de abandonar às pressas a Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais *por desentendimentos* (MARTINS, 1939). Mas, foi após a instalação da colônia polonesa de Thomás Coelho em 1876, que a localidade teve seu crescimento populacional e econômico impulsionado e recebeu o nome de Tindigüera. No ano seguinte, dois novos núcleos coloniais foram ali instalados, o de São Miguel e de Tacuaranova, compostos também, em sua maioria, por poloneses. O município foi desmembrado de Curitiba e São José dos Pinhais, somente em 1890, quando recebeu o nome de Araucária.



Foto 44 - Casa do Cavalo Baio

⁵⁵Após o tombamento, a Prefeitura interditou para veículos, o trecho da Av. Luís Xavier, que se inicia na Praça Ozório e termina na Praça Santos Andrade, substituiu o revestimento asfáltico por mosaico e alterou o mobiliário urbano. Todo o trecho foi decorado com floreiras, na tentativa de revitalizar a região central da cidade.

Apesar da riqueza gerada pelos imigrantes e da identidade dada pelos poloneses à cidade, o único bem tombado pelo patrimônio é a Casa do Cavalo Baio, com acentuadas características luso-brasileiras.

Piraquara

Na região do Arraial Grande teve início um pequeno povoamento derivado da procura por ouro. Localizado próximo a Curitiba, o povoado recebeu imigrantes italianos instalados na Colônia Santa Maria, mais tarde denominada Nova Tirol. A vinda de imigrantes e a posterior passagem da Estrada de Ferro ligando o planalto ao litoral fizeram com que região retomasse a dinâmica econômica paralisada desde a mineração. Elevada a cidade em 1930, após permanecer por muitos anos como Distrito de São José dos Pinhais, a vila recebeu o nome de Piraquara.

Construída no final do século XIX, a Casa colonial (tombada em 1979) rememora a época da mineração. Talvez o mais significativo para o tombamento tenha sido o fato de a casa ter inspirado Alfredo Andersen a registrar em tela a cidade de Piraquara em 1921.⁵⁶

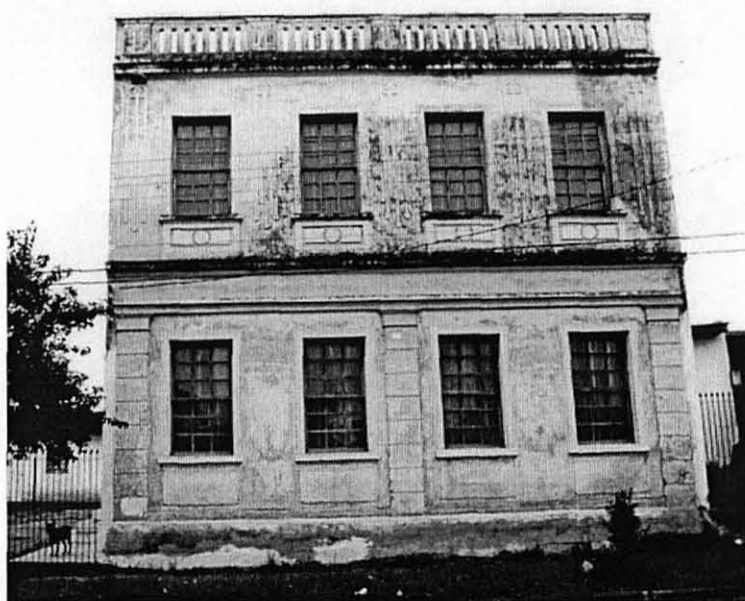


Foto 45 - Casa de Moradia Urbana

⁵⁶O quadro pertence ao acervo da Associação Comercial do Paraná.

Quando do tombamento, o Conselho do Patrimônio sugeriu que as construções vizinhas devessem manter ao menos suas fachadas para assegurar [...] *um certo conjunto arquitetônico de significado histórico e paisagístico*. (*Livro do tombamento das Belas Artes, inscrição n° 68*).

Campo Largo

Passagem do *Caminho de Viamão*, Campo Largo também sediou numerosos engenhos de soque de mate.

Construído por volta de 1870, o Engenho do Mate de Rondinha (tombado em 1968) às margens da Rodovia Café é o único exemplar de Moinho de Mate, em arquitetura rural, existente no Paraná. Os demais foram completamente alterados ou demolidos, costume comum entre os proprietários que destruíam *as dependências obsoletas substituindo-as pelas mais novas e modernas, de acordo com a evolução das técnicas de beneficiamento* (Plano de Preservação ..., 1977, p.40).



Foto 46 - Engenho do Mate de Rondinha

Restaurado entre 1980 e 1981, para abrigar o Museu do Mate, seu acervo reconstrói as etapas de funcionamento de um moinho de soque hidráulico, característico da época. Toda a área envoltória recebeu tratamento paisagístico

compondo o Parque Histórico do Mate considerado entorno do monumento tombado também pelo IPHAN.⁵⁷

*P*onta Grossa

Situada em pleno *Campos Gerais*, caminho obrigatório para a passagens das tropas, a região, de solo extremamente pobre, viveu em estado de abandono até o final do século XIX, quando foi elevada à categoria de cidade (1862). Sua economia foi reavivada pelo movimento de oficinas e escritórios das empresas responsáveis pela construção da Ferrovia Paraná – Rio Grande do Sul. A par desse surto de desenvolvimento econômico, a região recebeu também levas de imigrantes, sobretudo alemães.

A Estação de Passageiro da Estrada de Ferro, (toombada em 1990) inaugurada em 1894 e elevada a patrimônio do Estado, simboliza o dinamismo trazido ao município pela ferrovia. *A Estação Paraná foi o ponto terminal da estrada de Ferro* (Livro do tombo Histórico, inscrição n° 100).



Foto 47 - Conjunto da Estação Ferroviária

O conjunto da Estação compreende duas edificações: a mais antiga é considerada *meramente utilitária*, sem estilo arquitetônico característico. A outra unidade, de arquitetura expressiva, possui internamente valiosas peças de mobiliário. *O Segundo*

⁵⁷O Museu do Mate é administrado pelo Museu Paranaense. Seu acervo é composto de 139 peças.

edifício da Estação de passageiros, construído em 1900, é considerado como estação de primeira classe. [...] foi o ponto inicial da linha norte e da linha sul do trecho ferroviário Itararé – Uruguai, justificando portanto a imponência deste edifício em relação ao primeiro que servia ao circuito estadual. (Livro do Tombo Histórico, inscrição n.º 100). Mais que a materialidade do bem, o tombamento preserva significações de um ciclo dinâmico referencial de identidade para os ponta-grossenses.

Palmeira

Nos Campos Gerais, no Segundo Planalto Paranaense em plena Serra de São Luiz do Purunã, fruto da economia tropeira, nasceu a cidade. Como muitas regiões do Estado, recebeu também imigrantes, russos e alemães.

A edificação (tombada em 1970) foi construída por volta de 1853 pelo Conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá,⁵⁸ proprietário de extensas áreas de terras na região. A residência hospedou o imperador D. Pedro II quando de sua visita à Província.

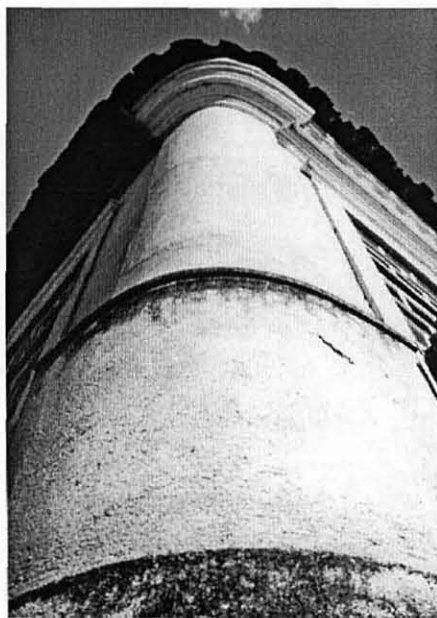


Foto 48 - Solar do Conselheiro Jesuíno Marcondes (detalhe)

⁵⁸Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá (1827-1903) foi o primeiro paranaense a ocupar a Pasta de Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, de D. Pedro II.

O tombamento da edificação procurou resguardar a memória do Conselheiro, último Presidente da Província no período Monárquico. Incentivador da imigração européia para o Paraná, o Conselheiro doou parte de suas propriedades para instalar a nova Freguesia, posteriormente elevada à cidade.

Seguindo a tradição da família, o Solar foi doado à cidade pela herdeira do Conselheiro, para nele serem instalados órgãos municipais voltados a atividades culturais.

A importância do Solar enquanto patrimônio é marcada por sua arquitetura; as janelas de vidros eram novidade para a época e, por sua história, na medida em que foi palco constante de reuniões políticas, econômicas e sociais até o advento da Proclamação da República. (Livro do Tombo Histórico, inscrição nº 24).

A Ponte sobre o rio dos Papagaios, (tombada em 1973) considerada *monumento da engenharia nacional*, é outro bem tombado no município.

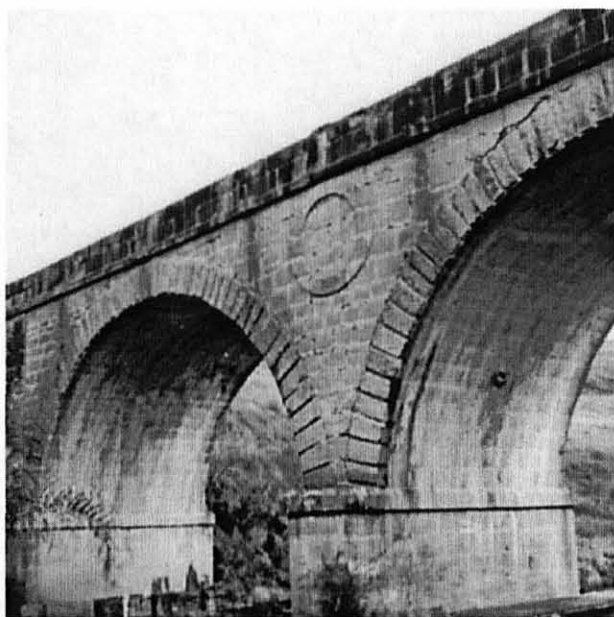


Foto 49 - Ponte sobre o Rio dos Papagaios

Construída em 1875 com blocos de pedras talhados a mão, em forma de paralelepípedos, ainda é utilizada como ligação entre o município e o restante do Estado. Mais que obra significativa da engenharia nacional, a ponte simboliza a modernização dos antigos caminhos utilizados pelas tropas e a conseqüente mudança nas relações econômicas e sociais.

Lapa

Logo após ter sido elevada à categoria de cidade (1806) a Lapa recebeu a construção de uma nova Casa de Câmara e Cadeia, (tombada pelo IPHA, 1940) projetada em dois pavimentos.

A edificação, finalmente concluída em 1868, abrigou a Câmara no andar superior e a Cadeia no térreo. Nas comemorações do cinquentenário do Cerco da cidade, nela foi instalado o Museu da Revolução Federalista, organizado pelo historiador David Carneiro. Alguns anos depois o Museu foi fechado, seu acervo transferido para Curitiba e incorporado à Coleção David Carneiro.



Foto 50 - Casa de Câmara e Cadeia

Após ter sido inscrita como patrimônio nacional em 1940, a edificação ainda passou por várias reformas, o que descaracterizaram o projeto original. O governo federal em colaboração com a Prefeitura restaurou o edifício em 1978. A partir de então, um dos últimos exemplares de Casa de Câmara e Cadeia preservados no Estado, dividiu seu espaço entre a Câmara Municipal e exposições sobre a história da cidade.

Além da Casa de Câmara e Cadeia, entre os primeiros imóveis sacralizados como patrimônio nacional encontram-se também duas outras residências tombadas

pelo patrimônio da União. A memória preservada nas construções está ligada à história do cerco de 28 dias sofrido pela cidade durante a Revolução Federalista de 1894,⁵⁹ cuja resistência dos *pica-paus* ante os *maragatos* foi comandada pelo general Gomes Carneiro, *heróico defensor da República*.



Foto 51 - Biblioteca Municipal

A Casa à Rua Francisco Cunha, (tombada pelo SPHAN, 1938) local onde faleceu Gomes Carneiro após ter sido ferido em combate, remete ao imaginário de luta e resistência. Em 1926, passou por completa reconstrução, impossibilitando precisar sua primeira concepção arquitetônica, na verdade aspecto pouco significativo para o tombamento do imóvel.

A casa Lacerda (tombada em 1932 pelo IPHAN, 1938) foi construída para moradia de importante família descendentes de portugueses fundadores da cidade (1842 e 1845). Nela nasceu e foi criado o coronel honorário Joaquim Rezende Corrêa de Lacerda. Após a morte do Coronel Gomes Carneiro, o coronel Lacerda negociou a capitulação da cidade e assinou o ato de rendição em sua residência transformada em quartel general.

⁵⁹Maragatos foi o nome dado aos revolucionários que vinham do Rio Grande do Sul lutar contra o governo florianista. A Revolução constitui evento de repercussão nacional. Ao mesmo tempo em que fez aflorar as contradições do regime republicano, provocou a queda dos governos dos três estados do sul, ameaçando Floriano Peixoto. O tempo da resistência dos lapianos, quase um mês, foi considerado suficiente para articular as forças florianistas e barrar o avanço revolucionário, transformando a cidade da Lapa em símbolo de resistência.



Foto 52 - Casa Coronel Lacerda

O tombamento da casa procurou preservar, a par da memória da *Revolução*, o cotidiano de vida de uma abastada família de ascendência portuguesa.



Foto 53 - Interior da Casa Lacerda

Transformada em museu de época, foram conservados o mobiliário e demais apetrechos da residência, dispostos da mesma maneira em que foram deixados pelos antigos moradores. Foi o primeiro imóvel de propriedade particular a ser doado à Fundação Pró-Memória (1982).

A bela casa de espetáculos, fundada pela Associação Literária Lapeana (1873) com o objetivo de organizar biblioteca e construir espaço adequado para representação artísticas,⁶⁰ é outro dos imóveis protegidos no município.

Com uma estrutura interna em madeira, característica do final do século XIX, expressa a influência da imigração alemã. Para além das qualidades estéticas, o Teatro São João tombado em 1965 pelo Estado e pelo IPHAN em 1985. O Teatro serviu de enfermaria durante a resistência Federalista. Seu tombamento conjuga essas duas interferências, a estética do imigrante e a memória da luta Federalista.

No início do século XX, a casa de espetáculos foi reaberta ao público para apresentações artísticas variadas.

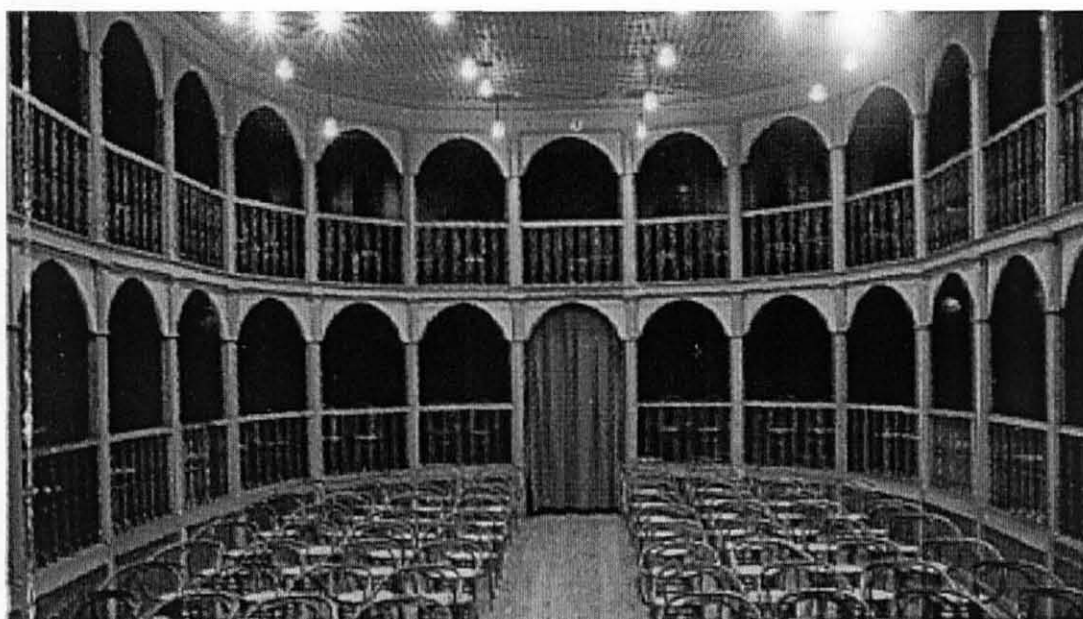


Foto 54 - Teatro São João

Ao findar da década de setenta, a Prefeitura voltou a ter a posse do imóvel, restaurando-o, no projeto de recuperação do Centro Histórico da cidade.

⁶⁰A Associação Literária Lapeana foi fundada em 1873 por um grupo composto por Emygdio Westphalen, Pedro Fortunato de Souza Magalhães e João Domingues Garcia. A inauguração do Teatro ocorreu em 1887 com a apresentação da Companhia de Operetas Souza Bastos. Após 1975 o teatro foi recuperado com recursos do SPHAN, e projeto de Cyro Correa Lyra e José La Pastina Filho.

Objetos, armas, uniformes e demais utensílios de uso diário, memória de luta da Revolução Federalista, compõem o acervo do Museu de Armas, instalado em uma antiga casa de comércio e moradia.⁶¹



Foto 55 - Museu de Armas

Casa de comércio e residência [...] construída em alvenaria de pedra com requadros em cantaria. Encontra-se modificada: vãos de portas transformados, janelas e pintura ocultando as peças de cantaria dos vãos (Livro do tombo Histórico, inscrição nº 28). Em frente ao Museu ergue-se o Panteão dos Heróis, para onde foram levados os restos mortais do Coronel Gomes Carneiro.

A edificação é considerada um dos principais remanescentes urbanos representativos da arquitetura colonial luso-brasileira do século XIX.

Como outros bens, a casa foi adquirida pela Prefeitura Municipal e restaurada sob a supervisão do então Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.⁶²

⁶¹Dois anos depois, a Prefeitura transformou o espaço em *Museu de Armas*, em contrato com colecionador de armas e objetos relacionados ao episódio da resistência lapiana. A coleção de armas pertence ao senhor Osiris Stengel Guimarães e encontra-se exposta sob regime de Comodato com a Prefeitura Municipal.

⁶²Vale lembrar que no final da década de 1970, era Ministro da Educação e Cultura o lapiano Ney Amintas de Barros Braga, entusiasta da história de sua terra natal.

A Casa Vermelha tombada em 1981 é uma das mais antigas construções da cidade. Apresenta arquitetura influenciada pelo estilo colonial tropeiro aliado ao imigrante alemão. Originalmente casa de moradia, foi posteriormente transformada em Hotel, e tempos depois voltou a ser habitação familiar. Encontrava-se desabitada quando desapropriada pela Prefeitura em 1978. Restaurada com o apoio do governo federal, passou a sediar um Centro de Artesanato com o nome de Aloísio Magalhães.



Foto 56 - Casa Vermelha - Centro de Artesanato Aloísio Magalhães

Construção datada da 1ª metade do século XIX, em taipa, caracterizando a arquitetura luso-brasileira. Inicialmente usada como moradia e comércio, é ampliada sendo transformada em Hotel, na última década de 1.800, adquirindo traços da influência do imigrante alemão. (Livro do Tombo Histórico, inscrição nº 76).

Castro

No centro de Castro foram tombadas cinco residências construídas em taipa, exemplares da arquitetura adotada nesse período no Paraná.⁶³ Além das casas, a sede da Fazenda Capão Alto tombada em 1983 foi erguida pela aristocracia rural paulista em um imenso latifúndio.

⁶³Conhecida como Taipa de Pilão, esta técnica foi tradicionalmente difundida nas regiões de café em São Paulo e Rio de Janeiro. No Paraná é encontrada nas regiões com influência paulista, particularmente no município de Castro. A técnica construtiva de taipa de pilão é elaborada utilizando barro apilado em formas de madeira. O barro é lançado nas formas, em camadas apiladas. Sua característica principal é possuir larga espessura e ser excelente condicionador térmico.

A fazenda é um exemplo da forma de ocupação da região. Na metade do século XVII as terras foram adquiridas pela Ordem dos Carmelitas (1751), que as explorou com trabalho escravo até o início do século XIX. A partir deste período, em relativo abandono, a fazenda passou a ser administrada pelos próprios escravos, que [...] *implantaram uma república negra independente – um quilombo – nas ricas terras dos carmelitas* (Fazenda Capão Alto, 1985, p.26).

A situação pouco foi alterada até o final do século XIX , quando as terra devido à chegada de imigrantes na região, sofreram valorização. Os Carmelitas interessaram-se novamente pela propriedade e tentaram, de todas as formas, expulsar os escravos da fazenda. No entanto, houve resistência, pois ali tinham vivido por quatro gerações. Com a prisão dos líderes, a resistência foi abafada, findando a história do quilombo. As terras foram vendidas então a família da sociedade de Castro. Em 1870, passou às mãos do Barão de Monte Alegre, dono de um dos maiores latifúndios da Província. É dessa época a construção da sede da fazenda.

Em 1878, o Barão de Monte Alegre mudou-se para São Paulo, deslocando para lá seus interesses financeiros. Deixada de herança a uma neta, a fazenda e o casarão, recebiam, para férias ou finais de semana, a alta burguesia paulista e castrense. Em 1943, a propriedade foi vendida à família de imigrantes. Finalmente, em 1979, nela foi instalada a Cooperativa Central de Laticínios do Paraná. A própria Cooperativa solicitou o tombamento do conjunto edificado visando preservar a história de três séculos e a memória da ocupação da região.

Os 12 imóveis de Capão Alto lembram casarões coloniais das fazendas de café paulistas. Ao mesmo tempo, referenciam a arquitetura das casas urbanas dos séculos XVIII e XIX. O edifício principal, adaptação da casa luso-brasileira, à frente das demais construções, [...] *casa-sede, casa do capataz, depósito-celeiro e casa dos arreios, cocheira, fábrica de queijos, estábulos, celeiros, aviários e depósitos* (Fazenda Capão Alto, 1985, p.37).



Foto 57 - Fazenda Capão Alto

A edificação principal e algumas outras foram construídas em taipa de pilão [...] constituem, provavelmente, os únicos exemplares dessa antiga técnica de construção ainda existentes no Paraná. As demais construções, ao fundo do casarão, são de alvenaria de tijolos e de madeira, datando, ao que tudo indica, da época em que a fazenda de gado de corte passou a abrigar gado leiteiro (Fazenda Capão Alto, 1985, p.16).

Quando foi tombado, o conjunto estava seriamente danificado. Antes de vendê-lo à Cooperativa, os antigos proprietários retiraram o mobiliário original e peças de valor artístico, restando a estrutura sólida do edifício e a memória que ele pode ativar da história da região de Castro.

As cinco casas tombadas no centro da cidade de Castro (Praça Getúlio Vargas, 6 e 10 tombadas em 1982; Praça Manoel Ribas, 112 e 150 e Rua Jorge Xavier da Silva, tombadas em 1981) são exemplos das transformações ocorridas nas habitações urbanas neste período, fruto das modificações da sociabilidade da sociedade paranaense, cristalizadas no estilo arquitetônico, nos materiais utilizados, nos desenhos dos cômodos.



Foto 58 - Casas na Praça Manoel Ribas

As regras de convivência social, assim como a economia de toda a região foram alteradas com a supremacia da erva-mate sobre o comércio tropeiro. *Construídas no final do século passado, seus elementos nos conduzem a uma arquitetura de transição entre o colonial e o néo-clássico, produto das transformações sócio-econômicas a que foi submetida a sociedade brasileira a partir de meados do século XIX. [...] Construção de taipa [...] Constitui testemunho de uma época cujos exemplos são cada vez mais raros no Paraná (Livro do tombo Histórico, inscrições n° 73, 74, 75, 77, 78).*

Jaguariaíva

Ao longo do Caminho das Tropas às margens do rio Jaguariaíva, Saint-Hilaire encontrou *um pequeno ajuntamento de ranchos e choças, onde habitavam escravos negros e alguns trabalhadores brancos*. A região tinha sido habitada primeiramente por *paulistas e curitibanos* que instalaram fazendas de criação de gado às margens do Caminho. Um pequeno comércio expandiu-se progressivamente, dando origem ao município em 1875.

Alguns anos antes do nascimento do município (1869-1870) já havia sido erguida a Igreja do Bom Jesus da Pedra Fria tombada em 1988 com *características de arquitetura luso-brasileira, em sua organização* (Livro do tombo Histórico, inscrição n° 89).



Foto 59 - Igreja do Bom Jesus da Pedra Fria

Mesmo assim, sua composição plástica revela o confronto entre o arcabouço luso-brasileiro e *um vocabulário neo-gótico em voga na arquitetura religiosa da segunda metade do século XIX, notadamente no estado do Paraná, por influência do clero de origem germânica* (LYRA, 1994, p.92).

Guarapuava

O município de Guarapuava foi desmembrado de Castro no final do século XIX (1871). Desenvolveu-se em função do movimento tropeiro e da extração de erva-mate. A residência tombada em 1974 pertencia ao Visconde Antônio de Sá Camargo, que recebeu o título em reconhecimento a serviços prestados ao Governo Imperial na guerra contra o Paraguai. Pioneiro na navegação do Rio Iguaçu, o Visconde foi figura social relevante no município e na capital do Estado.

A edificação tombada reflete características luso-brasileiras: *paredes de alvenaria de pedra e cobertura de telhas canal com beira seveira na fachada principal* (LYRA, 1994, p.77).



Foto 60 - Casa do Visconde de Guarapuava

Edificação da primeira metade do século XIX, foi tombada por referência ao Visconde de Guarapuava. Atualmente, acha-se ocupada por um Museu municipal (Livro do tombo Histórico, inscrição n° 42).

***M**arechal Mallet*

A povoação que deu origem ao município surgiu simultaneamente à expansão das ferrovias. Ao redor da estação de trens instalaram-se grande contingente de imigrantes ucranianos. Em 1912 a povoação foi elevado à categoria de município. Antes disso, porem os ucranianos já tinham construído a Igreja do Arcanjo Miguel, tombada em 1982, transformada em centro da vida religiosa deste grupo étnico no Paraná.



Foto 61 - Igreja do Arcanjo Miguel

Com partido arquitetônico típico do grupo étnico ucraniano, nos moldes das construções religiosas da Europa Oriental, a igreja foi construída em troncos de pinheiro superpostos e encaixados. Possui cúpula octogonal recoberta por pequenas tábuas de madeira, *sistema utilizado pela primeira geração de imigrantes ucranianos e poloneses* (LYRA, 1994, p.125).

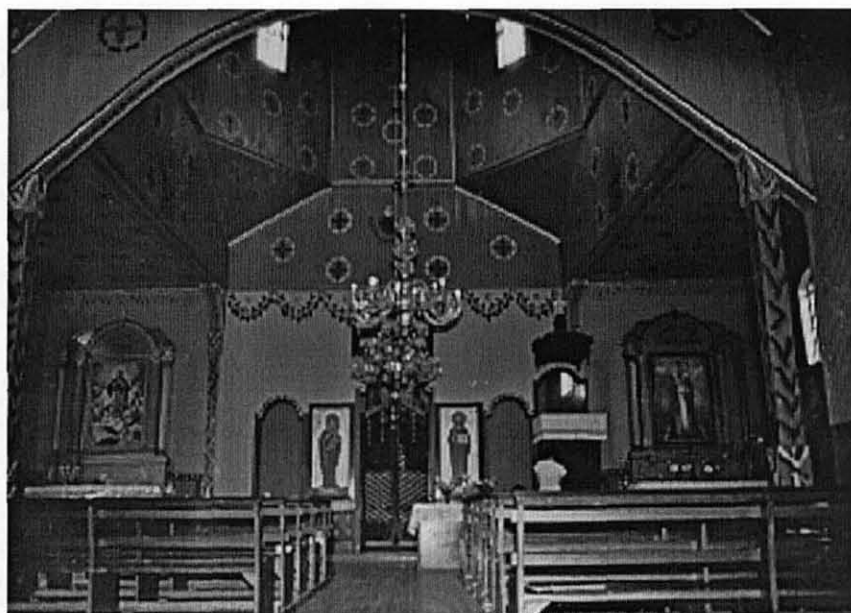


Foto 62 - Nave da Igreja do Arcanjo Miguel

O agenciamento do espaço interno obedece ao esquema da planta octogonal. Coberta por telhas de ‘tabuazinhas’, possuindo no topo um falso *lanternim* coberto por

zimbório bulboso feito com folhas de zinco que originalmente poderá ter sido de “taboinhas” (Livro do tombo Histórico, inscrição n° 79).

Além da Igreja, também foi tombado o acervo de arte sacra, de propriedade desta mesma comunidade. Os ícones e as cruzes se enquadram nas técnicas artesanais que remontam à influência bizantina.

As unidades tombadas construídas no século XIX foram identificadas em diferentes regiões do Estado, extrapolando o Planalto Curitibano e o Litoral; a maioria delas marcada pelo *estilo eclético*. Mais que um estilo arquitetônico estas edificações preservam a história dos ciclos econômicos, formadores do Estado, e a memória da imigração impressa no trabalho de alemães, italianos, poloneses, ucranianos e demais grupos étnicos que compuseram a população paranaense. Desses grupos, alguns tiveram mais visibilidade que outros. Apesar de todos possuírem características fenotípicas semelhantes – brancos, de descendência européia –, o destaque aconteceu sobretudo pela via do social. Talvez por isso mesmo na Região Metropolitana a maioria das edificações preservadas refira-se principalmente a alemães e italianos, em detrimento das outras etnias, como os poloneses cujas moradias eram usualmente de madeira, denotadora de sua condição social inferior.⁶⁴

Vale notar que no início das atividades do Serviço de Patrimônio a ênfase recaiu sobre os bens coloniais, que melhor representariam as especificidades da história do País. Nessa perspectiva, o estilo eclético, marcante em algumas regiões do Brasil, foi desconsiderado com referência patrimonial. No Paraná, porém, a partir da década de 1970 a maioria dos bens tombados inscreveu-se nessa tradição: edificações em estilo eclético.

⁶⁴Ver estudo de Ianni, 1966, sobre a situação desfavorável e preconceituosa do imigrante polonês em Curitiba. Além dos grupos de imigrantes já citados, alemães e poloneses, numericamente superiores, Curitiba recebeu em 1900, italianos, russos, espanhóis e portugueses. De todos eles, os poloneses foram os que se instalaram em maior número, na Região Metropolitana de Curitiba, tornando-se visíveis socialmente.

4.4 A CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO

As jovens cidades eram inteiramente nórdicas; a nova imigração encontra-se nelas com a antiga (alemã, polaca, russa e, ainda que em menor grau, italiana), que se tinha agrupado, uns escassos 100 anos antes, ao sul do Estado em torno de Curitiba. Casas feitas com tábuas ou com troncos de árvores, dispostos em esquadrrias, evocavam a Europa central e oriental.

Lévi-Strauss, 1981, p.115

A consolidação do Estado do Paraná, na virada do século XX, passava pelo desafio de definir suas fronteiras ao sul e povoar seu território. Os limites territoriais com Santa Catarina só foram definitivamente fixados em 1916, após a *Guerra do Contestado*⁶⁵. O acordo assinado previu a perda de 28 mil quilômetros do território paranaense, causando profunda decepção nos meios intelectuais e políticos. (Wachowicz, 1977). O sentimento nativista presente desde a emancipação fortaleceu-se, procurando definir identidades.

O *vazio populacional* de algumas regiões viria a ser solucionado mediante a promoção da fertilidade de suas terras. Apesar de o Norte Velho ou Norte Pioneiro, divisa com São Paulo, ter atraído fazendeiros de Minas Gerais desde 1840, ainda era [...] *pleno sertão, só de florestas sem fim e sem outra comunicação, a não ser pelo mesmo caminho que se vinha* (Revista dos Municípios Paranaenses. Município de Thomazina, p.7). A Oeste, nas margens do rio Paraná, sobreviviam pequenos povoados extremamente pobres, originários de portos de embarcação de erva-mate e madeira, cuja existência foi revelada pela Coluna Prestes quando por ali passou, em 1924.⁶⁶

O Paraná Tradicional, principalmente a região de Curitiba, continuava sendo o maior beneficiário dos excedentes econômicos. No centro da capital a reforma era intensa. Ruas eram alargadas e pavimentadas. Os bondes puxados a mula foram substituídos pelos elétricos e o Passeio Público inteiramente reformado. Para dar lugar

⁶⁵A *Guerra do Contestado*, ocorreu entre 1912 e 1914, na divisa do Paraná com Santa Catarina, derivada de problemas de ordem fundiária e social, provocou choques entre os chamados *fanáticos*, seguidores do monge José Maria, com fazendeiros, companhias estrangeiras concessionárias de terras e polícias estaduais. Esse episódio valeu um herói de guerra para o Paraná, o coronel João Gualberto. Ver Wachowicz, 1977.

⁶⁶A Coluna Prestes comandada por Luiz Carlos Prestes, oriundo da corrente Tenentista e mais tarde líder comunista, percorreu 24.000 quilômetros, enfrentando 53 combates com tropas governamentais ou formadas por jagunços contratados pelos coronéis locais. Em 1929 seus principais líderes exilaram-se na Bolívia.

a esses benefícios, a fisionomia urbana modificou-se e parte significativa das edificações coloniais desapareceu. Ao mesmo tempo, a expansão urbana começou timidamente a avançar sobre colônias de imigrantes que, mais tarde, transformaram-se em bairros. A movimentação cultural também era intensa. Devido às inúmeras sociedades que se dedicavam às artes, incentivadas sobretudo pelos imigrantes, a capital chegou a receber a alcunha de *A Munique Brasileira*.

Nos primeiros anos da década de 1920, o Paraná atraía levas de migrantes e imigrantes para a sua região Norte. Aproveitando-se da fecundidade natural do solo, companhias colonizadoras, apoiadas pelo governo estadual, venderam títulos de propriedades⁶⁷. Novas cidades surgiram acompanhando as estradas de rodagens e os trilhos dos trens – Jacarezinho, Cornélio Procopio, Londrina, Apucarana, Cianorte e Paranavaí.

A crise econômica mundial de 1929 refletiu-se na base da economia paranaense ainda sustentada pela exportação de erva-mate. A suspensão da compra do produto pela Argentina chegou a provocar recessão em alguns setores econômicos. No entanto, a produção de café no Norte Novo começava a ter significativo peso na balança comercial.⁶⁸ Concomitantemente crescia a exportação de madeira para os mercados urbanos do Rio de Janeiro e São Paulo, incentivando o avanço de serrarias ao longo das estradas de ferro.

Toda essa conjuntura, mais as rupturas trazidas pela Revolução de 30 e posteriormente pelo Estado Novo, passaram a nortear a administração pública. A centralização autoritária marcou o período. Ao Estado cabia *a função de tutelar a sociedade, para que se desenvolvesse*.

⁶⁷Padis, 1982. p.126-127. Em 1927 o governo estadual concedeu terras à empresa Paraná Plantations Limited, com sede em Londres, sucedida depois pela Cia de Terras Norte do Paraná, com o objetivo de promover a colonização da região. A Cia. vendeu a colonos nacionais, sobretudo paulistas, mineiros e nordestinos, uma área de 515 mil alqueires, das melhores terras roxas do norte. Em 1948 nasceu na região o município de Porecatu. Grande parte da propriedade territorial não possuía documentação legal, o que levou a revolta armada que atingiu grandes proporções. (Ferreira, 1984).

⁶⁸Apesar de a produção cafeeira do Paraná chegar em 1975 representando somente 0,3% da produção total do país, foi grande sua importância para a economia interna do Estado.

No Paraná, o surto de crescimento populacional e econômico expandia a fronteira agrícola sobre as férteis terras roxas. Sua velocidade constituiu fato único na história do país. Em 1935, fortes contrastes extasiaram visitantes estrangeiros

[...] lado a lado, restos das populações indígenas ainda próximas dos centros civilizados e as formas mais modernas de colonização interna [...] a grande floresta de coníferas, temperada e húmida, que tinha enfrentado durante tanto tempo com a sua mole as tentativas de penetração dos plantadores; tinha-se conservado praticamente virgem até cerca de 1930, principalmente se excetuarmos os bandos de índios que ainda por lá vagavam e alguns pioneiros isolados, quase sempre camponeses pobres que cultivavam o milho em minúsculos arroteamentos [...] Na altura em que cheguei ao Brasil a região estava a abrir-se, graças sobretudo à influência duma empresa britânica que tinha obtido do Governo a concessão de um milhão de meio de hectares, em troca do compromisso de aí construir estradas e caminhos de ferro [...] Em 1935 a experiência encontrava-se em andamento (LÉVI-STRAUSS, 1981, p.113. Refere-se a região de Londrina).

Ao mesmo tempo, o poder político reproduzia o projeto getulista na figura de Manoel Ribas, interventor entre os anos de 1932 e 1935⁶⁹ e governador de 1935 a 1937. É dessa época a primeira tentativa de ampliar as ações de patrimônio no Estado, com a criação do Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Paranaense.

No plano político, o Estado Novo voltou a implantar interventorias nos Estados, enfraquecendo as oligarquias regionais (De Decca, 1992). Os interventores exerceram amplos poderes, similares aos do presidente, centralizando decisões e apoiando-se na propaganda disseminada por agências estatais. O imaginário político-cultural da população foi alimentado por um discurso populista emanado do “grande pai”.

Manoel Ribas, novamente nomeado interventor em 10.11.1937, permaneceu no poder até 03.11.1945. Um de seus primeiros atos foi dissolver o Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Paranaense, criado por ele mesmo dois anos antes. As maiores críticas a Manoel Ribas recaíram sobre a criação, sem protestos, do Território do Iguaçu, que retirou do Estado parte da região Oeste e Sudoeste, mesmo que por um curto período (1943-48).

Nessa época, o Paraná inseriu-se no programa nacional de estímulo à migração para o interior do país. A *Marcha para Oeste*, lançado pelo governo federal em 1938, teve por objetivo aliviar tensões nas cidades e zonas de povoamento mais antigas.

⁶⁹Após a saída de Manoel Ribas do Governo do Estado, foram nomeados os interventores: Clotário de Macedo Portugal (05.11.1945 a 25.02.1946); Brasil Pinheiro Machado (25.02.1946 a 06.10.1946); Mário Gomes da Silva (07.10.1946 a 06.02.1947); Antônio A. de Carvalho Chaves (06.02.1947 a 12.03.1947).

Diferentemente do que ocorrera no final do século XIX e início do XX, o programa previa a criação de colônias nas terras devolutas para assentar brasileiros pobres e, excepcionalmente, agricultores *estrangeiros*.⁷⁰ A formação de população com características próprias incentivou a entrada de migrantes, composta por riograndenses e catarinenses. A ocupação das terras a Oeste e Sudoeste paranaense deu-se de forma extensiva, voltada basicamente para a exploração da erva-mate, madeira e criação de suínos (GOMES, 1986).

Essa frente composta por milhares de famílias em busca de terra foi responsável pela fundação de cidades – Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Santo Antônio do Sudoeste, Medianeira, Toledo, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon e Pato Branco. Hábitos, músicas e danças, típicos do gaúcho riograndense, definiram o perfil populacional da região. Mas, ao tentar reproduzir o modelo de ocupação em pequenas propriedades, essa nova frente contrapôs-se aos interesses de grandes proprietários. A confrontação provocou um movimento de resistência e luta pela terra, cujo embrião data de 1951, conhecido como a *Revolta de 57*.⁷¹

Os governantes paranaenses buscaram definir *uma política econômica e social moderna* para o Estado, que o incluísse entre *os mais desenvolvidos do país, libertando-o de seu confinamento provinciano*. A industrialização foi incentivada, com tentativas de montar indústria de base que substituísse as importações no contexto da Segunda Guerra Mundial⁷². A riqueza proporcionada pelo surto cafeeiro permitiu incorporar um discurso eufórico quanto ao futuro do Estado. Movidos pela busca incessante do novo, do *progresso e da modernidade*, procuraram dotar o Estado de infra-estrutura com rodovias e energia elétrica. A base era o projeto desenvolvimentista do governo federal, os *50 anos em 5*.⁷³

⁷⁰À época, categoria nativa para designar os imigrantes de diferentes nacionalidades que vieram a compor a população paranaense.

⁷¹Em 1951, foi instalada na região a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda - Citla importante no processo de eclosão da luta pela terra no Sudoeste, ao usar de estratégias para marcar sua presença, fazendo crer que era proprietária das terras (GOMES, 1986).

⁷²O governo estadual instalou o parque industrial de Monte Alegre no município de Telêmaco Borba.

⁷³Plano de governo de Juscelino Kubitschek, iniciado em 1956. A época Moysés Lupion era o governador do Estado.

Em 30 anos a região do Norte Novo passou de densa mata despovoada a contar com 1.843 mil habitantes (43,1% da população total do Estado), distribuídos em 172 cidades, estabelecendo novas relações políticas e socioculturais (PADIS, 1982, p.83). Em contrapartida, a economia do Paraná Tradicional permaneceu pouco dinâmica. Estudiosos do período chegaram a considerar a existência de *dois paranás* no plano econômico: o do norte cafeeiro e do restante do Estado, existindo entre eles *débeis relações econômicas* (Paraná, Economia e Sociedade, 1982).

No início dos anos sessenta, encerrado o processo de delimitação geopolítico no Estado, foi concretizada uma antiga aspiração da região norte, a *Rodovia do Café* (1961), para ligá-la ao porto de Paranaguá.

Naquele momento interesses do capital voltaram-se novamente à industrialização do Estado. Pequenas propriedades, até então estimuladas, foram consideradas minifúndios improdutivos, *que atravancavam o almejado desenvolvimento econômico*. No horizonte, surgia a possibilidade e a via da industrialização, amarrada mais uma vez à riqueza dos recursos naturais disponíveis.⁷⁴ Indústrias de grande porte instalaram-se ao redor da capital. Relativamente diversificadas, continuaram a privilegiar a transformação de produtos agrícolas dirigidos ao comércio exterior. Essa movimentação veio acompanhada de um acelerado processo de urbanização e especulação imobiliária.

No plano nacional, a opção desenvolvimentista, implantada por um grupo de tecno-burocratas, produziu o conhecido *milagre econômico*.⁷⁵ O planejamento da economia e as reformas administrativas, intensificadas a partir da década de 1970, alteraram as relações de trabalho. No Paraná, foi incentivada a ampliação das áreas de lavoura para produzir excedentes comerciais, priorizando setores considerados

⁷⁴Para viabilizar a proposta, o governo estadual criou a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná, mais tarde transformada no Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP.

⁷⁵Dentre eles, Antônio Delfim Neto, Milton Campos, Mário Henrique Simonsen e Golbery do Couto e Silva, partícipes do golpe militar de 1964.

modernos.⁷⁶ A tecnificação da produção e a concentração fundiária, conhecidas como *processo de modernização agrícola*, expulsaram da terra milhares de agricultores, que migraram para centros urbanos ou para fora do Estado.⁷⁷

A indústria chegou a superar a participação da agricultura na renda paranaense, transformando qualitativamente a natureza da economia do Estado (IPARDES, 1981, p.43). Todavia, a produção continuou a concentrar-se em algumas regiões, particularmente Curitiba, Campos de Ponta Grossa e Londrina. Nas demais cidades do interior subsistiam atividades econômicas tradicionais (IPARDES - Paraná, Economia e Sociedade, 1981, p.49).

O contínuo deslocamento espacial da população do campo para a cidade fez com que alguns centros urbanos passassem por rápido crescimento populacional. Durante todo o século XX, casas, casarões, espaços de lazer e recreação, igrejas e capelas foram demolidas dando ou reformadas cedendo lugar a edifícios ou avenidas. Registros da passagens de Homens e de suas relações sociais foram, mais uma vez, tragados pela marcha *do progresso*.

4.4.1 As Construções do Século XX

Os bens sacralizados, referenciais do século XX, continuaram a enfatizar o perfil da ocupação da região pelos luso-brasileiros, a formação da Província e a constante procura de uma identidade para os paranaenses, marcada cada vez mais pelas cores étnicas.

⁷⁶Exemplos deste período são os programas desenvolvidos no governo de Ney Amintas de Barros Braga (1961-65) e Paulo Cruz Pimentel (1966-71).

⁷⁷O Paraná passou de receptor a expulsor de grandes massas imigratórias. Grande leva seguiu para áreas na Amazônia e outra encaminhou-se para cidades do interior de São Paulo.

QUADRO 10 - UNIDADES PATRIMONIAIS REFERÊNCIAS DO SÉCULO XX NO PARANÁ

LOCAL	QUANT.	TIPO DE BEM
Morretes	1	Residência em Porto de Cima.
Curitiba	19	Ginásio Paranaense; Palácio Garibaldi; Sobrado a Rua Barão do Rio Branco 773; Reservatório do Alto de São Francisco; Primeira sede da Universidade Federal do Paraná; Palacete do Batel; Residência e bosque na avenida Batel; Antiga Prefeitura Municipal; Portões do Passeio Público; Instituto Neopitagórico; Palácio São Francisco; Museu de Arte Contemporânea; Antigo Tesouro do Estado; Castelo do Batel; Sede do Centro Acadêmico Hugo Simas; Painel-mural da Maternidade N. Senhora de Fátima; Coleção do Museu Paranaense; Coleção do Museu David Carneiro; Parque Estadual João Paulo II
Almirante Tamandaré	2	Oratório de São Carlos de Borromeo; Capela de São Francisco Xaveiro.
Colombo	1	Residência rural.
Ponta Grossa	4	Edifício na Praça Marechal Floriano; Vila Hilda; Antigo Edifício do Fórum; Colégio Estadual Regente Feijó.
Palmeira	2	Casa sede da antiga fazenda Cancela; Arquibancada em madeira do Ipiranga Futebol Clube
Jacarezinho	1	Pinturas Murais de Eugênio de Proença Sigaud.
Londrina	2	Praça Rocha Pombo; Estação Rodoviária
Laranjeiras do Sul	1	Residência do Vice-governador do Território Federal do Iguaçu.
União da Vitória	1	Escola Estadual Professor Serapião.
Prudentópolis	1	Igreja de São Josafat.
Fernandes Pinheiro	1	Casa sede da Fazenda Florestal
Toledo	1	Fórum Wilson Balão.

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Coordenadoria do Patrimônio da Secretaria de Estado da Cultura

Morretes

Das cidades do litoral paranaense, Morretes é a que mantém seu perfil urbano menos alterado. Casas de um só pavimento, rentes a pequenas calçadas, com amplas janelas continuam habitadas. Não houve êxodo populacional como em Antonina. Muitas famílias, mesmo residindo fora dali, preservam suas antigas casas.

O único bem tombado, em 1990, exemplo da arquitetura do período, é a residência em Porto de Cima, que compõe o entorno da Igreja de São Sebastião.

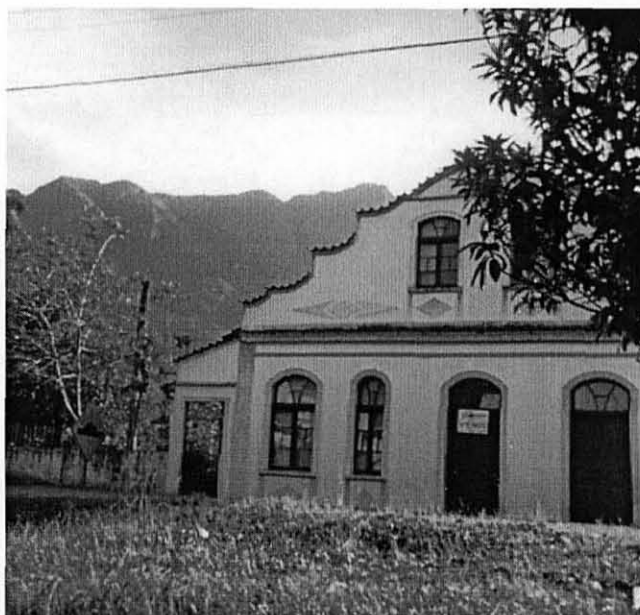


Foto 63 - Residência em Porto de Cima

Construída próximo à Igreja sua linguagem arquitetônica é eclética, com influência da imigração européia (Livro do tombo Histórico, inscrição n° 103), *seja pelo sótão habitável ou mesmo pelo contorno curvo de concordância com o térreo* (LYRA, 1994, p 134)

Curitiba

A Curitiba da virada do século recebeu investimentos para transformar sua imagem de pequena urbe provinciana em uma cidade *próspera, progressista e moderna*, capital de um Estado com *pujante economia*. É desta época a construção de inúmeras edificações, que aliam sua arquitetura à história.⁷⁸ Sem um planejamento que aglutinasse estas transformações, foi recebendo melhorias pontuais como saneamento, abertura e pavimentação de vias urbanas.

No início do século, o governo estadual iniciou a construção do Ginásio Paranaense (1903), tombado em 1977, cuja origem remonta ao Lyceu de Curitiba, criado pela Assembléia Provincial em 1846. A partir da emancipação, o Lyceo passou a chamar-se Instituto Paranaense e, após a proclamação da República, Gymnasio Paranaense.

⁷⁸No início dos anos 20, Curitiba ganhou seu primeiro *arranha céu*, construído pelo ex-prefeito Moreira Garcez, na Avenida Luiz Xavier, conhecido como Edifício Moreira Garcez. Entre os anos de 1920 e 1928, o prefeito Moreira Garcez foi responsável por dois mandatos consecutivos e, neste período, pretendeu *modernizar* a cidade de Curitiba



Foto 64 - Antigo Ginásio Paranaense - Sede da Secretaria de Cultura

A edificação, de arquitetura eclética *de vocabulário neoclássico, sublinhado por torreão central, com colunas de capitel ladeando os vãos do andar superior* (LYRA, 1994, p.32) é moldada pela austeridade peculiar aos edifícios públicos da época. *A conservação do velho edifício deve respeitar seu passado de casa de ensino e Sede da Secretaria da Educação e da Cultura; face ainda à pobreza de monumentos arquitetônicos de valor histórico do início do século existentes no Paraná. (Livro do Tombo Histórico, inscrição n° 58).*

Tendo como área de influência a Praça Garibaldi e a Praça João Cândido no Centro Histórico de Curitiba, foi construído o Palácio Garibaldi como sede para a *Società Italiana di Mutuo Soccorso Giuseppe Garibaldi* (1904), tombado em 1988. A Sociedade, fundada em 1883, serviu para abrigar escola para filhos de imigrantes italianos. Durante a Segunda Guerra, o prédio foi desapropriado pelo governo e somente devolvido à comunidade após vinte anos, quando seu nome foi modificado para Sociedade Beneficente Garibaldi. O tombamento voluntário remete à imagem gregária dos imigrantes e sua preocupação com a educação e a cultura, além de traduzir a decantada relação social que estabeleceram na região de Curitiba.



Foto 65 - Sociedade Garibaldi

O projeto arquitetônico é, como muitos outros da época, do arquiteto de origem italiana Ernesto Guaita. A edificação sofreu reforma em 1932 que, entretanto, não descaracterizou o projeto original, *devendo pois ser respeitada como contribuições ao monumento* (Livro do tombo Histórico, inscrição n° 88).

Como parte da paisagem urbana que se formou no século XIX em torno da Praça Eufrásio Corrêa e da Estação Ferroviária, o sobrado na Rua Barão do Rio Branco, número 773, tombado em 1985 é considerado *a mais expressiva edificação* dessa época.



Foto 66 - Sobrado a Rua Barão do Rio Branco, 773

Construído entre 1904 e 1906. Nele funcionou estabelecimento industrial. A justificativa para o seu tombamento compulsório prende-se unicamente ao valor arquitetônico da obra, sem mencionar antigos proprietários.

Colado às divisas laterais e sem recuo frontal, esse sobrado de alvenaria de tijolo exemplifica a arquitetura eclética, com vocação de influência neoclássica. O centro da composição é grifado por um corpo ligeiramente avançado em relação ao paramento da fachada, abrangendo dois pares de portas, no térreo e no andar superior. Valorizam esse ressaltado o balcão sustentado por rodilhões e o frontão triangular ao nível da platibanda. No térreo os seis vãos de porta possuem arco de plena volta, sendo o par de aberturas central com arcos mais trabalhados e de maior diâmetro (LYRA, 1994, p.55).

O Reservatório do Alto de São Francisco, tombado em 1990 é o primeiro reservatório de águas da cidade, foi edificado como casa de bombas, em 1906. O conjunto tombado, localizado na Rua Jaime Reis esquina com Rua dos Presbíteros, é formado pelo reservatório, a casa de manobras, o chafariz, jardins, muros e galerias subterrâneas. Os desenhos de inspiração *art-nouveau*, destacam a linha curva e as formas orgânicas inspiradas em folhagens, flores e animais, e conforma ambientação paisagística interessante.



Foto 67 - Reservatório do Alto São Francisco

Suas galerias subterrâneas dão suporte ao imaginário da população do Bairro das Mercês que conta lendas a respeito da existência de túneis na região. Os túneis teriam sido utilizados pelos jesuítas como abrigo durante o Período Pombalino.

Iniciando na Igreja das Mercês, chegariam nas ruínas de São Francisco, onde estaria escondido um tesouro trazido do litoral pelo lendário pirata Zulmiro (Boletim Informativo da Casa Romário Martins, 1985).

Na casa que serviu como primeira sede da Universidade do Paraná foram provisoriamente instalados em 1912, os Cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, Engenharia, Odontologia, Farmácia e Comércio. Mesmo após a transferência dos cursos para sua sede própria na Praça Santos Andrade em 1914, o sobrado continuou ligado à instituição. Abrigava a Maternidade do Paraná, extensão do curso de Medicina. Após 1940, o velho sobrado de dois pavimentos voltou a ser sede de comércio.



Foto 68 - Primeira Sede da Universidade do Paraná

Sem apresentar interesse estético ou arquitetônico, a velha casa da rua Comendador Araújo n° 268, foi inscrita compulsoriamente no Livro do tombamento histórico por preservar o sentimento de muitas gerações, formadas pela mais antiga Universidade do país.

O Palacete residencial do bairro Batel, tombado em 1975, em estilo provençal foi construído entre 1912 e 1914, na Avenida Batel, n° 1.387, para servir de moradia a abastada família paranaense.

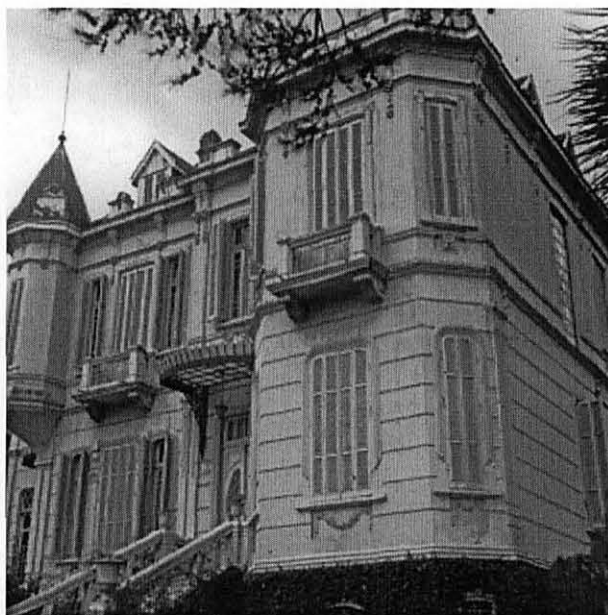


Foto 69 - Palacete do Batel

Erguido no centro de um grande jardim, sua arquitetura possui linguagem eclética e [...] *elementos que merecem destaque: a toneta romântica no ângulo esquerdo, o corpo avançado à maneira de bow-window, o desenho art nouveau da porta de entrada principal, as marquises de vidro sobre modilhões metálicos e a cobertura de forte inclinação, entelhada com placas fibrocimento à semelhança de ardósia, interrompida por uma mansada disposta no eixo da entrada principal* (LYRA, 1994, p.48).

A inscrição voluntária do bem no Livro do tombo das Belas Artes privilegiou o imóvel pelo seu excepcional valor artístico, e seu interesse paisagístico. (Livro do tombo das Belas Artes, inscrição n° 46).

Para construir o Castelo do Batel, entre os anos de 1924 e 1928, foram empregados materiais e peças importados da Europa.⁷⁹ O castelo tombado em 1975, teve sua pintura interna também elaborada por artistas europeus, constituindo-se num misto de renascimento francês, [...] *com salões Luís XVI, renascença francesa e italiana, estilo inglês e arte nova, com luxuosas decorações complementares* (Livro do tombo das Belas Artes, inscrição n° 45).

⁷⁹Construído por Luís Guimarães no centro de um jardim de 3.000m², foi projeto do arquiteto Eduardo Fernandes Chaves. A edificação tem 1.000m² de área construída



Foto 70 - Castelo do Batel

Por muitos anos o Castelo foi uma das principais referências arquitetônicas da cidade e cenário de reuniões políticas e recepções festivas. Residência do governador Moysés Lupion e propriedade de sua família, atualmente sedia a Rede de Televisão Paranaense.

No mesmo bairro do Batel, uma família de imigrantes ingleses, a família Gomm, construiu uma mansão inteiramente em madeira, ladeada por imponente jardim (1913).



Foto 71 - Casa Gomm

A residência e o bosque na avenida Batel, tombados em 1989, foram considerados *exemplar único* devido à originalidade e *solução plástica de volumes irregulares em recortes e composição*.

Exceção à regra das demais habitações em madeira, as dimensões, o desenho arquitetônico, o material de acabamento, além de amplo jardim que completa a bucólica paisagem conferem a residência da família Gomm, inscrita compulsoriamente no Livro do tombo das Belas Artes, as propriedades para que se enquadre no modelo que orienta as ações patrimonialistas.

O antigo Paço Municipal, tombado em 1966, localizado na atual Praça Generoso Marques, tornou Curitiba uma das primeiras cidades brasileiras a ter sua Prefeitura em sede própria (1914 e 1916). Construído em três pavimentos e cobertura em quatro águas, possuiu torre ornada com o escudo das armas do município e cabeças de leão. Dois atlantes representando os poderes municipais suportam as colunas de entrada. Acima deles uma estátua feminina simboliza a cidade. Sua linguagem arquitetônica utiliza elementos da cultura grego-romana e é atribuída ao engenheiro Cândido de Abreu.



Foto 72 - Antigo Paço Municipal - Museu Paranaense

Prédio construído em arquitetura eclética com predominância no estilo art-nouveau. Possui três pavimentos e sótão. A cobertura original foi modificada, o que prejudicou sua arquitetura. A documentação fotográfica anterior a essa reforma é, porém, abundante e suficiente para uma restauração. (Livro do tombo Histórico, inscrição n° 6).

No início da década de setenta, após a transferência da prefeitura para o Centro Cívico, a edificação passou por cuidadosa restauração para abrigar o Museu Paranaense.⁸⁰

Os portões de ferro forjado do Passeio Público, tombados em 1974, foram construídos com desenhos fotomorfos projetado pelo então prefeito da cidade, Cândido de Abreu (1910).⁸¹ O portão principal teve por inspiração o desenho da entrada do Cemitério de Cães d'Asnières, próximo a Paris.



Foto 73 - Portões do Passeio Público

Apesar dos diferentes usos e de várias remodelações feitas no Passeio Público, o conjunto de seus portões não foi alterado sendo [...] composto de três unidades; o [portão] central, mais largo e alto, destinado ao tráfego de veículos; os laterais, para passagem de pedestres (LYRA, 1994, p.51).

⁸⁰Foram responsáveis pelo projeto de restauração os arquitetos Cyro Correia Lyra e Abraão Assad.

⁸¹Cândido de Abreu foi prefeito de Curitiba em duas ocasiões, entre 1892-1893 e 1912-1916, engenheiro civil, o prefeito iniciou uma série de obras na capital.

A sede do Instituto Neopitagórico, tombada em 1968, batizada de Templo das Musas, foi inaugurada em 1918. Sua fachada reproduz a *de um templo hexastilo da ordem dórica* (LYRA, 1994, p.44) – pórtico com seis colunas em estilo grego. Edificada pelo movimento neopitagórico, fundado por Dario Velloso, guarda a importância dos livres-pensadores para a formação de uma corrente de pensamento curitibano.



Foto 74 - Templo das Musas

Em 1987, o prédio sofreu incêndio que destruiu grande parte do acervo da biblioteca e das coleções de etnologia, numismática e filatelia. Com o apoio do governo do Estado foi restaurado, reassumindo suas funções originais e guardando *uma das últimas coleções originais existentes no Brasil, [a da] Encyclopedie ou Dictionaire Raisonne des Sciences des Arts er des Métriens, editada na França, no século XVIII. (Livro do tombo Histórico, inscrição n° 20)*

O Palácio São Francisco, tombado em 1987, construído no final da década de 20, foi projetado para servir de residência à família Garmatter, descendente de abastados imigrantes alemães. Sua construção obedece ao estilo eclético. Após dez anos [...] foi adaptado para sede do executivo estadual e, após a mudança de governo para o Centro Cívico, na gestão do governador Bento Munhoz da Rocha Netto, em

1953, passou a abrigar o Tribunal Regional Eleitoral (*Livro do tombo Histórico, inscrição n° 87*), quando foi ampliado com a construção de edifício contíguo, sacrificando uma das elevações laterais do terreno.

Em 1986 foi restaurado e destinado a sediar atividades de cunho cultural. Tombado em 1987, nele foi instalado o Museu de Arte do Paraná abrigando obras de arte de propriedade do governo estadual, dispersas em gabinetes da administração pública.



Foto 75 - Palácio São Francisco - Museu de Arte do Paraná

O acervo é composto de obras de estrangeiros, viajantes e artistas radicados no Paraná, que registraram paisagens e hábitos regionais, e da produção artística dos anos sessenta. No Museu funciona também o Centro de Conservação e Restauração da Secretaria de Estado da Cultura.

O Museu de Arte Contemporânea, tombado em 1978, foi instalado em edifício restaurado⁸² que abrigara a Diretoria de Saúde do Estado e posteriormente a Secretaria de Trabalho e Assistência Social, até 1973.

⁸²O arquiteto Sérgio Todeschini Alves foi responsável pelo projeto de restauração do edifício.



Foto 76 - Museu de Arte Contemporânea

Localizado próximo ao centro histórico, obedeceu aos requisitos da arquitetura oficial, do estilo eclético para o moderno, como a maioria das construções públicas da época.

Construído em 1927, em estilo neoclássico em dois pavimentos, tem uma área total de 564m².

Na mesma região central da cidade, anexa ao antigo Ginásio Paranaense, ergue-se a antiga sede do Tesouro do Estado tombada em 1977.



Foto 77 - Antigo Tesouro do Estado

Construção de 1926, abrigou a Curadoria do Patrimônio, os conselhos de Cultura e do Patrimônio, e exposições temporárias de arte contemporânea até 1997.⁸³

A edificação, em estilo floreado, apresenta aberturas irregulares, explora elementos diferenciados de cor e textura, e utiliza-se do ferro fundido e do vidro.

Sua arquitetura é eclética, tendo a fachada ornamentada com elementos *fotomorfos*, [...] *com o eixo central marcado pela porta de entrada, ladeada por colunas jônicas, encimada por sacada sustentada por modilhões e guarnecida por guarda-corpo de delicada serralheria. Os vãos de janelas do pavimento superior são em arco de plena volta e os do térreo de verga reta. Oculta o telhado platibanda vazada* (LYRA, 1994, p.34).

O edifício que abriga a sede do Centro Acadêmico Hugo Simas, tombado em 1990, do Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, foi construído na década de 1930, na rua Marechal Floriano, 524. Adquirido em 1950 para abrigar o Centro Acadêmico do Curso de Direito, a justificativa para seu tombamento prendeu-se, exclusivamente, ao valor simbólico do espaço, ponto de reuniões e deliberações estudantis de um dos mais antigos centros acadêmicos do país, criado em 1931.



Foto 78 - Centro Acadêmico Hugo Simas

⁸³No início de 1998, o prédio foi desocupado para recuperar sua composição original, quando passou a abrigar exposições sob a coordenação da Secretaria de Estado da Cultura.

Com linguagem arquitetônica da década de 1930, foi construído no alinhamento predial [...] *mantêm características originais de volumetria e ornamentos, embora tenha sofrido algumas alterações internas e externas* (Livro do Tombo Histórico, inscrição n° 98).

O Parque Estadual João Paulo II, tombado em 1990, foi criado pela Lei n° 8.299/86, localiza-se na região do Centro Cívico em área de 46.337m². Memorial da imigração polonesa, homenageia o maior contingente de imigrantes a localizar-se na Região Metropolitana de Curitiba. Ao resgate da memória dos grupos étnicos, que definiram o perfil da cidade a partir do final do século XIX, aliou-se a preservação de áreas verdes.

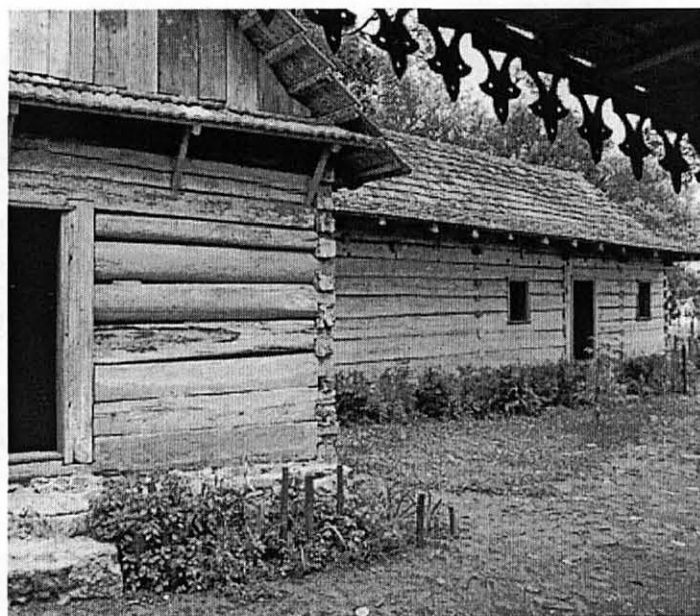


Foto 79 - Bosque João Paulo II - Casa de troncos

[...] As instituições culturais, os museus da cidade de Curitiba, pouco se preocupavam com a conservação - com a documentação - dos resquícios de epopéia tão decisiva para a formação de nossa sociedade. Resquícios até hoje presentes em todo o Paraná, principalmente na grande Curitiba (por epopéia entenda-se a imigração polonesa para o Paraná. Boletim Informativo da Casa Romário Martins, julho 1988).

Para o Parque João Paulo II, foram transportadas casas típicas polonesas, em troncos de madeira, construídas no final do século XIX, doadas pela comunidade dos arredores de Curitiba. O objetivo foi preservar a memória do estilo polonês nos desenhos e material construtivo das casas de madeira, conhecido por enxameis, compostos de troncos de pinheiro vedados por taipa de mão, telhas em *tabuinhas* e vãos retangulares. As

paredes das casas são de troncos falqueados em quatro faces, dispostos horizontalmente e encaixados nas extremidades. As coberturas, em duas águas, têm a cumeeira paralela à fachada principal. Os telhados, originalmente construídos com *tabuinhas*, foram substituídos por telhas de barro, após a instalação de olarias.

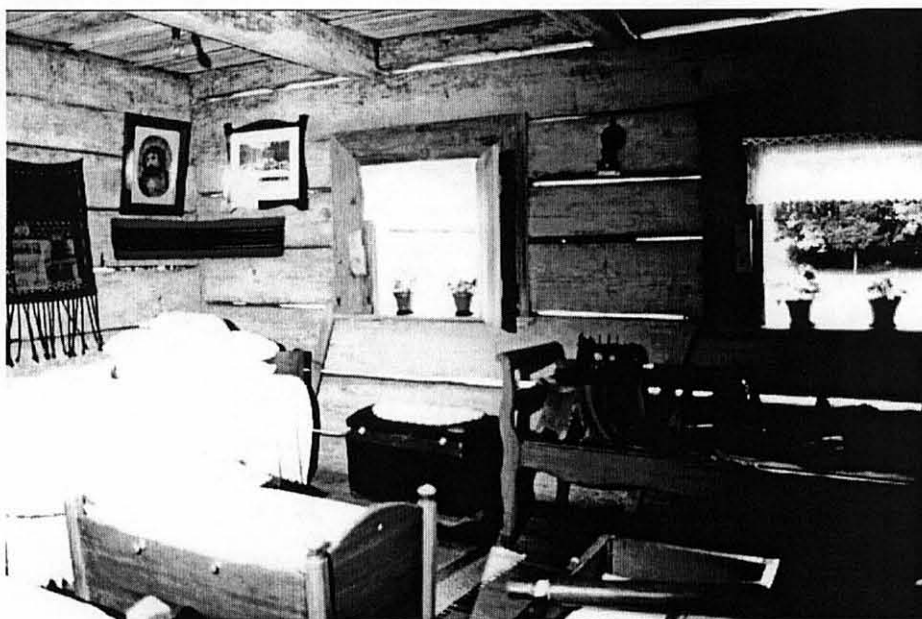


Foto 80 - Interior da Casa de Troncos

Numa das casas foi instalada a capela dedicada a Virgem Negra de Czestochowa, padroeira da Polônia. Em um paiol foi montado pequeno museu agrícola, com exposição de instrumentos de época. As demais edificações, também em madeira, foram adquiridas pela Prefeitura, compondo um harmonioso conjunto. Nelas funcionam o Museu da Habitação do Imigrante e a loja de artesanato da *cultura polonesa*⁸⁴. *A idéia básica era colocar todos os passos do Papa em cenários sintonizados com a política de preservação, de humanização da cidade, para assim, 'santificar', objetos e edificações que num país desenvolvido já estariam preservados pela dignidade que se lhes conferia* (Boletim Informativo da Casa Romário Martins, 1981, p.7).

O Mural de Azulejos da Maternidade Nossa Senhora de Fátima, tombado em 1990, é obra de Arthur Nísio (1906-1974).

⁸⁴A partir de 1998 todo o conjunto sofreu restauração.



Foto 81 - Mural de Azulejos da Maternidade Nossa Sr^a de Fátima

O mural é [...] *Obra atípica do artista, já que ele raramente se afastava da produção pictórica. Nísio pretendeu representar a aparição de Nossa Senhora a alguns pastores, em Fátima, Portugal, no ano de 1927* (Livro do tombo das Belas Artes, inscrição n° 9).

As duas coleções tombadas, a Coleção Etnográfica e Museológica do Museu Paranaense e a Coleção Etnográfica e Museológica do Museu David Carneiro, foram inscritas pelo SPHAN em 1941 em três Livros-tombo, o Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, o de Belas Artes, e o Histórico. As origens das coleções mesclam-se à história das duas instituições, ambas tombadas pelo Estado em 1972.

Estima-se que o acervo do Museu Paranaense seja composto por 197.100 peças de arqueologia, etnologia e história. Já o acervo do Museu David Carneiro foi quase totalmente disperso após seu falecimento. Em 1997, a Regional do IPHAN conseguiu recuperar 184 volumes da Biblioteca do historiador, obras raras sobre a história do Paraná. Neste mesmo ano, foi embargado judicialmente, na cidade de São Paulo, o leilão de peças integrantes da Coleção, por caracterizar desmembramento de bem tombado.

Almirante Tamandaré

O município de Almirante Tamandaré integra a Região Metropolitana de Curitiba. As unidades inscritas em Livro do tombo, referenciam a religiosidade de

imigrantes alemães, italianos e poloneses, que se instalaram nas Colônias de São Venâncio, Gabriela, Lamenha e Antônio Prado, nos anos setenta do século passado.



Foto 82 - Oratório São Carlos de Borromeo

O Oratório de São Carlos de Borromeo, tombado em 1979, foi construído em 1939 em meio a um bosque, foi projeto *do polaco Martim Polenski*, agradecendo ao Santo, o *súbito desaparecimento de praga de gafanhotos na região* (Livro do tombo Histórico, inscrição n° 70).

A Capela de São Francisco Xaveiro, tombada em 1979, foi construída por imigrantes italianos na Colônia Gabriela, em terreno de propriedade particular, segue o padrão da arquitetura rural em estilo italiano.



Foto 83- Capela de São Francisco Xaveiro

O conjunto é composto pela Igreja com nave, *capela mór e casa cônica. Oratório com 3 nichos e 3 torres. Frontão com 4 colunas, porta em abóbada, telhado de duas águas* (Livro do tombo Histórico, inscrição n° 69).

Colombo

A Colônia Alfredo Chaves, formada por imigrantes italianos, deu início ao município de Colombo, em 1879. A casa rural de Colombo, localizada na rodovia da Uva, representa a arquitetura rural da Região Metropolitana de Curitiba, com nítida influência da estética arquitetônica típica daquele grupo de imigrantes.



Foto 84 - Residência Rural de Colombo

Inscrita no Livro do tombo Histórico como Residência foi tombada em 1981. Construída em 1912, foi considerada pelo Conselho do Patrimônio [...] *de importância apenas local, referendando assim a avaliação do Plano de Preservação do Acervo Cultural da Região Metropolitana de Curitiba que lhe atribuiu um valor 'secundário'* (Parecer Arquivo da Curadoria do Patrimônio, processo n° 83/81).

No entanto, a solicitação feita pelo seu proprietário para o tombamento voluntário, argumentava que o imóvel possuía [...] *características arquitetônicas marcantes e de interesse histórico para a região. Construída por desbravadores – descendentes dos pioneiros do Paraná [...]* (Arquivo da Curadoria do Patrimônio, 25.09.81).

*P*onta Grossa

Nos primeiros anos do século XX a arquitetura das edificações públicas e particulares de Ponta Grossa sofreram influência da estética dos imigrantes, sobretudo alemães, e da movimentação econômica trazida pela Ferrovia ao município.

O edifício da Praça Marechal Floriano, tombado em 1990, é considerado importante referencial para a história da cidade, serviu como loja de ferragens, posteriormente abrigou a sede dos serviços telegráficos, até ser adquirido pelo governo do Estado.



Foto 85 - Edifício da Praça Marechal. Floriano

Construído pelo imigrante alemão Guilherme Naumann em 1906, sediou a Faculdade de Odontologia da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Atualmente funcionam ali os trabalhos de Extensão universitária. *Suas características e sua inserção no espaço urbano, conferem ao edifício inquestionável importância* (Livro do tombo Histórico, inscrição n° 106).

A Vila Hilda, tombada em 1990, é um edifício residencial, foi construída na década de vinte. A área tombada está [...] *limitada pelas ruas Júlia Wanderley e Coronel Dulcídio* (Livro do tombo Histórico, inscrição n° 99), e engloba os jardins e muros frontais. Adquirida pela Prefeitura em 1968, passou a abrigar a Biblioteca Pública Municipal.

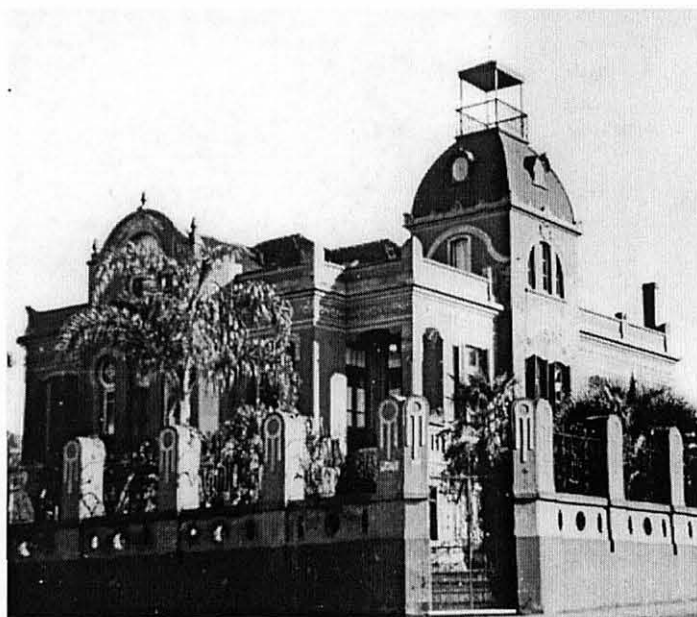


Foto 86 - Vila Hilda

Está organizada em três níveis; o portão alto, o pavimento principal e os torreões. Sua entrada nobre faz-se por uma escada externa ligando o jardim à varanda, colocada na esquina esquerda da casa. [...] Nota-se nítida influência do repertório formal do art nouveau na composição dos vãos abertos para a sacada do torreão lateral e nos adornos florais de canto das demais janelas (LYRA, 1994, p.183).

O antigo edifício do Fórum da Comarca de Ponta Grossa foi edificado entre 1924 e 1928, com muita qualidade arquitetônica, beleza dos detalhes construtivos, ornamentos e trabalhos em madeira [...] (Livro do tombo Histórico, inscrição n° 105), O trabalho da fachada foi elaborado por mestres pedreiros de ascendência alemã.

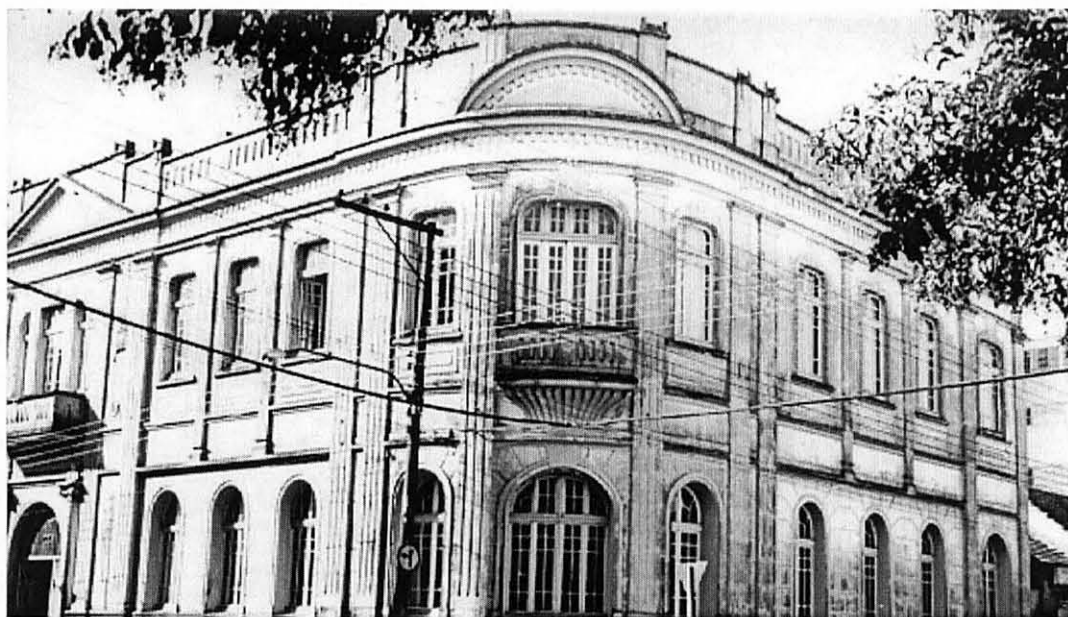


Foto 87 - Antigo Edifício do Fórum

Até 1982 ali funcionou o Fórum da Comarca, após esta data passou a abrigar o Museu Histórico da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O tombamento do antigo edifício do Fórum resgata momento importante da história do município.

O prédio do Colégio Estadual Regente Feijó, tombado em 1990, pinça marcos no tempo e com eles instaura uma temporalidade, organizando a história da cidade e de várias gerações que passaram por seus bancos escolares.

Ao materializar um ponto de vista social particular, personifica determinadas relações sociais.



Foto 88 - Colégio Estadual Regente Feijó

Construído e inaugurado em 1927, na administração do Presidente do Estado, Caetano Munhoz da Rocha é um importante marco da paisagem urbana da cidade. Com este tombamento, buscou-se perpetuar um dos monumentos mais *representativos da história da culta gente pontagrossense*. (Livro do tombo Histórico, inscrição n° 104).

Palmeira

Na antiga sede da Fazenda Cancela, a 60 quilômetros do município de Ponta Grossa, instalaram-se, no início do século XX, um grupo de menonitas radicados originalmente em Santa Catarina. Como a história individual é em certa medida uma

especificação da história coletiva, os menonitas solicitaram o tombamento da sede da fazenda, em 1989, considerando-a marco dos laços afetivos da permanência do grupo e memória da *saga menonita na América do Sul, catalisadora da cultura monolítica dessa operosa comunidade*.

Construção em madeira e alvenaria com um pavimento e sótão habitável e área construída num total de 400 metros quadrados.

Foto 89 - Sede da Fazenda Cancela (foto não disponível no arquivo da Coordenadoria de Patrimônio)

Localizada em terreno plano, atualmente Centro Administrativo da Colônia Witmarsum foi edificada na primeira metade do século e serviu como sede da Fazenda Cancela, de propriedade do senador Roberto Glaser. Posteriormente, serviu de hospital-maternidade onde nasceu grande parte da geração menonita local. (Livro do tombo Histórico, inscrição n° 96)

A arquibancada do Ipiranga Futebol Clube de Palmeira, tombada em 1990, foi executada em madeira sobre estrutura de alvenaria, com beirais em lambrequins e treliçado. Um trabalho rebuscado de forte colorido nas cores branca e vermelha expressa a forte influência da estética dos imigrantes. Sob a arquibancada, o conjunto engloba também um salão, um bar, cozinha, banheiros, sala de troféus e sala

administrativa. Raro exemplar ainda existente no Sul do país, demonstra a interessante opção no uso da madeira em grandes dimensões.

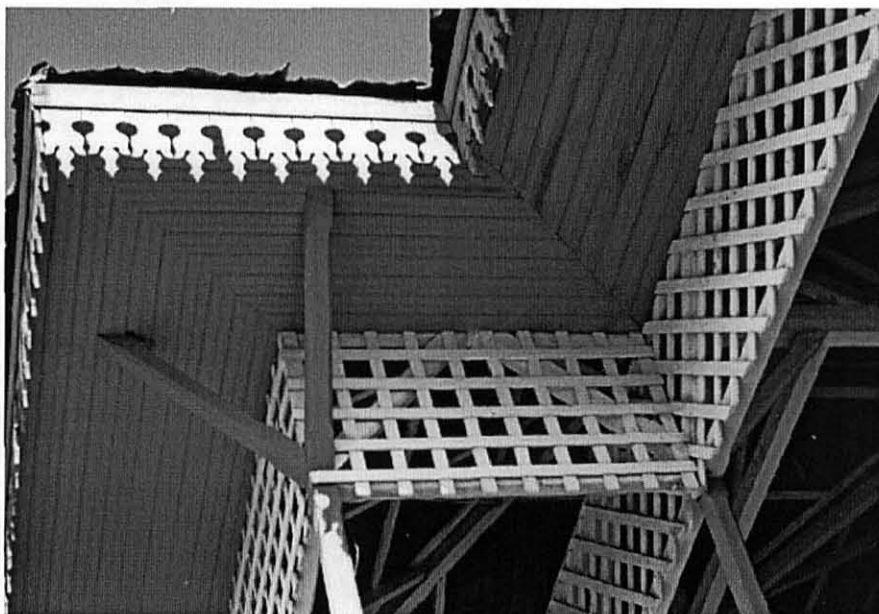


Foto 90 - Arquibancada do Clube de Futebol - detalhe

Como o valor do bem patrimonial não é uma escolha arbitrária, mas depende de uma rede de significados, são eles que valorizam a arquibancada como espaço de sociabilidade e beleza estética, não só determinada pelas características da construção.

Jacarezinho

O município de Jacarezinho está localizado em região pioneira do café. Tem sua origem ligada à vinda de mineiros para a região entre 1886 e 1888. Como a maioria das cidades brasileiras, o povoamento inicial aconteceu ao redor de uma capela construída em terreno doado.

As pinturas murais de Eugênio de Proença Sigaud⁸⁵ nas paredes da Igreja Matriz da Imaculada Conceição perfazem um total de seiscentos metros quadrados, e foram tombadas em 1990. Cobrem o interior da igreja, as paredes da galeria lateral que separa a nave do coro e a cúpula. Pintadas em 1957, foram consideradas patrimônio do

⁸⁵Sigaud (1899-1971) foi arquiteto, gravador, desenhista e pintor. A partir de 1935 dedicou-se à pintura mural.

Estado e inscritas no Livro do tombo das Belas Artes. [...] *Onde o sagrado se mistura ao profano num estilo que, segundo Frederico Moraes, se caracteriza como viril, algo rude e tosco na energia dos volumes* (Livro do tombo das Belas Artes, inscrição n° 8).



Foto 91 - Pinturas Murais

Mais que sua importância artística, o tombamento foi solicitado pelo fato de o artista ter se utilizado de pessoas da comunidade local para servir-lhe de modelo e pela [...] *presença da temática centrada na atividade operária, sobretudo a do trabalhador em construção civil* (LYRA, 1994, p.90). A Igreja tornou-se, também, objeto de preservação por conter os Murais, cujo valor artístico é considerado *muito superior ao valor arquitetônico do templo*.

Londrina

Elevada a município em 1934, a pequena cidade de Londrina possuía 554 construções, muitas, se comparadas às duas edificações existentes nos anos vinte.⁸⁶ o Hotel Germânia e as dependências da Companhia de Terras Norte do Paraná (IPAC, s.n.t., p.17).

⁸⁶Devido a seu acelerado crescimento, em 1940 a cidade já contava com cinco distritos que mais tarde tornar-se-iam cidades autônomas: Cambé, Rolândia, Marilândia, Tamarana e São Sebastião. Em 1997, com 63 anos Londrina possuía em torno de 500 mil habitantes, 2 Universidades, a Estadual (UEL) e a Norte do Paraná (Unopar), além de um Centro de Estudos Superiores.

O patrimônio tombado abrange duas unidades, o complexo da Praça Rocha Pombo e a Estação Rodoviária construído em 1951, e tombado em 1974. Devido ao acelerado processo de urbanização, a comunidade londrinense e a Universidade Estadual de Londrina encabeçaram a solicitação do tombamento baseadas no *discurso da perda*. Discurso esse que recaptura bens potencialmente capazes de materializar a memória histórica e cultural, *resgatando, restaurando e preservando fragmentos*. Ao definir o universo da praça e da estação como patrimonial ofereceram *condições de perspectiva às edificações* do complexo da Estação, para abrigar o Museu do Café ou Museu das Artes.⁸⁹



Foto 92 - Praça Rocha Pombo e Rodoviária

Obra com efeito plástico e pioneira da arquitetura Moderna no Paraná, *projeto do [renomado] arquiteto J. B. Vilanova Artigas* (Livro do tombo Histórico, inscrição n° 52). Tanto a praça quanto a estação, monumentos de arte, transformaram-se em referenciais da história do município por representar um determinado período e um estilo moderno peculiar, do qual não é possível encontrar, em sentido estrito, um equivalente (RIEGL, 1989). Projetado em 1948 e acabado de construir em 1951, o edifício em referência foi o primeiro prédio público construído, no Paraná, dentro do

⁸⁹O Museu foi instalado em março de 1998.

espírito da moderna arquitetura brasileira, constituindo-se como exemplo clássico da mesma [...] (Curadoria do Patrimônio, processo n° 52-11, Ofício da Fundação Universidade Estadual de Londrina).

Laranjeiras do Sul

Pousio para viajantes que se deslocavam dos campos de Guarapuava para as fronteiras com o Paraguai e Argentina e posto estratégico para controle do Oeste paranaense, a breve história do Território Federal do Iguaçu, origem do município de Laranjeiras do Sul, está fragmentariamente preservada na residência do Vice-governador do Território, tombada em 1979.

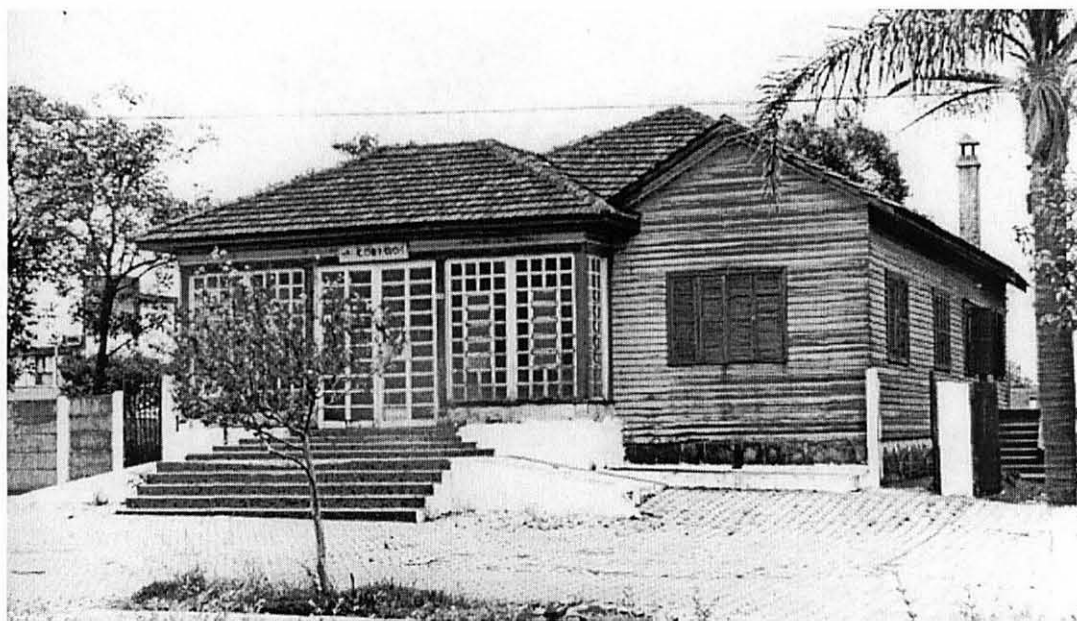


Foto 93 - Residência do Vice-governador

A proposta de tombamento foi encaminhada pela população da cidade, argumentada sua importância histórica. A residência sacralizou-se ao acoplar valores que transcendem sua materialidade e que apontam para fatos legitimados por narrativas históricas, vivenciadas e sentidas como tal. Memória da interferência do governo federal ferindo interesses regionais, que refletiram no cotidiano de vida de grupos de homens, tornou-se culturalmente significativa.

União da Vitória

A cidade de União da Vitória nasceu da bandeira empreendida pelo Capitão Antônio da Silveira Peixoto, que fundou na região um entreposto chamado Nossa Senhora da Vitória. Em 1881, a pequena povoação recebeu um grupo de alemães, vindos do Vale do Itajaí.

A cidade foi um dos palcos da Revolta do Contestado chegando a pertencer a Santa Catarina. Após o tratado de limites estabelecido entre os dois estados, foi dividida em duas, uma denominada Porto União, pertencente a Santa Catarina, e outra União da Vitória, ao Paraná.

Pelas salas do edifício sede da Escola Estadual Professor Serapião, construído em 1917 e tombado em 1988, muitas gerações tiveram sua formação escolar básica. Construído [...] *em alvenaria de tijolos e um só pavimento no alinhamento predial, sua disposição original em planta se mantém, sendo composta por quatro salas de aula dispostas simetricamente em relação ao eixo central* (Livro do tombo Histórico, inscrição n° 92).



Foto 94 - Grupo Escolar Prof. Serapião

O tombamento da edificação, ao transformar a escola em inscrição que fala de um tempo pretérito, que o relata e que o torna presente e significativo, reforçou laços comuns da comunidade, ressaltando a importância da educação e cultura para os imigrantes alemães.

Prudentópolis

Prudentópolis, desmembrado do município de Guarapuava, situa-se numa das últimas áreas ocupadas no Estado. Nele formou-se um núcleo colonial ucraino-polonês (1894), que se dedicou à atividades agrícolas e à pecuária, fortalecendo economicamente a região, que passou a município em 1929. Em homenagem ao presidente da República Prudente de Moraes recebeu a denominação atual.

A Igreja de São Josafat, tombada em 1979, de fé católica do rito oriental, foi *construída pelos ucranianos que na sua diáspora escolheram Prudentópolis como sua segunda pátria* (Livro do tombo das Belas Artes, inscrição n° 71). O monumento em estilo bizantino é a matriz da ordem Basiliana no Brasil.⁹⁰



IGREJA MATRIZ SÃO JOSAFAT

Foto 95 - Igreja de São Josafã

Ornado com bordados ucranianos, o púlpito da igreja representa a barca de São Pedro tendo nos mastros as cores da Ucrânia. Compõe o conjunto tombado uma rede de pesca com peixes e [...] *inclusive finíssimo trabalho em madeira, no qual se destaca o famoso Ikonostas, isto é, a coleção de ícones representando a vida de Nossa Senhora e dos apóstolos* (Livro do tombo das Belas Artes, n° 71).

⁹⁰Grupo religioso que segue as regras de São Basílio.

Fernandes Pinheiro⁹¹

Com a construção da estação da estrada de ferro na região, multiplicaram-se as serrarias acompanhando o traçado da ferrovia. Foram construídos entrepostos e ramais ferroviários que adentraram na mata atraindo grupos de imigrantes europeus, principalmente italianos, alemães e poloneses. Nesta conjuntura uma fazenda começou a ser explorada industrializando madeira para exportação⁹² (1912). A sede da Fazenda Florestal foi tombada em 1990, quando Fernandes Pinheiro ainda era distrito de Teixeira Soares.

A casa sede, construída em madeira, foge aos padrões usuais desta técnica difundidos no Paraná (LYRA, 1990, p.193). O edifício de três andares, tombado em 1990, tem como parâmetro as mansões anglo-americanas do século XIX. Construído para servir de moradia a seu proprietário, o conjunto engloba além da serraria, uma vila operária e armazéns.

Foto 96 -Casa Sede da Fazenda Florestal (foto não disponível no arquivo da Coordenadoria do Patrimônio)

⁹¹Em 1997, o distrito de Fernandes Pinheiro foi transformado em município desmembrado de Teixeira Soares.

⁹²No início da década de 1950 a fazenda foi vendido ao Ministério da Agricultura.

O tombamento se refere também aos jardins envoltórios, a casa com aproximadamente 400 metros quadrados de área, executada em dois pavimentos mais o sótão, toda em imbúia. Possui elementos decorativos nas paredes internas e forros, escada em madeira maciça e corrimão entalhado, pisos em parquet em todos os cômodos (Livro do tombo Histórico, inscrição n° 103).

*Toledo*⁹³

O município de Toledo foi criado em 1951, em território desmembrado de Cascavel, mas o povoamento da região já se iniciara em 1946, com a instalação da empresa industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná, na Fazenda Britânica. O Fórum Wilson Balão foi construído na mesma data da criação do município e tombado em 1988.

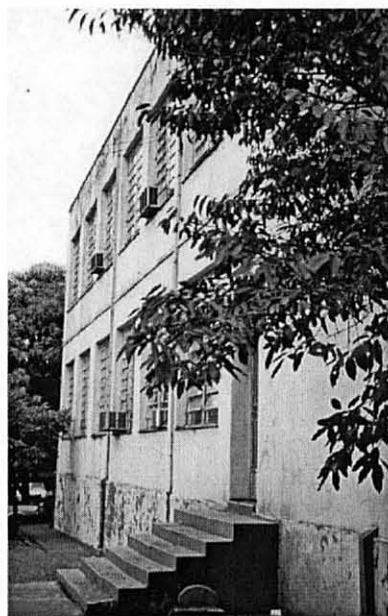


Foto 97 - Fórum Wilson Balão

O conjunto que forma o antigo Fórum é composto por [...] *três edificações com volumetria diferenciada e mesmo tratamento quanto às fachadas e acabamento externos e internos* (Livro do tombo Histórico, inscrição n° 91). Em terreno arborizado, elemento integrante da unidade tombada, atualmente é sede do Tribunal do Trabalho.

⁹³As atividades econômicas da região estiveram tradicionalmente ligadas à exploração da floresta nativa, tanto a madeira quanto a erva-mate, pela Companhia de capital inglês, com sede em Buenos Aires.



Ao registrar manifestações significativas presentes nas relações sociais, em sociedades e épocas precisas, o patrimônio cultural tombado carrega consigo a memória do que foi num tempo pretérito e passa a designar elementos comuns à comunidade. O *valor histórico* do bem representa particularidades evocadas pela seu estado original, ainda que alteradas pelo tempo (RIEGL, 1984). No entanto, as marcas do passado nele figuradas, não são suficientes, para torná-lo significativo, é necessário que seja considerado o propósito de seu surgimento, apontando onde, quando e com que intenção foi construído ou elaborado.

Objetos que integram as coleções ou o patrimônio cultural ao serem retirados de seu contexto original são recodificados para que, como sinais diacríticos, representem categorias e grupos sociais (GONÇALVES, 1996). Assim é que a identidade paranaense aparece como mutável e fluída, acompanhando a colonização luso-brasileira, os momentos de construção política, econômica e cultural, refletindo as diferentes conjunturas. Em muitas cidades – Guaratuba, Antonina, Paranaguá e Região Metropolitana de Curitiba – perderam-se exemplares edificadas com vocabulário arquitetônico próprio, edificações públicas, comerciais e industriais, casas assobradadas. Referenciais de um tempo que retratava outras relações sociais, locais de memória.

O contexto paranaense é exemplar para se entender que as regras e estratégias estruturadas no campo simbólico têm peso e existência concreta sobre os agentes sociais que se movem, não de forma voluntarista, mas num campo onde suas posições são fixadas a priori. Sendo produto das relações sociais, essas regras e estratégias tendem a assegurar a reprodução das relações objetivas que as engendraram, orientando a ação dos indivíduos. Em sua qualidade de instrumento de comunicação e de conhecimento esse campo é o responsável pelo acordo tácito e consensual quanto ao significado dos signos, não constituindo apenas justificador da ordem social arbitrária. O campo simbólico onde o signo é produzido constitui, também, um domínio com autonomia relativa e não somente um instrumento de poder de legitimação da ordem vigente.

Não se pode desconhecer a existência do processo cultural de reelaboração simbólica que permeia a apropriação dos bens patrimoniais. Este processo permite que diferentes narrativas sobre patrimônio intercambiem-se, numa relação dialógica, em que forças internas e externas agem ao mesmo tempo, reforçando aspectos específicos que marcam identidades. Neste sentido, a escolha de determinadas características e elementos para compor o patrimônio tombado traz consequências práticas e simbólicas, pois as representações culturais nunca apresentam *fatos*, mas sim os reescrevem, muitas vezes como mito.

**SUPERANDO A PROVÍNCIA, HISTÓRIAS RECONSTRUÍDAS,
MEMÓRIAS RECONTADAS**

*Só o passado verdadeiramente nos pertence.
O presente... O presente não existe:
Le moment ou je parle est déjà loin de moi.*

Bandeira, M. 1974, p.327

*Nestes climas onde o bicho come os livros e o ar de mamão coruncha os pensamentos, estas árvores ainda pingam águas do dilúvio.
Paulo Leminski, Catatau.*

Duas figuras polarizam a imagem do paranaense incessantemente procurada neste quase século e meio de emancipação. Uma delas, O Ceifador, um desenho criado por Andersen¹, a outra, O Semeador obra escultória de Zaco Paraná, presentes no Brasão do Estado, em diferentes momentos. O Ceifador desenhado especialmente para compor o Brasão, representa um agricultor que ceifa as riquezas das terras paranaenses. Liga-se assim ao ato desbastar ou abater, bem como ao colher, recolher. Talvez esta interpretação tenha sido a responsável por ter sido substituído pelo Semeador, que ao recapturar o discurso paranista mostra um lavrador ativo com *dorso nú e pés descalços*, embornal a tiracolo, que num gesto amplo atira sementes ao chão.

A mensagem simbólica incrustada na troca das figuras evidencia o laborioso trabalhador que semeia o futuro, capturando a imagem do paranaense *moderno [...]* *Mais do que terra das araucárias e terra de todas as gentes, o Paraná é terra de semeadores; fato evidente em sua história de conquistas, assentamento humano e prosperidade.* (FONTOURA, O Estado do Paraná, Almanaque, 16.12.1990).

A reinvenção de um passado baseado em fatos empíricos plausíveis tornou-se uma das tarefas prioritárias para a 5ª Comarca desmembrada de São Paulo. A narrativa historiográfica enfatizou a busca pelo ouro e os diferentes caminhos como responsáveis pela semeadura, no espaço e no tempo, de homens e cidades. Documentos de autoridade que vieram a servir de justificativa para a identificação dos bens patrimoniais paranaenses um século depois.

A recém-criada Província do Paraná foi constituída por grupos populacionais destituídos de referência cultural e territorial comum. No final do século XIX, às diferenças econômicas e sociais dos luso-brasileiros vieram somar-se outras etnias. Imigrantes provenientes de diferentes universos tingiram a sociedade com cores fortemente heterogêneas, principalmente o preto, vermelho e amarelo alemão; o verde,

¹ A descrição do Brasão do Estado com a figura desenhada por Andersen aparece no Decreto-lei 904 de 21.3.1910.

vermelho e branco italiano; o vermelho e branco polonês.

A não existência de vínculos solidários, nem mesmo uma língua comum que propiciasse agregação, esteve continuamente presente nos discursos da *intelligentsia* paranaense. Tal diversidade foi interpretada como uma espécie de atraso da Província.

A região que se transformou no Estado do Paraná não teve um grupo hegemônico economicamente forte, que se interessasse em agir como mecenas, sustentando uma produção artística ou arquitetônica, que se contrapusesse ou mesmo se adequasse aos critérios estéticos e ou artísticos dominantes. De outra parte, não se registram no Paraná estudos e pesquisas que dêem conta do que se convencionou chamar *cultura popular*. Mesmo porque, a desvalorização qualitativa desta expressão cultural é estimulada por um discurso ambivalente que, no fundamental a menospreza.

Assim como até há 5 décadas passadas, carregar um violão era ‘agravante’ sempre que um seresteiro menos cuidadoso se deixou apanhar pela polícia, ao se estender no canto à sua amada, também os **batuques** da escassa população de Paranaguá ou Curitiba, há 100 anos não eram bem vistos. Em contrapartida, as tertúlias lítero-musicais, que se tornariam hábito elegante nas residências das famílias tradicionais - Itiberê da Cunha, Menezes, Monteiro, Diniz, Assumpção, ou dos imigrantes alemães como Schleder, Pletz, Glaser, Stresser, Hauer, Hertel, Menssing, Haupt, etc. - mereciam simpáticos registros e prestígio das autoridades da época. [...] [nos jornais do] Paraná da segunda metade do século passado, [havia] **avisos** das autoridades policiais advertindo de que estavam proibidas manifestações de ‘congadas’ e ‘batuques’ nas ruas da cidade, por ocasião da festa de São Benedito, santo sem reconhecimento oficial litúrgico, com data móvel, mas que era reverenciado geralmente no final do ano (MILLARCH, A. Referência em Planejamento. Artes no Paraná II, 1980, p. 125).

A desigualdade enraizada na hierarquia dos capitais culturais disponíveis a cada segmento está presente também na formação do patrimônio. Os bens patrimoniais são apropriados desigualmente pelos segmentos sociais, em situações e momentos temporal e culturalmente distintos. Isso tudo reproduz diferenças sociais e reforça a hegemonia dos que têm acesso ao capital simbólico, à sua produção, definição e distribuição. Os bens patrimoniais são escolhidos para serem empregados como marca distintiva. Uma dimensão do real privilegiada pelos homens para individualizar seu grupo.

Como prática política, o discurso e a ação de patrimônio no Paraná buscaram definir estratégias que atenuassem as contradições e os conflitos decorrentes das diferenças e, sobretudo, da desigualdade social.

Dada a complexa formação da sociedade paranaense, buscou-se então

construir um projeto de consolidação territorial e cultural que afirmasse a Província-Estado emergente. No entanto, o cenário que abrigou a maioria dos tombamentos no Paraná teve como suporte a crença de Romário Martins na existência de três paranás,

- a - o Paraná, produto dos paranaenses aqui nascidos, filhos da raça lusitana pura ou mesclada, donos do jus-soli americano;
- b - o Paraná do imigrante, responsável pela falta de força política do Estado e ausência de influência civilizatriz da cultura paranaense;
- c - o Paraná dos adventícios brasileiros, nossos, mas inertes quanto à cultura local. (WACHOWICZ, citando Romário Martins. 1985 p. 131).

Definido como espaço *de passagem* intermediando o rico comércio de gado bovino e muar dos campos do Rio Grande aos mercados de Sorocaba, o Paraná reconheceu como patrimônio *escassas edificações* amarradas à colonização luso-brasileira, e representantes da arquitetura eclética, consolidada no final do século XIX e início do seguinte.

As marcas impressas pelos ciclos econômicos foram exaustivamente procuradas na arquitetura de edifícios públicos, de Igrejas, capelas, casas de fazendas e cidades, inventando uma memória histórica. A narrativa historiográfica justificadora dos bens patrimoniais capturou fragmentos de um tempo passado dispostos num rearranjo textual apresentado como realidade coerente. As políticas de patrimônio reinventaram o Estado ao selecionar especificidades e buscar elementos que dessem um colorido especial à região. Desenharam assim um mapa desigual do Estado, privilegiando determinados municípios ou regiões em detrimento de outros.²

Exemplares arquitetônicos, edifícios representativos de poderes institucionalizados, fragmentos eleitos para contar a história da formação do Estado, estandartes e fiéis documentos de autoridade, transformaram-se em suportes materiais visíveis do patrimônio. Muitas destas edificações foram o resultado do trabalho de mestres de obras, engenheiros e arquitetos europeus, sobretudo em Curitiba. Ornadas por diferentes linguagens arquitetônicas, transitaram do neoclássico, ao neogótico e *art-nouveau*. Recobertas pela pátina do tempo que lhes confere *autenticidade*, erguem-

²Em 1994 o Estado do Paraná possuía 371 município; destes 29 contavam com pelo menos uma unidade tombada.

se incontestáveis, transformadas em *monumentos*.

Se durante um longo período as ações patrimonialistas pensaram a história do Estado sob uma perspectiva genealógica, baseada no culto a fatos e personagens e no engrandecimento do *espírito paranaense*, mas recentemente tentaram recuperar as especificidades da imigração. Um novo discurso baseado em antiga orientação: incorporar o Estado *no concerto das nações civilizadas*. A história e a memória do *outro*, do *imigrante*, fortaleceram particularidades e exaltaram aspectos que, num primeiro momento, excluíram alguns grupos por razões biotípicas, raciais ou socioeconômicas. Em síntese, no entanto, prevaleceu uma imagem floclorizada do imigrante. Um bom exemplo constitui a divisão espacial promovida em Curitiba por ocasião da comemoração dos 300 anos da cidade: portais e parques étnicos em todos os quadrantes “presentificam” a origem dos diferentes grupos.

Ainda assim as políticas preservacionistas recuperaram aspectos de um passado compartilhado, reinventando o *Paraná de todas as gentes*. A construção do patrimônio estadual definiu relações sociais, simbólicas e culturais, facetadas pelo assentamento de grupos diferenciados etnicamente. Mas, ao determinar seu patrimônio sob uma perspectiva historiográfica particular homogeneizou as diferenças. As tintas principais, o esboço, a paleta e o desenho continuaram sendo definidos pelas mãos da elite ervateira, madeireira e campeira, *povoadora dos sertões*, que construíram e sacralizaram o conjunto do bens patrimoniais do Estado.

Considerando que as sociedades criam simultaneamente seu espaço e seu tempo, estas categorias não são vazias de conteúdo e nem suportes neutros de fenômenos culturais, mas se constroem historicamente e em relações sociais definidas. O acompanhamento do cenário paranaense possibilitou o descortinamento dos momentos significativos – a arquitetura, os espaços sociais e as personalidades –, que se transformaram em suportes visíveis do patrimônio, revelando como a sociedade paranaense concebe suas diversidades e desigualdades e, sobretudo, como interpreta sua história.

O passado como substância que qualifica o bem, ao ser transformado em

patrimônio, aliado à história e à tradição, passa por um processo de recriação a partir de rituais e de regras, buscando traçar um fio de continuidade com o presente. Essa recriação acontece deixando um rastro de destruição e esquecimento, podendo constituir-se em uma destruição imaginária e crítica, no sentido benjaminiano do termo. Como a criança, descrita por ele, que, ao destruir seu brinquedo, o destrói para reconstruí-lo, ou no sentido mesmo de apagar marcas ou situações que pretensamente são consideradas perniciosas, pois os bens materiais, ao carregarem consigo importante carga simbólica, exprimem determinada visão de mundo que se sobrepõe às demais. Nessa perspectiva, o patrimônio cultural paranaense possibilita perceber como foi escrita no espaço e no tempo a história do vencedor e, ao mesmo tempo, como foi calada a história dos vencidos.

Por outro lado, contemporaneamente a luta pela preservação tem incorporado novos espaços, edificações e objetos. Nos países europeus têm avançado discussões em torno do que recentemente foi denominado de “arqueologia industrial”, conservação de testemunhos das diferentes revoluções industriais. Ao mesmo tempo, a preservação de áreas “naturais” – mangues, géiseres, vulcões, parques e florestas – é também colocada como prioridade. Cada vez mais se desfaz a diferença entre o “natural” e o “artificial”. Espécies biológicas são conservadas como obras de arte, usinas como monumentos da natureza, castelos fortificados como paisagens.³

A preservação, mais que registros do passado, aponta para soluções que podem ser encontradas no longo processo histórico de que todos – Homens e Natureza – somos partícipes.

O que são, em sua concretude, uma casa, um parque, uma árvore? Meros sinais. Mas quando sacralizados patrimoniais assumem aura simbólica, fazem reviver no imaginário situações fragmentárias que adquirem sentido e permitem simbolizar, referir... Tornam-se mitos, tornam-se história...

³LATOUR, Folha de S. Paulo, 8.03.98.

ANEXOS

**ANEXO 1 - DENOMINAÇÕES DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO TOMBAMENTO E
PRESERVAÇÃO NO BRASIL**

- 1936 - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. - SPHAN
- 1946 - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - DPHAN
- 1970 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN
- 1979 - Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN
- 1985 - Com a criação do Ministério da Cultura - Minc, o sistema SPHAN/Pró-Memória passou a integrar sua estrutura
- 1990 - O SPHAN/Pró-Memória foi transformado no Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC, autarquia vinculada à Secretaria da Presidência da República (Decreto n° 99.492)
- 1992 - Voltou a vincular-se ao Ministério da Cultura
- 1994 - Recupera a sigla - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN - (Medida Provisória n° 610)

ANEXO 2 - PARANÁ - UNIDADES INSCRITAS PELO PATRIMÔNIO ESTADUAL - 1962-1990

MUNICÍPIOS	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1981	1982	1983	1985	1986	1987	1988	1989	1990	T.
A. Tamandaré	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Antonina	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3
Araucária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Balsa Nova	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Campo Largo	-	-	-	-	-	-	(1)1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Castro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	3	2	1	-	-	-	-	-	-	7
Colombo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Curitiba	-	-	-	1	(1)2	-	1	-	-	2	(3)2	-	(2)6	3	1	(2)4	5	1	1	-	(2)1	4	1	1	2	1	(2)5	44
Guarapuava	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Guaraqueçaba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)1	-	-	-	-	-	-	1
Guaratuba	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	(1)1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Jacarezinho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4)1	1
Jaguariaíva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Lapa	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	(1)2	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	6
Laranj. do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Londrina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Mal. Mallet	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Matinhos	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Morretes	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	4
Palmeira	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	4
Paranaguá	2	-	1	-	7	1	-	-	-	-	(1)3	-	1	(2)1	-	-	-	-	(2)1	-	-	-	-	-	-	-	2	19
Piraquara	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Ponta Grossa	-	-	-	-	(2)1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	6
Prudentópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Rio B. do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)1	-	-	1
São Mateus	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)1	1
T. Soares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Toledo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
U. da Vitória	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Litoral ⁵	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
TOTAL	2	1	1	2	11	1	2	1	4	3	8	2	10	4	1	4	7	5	5	4	2	6	2	1	6	5	18	118

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Coordenadoria do Patrimônio Cultural

(1) Bens tombados também pelo IPHAN.

(2) Bens considerados "naturais": capão, parque, árvores, Ilha de Superagui, paisagem e orla marítima, Ilha do Mel, Sambaqui, Parque de Vila Velha, gruta, árvore.

(3) Coleções e acervo museográfico - Museu Paranaense e Museu Cel. David Carneiro.

(4) Pintura mural.

(5) Incluem-se neste região os municípios de: Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá.

**ANEXO 3 - NÚMERO DE REUNIÕES DO CONSELHO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO**

ANO	REUNIÕES
1949	2
1950	2
1951	3
1952	-
1953	2
1954	-
1955	-
1956	1
1957	6
1958	-
1959	-
1960	-
1961	1
1962	-
1963	2
1964	2
1965	1
1966	-
1967	-
1968	-
1969	-

ANO	REUNIÕES
1970	-
1971	1
1972	-
1973	3
1974	3
1975	5
1976	2
1977	1
1978	-
1979	-
1980	1
1981	4
1982	2
1983	1
1984	4
1985	6
1986	7
1987	8
1988	1
1989	11
1990	8

ANEXO 4 - RELAÇÃO DAS UNIDADES TOMBADAS NO PARANÁ - 1938-1990

1 Almirante Tamandaré: (02)

- 1/1 Capela de São Francisco Xaveiro. Tombamento (T) 1979 Construção (C)-XX Inscrição (I) - Ex-ofício
- 2/1 Oratório de São Carlos Borromeo. T-1979 C- 1939 I- ex-ofício

2 Antonina: (03)

- 3/1 Fonte da Carioca. T-1969 C- XVIII I- voluntário
- 4/2 Igreja do Bom Jesus do Saivá. T- 1970 C- XVIII I- vol.
- 5/3 Arquivo Municipal. T- 1990 C- Documentação do início do Sec. XVIII I- vol.

3 Araucária:

- 6/1 Casa do Cavalo Baio. T- 1978 C- 1870 I- vol.

4 Balsa Nova:

- 7/1 Capela de Nossa Senhora da Conceição de Tamanduá. T- 1970 C- 1727/30 I- vol.

5 Campo-Largo:

- 8/1 Moinho do Mate - Engenho de Mate da Rondinha. T- 1968 C- 1870 I- vol.

6 Castro: (07)

- 9/1 Museu do Tropeiro. T- 1978 C- XVIII I- vol.
- 10/2 Casa Rua Jorge Xavier da Silva esquina Benjamin Constant. T- 1981 C- XIX I- vol.
- 11/3 Casa Praça Manoel Ribas, 152. T- 1981 C- 1863 I- vol.
- 12/4 Casa Praça Manoel Ribas, 120. T- 1981 C- 1880 - I- compulsório
- 13/5 Casa Praça Getúlio Vargas, 10. T- 1982 C- XIX - I- vol.
- 14/6 Casa Praça Getúlio Vargas, 06. T- 1982 C- XIX - I- vol.
- 15/7 Fazenda do Capão Alto. T- 1983 C- XIX I- vol.

7 Colombo

- 16/1 Residência - arquitetura civil rural. T- 1989 C- XX - I- ex-ofício

8 Curitiba: (46)

- 17/1 Praça Dr. João Cândido. T- 1966 C- XVIII - I- ex-ofício
- 18/2 Paisagem urbana do trecho da Praça Ozório, Avenida Luís Xavier, Rua XV de novembro e Praça Santos Andrade. T- 1974 C- 1870
- 19/3 Árvore - Angico Branco. T-1974- I- ?
- 20/4 Prefeitura Municipal - antiga. T- 1966 C-1914/16 I - I - ex-ofício
- 21/5 Residência e bosque na avenida Batel - Família Gomm. T- 1989 C- 1913 - I- comp.
- 22/5 Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas. T- 1965 C- 1737 I- vol.
- 23/7 Árvore - Corticeira. T- 1974 I-
- 24/8 Árvore - Paineira. T- 1974 I-
- 25/9 Árvore - Tipuana. T- 1974 I-
- 26/10 Paineira - Mural de Azulejos - Maternidade Nossa Senhora de Fátima. T- 1990 C- XX I- compuls.
- 27/11 Quatro árvores; Praça Santos Dumont- Centro. T- 1977
- 28/12 Capão da Imbuía. T- 1983 C- I- ex-ofício
- 29/13 Praça Eufrásio Corrêa. T- 1986 C-1885 I- ex-ofício
- 30/14 Árvore - Cebuleira. T- 1990 I-
- 31/15 Instituto Néo-Pitagórico. T- 1968 C- 1918 I- vol.
- 32/16 Parque Estadual João Paulo II. T- 1990 C- 1986 I-compuls.
- 33/17 Imóvel situado no Largo Cel. Êneas - Largo da Ordem - Casa Romário Martins. T- 1971 C- XVIII I- vol.
- 34/18 Museu Escola Alfredo Andersen. T- 1971 C- XIX - I- ex-ofício
- 35/19 Coleção do Museu David Carneiro. T- 1972 I- vol.
- 36/20 Coleções Etnográficas, arqueológicas e artísticas do Museu Paranaense. T- 1972 I- ex-ofício

- 37/21 Castelo do Batel. T- 1975 C- 1924/28 I- compuls.
- 38/22 Palacete residencial - Batel. T 1975 C- 1912/14 I-
- 39/23 Portão do Passeio Público. T- 1974 C- 1910 9 I-
- 40/24 Casa - Primeira Sede da UFPR. T- 1975 C- XIX I- compuls.
- 41/25 Estação da Estrada de Ferro de Curitiba e Viaduto. T-1976 C- XIX I- compuls.
- 42/26 Ginásio Paranaense. T- 1977 C- 1904 I- ex-ofício
- 43/27 Palácio da Liberdade - sede da Secretaria do Interior e Justiça. T- 1977 C- XIX I- ex-ofício
- 44/28 Panthão do Cemitério de Santa Felicidade. T- 1974 C- 1897 I- ex-ofício
- 45/29 Casa Emílio Romani. T-1978 C- XIX - I- ex-ofício
- 46/30 Casa do Barão do Serro Azul. T- 1978 C- 1885 I- ex-ofício
- 47/31 Museu de Arte Contemporânea. T- 1978 C- 1927 I- ex-ofício
- 48/32 Secretaria das Finanças do Estado do Paraná - o prédio atual foi construído no governo de Caetano Munhoz da Rocha ,(1925/1926), a antiga casa foi demolida. T- 1978 C- 1925/26 I- vol.
- 49/33 Palácio Rio Branco, sede da Câmara Municipal de Curitiba. T 1978 C- 1891 I- vol.
- 50/34 Sede da Fundação Cultural de Curitiba - Palácio Wolff. T- 1970 C- XIX I- ex-ofício
- 51/35 Casa onde morou Cristiano Osterneck. T- 1979 C- 1870 I- ex-ofício
- 52/36 Sobrado - Rua Barão do Rio Branco, 763. T- 1985 C- ? I- compuls.
- 53/37 Sobrado - Rua Barão do Rio Branco, 773. T- 1985 C- 1904/06 I- compuls.
- 54/38 Sobrado - Rua Barão do Rio Branco, 805. T- 1985 C- XIX I- compuls.
- 55/39 Sobrado - Rua Barão do Rio Branco, 823. T- 1985 C- ? I- compuls.
- 56/40 Palácio São Francisco. T- 1987 C- 1920 I- ex-ofício
- 57/41 Palácio Garibaldi - Sociedade Beneficente. T- 1982 C- 1910 I- vol.
- 58/42 Teatro 13 de Maio - (1885-1890) Arq. Industrial - fábrica de tecidos. T- 1988 C- 1885/90 I- comp.
- 59/43 Reservatório do Alto de São Francisco. T- 1990 C- 1904 I- vol.
- 60/44 Sede do Centro Acadêmico Hugo Simas. T- 1990 C- 1930 I- vol.

9 **Guaraqueçaba**

- 61/01- Ilha de Superagui. T- 1985 I- compuls.

10 **Guarapuava**

- 62/01 Casa do Visconde de Guarapuava. T- 1974 C- XIX I- ex-ofício

11 **Guaratuba: (02)**

- 63/01- Prédio estilo colonial. T- 1966 C- XVIII I- vol.
- 64/02- Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso. T- 1972 C- XVIII - I- vol.

12 **Jacarezinho**

- 65/01 Pinturas murais de Eugênio de Proença Sigaud. T- 1990 C- 1954/57 I- compuls.

13 **Jaguariaíva**

- 66/01 Igreja do Bom Jesus da Pedra Fria. T- 1988 C- 1834/64 - I- vol.

14 **Lapa: (08)**

- 67/01 Teatro São João. T- 1965 C- 1875/76 I- ex-ofício
- 68/02 Museu das Armas. R- Barão do Rio Branco com Barão dos Campos Gerais. T 1971 C- XIX I- vol.
- 69/03 Igreja Matriz de Santo Antônio. T- 1972 C- 1769/84 - I- vol.
- 70/04 Casa na Praça Cel. Lacerda. T- 1972 C- XIX I- vol.
- 71/05 Casa Vermelha. T- 1981 C- XIX - I- compuls.
- 72/06 Setor Histórico da cidade. T- 1989 C- XVIII - I- compuls.
- 73/07 Iphan- Casa Rua Francisco Cunha
- 74/08 Iphan- Antiga Casa de Câmara e Cadeia

15 **Laranjeiras do Sul:**

- 75/01 Residência do Vice-governador do Território Federal do Iguaçu. T- 1989 C- XX I- compuls.

16 Londrina: (02)

- 76/01 Praça Rocha Pombo. T- 1974 C- XX I- ex-ofício
77/02 Estação rodoviária João Batista Vilanova Artigas. T- 1974 C- 1948 I- ex-ofício

17 Marechal Mallet:

- 78/01 Igreja do Arcanjo Miguel. T- 1982 C- XIX I- vol.

18 Matinhos:

- 79/01 Paisagem e orla marítima. T- 1970 I- ex-ofício

19 Morretes: (04)

- 80/01 Igreja de São Sebastião do Porto de Cima. T- 1963 C- XVIII - I- vol.
81/02 Casa de Rocha Pombo. T- 1973 C- XIX - I- ex-ofício
82/03 Igreja de São Benedito. T- 1985 C- XIX - I- vol.
83/04 Residência em alvenaria - Porto de Cima. T- 1990 C- XX I- vol.

20 Palmeira: (04)

- 84/01 Casa sede da antiga Fazenda Cancela. T- 1989 C- XX - I- vol.
85/02 Solar do Conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá. T- 1970 C- 1853 - I- vol.
86/03 Arquibancada de madeira do Estádio do Ipiranga Futebol Clube. T- 1990 C- XX ? - I - compuls.
87/04 Ponte sobre o Rio dos Papagaios. T- 1973 C- 1875/76 - I- ex-ofício

21 Paranaguá: (19)

- 88/01 Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Chagas. T- 1962 C- 1770/84 I- vol.
89/02 Igreja da Irmandade de São Benedito. T- 1962 C- 1784 I- vol.
90/03 Fonte localizada junto ao rio Itiberê - Fonte Velha. T- 1964 C- XVII I- ex-ofício
91/04 Crucifixo Profissional - Igreja de São Benedito. T- 1966 C- XVIII I- vol.
92/05 Imagem de Nossa Senhora da Candelária. - Igreja de São Benedito. T- 1966 C- XVIII I- vol.
93/06 Imagem de Santa Luzia. - Igreja de São Benedito. T- 1966 C- ? I- vol.
94/07 Ilha do Mel. T- 1975 I- ex-ofício
95/08 Imagem de Santa Efigênia. - Igreja de São Benedito. T- 1966 I- ex-ofício
96/09 Imagem de São Benedito - Igreja de São Benedito. T- 1966 C- XVIII I- vol.
97/10 Imagem de Nossa Senhora do Rosário - Igreja de São Benedito. T- 1966 C XVII I- vol.
98/11 Sambaqui A e B do Guaraguaçu. T- 1982 I- compuls.
99/12 Prédio da Prefeitura Municipal - Visconde de Nácar. T- 1966 C- 1856 I- vol.
100/13 Igreja Nossa Senhora do Santíssimo - Matriz de Paranaguá. T- 1967 C- 1560(?) I- vol.
101/14 Antigo Colégio dos Jesuítas - Museu de Arqueologia e Etnologia -T- 1972 C- XVIII I- ex-ofício
102/15 Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres ou Fortaleza da Barra. T- 1972 C- XVIII I- ex-ofício
103/16 Casa onde moraram Brasília Itiberê e Monsenhor Celso. T- 1972 C- XVIII I- ex-ofício
104/17 Casa situada à Praça Monsenhor Celso. T- 1973 C- XVIII I- vol.
105/18 Estação Ferroviária de Paranaguá. T- 1990 C- 1882 I- ex-ofício
106/19 Setor Histórico da cidade. T- 1990 C- XVII I- compuls.

22 Piraguara

- 107/01 Casa colonial. T- 1979 C- XIX I- vol.

23 Ponta-Grossa: (06)

- 108/01 Parque Estadual da Vila Velha. T- 1966 I- ex-ofício
109/02 Edifício praça Mal. Floriano. T- 1990 C- 1906 I- ex-ofício
110/03 Antigo edifício do Fórum da Comarca de Ponta-Grossa. T- 1990 C- 1924 I- ex-ofício
111/04 Colégio Estadual Regente Feijó. T- 1990 C- 1927 I- ex-ofício
112/05 Estações de Passageiros da Estrada de Ferro. T- 1990 C- 1894 I- ex-ofício
113/06 Vila Hilda. T- 1990 C- 1920 I- ex-ofício

24 Prudentópolis:

- 114/01 Igreja de São Josafat. T- 1979 C- XX I- ex-ofício

25 Rio Branco do Sul:

- 115/01 Gruta de Lancinha. T- 1988 I- compuls.

- 26 São Mateus:**
116/01 Árvore - Carvalho. T- 1990 I-
- 27 (Teixeira Soares) Fernandes Pinheiro:**
117/01 Casa sede da fazenda Florestal. T- 1990 C- XX -
I- ex-ofício
- 28 Toledo**
118/01 Fórum Vilson Balão. T- 1988 C- XX I- vol.
- 29 União da Vitória:**
119/01 Escola Estadual Professor Serapião. T- 1988 C- 1917 I- vol.
- 30 Litoral: Municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá:**
120/01 Serra do Mar. T- 1986 121/10 121/01- Serra do Mar. I- compuls.

FONTE: Registro nos Livros- do-Tombo, da Secretaria de Cultura do Estado do Paraná e IPHAN

ANEXO 5 - BENS NATURAIS TOMBADOS

- 1) O **Parque Estadual de Vila Velha** está localizado no município de Ponta Grossa, região conhecida como Campos Gerais. Os arenitos de Vila Velha ou Itacueretaba, seu nome em língua Tupi-guarani que significa cidade Velha de Pedra, estão localizados em propriedade particular, apresentando variadas formas.¹ O Parque Estadual é coberto, na sua maior parte, por campos naturais, abrigando fauna variada. Engloba os Arenitos, Furnas e a Lagoa Dourada, além da Estação Experimental do Instituto Agronômico do Paraná. Somente em 1950 foi construída estrada estadual com acesso à região, iniciando a implantação do turismo após a inauguração da BR 376 em 1965.
- 2) O tombamento da **Paisagem e orla marítima de Matinhos** em 1970 teve por objetivo preservar o revestimento florístico que recobria a superfície arenosa da área.² A falta de clareza na delimitação da área tombada na inscrição em Livro do tombo, facilitou sua ocupação desordenada.
- 3) **Árvores Tombadas**
A justificativa para o tombamento das árvores prendeu-se a [...] *Feição notável com que foi dotada pela natureza* (Livro do tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, inscrição n° 06, 11.09.74). A árvore tombada em São Mateus do Sul – carvalho – pretende simbolizar a saga da imigração polonesa para a região. Os poloneses contam que a semente do carvalho foi trazida pelos primeiros imigrantes da Polônia e plantada logo que chegaram. Em Curitiba são diversas as árvores tombadas:

¹Duarte, & Kersten, 1990

²Requerimento da Sra, Clodilde Maeder Valente solicitou medidas do Conselho contra a construção de prédio de 14 andares, no caminho de acesso à Ilha do Farol, apontando prejuízo para as paisagens e a poluição do mar (Ata n° 25 de 17.09.73).

Angico Branco (*Piptadenia Colubrina*), nativa na região, localiza-se na Praça da França, no Bairro do Seminário.

Corticeira (*Erytarina Falcata*), de propriedade particular, está localizada à Rua Carmelo Rangel.

Tipuana (Tipú), nos jardins do Colégio Sion à Rua D. Pedro II com Presidente Taunay.

Paineira (*Chorizeia speciosa*), localizada na Praça Werneck Gross, no Bairro do Bom Retiro.

O **Conjunto de 4 árvores** é composto por Tipuanas, na Praça Santos Dumont, Rua Ébano Perreira n° 240.

A **árvore Cebileira** (*Phytolacea diaica*) está localizada na Rua Professor Assis Gonçalves, número 644, no bairro da Água Verde. De propriedade particular, encontra-se aos fundos do terreno de uma empresa construtora de obras.

O **carvalho de São Mateus** tornou-se símbolo da colonização polonesa na região, conta-se que foi trazido da terra natal na bagagem dos imigrantes poloneses e por eles plantado.

- 4) A **Ilha do Mel** está localizada ao sul da baía de Paranaguá. Nela encontra-se o forte de Nossa Senhora dos Prazeres, também tombado. A Ilha foi transformada em parque natural e reserva biológica sob proteção legal. Seu tombamento deveu-se, em parte, à solicitação encaminhada pela comunidade científica do Paraná.
- 5) **Sambaqui de Guaraquacu**³, um dos mais importantes, pela extrema variedade de objetos encontrados nas prospecções arqueológicas. Atualmente, apesar do forte crescimento demográfico da região, os remanescentes do

³O Sambaqui de Guaraquacu possuía originalmente 300 metros de comprimento por 50 metros de largura e 21 de altura. Seus estudos começaram em 1957, efetuados por um grupo de pesquisadores do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas - Cepa, da Universidade Federal do Paraná, coordenados por equipe de arqueólogos franceses, com a participação de estudiosos brasileiros. O material retirado deste sítio encontra-se, em parte, no Maep e no Cepa.

Sambaqui ainda oferecem noção de sua antiga imponência

- 6) O **Capão da Imbuia** é um bosque localizado na região conhecida como *os campos de Curitiba* entre a floresta subtropical, a Serra do Mar e a floresta de Araucária. Na época de seu tombamento era um dos últimos remanescentes dos capões nativos da região. Até 1956 fez parte do seção de Botânica do Museu Paranaense. Em 1980 passou a ser administrado pelo Departamento de Parques e Praças passando como *Divisão do Museu de História Natural*.
- 7) A **Ilha de Superagüi** pertence ao município de Guaraqueçaba e é parte integrante da baía de Paranaguá. A ilha possui testemunhos de povoamento muito antigo perpretados pelos inúmeros sambaguis encontrados na região. A história da ocupação do litoral registra a presença de colônia de suíços na ilha em 1852. Sua paisagem e o costume dos primeiros habitantes europeus encontram-se documentados em aguarelas de Wilhelm Michaud (1829-1902) que visitou a região logo após a fundação da colônia.
- 8) A **Serra do Mar** faz parte do complexo da Mata Atlântica, transformado em Reserva da Biosfera pela Unesco, que visou preservar os 5% que restaram da cobertura vegetal original do Estado. A preservação da Serra do Mar ocupa lugar de destaque na história da ocupação do Paraná, por conservar os *antigos caminhos do Itupava, da Graciosa e do Arraial*, originários de antigas trilhas indígenas. Estes caminhos, seriamente danificados por firmas que atuavam na região, foram em parte recuperados na década de noventa.
- 9) A **Gruta de Lancinha** tem cerca de 1.700 metros de extensão e localiza-se no local conhecido como Lancinha dos Pioli a cerca de 30 quilômetros de Curitiba. A região possui diversas cavernas em decorrência da composição geológica dos terrenos. A gruta destaca-se pela beleza de suas estalactites e estalagmites e por ser a mais importante gruta calcárea do Paraná.

ANEXO 6 - PARQUES MUNICIPAIS

- 1) O Parque Estadual João Paulo II, localizado ao lado do Centro Cívico, homenageou a visita do Papa a Curitiba, enquadrando-se no projeto *Memórias da Imigração*, referência da colônia polonesa..
- 2) O Parque Municipal da Barreirinha, foi criado em 1959, mas transformado em área de preservação e entregue a população, apenas em 1972. Localiza-se na região norte de Curitiba, na Av. Anita Gariabaldi, 6010. Tem uma área de 274.380 m², com diversas espécies arbóreas, araucárias, arolinas, manjeronas, canelas, bracatingas e pés de erva-mate.
- 3) O Parque Municipal São Lourenço foi criado em 1970 após intensas chuvas que caíram em Curitiba, fazendo transbordar o Rio Belém, no bairro do Abranches. As cheias paralisaram os trabalhos de um curtume e uma fábrica de cola existentes no local. Ao desapropriar a área a prefeitura anexou ainda um bosque próximo. O lago, a paisagem e os cinco pavilhões da antiga fábrica, foram recuperados e adaptados para abrigar um centro cultural, ocupado por escola de artes e artesanato e um espaço de exposições, conhecido como *Centro de Criatividade*.
- 4) O Parque Regional do Iguaçu foi criado nos anos 70, ao longo do rio Iguaçu que nasce nos campos de Curitiba, depois da Cordilheira da Serra do Mar, a leste e sudeste do primeiro planalto do Paraná. O objetivo era preservar a área que beneficia a região metropolitana de Curitiba no fornecimento de água potável.
- 5) O Parque Barigui foi criado em 1972 e possui área de 1.400.000 m². Seu nome origina-se da palavra indígena Barigui – rio do Fruto Espinhoso –, referindo-se às frutas produzidas pelas centenas de pinheiros nativos que formam, ainda hoje, o bosque do parque. Localiza-se na Av. Manoel Ribas tendo o Bairro Mercês por um lado, e a BR 277, por outro.

ANEXO 7 - COLÔNIAS DE IMIGRANTES INSTALADAS NO PARANÁ ENTRE 1869 - 1908

COLÔNIA	Nº	ORIGEM DOS IMIGRANTES	DISTÂNCIA DE CURITIBA EM KM.	ANO DE INSTALAÇÃO
1 Argelina	117	franceses, alemães, suíços e ingleses	04	1869
2 Abranches	323	poloneses, islandeses e alemães	05	1873
3 Santa Cândida	340	poloneses e 40 suíço-franceses	09	1875
4 São Venâncio	160	alemães, polonês e suecos	12	1871
5 D. Augusto	104	poloneses	12	1876
6 D. Pedro	104	franceses, suíços e poloneses	16	1876
7 Santo Inácio	352	poloneses, silesianos e galicianos	03	1876
8 Santa Felicidade	190	italianos vindos de Morretes	06	1876
9 Lamenha	476	poloneses, silesinos e alemães	12	1876
10 Thomás Coelho	0	poloneses, franceses e alemães	17	1876
11 Riviere	406	poloneses, franceses e alemães	16	1877
12 Dantas	0	italianos	Água Verde	1878
13 Colônia Muricy	397	poloneses e italianos	30	1878
14 Zacarias	167	poloneses	06	1878
15 Inspetor Carvalho	158	poloneses e italianos	10	1878
16 Nova Tirol	350	italianos	30	1878
17 Antônio Rebouças	244	italianos e poloneses	14	1878
18 Alfredo Chaves	220	italianos	24	1878
19 Pilarzinho	242	poloneses	03	1879
20 Órleans	290	poloneses, silesianos, suíços, franceses, ingleses, italianos	11	-
21 Mendes de Sá	148	italianos e poloneses	16	-
22 Alice	148	poloneses e italianos	-	1886
23 Santa Cristina	48	poloneses	09	-
24 Barão de Taunay	294	poloneses	08	-
25 Santa Gabriela	255	<i>imigrantes</i>	Curitiba	1886
26 Antônio Prado	180	poloneses e italianos	08	1886
27 Presidente Faria	0	italianos e poloneses	18	1886
28 Maria José	450	italianos e poloneses	20	1887
29 Balbino Cunha	122	italianos	08	1889
30 Dona Mariana	170	italianos	08	1889
31 Contenda	0	poloneses	30	1890
32 Afonso Pena	486	poloneses e alemães	20	1908
TOTAL	6941			

FONTE Balhana, 1968 e Martins, 1939

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ANCONA LOPES, T. P. Mário de Andrade: Ramais e Caminhos. São Paulo :
Duas Cidades, 1972.
- 2 ANCONA LOPES, T. P. Mariodeandradiando. São Paulo : Hucitec, 1996.
- 3 ANDERSON, B. Nação e Consciência Nacional. S. Paulo : Ática , 1989.
- 4 ANDERSON, P. Modernidade e Revolução. Novos Estudos Cebrap. n.14, fev.
1986.
- 5 ANDRADE, M. de. Cartas de Trabalho: correspondência com Rodrigo de Melo
Franco de Andrade (1936/1945). Brasília : SPHAN/ Pró-memória, 1981.
- 6 ANDRADE, M. de. Macunaíma, o herói sem nenhum caráter. São Paulo :
Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978.
- 7 ANDRADE, M. de. O movimento modernista. Conferência. Rio de Janeiro :
Edição da Casa do Estudante do Brasil, 1942.
- 8 ANDRADE, M. de. Obra Imatura. São Paulo : Martins Fontes, 1972.
- 9 ANDRADE, M. de. Os cocos. São Paulo : Duas cidades. 1984.
- 10 ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO 86. Editora da Universidade de
Brasília/Tempo Brasileiro, 1988.
- 11 ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO 86. Brasília : Universidade Nacional de
Brasília, 1988.
- 12 ARANTES, A. A. A preservação de bens culturais como prática social. Revista
Museo, 1.(1) : 12-16, 2.Sem. 1989.
- 13 ARANTES, A. A. (Org.). Cidadania. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico
Nacional. n.24. Rio de Janeiro : IPHAN, 1996.
- 14 ARANTES, A. A. Produzindo o passado. Estratégias de construção do
patrimônio cultural. São Paulo : Brasiliense, 1984.
- 15 ARTE EM REVISTA. Questão - O Popular. 2.ed. São Paulo : Centro de
Estudos de Arte Contemporânea, 1983. Ano 2, n.3.
- 16 Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI). Índios do Paraná. Texto Base
para o Ensino de Primeiro e segundo graus. Curitiba : ANAI,1983.
- 17 AUGÉ. M. Não-lugares, introdução a antropologia da supermodernidade.
Campinas : Papirus, 1994.
- 18 AYALA, M & AYALA, M. I. N. Cultura Popular no Brasil. Série Princípios.
São Paulo : Ática, 1987.

- 19 AZEREDO, P. R. Antropólogos e pioneiros: a história da Sociedade Brasileira de Etnologia e Antropologia. São Paulo : FFLCH/USP. 1986.
- 20 BAKHTIN, M. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento. O contexto de François Rabelais. São Paulo : Hucitec & Brasília : Ed. da UNB. 1987.
- 21 BAKHTIN, M.; VOLOSHINOV, V. N. Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo : Hucitec, 1986.
- 22 BANN, S. As invenções da História: ensaios sobre a representação do passado. São Paulo : Ed. Da Universidade Estadual Paulista, 1994.
- 23 BAPTISTA, A. F. O povo capturado na apreensão do Brasil (Uma leitura dos estudos brasileiros de folclore, 1945-1964). Niterói : Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/UFF. Dissertação de Mestrado 1985.
- 24 BAUDRILLARD, J. O sistema dos objetos. São Paulo : Perspectiva, 1973.
- 25 BENJAMIN, R. E. C. A pesquisa de folclore na universidade. Simpósio Nacional de Ensino e Pesquisa do Folclore. Rio de Janeiro : IPHAN, 1992.
- 26 BENJAMIN, W. Documentos de Cultura, Documentos de Barbárie. Escritos escolhidos. Seleção e apresentação Willi Bolle. São Paulo : Cultrix & Edusp, 1986.
- 27 BENJAMIN, W. Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaio sobre a literatura e história da cultura. Obras escolhidas IV. São Paulo : Brasiliense, 1985.
- 28 BENZAQUEM DE ARAUJO, R. Totalitarismo e Revolução. O Integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro : Zahar, 1988.
- 29 BERMAN, M. Tudo que é Sólido Desmancha no Ar, a Aventura da Modernidade. São Paulo : Cia da Letras, 1986.
- 30 BERNARDI, R. M. Uma revista irreverente e heróica. Gazeta do Povo. Caderno G. Joaquim 40 anos. Curitiba, 03 de junho de 1996.
- 31 BOAVENTURA, M. E. A Vanguarda Antropofágica. Ensaio 114. São Paulo : Ática, 1985.
- 32 BOAVENTURA, M. E. Movimento Brasileiro, contribuição ao estudo do Modernismo. São Paulo : Secretaria de Ciência e Tecnologia, 1978.
- 33 BOLETIM de bens tombados no Paraná. Igreja de São Benedito. Curitiba : Secretaria de Estado da Cultura/Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico, 1991.
- 34 BOLETIM de bens tombados no Paraná. O Palacete do Visconde de Nacar. Curitiba : Secretaria de Estado da Cultura/ Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico, 1990.
- 35 BOLETIM do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. v. xxv e v. xli. Curitiba : IHGEP 1984 .

- 36 BOLETIM Informativo da Casa Romário Martins. Mercês do túnel do pirata ao Bar Botafogo. v. xii, n.74. Curitiba : Casa da Memória, julho de 1985.
- 37 BOLETIM Informativo da Casa Romário Martins. O cotidiano de Curitiba durante a II Guerra Mundial. v. 22, n.107. Curitiba : Casa da Memória, outubro de 1995.
- 38 BOLETIM Informativo da Casa Romário Martins. Cores da Cidade, Riachuelo e Generoso Marques. v.23, n.110. Curitiba : Casa da Memória, março de 1996.
- 39 BOLETIM Informativo da Casa Romário Martins. Os Ucrânicos. V. 22, n.108. Curitiba : Casa da Memória, outubro de 1995.
- 40 BOMENY, H. Identidade Nacional e Patrimônio. In: Ideólogos do Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro : IBPC/ Departamento de Promoção. S.d.
- 41 BORNHEIM, G. A. Et alii. Tradição e Contradição. Rio de Janeiro : Zahar, 1987.
- 42 BOURDIEU, P. A Economia das Trocas simbólicas. 3.ed. São Paulo : Perspectiva, 1992.
- 43 BOURDIEU, P. Sociologia. Organizador Renato Ortiz. São Paulo : Ática, 1983.
- 44 BOURDIEU, P. CHAMBOREDON, J. C., PASSERON, J. C. Le métier du sociologue. Paris : Mouton & Bordas, 1968.
- 45 BOURDIEU, P. O poder simbólico - Memória e Sociedade. Rio de Janeiro : Bertrand, 1989.
- 46 BRANDÃO, C. R. (Org.). Pesquisa Participante. São Paulo : Brasiliense, 1981.
- 47 BRANDÃO, C. R. A educação como cultura. São Paulo : Brasiliense, 1985.
- 48 BRASIL, A. O Modernismo, história crítica da literatura brasileira. Rio de Janeiro : Pallas, 1976.
- 49 BROLEZZI, R. A construção da realidade: Sílvio Romero e a busca da identidade Nacional. Campinas : Série Monografia - UNICAMP, Ano 1, n.2, 1991.
- 50 BUARQUE DE HOLANDA, H. (Org.). Cidade. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n.23 Rio de Janeiro : IPHAN, 1994.
- 51 BURCKHARDT, J. A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio. Brasília : Ed. da UNB, 1991.
- 52 CADERNO de Documentos n.3. Cartas Patrimoniais. Brasília : Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, 1995.
- 53 CADERNOS DO MIS. O Tropeiro - memória e cotidiano. Curitiba : Museu da Imagem e do Som, 1988.
- 54 CADERNOS DE SOCIOLOGIA. Universidade Federal do Rio-Grande do Sul / Programa de Pós-Graduação em Sociologia. v.1, n.1 (maio/jul. 1989). Porto Alegre : PPGS, 1989.

- 55 CADERNOS DO PATRIMÔNIO. Lapa, um passeio pela Memória. Curitiba : Secretaria de Estado a Cultura e Esporte SEEC, 1993.
- 56 CADERNOS DO PATRIMÔNIO. Série Estudos 1. Fazenda Capão Alto. Curitiba : Secretaria de Estado a Cultura e Esporte, 1985.
- 57 CADERNOS DO PATRIMÔNIO. A Represa e os Colonos Curitiba : Secretaria de Estado a Cultura e Esporte, 1987.
- 58 CAMEU, E. Importância histórica de Brazílio Itiberê da Cunha e da sua fantasia característica "A Sertaneja". Revista Brasileira de Cultura. Jan./março de 1970. p.25-46.
- 59 CANCLINI, N. G. O Patrimônio Cultural e a construção imaginária do Nacional. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.23. Rio de Janeiro : IPHAN, 1994.
- 60 CANCLINI, N. G. A produção simbólica - teoria e metodologia em sociologia da arte. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1979.
- 61 CANCLINI, N. G. As Culturas populares no capitalismo. São Paulo : Brasiliense, 1985.
- 62 CÂNDIDO, A. Uma palavra instável. Folha de S. Paulo. Caderno Mais - Primeira Leitura, São Paulo, 27.08.95.
- 63 CANDIDO, A. A revolução de 30 e a cultura. Novos Estudos CEBRAP 2 (4). pp. 27-32. 1984.
- 64 CANDIDO, A. Literatura e sociedade. São Paulo : Nacional, 1965.
- 65 CANDIDO, A. O discurso e a cidade. São Paulo : Duas cidades, 1993.
- 66 CARDOSO, J. A. WESTPHALEN, C. M. Curitiba : Grafipar, 1981.65CANDIDO, A. Recortes. São Paulo : Cia da Letras, 1993.
- 67 CARTA DE VENEZA. Carta Internacional sobre a Conservação e a Restauração dos Monumentos e Sítios. Maio de 1964 (mimeo).
- 68 CASA JOÃO TURIN. Cronologia histórico-biográfica do escultor paranaense João Turin. Curitiba : Secretaria de Estado da Cultura/Casa João Turin, s.d.
- 69 CASTRO, S. R. O Estado na preservação de bens culturais. São Paulo : Renovar, 1991.
- 70 CAVALCANTI, L. Modernistas na Repartição. Rio de Janeiro : Ed. UFRJ & Tempo Brasileiro, 1993.
- 71 CHÂTELET, F. Uma história da Razão, entrevistas com Émile Noel. Rio de Janeiro : Zahar, 1994.
- 72 CHAUI, M. O nacional e o popular na cultura brasileira. São Paulo : Brasiliense, 1983.
- 73 CHAUI, M. Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. In: O direito à memória. Patrimônio histórico e cidadania. São Paulo : Dep. do Patrimônio Histórico. 1992.

- 74 CHAUI, Marilena. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo : Cortez, 1990.
- 75 CHOAY, F. L'Allégorie du Patrimoine. Paris, Seuil, 1996.
- 76 CLIFFORD, J. The predicament of culture: twentieth-century ethnography, literature and art. Cambridge : Harvard University Press, 1988.
- 77 COHN, G. Concepção oficial de cultura e processo cultural. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.22. Rio de Janeiro, 1984.
- 78 CUNHA, M. C. da Negros estrangeiros. São Paulo : Brasiliense, 1985.
- 79 DA MATTA, R. Carnaval, Malandros e Heróis, para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro : Zahar, 1979.
- 80 DA MATTA, R. Conta de Mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira. Rio de Janeiro : Rocco, 1993.
- 81 DA MATTA, R. O que faz o Brasil Brasil. Rio de Janeiro : Rocco, 1986.
- 82 DASSIN, J. Política e poesia em Mário de Andrade. São Paulo : Duas Cidades, 1978.
- 83 DUARTE, A.D.D.& KERSTEN, M. S. de A. Mitos e Histórias de Vila Velha. Curitiba : Boletim de Antropologia - Departamento de antropologia UFPR. v.3, n.4, p.59-74.
- 84 DUMONT, L. Ensaio sobre o individualismo: uma perspectiva antropológica sobre a ideologia moderna. Lisboa : Dom Quixote, 1992.
- 85 DURHAM, E. A Reconstituição da Realidade. São Paulo : Ática, 1978.
- 86 EAGU . Estágio Aplicado em Gestão Urbana. Curitiba : IPPUC - Patrimônio Histórico, 1996.
- 87 ELIAS, N. O processo civilizador I . Rio de Janeiro : Zahar, 1990.
- 88 FABRIS, A. Modernidade e Modernismo no Brasil. Campinas : Mercado de Letras, 1994.
- 89 FABRIS, A. Organização, introdução e notas. Portinari, amigo mio. Cartas de Mário de Andrade a Cândido Portinari. Campinas : Mercado de Letras, 1995.
- 90 FCC - USP. "Eu sou trezentos sou trezentos e cinquenta" - Uma "Autobiografia" de Mário de Andrade. Curitiba: Fundação Cultural & São Paulo : Universidade de São Paulo. 1994.
- 91 FERNANDES, F. Mário de Andrade e o Folclore Brasileiro. Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, 1946.
- 92 FERREIRA GULAR. Cultura posta em questão. Arte em Revista, ano 2, n.3, março de 1980.
- 93 FERREIRA, A. D. D Agricultura Capitalista e campesinado no Norte do Paraná - região de Porecatu - 1945-52. Curitiba : UFPR / Departamento de História. 1984. Dissertação de Mestrado.

- 94 FERREIRA, A. D. D. & KERSTEN, M. S. de A. Mitos e Histórias de Vila-Velha. Curitiba : Universidade Federal do Paraná - Boletim de Antropologia, v.3, n.4, novembro de 1990.
- 95 FERREIRA, A. D. D. & KERSTEN, M. S. de A. Nossa Terra: Foz do Iguaçu. Curitiba : Umuarama Comunicação e Arte, 1989.
- 96 FERREIRA, J. C. V. O Paraná e seus municípios. Maringá : Memória Brasileira, 1996.
- 97 FONTOURA, I. O Estado do Paraná passou a ter novos símbolos: Bandeira, Brasão de Armas e Sinete. O Estado do Paraná, Almanaque, Curitiba: 10-11 e 16.12.1990
- 98 FREITAG, B. A teoria crítica ontem e hoje. São Paulo : Brasiliense, 1986.
- 99 FUNARTE./SMC - SP. Mário de Andrade e a Sociedade de Etnografia e Folclore no Departamento de Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, 1936-1939. Rio de Janeiro: FUNARTE/INF & São Paulo : Secretaria Municipal de Cultura. 1983.
- 100 GAGNEBIM, J. M. História e narração em Walter Benjamin. São Paulo : Perspectiva/Fapesp : Unicamp, 1994.
- 101 GAZETA DO POVO. Caderno G. A invenção de Guido Viaro. Curitiba, 07.09.1997.
- 102 GAZETA DO POVO. Caderno G. Renascenças Curitibanas. 4p. Curitiba, 08.09.1997.
- 103 GIDDENS, A. As conseqüências da modernidade. São Paulo : Unesp, 1991.
- 104 GINZBURG, C. O queijo e os vermes. São Paulo : Cia da Letras, 1987
- 105 GOLDMAN, M. Razão e diferença. Afetividade, racionalidade e relativismo no pensamento de Levi-Bruhl. Rio de Janeiro : Ed. da UFRJ e GRYPHO, 1994.
- 106 GOMES JR., G. S. A Hermenêutica cultural de Clifford Geertz. Margem Número 1. São Paulo, março de 1992.
- 107 GOMES, I. Z. 1957, A Revolta dos Posseiros. Curitiba : Criar Editores, 1986.
- 108 GONÇALVES, J. R. Autenticidade, memória e ideologias nacionais. Estudos Históricos. Identidade Nacional. Rio de Janeiro. v.1 (2), 1988. Vértice.
- 109 GONÇALVES, J. R. A retórica da perda, os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro : Ed. Da UFRJ/ Ministério da Cultura IPHAN, 1996.
- 110 GONÇALVES, J. R. A sedução da autenticidade: Patrimônio Cultural, Cidadania e Liberdade. Encontros com a Antropologia. Curitiba : Mestrado em Antropologia Social. UFPR/Sesc da Esquina, 1993.
- 111 GUERRA, A. O primitivismo modernista em Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Raul Bopp. Oculum 2. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Setembro de 1992, p.43-59.

- 112 HELENA, L. Modernismo Brasileiro e Vanguarda. Série Princípios. São Paulo : Ática, 1989.
- 113 HOBSBAWN, E & RANGER, T. A invenção das tradições. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984.
- 114 HOLANDA, S. B. de. Raízes do Brasil. São Paulo : Ática, 1985.
- 115 HOLNER JR., V. Curitiba 1900. Curitiba : Secretaria do Estado, da Cultura e do Esporte, 1984.
- 116 HUNT, L. A História cultural. São Paulo : Martins Fontes, 1992.
- 117 HUNT, L. A nova história cultural. São Paulo : Martins Fontes, 1992.
- 118 IANNI, O. Raças e classes sociais no Brasil. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1966.
- 119 Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES. O Paraná reinventado; política e governo. Curitiba : Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Econômico e Social. 1987.
- 120 INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA - IPPUC - Preservação do Patrimônio Cultural: Reviver Curitiba : IPPUC, 1985.
- 121 INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA - IPPUC - Coord. Cyro Correa de Oliveira Lyra. Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba, Curitiba : IPPUC, s.d.
- 122 INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA - IPPUC. ESCOLA DE URBANISMO ECOLÓGICO. Memória da Curitiba Urbana. Curitiba : IPPUC, 1992.
- 123 INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA - IPPUC. Memória da Curitiba Urbana. O Planejamento Urbano : concepção & prática. Curitiba : IPPUC, 1991.
- 124 INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA - IPPUC. Memória da Curitiba Urbana. Depoimentos. Curitiba : IPPUC, fev., mai e ago. de 1990.
- 125 INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA - IPPUC. Memória da Curitiba Urbana. Depoimentos. Curitiba : IPPUC, agosto de 1989.
- 126 INVENTÁRIO DO ACERVO CULTURAL LONDRINA - IPAC. Onde o bairro é a casa. Londrina : Concitec/UEL, s.d.
- 127 IPARDES. Paraná, economia e sociedade. Curitiba : Secretaria do Planejamento / IparDES, 1981.
- 128 IPHAN. Bens Móveis e Imóveis Inscritos nos Livros do Tombo . 4ed. Revisitada. Rio de Janeiro : Ministério da Cultura - IPHAN, 1994.
- 129 JOLLIVET, M. Directeur. Sciences de la Nature, Sciences de la Société. Les passeurs de frontières. Paris : CNRS Editions, 1995.

- 130 KERSTEN, M. S. de A. O colono-polaco: a recriação do camponês sob o capital. Tese de Mestrado. Curitiba : Curso de pós-graduação em História do Brasil - UFPR, 1983.
- 131 KUNHAVALIK, J. P. Bento Munhoz da Rocha Neto: Trajetória social e política e sua gestão no governo do Paraná. Monografia de Ciências Sociais. Curitiba, Coordenação de Ciências Sociais, 1995 (mimeo.)
- 132 LACERDA, M. T. B. O Antigo Palácio do Governo. Curitiba : Secretaria de Cultura/Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, 1983.
- 133 LATOUR, B. A central nuclear do Gabão. Folha de S. Paulo. Caderno Mais, 8.03.98.
- 134 LEACH, E. R. Dois ensaios a respeito da representação simbólica do tempo. Repensando a Antropologia. São Paulo : Perspectiva, 1974.
- 135 LEACH, E. R. Sistemas políticos da Alta Birmânia. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- 136 LEÃO, E. Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná. Curitiba, 1926-29.
- 137 LEMOS, C. A. C. O que é Patrimônio Histórico. São Paulo : Brasiliense, 1981.
- 138 LEONEL, M. C. De M. Estética e Modernismo. S. Paulo : INL / Pró-memória, 1894.
- 139 LEVI-STRAUSS, C. Entrevista a Antoine de Gaudemar. Folha de S. Paulo, 16.02.1997.
- 140 LEVI-STRAUSS, C. Antropologia Estrutural. Biblioteca Tempo Universitário, 1967.
- 141 LËVI-STRAUSS, C. História de Lince. São Paulo : Cia das Letras, 1993.
- 142 LEVI-STRAUSS, C. O pensamento Selvagem. São Paulo : Cia Ed. Nacional, 1976.
- 143 LËVI-STRAUSS, C. Tristes trópicos. Lisboa : Edição 70, 1981.
- 144 LOUREIRO FERNANDES, J. & NUNES, M. D. Oitenta anos de vida do Museu Paranaense. Edição Comemorativa ao 80 aniversário de fundação do Museu Paranaense 1876-1956. Curitiba : João Haupt, 1956.
- 145 LOUREIRO FERNANDES, J. Indústrias locais. POSSE, Z. C., S. A arte das tradições populares. Curitiba : Editora da UFPR, 1996. p.9-45.
- 146 LOURENÇO, M. C. F. Operários da modernidade. São Paulo : Hucitec/Usp, 1996.
- 147 LUPORINI, T. J. "Lugares da Memória" no Estado do Paraná: demandas e políticas pela preservação do Patrimônio Cultural. Tese de Doutorado. Campinas : Unicamp, 1997.
- 148 LYRA, C. C. Coord. Guia dos Bens Tombados - Paraná. Rio de Janeiro : Expressão e Cultura, 1994.

- 149 MAACK, R. Notas para a história, geologia e geografia de Paranaguá. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba, v.8, n.1-3, Set. 1963.
- 150 MACHADO DE ASSIS, Papéis Avulsos. Rio de Janeiro : M. Jackson INC, 1957.
- 151 MAGALHÃES, A. E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro : Nova Fronteira/Fundação Nacional Pró-memória, 1985
- 152 MAGNANI, J. G. C. A Rua Quinze, de Praça a Praça : um olhar antropológico. São Paulo : USP. S.d. (mimeo).
- 153 MAGNANI, J. G. C. Patrimônio Cultural Paranaense. Curitiba : Secretaria de Cultura, s.d. (mimeo).
- 154 MAGNANI, J. G. C. Pensar grande o Patrimônio. In: Lua Nova / Patrimônio Cultural. Pp. 62/67. Snt.
- 155 MALINOWSKI, B. Os Argonautas do Pacífico Sul. Coleção Os Pensadores. São Paulo : Abril Cultural, 1976.
- 156 MARCONDES, M. C. M. Gosto, Prazer e Sociabilidade: Bares e restaurantes de Curitiba - 1950-1960. Curitiba: Tese de Doutorado/Pós Graduação em História - UFPR., 1997.
- 157 MARÉS DE SOUZA FILHO, C. F. A proteção jurídica dos bens culturais. Curitiba : UFPR, Tese de Mestrado em Direito Público, 1988. Mimeo.
- 158 MARTINS, W. Entrevista. Gazeta do Povo, 03.09.1997.
- 159 MARTINS, W. Um Brasil diferente (Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná). São Paulo : Anhembi, 1955.
- 160 MATTOS, O. Memória e História em Walter Benjamin. In: O direito à memória. São Paulo : DPH. 1992. p.151-156.
- 161 MEC/SPHAN/Pró-memória. Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília : SPHAN. 1980.
- 162 MELLO E SOUZA, L. Organizadora. História da vida privada no Brasil : cotidiano e vida privada no América portuguesa. São Paulo : Companhia das Letras, 1997.
- 163 MENDONÇA, M. L. N. Linha Vermelha: pegadas da memória. Curitiba : Fundação Cultural de Curitiba, 1991.
- 164 MICELI, S. & GOUVEIA, M. A. Política Cultural Comparada. Rio de Janeiro : Funarte/Finepe/IDESP. 1985.
- 165 MICELI, S. Entrevista. Folha de S. Paulo, 14.02.1997.
- 166 MICELI, S. IPHAN: Refrigério da Cultura Oficial. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n.21, 1987.
- 167 MICELI, S. História da Ciências Sociais no Brasil. v.2. São Paulo : Sumaré/FAPESP, 1995.

- 168 MICELI, S. Intelectuais e classe dirigente no Brasil, 1920-1945. São Paulo : Difusão européia do livro, 1979.
- 169 MICELI, S. Organização. Estado e cultura no Brasil. São Paulo : Difel, 1984.
- 170 MONTERO, P. Coord. Entre o Mito e a História. O V Centenário do descobrimento da América. São Paulo : Vozes, 1996.
- 171 MORAES, M. A. D. Organização, introdução e notar. Mário e o pirotécnico aprendiz - cartas de Mário de Andrade e Murilo Rubião. Belo Horizonte : Editora de UFMG, 1995.
- 172 Novos Estudos Cebrap. 21 de Julho de 1988.
- 173 Novos Estudos Cebrap. 36, julho de 1993.
- 174 OLIEVENSTEIN, C. & LAPLANTINE, F. Um olhar francês sobre São Paulo. São Paulo : Brasiliense, 1993.
- 175 OLIVEIRA, R. C. de Identidade, Etnia e Estrutura Social. São Paulo : Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1976.
- 176 ORTIZ, R. A Moderna Tradição Brasileira e a Indústria Cultural. São Paulo : Brasiliense, 1994.
- 177 ORTIZ, R. Cultura Popular. Românticos e folcloristas. São Paulo : Olho D'Água. S.d.
- 178 ORTIZ, R. Um outro território. São Paulo : Olho D'Água, 1997.
- 179 PADIS, P. K. Paraná: uma economia periférica. Curitiba : Grafipar, 1983
- 180 PAZ, F. M. Utopia e Modernidade. Curitiba : Ed da UFPR, 1994.
- 181 PEIRANO, M. G. S. A favor da Etnografia. Rio de Janeiro : Relume/Dumará. 1995.
- 182 PEIRANO, M. G. S. Uma Antropologia no Plural. Três experiências Contemporâneas. Brasília : Ed. da UNB, 1992.
- 183 PIMENTEL, K. S. & BAUMEL, H. S. De S. Preservação do Patrimônio Cultural. Curitiba : 10 Coordenação Regional do IBPC, 1993.
- 184 PIRES, M. C. S. Da Proteção ao Patrimônio Cultural: o tombamento como principal instituto. B. Horizonte : Del Rey, 1994.
- 185 POLINARI, M. Igreja de São Benedito. Boletim de Bens Tombados. Curitiba : Secretaria da Cultura, 1991.
- 186 Prefeitura Municipal de Curitiba. Curitiba. Curitiba : PMC, 1995.
- 187 REFERÊNCIA em Planejamento. Arte no Paraná I . Curitiba, v. 3 - n.12. Janeiro/março, 1980.
- 188 REFERÊNCIA em Planejamento. Artes no Paraná II. Curitiba, v.3 - n.13. Outubro/dezembro, 1980.

- 189 REVISTA DA ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS. v. 35, Curitiba : Secretaria de Estado da Cultura e Centro de Letras do Paraná. 1996.
- 190 REVISTA DA Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, Curitiba, 1997 p.65-74.
- 191 REVISTA LETRAS n.39-90, Curitiba : Ed. da UFPR, 1990.
- 192 REVISTA LITERÁRIA ANUAL. ARCA - Mário de Andrade - (1893-1945). Florianópolis : Paraula, 1993.
- 193 REZENDE, N. A Semana de Arte Moderna. Série Princípios. 1993
- 194 RIBEIRO, D. Aos trancos e barrancos: como o Brasil deu no que deu. Rio de Janeiro : Guanabara, 1985.
- 195 RIBEIRO, S. As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 1937/1968. Campinas: UNICAMP, 1991. Tese de mestrado, sob a orientação do prof. Antonio Augusto Arantes.
- 196 RICOEUR, P. As culturas e o tempo. Estudos reunidos pela UNESCO. Petrópolis : Vozes / Edusp, 1975.
- 197 RIEGEL, A. Le culte moderne des monuments. Son essence et sa genèse. Paris : Seuil, 1984.
- 198 RIEGEL, A. Monumentos: valores atribuídos e sua evolução histórica. Revista de Museologia. São Paulo : Instituto de Museologia de São Paulo / FESP, 1989 - v.1- . n. 1-.
- 199 RODRIGUES, M. Alegorias do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo - 1969-1987. Campinas: UNICAMP, 1994. Tese de Doutorado, orientada pelo professor de Edgard Decca.
- 200 ROSENFELD, A. Mário e o cabotinismo. São Paulo : Texto e Contexto/ Perspectiva, 1976.
- 201 ROWLAND, R. Antropologia, História e Diferença. Lisboa : Afrontamento, 1987.
- 202 RUBEN, G. R. Teoria da identidade: uma crítica. Anuário Antropológico 86. Brasília : Universidade de Brasília. 1986.
- 203 RUBEN, G. R. A teoria da identidade na Antropologia: um exercício de etnografia do pensamento moderno. In: Homenagem a Roberto Cardoso de Oliveira. São Paulo, 1992.
- 204 SALIBA, E. T. As Utopias Românticas. São Paulo : Brasiliense, 1991.
- 205 SAMWAYS, M. B. Introdução à literatura paranaense. Curitiba : Livros HDV, 1988.
- 206 SANCHES NETO. M. O poder de infiltração. Entrevista com Poty Lazzarotto. A superação da Província. Entrevista com Wilson Martins. O caráter diferencial. Entrevista com José Paulo Paes. Gazeta do Povo. Caderno G. Joaquim. 40 anos. Curitiba: 3.p., 03 de junho de 1996.

- 207 SANCHES, F. E. G. Cidade Espetáculo, política, planejamento e city marketing. Curitiba : Palavra, 1997.
- 208 SANTOS, M. V. M. O tecido do tempo: idéia de patrimônio cultural no Brasil 1920-1970. Brasília : UNB - Tese de Doutorado, 1992.
- 209 SANTOS, W. G. dos. Ordem Burguesa e liberalismo político. São Paulo : Duas Cidades, 1978.
- 210 SCHELLING, V. A presença do povo na cultura brasileira - ensaio sobre o pensamento de Mário de Andrade e Paulo Freire. São Paulo : Editora da Unicamp, 1990
- 211 SCHERER, E. Michaud, o pintor de Superagui. Curitiba : Fundação Cultural, 1988.
- 212 SCHWARCZ, L. K. M. Os guardiães da Nossa História Oficial. São Paulo : IDESP, 1989.
- 213 SCHWARCZ, L. K. M. A Era das Museus no Brasil (1870-1930). Série História das Ciências Sociais nº 06. São Paulo : Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo, 1988.
- 214 SCHWARCZ, L. K. M. O espetáculo das Raças, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo : Cia das Letras, 1993.
- 215 SCHWARTZMAN, S. Et alli Tempos de Capanema. São Paulo : Paz e Terra, 1984.
- 216 SEVCENKO, N. Orfeu Extático na Metrópole : S. Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20. S. Paulo : Cia da Letras, 1992.
- 217 SILVA, C. L. DA . Sobreviventes do Extermínio - estudo das narrativas e lembranças Históricas da extinção da Sociedade Xetá. PPGAS/UFSC: Projeto de Tese de Mestrado, 1997. (mimeo).
- 218 SPHAN. Rodrigo e o SPHAN. Rio de Janeiro : Ministério da Cultura/Fundação Pró-memória. 1987.
- 219 SPHAN. Cartas de Mário de Andrade a Luiz da Câmara Cascudo. Belo Horizonte : Vila Rica, 1991.
- 220 SPHAN. Rodrigo e seus tempos. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Fundação Pró-memória. Publicação SPHAN n.37.
- 221 STADEN, H. Duas viagens ao Brasil. São Paulo : EDUSP, 1974.
- 222 SUTIL, M. S. O espelho e a miragem: ecletismo, moradia e modernidade na Curitiba do início do século. Curitiba : Universidade Federal do Paraná - Departamento de História. Tese de Mestrado, 1996.
- 223 TELES, G. M. Vanguarda européia e modernismo brasileiro. Petrópolis : Vozes, 1976.
- 224 TEMPSKI. E. D. João Zaco Paraná. Curitiba : Lítero técnica, 1984.

- 225 TOTA, A. P. Contestado: a guerra do novo mundo. São Paulo : Brasiliense, Coleção Tudo é História 70, 1983.
- 226 TOURAINE, A. Crítica da Modernidade. Petrópolis : Vozes, 1994.
- 227 TOURAINE, A. La crise de La Modernite. (mimeo) s.n.t. 1994. 14 p.
- 228 TRADIÇÃO CONTRADIÇÃO. Curadoria Maria José Justino. Curitiba : Secretaria da Cultura - Museu de Arte do Paraná. 1986.
- 229 TSUINUS, Y. responsable scientifique. Kléronomia, patrmoine, ville, cité. Comission des Communautés Européennes - DGXXII Paris : Resources humaines, Education, Formation., Avril, 1996
- 230 TURNER, V. The forest os symbols- aspects of Ndembu Ritual. Ithaca and London : Cornell University Press, 1973.
- 231 VASCONCELOS, G. Ideologia Curupira, análise do discurso integralista. S. Paulo : Brasiliense, 1979.
- 232 VELHO, G. Duas Conferências / Gilberto Velho e Otávio Velho. Rio de Janeiro : Câmara de Estudos Avançados / FCC / UFRJ. 1992.
- 233 VELHO, G. Família, psicologia e sociedade. Rio de Janeiro : Campos, 1981.
- 234 VELHO, G. Projeto e Metamorfose. Antropologia das Sociedades Complexas. Rio de Janeiro : Zahar, 1994.
- 235 VELHO, O. Besta-fera. Recriação do mundo. Rio de Janeiro : Relume/Dumará, 1995.
- 236 VILAS BOAS, G. & GONÇALVES, M. A. O Brasil na virada do século, o debate dos cientistas sociais. Org. Rio de Janeiro : Relume/Dumará. 1995.
- 237 WACHOWICZ, R. C. História do Paraná. Curitiba : Vicentina, 1988.
- 238 WACHOWICZ, R. C. Norte Velho, Norte pioneiro. Curitiba : Vicentina, 1987.
- 239 WESTPHALEN, C. M. Alfaias e jóias do antigo Colégio dos Jesuítas em Paranaguá. Curitiba : Boletim da Universidade Federal do Paraná - Departamento de História, número 1, junho de 1962.
- 240 WESTPHALEN, C. M. Lapa : um pouso. Uma lenda. Curitiba : Fundepar, 1979.
- 241 WESTPHALEN, C. M. Universidade Federal do Paraná: 75 anos. Curitiba : SBPH-PR, 1987.
- 242 WESTPHALEN, C. M. O Barão dos Campos Gerais. Curitiba : CD Editora, 1995.

FONTES

Documentos e Leis

ARQUIVO DA COORDENARIA DO PATRIMÔNIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. Curitiba - PR.

ARQUIVO DA 10ª COORDENAÇÃO REGIONAL DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Curitiba, PR.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, 1989.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988.

Decretos Municipais

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA - Lei n° 527/1919 - Código de Posturas do Município; 1948 - 10 de julho - Lei n° 81- Considera o Paço da Liberdade, antigo Palácio do Governo, parte integrante do Patrimônio Histórico do Município de Curitiba; Lei n° 2.828/66, aprovou o Plano Diretor de Curitiba; Decreto n° 1.160/71 - dispõe sobre o Setor Histórico de Curitiba; Decreto n° 1 547/79 - cria o Setor Especial das Unidades de Interesse de Preservação (Revogado pelo Decreto n° 196/84); Decreto n° 14/80 - Designa Comissão de que trata o artigo 3 do decreto n° 1547/79; Lei n° 6.202/80 - dispõe sobre a isenção do imposto imobiliário relativo a imóveis de valor histórico ou cultural (revogado pelo Decreto n° 196/84); Decreto n° 161/81 - dispõe sobre isenção do imposto imobiliário relativa a imóveis de valor histórico ou cultural; Decreto n° 414/82 - classifica as Unidades de Interesse de Preservação e dá outras providências (revogado pelo Decreto n° 196/84); Lei n° 6 337/82 - institui o incentivo construtivo para a preservação de imóveis de valor cultural, histórico ou arquitetônico; Decreto n° 196/84 - revoga os decretos 1 547/79 - 161/81 - 414/82 e dá outras providências; Decreto n° 443/86 - regulamenta a Lei n° 6 337/82 (revogada pelo Decreto n° 408/91); 1987 - 06 de fevereiro - Regulamenta a isenção de imposto imobiliário de imóveis considerados de valor histórico cultural; 1987 - 11 de maio - Decreto n° 163 - transforma em Assessoria Especial para assuntos imobiliários e de preservação em uma das Assessorias do Prefeito, conferindo-lhe estrutura organizacional, determina suas atribuições e designa assessor especial.

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ: Lei n° 773/69, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano; Lei Municipal n° 1.592, restringia o número de imóveis protegidos.

MUNICÍPIO DE ANTONINA: Decreto de n° 032/85 que regulamentou a Lei n° 007/85 definiu e tombou o Setor Histórico de Antonina; Lei 04/90 autoriza a criação do Fundo Municipal de Defesa e Preservação do Patrimônio Arquitetônico e Cultural de Antonina.

MUNICÍPIO DA LAPA: Lei n° 734, cede benefícios aos proprietários de imóveis localizados no Centro Histórico; Lei n° 735, insituiu o novo código de obras do Município; Lei n° 784/82 autoriza o poder público a proceder a restauração de edifícios históricos ; Li n° 940/87 altera acapítulos da Lei 734/80 defininfo o zoneamento da cidade, CH - Centro Histórico; ZCR - zona residencial e comercial; ZR1 Zona Residencial 1; ZR 2; ZR 3; Zona de Indústria Comércio e Serviços zics; Zona Especial ZE; Zona de Proteção Ambiental - ZPA

ESTADO DO PARANÁ - Atos do poder Legislativo: Lei n° 38/35 - institui o Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Cultural do Paraná; Decreto estadual n° 2.458/35 nomeia os Conselheiros do Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Cultural do Paraná; Lei n° 112/48 - cria na Secretaria de Educação e Cultura, a Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná; Decreto Lei 1.346/51 define os sambaquis como sítios de pesquisa de proto-história, Lei n° 1.121/53 - dispõe sobre o Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Estado do Paraná; Lei n° 8 485/87 - da caracterização da Administração Pública Estadual, sistema, metas e objetivos; Lei n° 8455/87, cria na Coordenadoria do Patrimônio Cultural as Curadorias do Patrimônio Natural e a do Patrimônio Cultural.

GOVERNO FEDERAL - Decreto-lei n° 25/37 - organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional; Decreto-lei n° 3.866/41 - dispõe sobre o tombamento de bens no serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Lei n° 3 924/61 - dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos; Lei n° 4 845/65 - proíbe a saída, para o exterior, de obras de arte e ofícios produzidos no País, até o fim do período monárquico; Lei n° 6.292/75, prevê parecer do Conselho para aprovação dos tombamentos; Lei n° 7 505/86 - (Lei Sarney) - dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico; Portaria n° 10/86 - determina procedimentos a serem observados nos processos de aprovação de projetos a serem executados em bens tombados pela Sphan ou nas áreas de seu respectivos entornos; Medida Provisória 151/90 dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades de Administração pública federal e dá pitras providências; Lei n° 8 029/90 - dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal e dá outras providências; Lei 8 113/90 - dispõe sobre a natureza jurídica do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural IBPC e da Biblioteca Pública.